

Lei nº 6.126



PPA PLANO PLURIANUAL

2012-2015

Volume 1



Secretaria de
Planejamento e Gestão



PODER EXECUTIVO

LEI Nº 6.126
PLANO PLURIANUAL – PPA/RJ 2012 - 2015
Volume 1

Rio de Janeiro, Dezembro de 2011.

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, 2011.

Plano Plurianual – PPA/RJ 2012-2015/Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Rio de Janeiro, RJ: 2011.

464 f.; 2v.30cm. il.col.

1. Planejamento Público. I. Título

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GOVERNADOR
SÉRGIO CABRAL

VICE-GOVERNADOR
LUIZ FERNANDO DE SOUZA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA CLÁUDIO SOARES LOPES

PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PRESIDENTE PAULO MELLO

TRIBUNAL DE CONTAS
PRESIDENTE JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDENTE MANOEL ALBERTO REBELO DOS SANTOS

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
Secretário Regis Velasco Fichtner Pereira

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
Secretário Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Secretário Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Secretário Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
Secretário Júlio César Carmo Bueno

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
Secretário Luiz Fernando de Souza

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
Secretário José Mariano Beltrame

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Secretário Cesar Rubens Monteiro de Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Secretário Sérgio Luiz Côrtes da Silveira

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

Secretário Sérgio Simões

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário Wilson Risolia Rodrigues

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Secretário Alexandre Aguiar Cardoso

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Secretário Leonardo Carneiro Monteiro Picciani

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

Secretário Julio Luiz Baptista Lopes

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Secretário Carlos Minc Baumfeld

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Secretário Christino Aureo da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ABASTECIMENTO E PESCA

Secretário Felipe dos Santos Peixoto

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA

Secretário Sérgio Zveiter

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário Adriana Scorzelli Rattes

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Secretário Rodrigo Neves Barreto

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Secretário Marcia Beatriz Lins Izidoro

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Secretário Ronald Abrahão Ázaro

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradora Geral Lucia Lea Guimarães Tavares

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Defensor Público Nilson Bruno Filho

ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG

Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins

Subsecretaria Geral de Planejamento e Gestão – SUBGEP

Francisco Antônio Caldas Andrade Pinto

Subsecretaria Adjunta de Programas Especiais – SUPRE

José Eduardo Sabóia Castello Branco

Subsecretaria Adjunta de Modernização da Gestão – SUMOG

Paulo Roberto Lopes Monção

Assessoria Técnica/PNAGE-RJ – ASTEC

João Carlos Derzi Tupinambá

Chefia de Gabinete – GAPLA

Marcio C. Colmerauer dos Santos

Subsecretaria de Planejamento – SUBPL

Cláudia Uchôa Cavalcanti

Subsecretaria de Orçamento – SUBOR

Júlio César Mantovani

Subsecretaria Adjunta de Estudos Fiscais – SUFIS

Fernando Graça Klautau de Araujo

Subsecretaria de Recursos Logísticos – SUBLO

Fábio Aurélio da Silveira Nunes

Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário – SUBPA

Cristina Lucia de Barros Vianna

Subsecretaria de Administração de Pessoal – SUBAP

Luiz Carlos de Almeida Capella

Subsecretaria de Carreiras, Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas – SUBDP

Paulo César Medeiros de Oliveira Júnior

EQUIPE DA SUBPL

Subsecretaria de Planejamento – SUBPL

Cláudia Uchôa Cavalcanti

Superintendência de Planejamento Institucional – SUPLI

Haidine da Silva Barros Duarte

Superintendência de Gestão Estratégica- SUGES

Heitor Luiz Maciel Pereira

Assessores

Álvaro da Silva e Abrantes

João Batista de Mello

Coordenadores

Cátia Maria Cavalcanti Pereira

Rita de Cássia Machado de Brito

Paulo César Figueiredo

Wagner Ricardo dos Santos

Equipe Técnica

Alberto Duarte Kovarik

Andreia Barbosa Guilherme da Silva

Bernardo Bastos Ferreira

Diego Gil Figueiredo Carral

Elizabeth da C. Mendes O. de Menezes

Fernando Costa Rodrigues

Francisco Filomeno de Abreu Neto

Frederico Lavourinha Félix

Glenda Neves Lino

Guilherme A. Buarque de Holanda

Jomar Lessa

José Ricardo da Silva Viegas

Juciara Mônica Diniz

Julia Alfradique Leite

Julius Cesar Celin

Leandro Carneiro Fossá

Luiz Henrique Carneiro Lemos

Luiz Henrique Faria da Costa

Marcelo Dreicon

Marco Túlio Cícero Bello Honaiser

Marcus Vinicius Barros da Silva

Maria Cristina Hora

Maria Teresa S. de Oliveira Pinto

Monique Carla Duarte Rieiro

Natasha Freitas Assaife Teixeira de Souza

Renata Paes Teixeira

Roberto Amarante Campos

Roberto Loureiro Filho

Rosali Souza Mayrink

Sergio Augusto Simões Junior

Thiago Chalon de Lucena Magro

Valdemar dos Santos

Vitor Acseirad

Viviane da Silva Azevedo

COMISSÕES

COMISSÃO CENTRAL – RESOLUÇÃO SEPLAG nº 498 DE 16/05/2011

Presidente - Cláudia Uchôa Cavalcanti
Vice-Presidente - Haidine da Silva Barros Duarte
Heitor Luiz Maciel Pereira
João Batista de Mello
Wagner Ricardo dos Santos

COMISSÕES SETORIAIS

Secretaria de Estado de Obras

Resolução Conjunta SEPLAG/SEOBRAS nº 128 de 20/06/2011

Pela SEOBRAS

Presidente - Vicente de Paula Loureiro
Jose Iran Peixoto Junior
Jaelir Gonçalves Rangel Leite

Pela EMOP

Rosemary Perrot Ferreira
Pelo DER

Elizabeth Valle Viana Paiva

Pela CEDAE

Marcia Rubia Fonseca Amaral

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Francisco Filomeno de Abreu Neto
Roberto Amarante Campos
José Ricardo da Silva Viégas

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Resolução Conjunta SEPLAG/SEPLAG nº 480 de 08/04/2011

Pela SEPLAG

Presidente - Paulo Roberto Lopes Monção
Vice-Presidente - Leandro Carneiro Fossá

Maria Cristina Hora

Juliana Duffles Donato Moreira

Frederico Lavourinha Félix

Pelo RIOPREVIDÊNCIA

Luiz Claudio Gomes

Pela CEPERJ

Aneth Satie Esaki

Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária

Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPEC nº 103 de 21/02/2011

Pela SEAPEC

Presidente - Alberto Messias Mofati

Silvio José Elia Galvão

Justino Antônio da Silva

Maria José de Faria

Nelson Teixeira Alves Filho

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Maria Cristina Hora

Andréia Barbosa Guilherme da Silva

Thiago Chalon de Lucena Magro

Secretaria de Estado de Governo

Resolução Conjunta SEPLAG/SEGOV nº 127 de 16/06/2011

Pela SEGOV

Presidente - Ana Paula Borges

Raquel Guimarães

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Marcus Vinícius Barros da Silva

Sérgio Augusto Correa Simões Junior

Secretaria de Estado de Cultura

Resolução Conjunta SEPLAG/SEC nº 136 de 24/08/2011

Pela SEC

Presidente - Emanuel de Melo Vieira

Renato Silva Dantas

Tania de Andrade Ferreira de Carvalho

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Luiz Henrique C. Lemos

Viviane da Silva Azevedo

Secretaria de Esporte e Lazer

Resolução Conjunta SEPLAG/SEEL nº 104 de 25/02/2011

Pela SEEL

Presidente - Nilo Sergio Alves Felix

Monica Monteiro Picanço Sequeira

Arnoldo Freitas Goulart

Felipe Alves da Silva Mendes

Pela SUDERJ

Everardo Candido da Silva

Erly de Souza Magalhães Junior

Maria do Perpetuo Socorro Silva

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Luiz Henrique C. Lemos

Natasha Freitas Assaife Teixeira de Souza

Guilherme Alcântara Buarque de Holanda

Secretaria de Estado de Educação

Resolução Conjunta SEPLAG/SEEDUC nº 141 de 26/02/2011

Pela SEEDUC

Presidente - Alyne Priscila dos Santos

José Roberto Catharino de Oliveira

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Roberto Loureiro Filho

Natasha Freitas Assaife

Monique Carla Duarte Rieiro

Renata Paes Teixeira

Secretaria de Estado de Habitação

Resolução Conjunta SEPLAG/SEH nº 113 de 29/03/2011

Pela SEH

Presidente - Bruno Feitosa Barboza

Ana Maria Brites Barbosa Barifouse

Pela CEHAB

Jaqueline do Espírito Bragança

Luiz Carlos Maciel Bragança

Pelo ITERJ

Pierre André da Rocha Andrade

Silvia Noemi Merani de Sprei

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Francisco Filomeno de Abreu Neto

Alberto Duarte Kovarik

Ricardo da Silva Viégas

Secretaria de Estado de Fazenda

Resolução Conjunta SEPLAG/SEFAZ nº 106 de 28/02/2011

Pela SEFAZ

Presidente - Josélia Castro de Albuquerque

Daniela de Melo Faria

Katia Maria Monteiro Tavares

Thompson Lemos da Silva Neto

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Valdemar dos Santos

Marcelo Dreicon

Marcus Vinicius Barros da Silva

Secretaria de Estado da Casa Civil

Resolução Conjunta SEPLAG/CASA CIVIL nº 134 de 24/08/2011

Pela Casa Civil

Presidente – José Antônio Guerra Barbeiros

Heloisa da Silva Rosa

Carla Nóbrega

Sergio Marcondes

Pela Subsecretaria Militar

Cel. Paulo Roberto Pereira da Silva

Pelo DETRAN

Sheila Lúci Abel de Mello -

Pelo PRODÉRJ

Nely Starec

Pelo PROCON

Ubirajara Gavinha de Oliveira

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Marcelo Dreicon

Valdemar dos Santos

Sergio Augusto Correa Simões Junior

Guilherme Alcântara Buarque de Holanda

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Serviços

Resolução Conjunta SEPLAG/SEDEIS nº 99 de 09/02/2011

Pela SEDEIS

Presidente - Julio Sérgio Mirilli de Souza

Rachel Enete Lannes

Andréia Barbosa Guilherme da Silva

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Leandro Carneiro Fossá

Glenda Neves Lino

Marcus Vinícius Barros da Silva

Secretaria de Estado do Ambiente

Resolução Conjunta SEPLAG/SEA nº 108 de 15/03/2011

Pela SEA

Presidente - Luiz Firmino Martins Pereira

Saint Clair Zugno Giacobbo

Lúcia Rosado de Oliveira

Pelo INEA

Ricardo Soares Teixeira

Pela SEPLAG

Vice-Presidente – Elizabeth da C.Mendes O. de Menezes

Julia Alfradique Leite

Bernardo Bastos Ferreira

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

Resolução Conjunta SEPLAG/SEAP 124 de 01/06/2011

Pela SEAP

Presidente - Cel. PM Adilson Theodoro Soares

Wellington Perez Moreira

Sara Santana dos Santos

Marize Pinto da Silva

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Diego Gil Figueiredo Carral

Luiz Henrique Faria da Costa

Marco Tulio Cicero Honaiser

Secretaria de Estado de Segurança

Resolução Conjunta SEPLAG/SESEG nº 137 de 24/08/2011

Pela SESEG

Presidente - Antonio Roberto Cesario de Sá

Hélio Pacheco Leão

Edival Novaes de Oliveira Junior

Juliana Marcia Barroso

Roberto Alzir Dias Chaves

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Diego Gil Figueiredo Carral
Luiz Henrique Faria da Costa
Marco Tulio Cicero Honaiser

Secretaria de Estado de Saúde

Resolução Conjunta SEPLAG/SES nº 129 de 28/06/2011

Pela SES

Presidente - Monique Zita dos Santos Fazzi
Roberto Marinho Falcão
Alex Pain Dias Pitombeira

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Glenda Neves Lino
Julia Alfradique Leite
Bernardo Bastos Ferreira

Secretaria de Estado de Defesa Civil

Resolução Conjunta SEPLAG/SEDEC nº 130 de 28/06/2011

Pela SEDEC

Presidente - Marcelo Silvino Monteiro
Gilmar Manacez
Alexandre Diniz Pereira
Roberto Taveira Nunes

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Glenda Neves Lino
Julia Alfradique Leite
Bernardo Bastos Ferreira

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

Resolução Conjunta SEPLAG/SETRAB nº 123 de 01/06/2011

Pela SETRAB

Presidente - Edson Francisco de Oliveira
Roberto Meira Martins

Pela SEPLAG

Vice-Presidente – Thiago Chalon de Lucena Magro
Maria Cristina Hora
Andreia B. Guilherme da Silva

Secretaria de Estado de Transportes

Resolução Conjunta SEPLAG/SETRANS nº 116 de 04/04/2011

Pela SETRANS

Presidente - Delmo Pinho
Eduardo Duprat
Waldir Ruggero

Pela SEPLAG

Vice-Presidente - Roberto Amarente Campos
Fernando Costa Rodrigues
Alberto Duarte Kovarik

Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Resolução Conjunta SEPLAG/SEASDH nº 135 de 24/08/2011

Pela SEASDH

Presidente - Maria Célia Vasconcellos Pucu
Gecilda Esteves Silva

Antônio Campos Claret Filho
Roberto Loureiro Filho
Pela SEPLAG
Vice-Presidente - Rosali Souza Mayrink
Frederico Lavourinha Félix

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Resolução Conjunta SEPLAG/SECT nº 114 de 31/03/2011

Pela SECT
Presidente – Julio Oscar Lagun Filho

Pela FAPERJ
Alfredo de Souza Coutinho Neto

Pela FAETEC
Elser Lugon

Pela UERJ
Maria Isabel Vetere

Pela UENF
Marco Antonio Martins

Pela UEZO
Célia Moreira Gomes

Pela SIMERJ
Honório Matheus dos Santos Filho

Pela SEPLAG
Vice Presidente - Roberto Loureiro
Luiz Henrique Lemos
Monique Carla Duarte Ribeiro

Secretaria de Estado de Turismo
Resolução Conjunta SEPLAG/SETUR nº 138 de 24/08/2011

Pela SETUR
Presidente - Marcos Rogério Garcia Pereira
Jorge Luiz Maruche da Cruz
Ricardo Dutra Fortuna de Azevedo
Valéria Maria de Souza Lima
Maurício Lobo Abreu
Marco Aurélio de Oliveira Paes

Pela SEPLAG
Vice-Presidente - Viviane da Silva Azevedo
Guilherme Alcântara Buarque de Holanda

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca
Resolução Conjunta SEPLAG/SEDRAP nº 105 de 25/02/2011

Pela SEDRAP
Presidente - Luiz Antonio da Silva Alves
Jorge Tadeu Rozzante Marinonio
Simone Ribeiro dos Santos
Glaucio Souza Barradas
Leonardo Penna de Lima Brandão

Pela SEPLAG
Vice-Presidente - Fernando Costa Rodrigues
Thiago Chalon de Lucena Magro
Marcus Vinicius Barros da Silva

VOLUME 1

Lei nº 6.126 – Plano Plurianual – PPA/RJ 2012-2015	Pág. 01
Apresentação	Pág. 09
Introdução	Pág. 13
 Anexo I – Contextualização Estratégica	
Cenário Macroeconômico e Estratégias de Desenvolvimento	Pág. 19
Finanças Públicas do Estado	Pág. 35
Oportunidades e Parcerias	Pág. 47
Dimensão Territorial do Planejamento	Pág. 55
Macro-objetivos e Objetivos Setoriais	Pág. 69
 Anexo II – Programação Setorial do Poder Executivo	
Secretaria de Estado de Obras	Pág. 81
Procuradoria Geral do Estado	Pág. 127
Defensoria Pública Geral do Estado	Pág. 133
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	Pág. 139
Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária	Pág. 169
Secretaria de Estado de Governo	Pág. 189
Secretaria de Estado de Cultura	Pág. 195
Secretaria de Estado de Defesa Civil	Pág. 227
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	Pág. 233
Secretaria de Estado de Educação	Pág. 245
Secretaria de Estado de Habitação	Pág. 279
Secretaria de Estado de Fazenda	Pág. 305
Secretaria de Estado da Casa Civil	Pág. 313
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços	Pág. 345
Secretaria de Estado do Ambiente	Pág. 389
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	Pág. 437
Secretaria de Estado de Segurança	Pág. 445

VOLUME 2

Lei nº 6.126 – Plano Plurianual – PPA/RJ 2012-2015	Pág. 01
Apresentação	Pág. 09
Introdução	Pág. 13
 Anexo II – Programação Setorial do Poder Executivo (Continuação)	
Secretaria de Estado de Saúde	Pág. 19
Secretaria de Estado do Trabalho e Renda	Pág. 67
Secretaria de Estado de Transportes	Pág. 75
Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos	Pág. 123
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	Pág. 161
Secretaria de Estado de Turismo	Pág. 219
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca	Pág. 229
 Anexo III – Programação das Empresas Estatais Independentes	
Companhia Estadual de Águas e Esgotos	Pág. 243
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro	Pág. 253
 Anexo IV – Programação dos Demais Poderes	
Assembléia Legislativa	Pág. 259
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	Pág. 265
Tribunal de Justiça	Pág. 275
Ministério Público	Pág. 287
 Anexo V – Projetos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Norte e Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro	
	Pág. 291
 Anexo VI – Metas e Prioridades para 2012	
	Pág. 297
 Anexo VII – Emendas Parlamentares	
	Pág. 423

LEI Nº 6.126 – PLANO PLURIANUAL – PPA/RJ 2012 - 2015





PODER EXECUTIVO

LEI Nº 6.126

DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

ESTABELECE O PLANO PLURIANUAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO PPA/RJ PARA O
PERÍODO DE 2012-2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estabelece o Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro – PPA/RJ 2012-2015, para o período de 2012 a 2015, conforme o disposto no Art. 209 da Constituição do Estado.

Parágrafo Único - Integram esta Lei os Anexos abaixo discriminados:

I – Anexo I – Contextualização Estratégica do Plano constituída de cinco capítulos:

- Cenário Macroeconômico e Estratégias de Desenvolvimento
- Finanças Públicas do Estado
- Oportunidades e Parcerias
- Dimensão Territorial do Planejamento
- Macro-objetivos e Objetivos Setoriais

II – Anexo II – Programação Setorial do Poder Executivo;

III – Anexo III – Programação das Empresas Estatais Independentes;

IV – Anexo IV – Programação dos Demais Poderes;

V – Anexo V – Projetos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Norte e Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro;

VI – Anexo VI – Metas e Prioridades para 2012, em cumprimento ao disposto na Lei nº 6010 de 18 de Julho de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias.



PODER EXECUTIVO

Art. 2º - Para efeito desta Lei, considere-se:

I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos pelo Governo Estadual;

II - Ação: o projeto ou a atividade orçamentária cuja execução visa o alcance dos objetivos e metas dos programas;

III – Produto: o bem ou o serviço produzido em cada ação governamental na execução dos programas;

IV – Meta: a mensuração quantitativa dos produtos entregues ou dos serviços prestados.

Art. 3º – A programação definida no PPA/RJ 2012-2015 abrange os recursos previstos para custeio das atividades finalísticas e dos projetos, excluídas as despesas de pessoal e encargos sociais, manutenção administrativa e outras atividades de caráter obrigatório.

Art. 4º – Os valores consignados a cada programa no PPA/RJ 2012-2015 são referenciais e não constituem limites à programação das despesas expressas nas Leis Orçamentárias e seus créditos adicionais.

Art. 5º – A realização dos programas previstos nesta Lei fica condicionada à efetivação de transferências voluntárias, contratação de operações de crédito e recebimento de receitas não orçamentárias, no montante previsto nos Anexos II, III e IV.

§ 1º - O ingresso de novas fontes de recursos no decorrer do exercício financeiro permitirá antecipação da execução de programas previstos para os anos subsequentes.

§ 2º - O mecanismo definido no § 1º poderá ser adotado para a execução dos projetos constantes no Anexo V deste Projeto de Lei.

Art. 6º - Os programas de Governo, como instrumento de organização da ação governamental por meio de projetos e atividades finalísticas, no âmbito da execução orçamentária da Administração Pública Estadual, ficam restritos aos correlacionados no Anexos II, III e IV, do PPA/RJ 2012-2015.

Art. 7º - A exclusão ou alteração de programas constantes nesta Lei ou a inclusão de novos programas serão propostas pelo Poder Executivo, por meio do Projeto de Lei de revisão anual ou de Lei específica, por meio de créditos especiais.



PODER EXECUTIVO

§ 1º - Considera-se alteração de programa: a adequação de denominação ou objetivo; a inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; a alteração do título da ação orçamentária, do produto, da unidade de medida, do tipo, das metas e dos custos.

§ 2º - A inclusão de novos programas e de ações, atividades finalísticas e projetos, nos programas existentes, será permitida desde que as despesas dela decorrentes para o exercício e para os dois subsequentes tenham sido previamente definidas em Leis específicas, em consonância com o disposto no art. 16, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 3º - A data de início de novos projetos poderá ser ajustada por ato específico da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, em função da disponibilidade de recursos, observando-se o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 8º - O PPA/RJ 2012-2015 terá sua programação revista anualmente, com base no processo de monitoramento e avaliação da execução dos programas e nas metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício.

Art. 9º - O Projeto de Lei de revisão anual do PPA/RJ 2012-2015 será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro dos exercícios de 2012, 2013 e 2014, contendo, no mínimo:

I - no caso de inclusão de programa, a identificação do alinhamento do programa com as linhas estratégicas de Governo formuladas e de sua contribuição para o alcance dos objetivos prioritários, bem como a indicação dos recursos que o financiarão;

II - no caso de alteração ou exclusão de programa, a explicitação das razões que justifiquem a proposta.

Art. 10 - O acompanhamento físico e financeiro dos programas do PPA/RJ 2012-2015 será realizado a cada quadrimestre do exercício financeiro conforme disposto na Lei nº 6010, de 18 de julho de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - Para atendimento do disposto neste artigo os responsáveis pela execução dos programas formalizarão, na forma deliberada pela SEPLAG, as informações referentes à execução física das respectivas ações.



PODER EXECUTIVO

§ 2º - São de responsabilidade da SEPLAG a consolidação das informações e a produção de relatórios contendo demonstrativo, por programa e por ação, de forma regionalizada, da execução física e financeira do período anterior e da execução acumulada.

Art. 11 – A execução do PPA/RJ 2012-2015 será monitorada e avaliada, no âmbito do Poder Executivo, em ação conjunta com as Secretarias de Estado, segundo normas emitidas pela SEPLAG.

Parágrafo único - O processo de monitoramento e a avaliação dos programas do PPA/RJ 2012-2015, como parte do modelo de gestão descentralizada, está assim definido:

I - O Monitoramento do PPA/RJ 2012-2015 constitui uma atividade estruturada a partir da implementação de cada programa constante do Plano, orientado para o alcance das metas previstas, identificando restrições e propondo medidas corretivas quando necessárias;

II - A avaliação do PPA/RJ 2012-2015 consiste na análise do desempenho dos resultados dos programas face às políticas públicas de Governo, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 12- A sistemática de acompanhamento e monitoramento da execução dos programas do PPA/RJ 2012-2015 será objeto de regulamentação pela SEPLAG.

§ 1º - O monitoramento e a avaliação da execução dos programas do PPA de que trata o caput deste artigo será feito com base no desempenho dos indicadores, no que couber, e na realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão por finalidade medir os resultados alcançados.

§ 2º - O monitoramento de que trata este artigo deverá ser formatado em modelo de relatório e publicado anualmente no Diário Oficial do Estado até o mês de abril de cada ano subsequente.

Art. 13 - O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento e acompanhamento dos programas do PPA 2012-2015.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a modificar a unidade gestora, a alterar, incluir ou excluir produtos, respectivas metas e regionalização das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do programa.



PODER EXECUTIVO

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo obrigado a adequar as metas das ações dos programas para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2011

SÉRGIO CABRAL

APRESENTAÇÃO



A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, na qualidade de Órgão Central, tem a satisfação de apresentar o PLANO PLURIANUAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PPA/RJ 2012-2015. Como instrumento legítimo da implantação das diretrizes e estratégias da administração estadual para os próximos quatro anos, o Plano foi construído com o firme propósito de fortalecer o processo de planejamento institucional, tendo como preocupação retratar a agenda de Governo, contextualizando sua programação ao momento de reestruturação da economia estadual, às oportunidades que se apresentam e às parcerias estabelecidas com demais entes da federação.

Configura-se desde 2007 um ambiente favorável a um novo desenho institucional que estimulou o Governo a fazer de seu Plano Plurianual 2012-2015 um documento vivo de discussão de cenários, que assegure fluxo permanente e sistemático de informações qualificadas capazes de garantir sua governança e governabilidade, enquanto processo. A Constituição Federal ao conferir ao Plano Plurianual papel central no processo de planejamento institucional dos entes da federação, destaca a ação planejada de governo e a necessária compatibilização do orçamento com o instrumento de planejamento.

Este Plano de quatro anos não pode ser entendido apenas como um conjunto de metas a serem alcançadas ao fim de um período, mas sim como um conjunto de estratégias a serem compartilhadas com a sociedade. Como um plano de médio prazo, trabalha com incertezas e oportunidades que devem ser objeto de debates e de possíveis alterações dos objetivos inicialmente propostos.

A gestão estratégica setorial e a inserção da dimensão territorial do planejamento, como espaço de articulação das políticas públicas, consolidam-se no PPA/RJ 2012-2015, propiciando um olhar na qualidade do gasto público, na concepção de que o planejamento não é desligado da ação e que seu monitoramento conduz a avaliações face à interpretação e incorporação de novos e atualizados cenários.

A concretização destes propósitos foi possível pela implantação de metodologia que permitiu às Secretarias conceberem, de forma integrada e participativa dos dirigentes, o seu Planejamento. Esta opção visa desenvolver uma política articulada construindo, de forma coletiva, um modelo de gestão descentralizada, que se concretiza pela utilização de métodos inovadores, com base em indicadores de resultados dos programas e das ações governamentais.

É desse processo que surge o PPA/RJ 2012-2015 permitindo aos atores envolvidos uma reflexão sobre a atuação do Governo prevista para o período de sua vigência, de modo que o Estado do Rio de Janeiro possa manter o ritmo de desenvolvimento e investir em prol da qualidade de vida de sua população.

Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão



O PLANO PLURIANUAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PPA/RJ 2012-2015 insere-se no novo modelo de gestão pública comprometida com a transparência e com os compromissos assumidos pelo Governador com a sociedade fluminense. Ao definir os macro-objetivos do Governo, aos quais estão associados os objetivos setoriais, a estrutura proposta permite visualizar as transformações que a administração pretende realizar e os resultados a alcançar, a serem aferidos pelos indicadores previstos.

A metodologia adotada com base na constituição de uma Comissão Central de Gestão do PPA, no âmbito da SEPLAG enquanto órgão central responsável pela supervisão e coordenação da elaboração do plano, e de Comissões Setoriais de Gestão do PPA, compostas por técnicos da SEPLAG e das Secretarias de Estado com participação de seus dirigentes, possibilita a implantação de um processo que permeia a estrutura multisetorial da administração estadual, promovendo a articulação inerente ao processo de planejamento institucional.

No ciclo de gestão do PPA, a fase de concepção da ferramenta requer do Governo a definição do papel dado ao instrumento. Neste sentido, o PPA 2012-2015 foi concebido para ser um instrumento de gestão, marco de referência para formulação e execução das ações governamentais e para o desenvolvimento do território estadual, e não um conjunto de informações para cumprimento dos dispositivos constitucionais submetidos à Assembléia Legislativa do Estado, sem visibilidade para a sociedade e para o próprio Governo.

Mais do que um instrumento indicativo da programação das ações a serem executadas no período de quatro anos, o Governo quer que o PPA seja uma reflexão do processo de planejamento, de modo que os atores envolvidos tenham participação como sujeitos no processo de implantação do Plano. Para isto é necessário valorizar os instrumentos de gestão. Não só o PPA, mas a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e os Orçamentos Anuais – LOA devem, cada vez mais, ter melhor qualificação, fundamentados na orientação estratégica de Governo.

O caráter gerencial do PPA 2012-2015 apóia-se nas bases estratégicas nele contidas que compreendem não só os macro-objetivos, mas também os objetivos setoriais para o quadriênio, que orientando a atuação de cada setor, presidem a formulação da programação do PPA. A proposta de formulação de indicadores setoriais, por sua vez, é fundamental ao monitoramento e à avaliação de resultados.

A contextualização estratégica compõe-se de capítulos que se constituem em referenciais básicos com vistas ao perfil reflexivo proposto para o Plano, de modo a torná-lo um documento vivo aberto ao debate. Dela fazem parte:

- Cenário Macroeconômico e Estratégias de Desenvolvimento;
- Finanças Públicas do Estado;
- Oportunidades e Parcerias;
- Dimensão Territorial do Planejamento;
- Macro-objetivos e Objetivos Setoriais.

Por sua vez, a estrutura básica do PPA 2012-2015 está organizada por Secretaria de Estado com vistas a permitir o gerenciamento do instrumento. Desse modo, além dos quadros da programação o Plano contém um diagnóstico do setor, os objetivos específicos para o quadriênio e indicadores setoriais. Neste sentido o PPA 2012-2015 se configura como um processo que permeia a estrutura institucional com o objetivo promover em cada setor a função planejamento, buscando ajustar os resultados previstos aos recursos disponíveis e à efetiva capacidade de execução do gestor.

O modelo adotado para a programação segue a legislação vigente e está baseado na formulação de programas, ações e produtos, visando criar nas organizações públicas uma cultura gerencial comprometida com o alcance

de resultados. O programa deve ser entendido como um conjunto articulado de ações que concorrem para a realização de um objetivo comum, necessárias para enfrentar um problema, suas causas e consequências, a-

proveitando uma oportunidade ou atendendo a uma demanda da sociedade. A ação é uma operação ou um conjunto de operações da qual resulta um bem ou um serviço, ou seja, um produto que contribui para atingir os objetivos do programa. O produto a ser ofertado, por uma ação, tem sua quantificação identificada através das metas a serem alcançadas anualmente.

O Plano Plurianual 2012-2015 é apresentado em dois volumes e tem a seguinte composição:

- Mensagem do Governador

- Texto do Projeto de Lei e seus Anexos, nos seguintes termos:

- Texto do Projeto de Lei
- Anexo I – Contextualização Estratégica
- Anexo II – Programação Setorial do Poder Executivo
- Anexo III – Programação das Empresas Estatais Independentes
- Anexo IV – Programação dos Demais Poderes
- Anexo V – Projetos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro
- Anexo VI – Metas e Prioridades para 2012, em cumprimento ao disposto na Lei nº 6010, de 18 de julho de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A responsabilidade institucional pela elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 coube:

- à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG que consolidou a programação setorial;
- às demais Secretarias de Estado que formularam seus diagnósticos e seus objetivos e indicadores setoriais, os programas e ações de suas respectivas áreas de atuação, de acordo com as orientações estabelecidas pela SEPLAG;
- às Empresas Estatais Independentes e aos Demais Poderes que definiram sua respectiva programação.

ANEXO I – CONTEXTUALIZAÇÃO ESTRATÉGICA



INTRODUÇÃO

A última década foi marcada por profundas transformações no cenário econômico brasileiro. As taxas de crescimento que antes se situavam abaixo da média mundial agora se encontram em patamares que revelam grande dinamismo e potencialidade para a próxima década. Contudo, o fator inovador preponderante do desempenho econômico brasileiro nos últimos dez anos revela-se na redução das desigualdades regionais e sociais a não somente acompanhar o crescimento, mas como elemento dinamizador deste processo. O conhecido descompasso entre os lados econômico e social foi minimizado por práticas que contemplaram conjuntamente a inclusão social, a transferência de rendas e a preocupação com a solidez fiscal e monetária.

IMPACTO DA CONJUNTURA INTERNACIONAL SOBRE O CRESCIMENTO DO PIB

Ao longo da década de 2000, o crescimento da economia brasileira passou de uma média anual de 2,5% para 4,5%. No período de 2007 a 2010, essa taxa não ficou acima de 6% apenas devido à crise financeira internacional de 2008, que ocasionou uma retração de 0,6% do Produto Interno Bruto – PIB em 2009.

A crise, cuja intensidade é perceptível pela evolução do PIB, prejudicou a trajetória de crescimento econômico brasileiro principalmente no último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009, momento em que a retração das linhas internacionais de crédito gerou queda nos preços das commodities, resultando na desvalorização do real frente ao dólar dos EUA e conseqüente deterioração temporária dos indicadores da atividade econômica e de emprego.

Como política de combate à crise, o Governo Federal aplicou um conjunto de políticas fiscais e monetárias com o intuito de romper com o ciclo da crise e suas expectativas negativas, impulsionar o crescimento econômico e restabelecer o ambiente de confiança entre os diversos setores.

No campo fiscal, algumas das principais medidas foram: postergação do prazo de recolhimento de certos tributos; desonerações tributárias – redução do IPI, por exemplo – de produtos de consumo duráveis e de construção civil que estimularam a demanda doméstica e a produção, o que se refletiu na manutenção dos níveis de emprego; concessão de aportes financeiros para os bancos públicos; e, ainda, redução temporária da meta de superávit primário de 3,3% para 2,5%.

No campo monetário, foram adotadas, entre outras, as seguintes ações: provimento de liquidez em moeda estrangeira e doméstica; disponibilização de reservas internacionais para o comércio exterior; flexibilização de regras relacionadas ao depósito compulsório dos bancos visando ampliar a disponibilidade de recursos para empréstimos dos bancos comerciais; e movimento de corte, pelo Banco Central, das taxas básicas de juros (SELIC).

Como resultado da recuperação e eficácia das políticas anticíclicas adotadas pelo Governo Federal descritas anteriormente, em 2010, o PIB brasileiro cresceu 7,5%, o maior crescimento dos últimos 24 anos, e estima-se que, para o período 2011-2014, essa taxa volte ao patamar de 5% a 6,5%.

IMPACTO DAS FLUTUAÇÕES DA TAXA DE CÂMBIO SOBRE AS CONTAS EXTERNAS – DÉFICIT EM CONTA CORRENTE – E A INDÚSTRIA NACIONAL

A taxa de câmbio, em função de sua correlação com o saldo comercial, traduz-se numa variável de grande importância, principalmente no caso do Brasil, uma economia emergente que tem commodities como principais produtos em sua pauta de exportação, além de ser grande importadora de bens de capital e de insumos industriais e ainda possuir grande parte de seus títulos emitidos no mercado internacional indexados ao dólar.

As contas externas e o déficit em transações correntes

A década passada foi marcada por grandes transformações na inserção externa da economia brasileira. Após a crise financeira internacional de 2008, houve uma queda no dinamismo das economias desenvolvidas e uma pressão para o aumento das importações devido ao aquecimento da economia interna, incentivada por medidas

anticíclicas praticadas pelo Governo Federal combinadas às ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Ainda assim, em sentido oposto, aumentou a participação brasileira no total das exportações globais, e o fluxo de comércio do Brasil expandiu-se, contabilizando um superávit de US\$ 20 bilhões no saldo comercial ao final de 2010.

Nessa década, as exportações brasileiras foram beneficiadas pelo aumento dos preços das commodities e pelo alto dinamismo das economias emergentes. Isto contribuiu para que as vendas externas saltassem de US\$ 60 bilhões, em 2002, para mais de US\$ 200 bilhões, em 2010. As vendas para a Ásia, o Mercosul, a África e o Oriente Médio foram expandidas. A China passou a ser em 2010 o principal destino das exportações brasileiras, representando mais de 83% das compras de produtos básicos, superando os Estados Unidos, que reduziram suas compras, e a área do euro, por exemplo.

Mesmo com saldo comercial superavitário em 2010, o resultado das transações correntes apresentou um déficit de 2,3% do PIB – US\$ 47,52 bilhões – no mesmo ano. Apesar desse resultado negativo, a trajetória de crescimento pode não ser necessariamente comprometida, pois a dívida externa líquida, que leva em consideração o nível de reservas internacionais, apresenta tendência declinante – -0,9% do PIB em 2007 e -2,5 % do PIB em 2010 – e revela, dessa forma, um ambiente de relativa confiança aos investimentos estrangeiros no país.

O investimento estrangeiro direto – IED – colabora para o aumento da taxa de investimento global da economia e é uma importante fonte de financiamento do déficit, apesar de exercer um contraponto como elemento agravante à valorização cambial. A partir de 2007 houve um aumento notável do IED no país. Naquele ano, o saldo foi de US\$ 36,3 bilhões. Já em 2010, os investimentos estrangeiros diretos alcançaram US\$ 48,5 bilhões, o que correspondeu a 2,3% do PIB. Para 2011, o relatório de projeções para o Balanço de Pagamentos do Banco Central projeta que o país receberá cerca de US\$ 38 bilhões em IED. O Brasil também vem apresentando uma trajetória crescente do influxo de investimento estrangeiro em carteira – ações e títulos – que passou de US\$ 46,5 bilhões em 2007 para US\$ 67,8 bilhões em 2010. O BC projeta US\$ 51,3 bilhões de investimento em carteira para 2011.

Outros dois pontos positivos no cenário macroeconômico que merecem destaque são a trajetória declinante da dívida interna pública líquida, que passou de 54,9% do PIB em 2003 para 40,4 % do PIB em 2010, e o contínuo acúmulo de reservas internacionais pelo Banco Central, que alcançaram US\$ 310 bilhões no primeiro trimestre de 2011.

No entanto, persistem dois riscos capazes de comprometer o financiamento do déficit do balanço de pagamentos, e conseqüentemente afetar a trajetória de crescimento da economia brasileira. O primeiro seria uma queda brusca nos preços das commodities, afetando, assim, o saldo (superávit) da balança comercial. O segundo risco seria uma eventual elevação da taxa de juros internacionais, ocasionando uma inversão do fluxo de recursos financeiros, que atualmente contribuem para o financiamento do déficit brasileiro em transações correntes via conta de capital.

Uma questão fundamental é a excessiva valorização cambial em curso no país. O ritmo de crescimento interno e externo tem apresentado um descompasso desde os primeiros impactos da crise de 2008, justificando, em parte, a constante valorização da moeda nacional, que contribui para o aumento das importações e, conseqüentemente, para o agravamento do déficit em transações correntes.

Aspecto central para a compreensão da recente valorização cambial é a elevada taxa referencial de juros brasileira (SELIC). Seu atual patamar gera um grande diferencial quando comparada às taxas de juros vigentes no mundo (EUA e Europa). O ambiente institucional de liberdade para a movimentação de capital e de ampla liquidez internacional tem propiciado, no Brasil, uma elevada atratividade de recursos em busca de alta rentabilidade, potencializado por um ambiente de constante queda do risco. Com isso, a grande entrada de dólares na economia brasileira acaba por resultar na apreciação do real frente ao dólar.

O grande volume de operações no mercado futuro brasileiro de câmbio também é apontado como fator catalisador do processo de valorização cambial. Em divulgação recente, o Banco de Compensações Internacionais - BIS, sinalizou o rápido crescimento de contratos de curto prazo no Brasil, explicado por características inerentes ao mercado de câmbio brasileiro, como a menor rigidez na regulação do mercado de derivativos em relação ao

mercado à vista de dólar, e ainda o grande volume transacionado no mercado futuro, até cinco vezes maior que no mercado à vista.

Desta forma, a recente valorização cambial brasileira está atrelada principalmente ao elevado patamar da taxa de juros e, ainda, ao grande volume de transações no mercado futuro brasileiro de câmbio e a seu arranjo institucional, e não fundamentalmente ao saldo comercial. Desde o último trimestre de 2009, para conter essa valorização, foram tomadas medidas pelo Ministério da Fazenda, como o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e pelo Banco Central, como o aumento das compras de reservas e a elevação do compulsório sobre as posições vendidas em dólar que excederem US\$ 3 bilhões.

A indústria nacional

Uma das consequências da valorização cambial observada nos últimos anos foi o rápido crescimento das importações brasileiras. Entre 2007 e 2010, esse crescimento foi de aproximadamente 50,72%. Um dado positivo sobre o aumento das importações foi a elevação da participação dos bens de capital sobre o volume total. Esse fato contribuiu tanto para a renovação do parque industrial como para o aumento da Formação Bruta de Capital Fixo da economia brasileira – componente da demanda interna que mais cresce desde 2009 – que saiu de 17,4% do PIB, em 2007, para 18,4% do PIB, em 2010.

Contudo, o aumento das importações de bens de consumo duráveis e não-duráveis tem impactado negativamente a indústria nacional. Essa preocupação com a influência da taxa de câmbio sobre a indústria brasileira se reflete em um estudo da Confederação Nacional da Indústria - CNI, no qual foi constatado que em pelo menos quatro setores – têxteis, calçados, vestuário e equipamentos hospitalares e de precisão – 75% das empresas perderam participação no mercado doméstico em função da concorrência com produtos importados. Além disso, verifica-se uma constante queda na participação dos bens manufaturados na pauta de exportações brasileiras. Em 2006, esta participação era de 56%; em 2010, ela passou a ser de 36,4%.

A partir do terceiro trimestre de 2010, a indústria em geral apresentou contração devido aos ajustes dos estoques, à baixa demanda externa e ao aumento das importações, esta última em função da valorização do câmbio. Ou seja, apesar da aparente recuperação e tendência de crescimento no pós-crise, a alta dos juros e a apreciação cambial são assuntos atuais e pertinentes à pauta de discussões do setor industrial. A alta dos juros prejudica a indústria pela via de obtenção de recursos para o financiamento de suas atividades produtivas, e a valorização cambial tem efeitos adversos que vêm sendo percebidos ao longo da última década na economia brasileira, tais como: a concentração e a desindustrialização da pauta exportadora, a substituição de produção industrial doméstica por bens importados e a perda de mercados de exportação em produtos de maior valor agregado – a exportação brasileira tem seu alicerce principalmente em commodities, que correspondeu a 64,6% do total das exportações em 2010.

Sendo assim, outro agravante diante da apreciação do câmbio é que, no campo microeconômico, as empresas tendem a intensificar seu processo produtivo com insumos importados. A troca de fornecedores nacionais por estrangeiros, em razão da valorização cambial, direciona a economia brasileira à redução do conteúdo nacional da produção, o que pode gerar uma diminuição dos postos de trabalho e a desarticulação das cadeias produtivas.

A AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS PELO PAC E SEU IMPACTO SOBRE A GERAÇÃO DE EMPREGO

Ao final de 2010, a taxa de investimento do Governo Federal em proporção do PIB chegou a 3,3%, um aumento de quase dois pontos percentuais em relação à marca de 2003. Como condutores dessa reação podem ser elencadas as políticas anticíclicas adotadas para conter os impactos da crise financeira internacional de 2008 e, paralelamente, as medidas do PAC, que têm por estratégia alavancar o crescimento sustentável de longo prazo por meio de incentivo ao investimento privado e ao investimento público na recuperação e construção da infraestrutura. Os efeitos positivos podem ser constatados a partir dos dados de investimento relativos ao PIB, que a União conseguiu mais do que triplicar – de 0,4% para 1,4% – entre 2004 a 2010, e as estatais conseguiram duplicar – de 1% para 2% no mesmo período. Outro dado importante foi a criação de 5,67 milhões de empregos

formais no país entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2010. Em setores ligados às obras do PAC, a geração de empregos ficou acima da média nacional. Na construção ferroviária e rodoviária, a geração de empregos foi seis vezes maior que a média, e nas obras de saneamento, cinco vezes maior.

Na indústria, desde 2007 impulsionada pelos incentivos do PAC, a produção de bens de capital no Brasil apresentou um movimento ascendente, com taxas de crescimento superiores a 14% ao ano. Apesar de ter enfrentado em 2009 os impactos da crise deflagrada em 2008, o setor retomou o crescimento em 2010. A indústria de transformação como um todo apresentou um crescimento de 10,5% em 2010.

O Rio de Janeiro é um dos Estados que mais têm recebido investimentos do PAC. Foi previsto um total de R\$484,4 bilhões, dos quais R\$125,7 bilhões foram executados até 2010 e R\$ 358,7 bilhões serão após esse ano. Entre os empreendimentos exclusivos, ou seja, praticados dentro do Estado do Rio de Janeiro, foram executados 11,8 milhões no eixo logístico, 73,1 milhões no energético e 28,8 milhões no social e urbano. Ainda há perspectiva de R\$ 865 milhões, R\$ 289 milhões e R\$ 29,6 milhões, respectivamente para os mesmos três eixos citados para depois de 2010.

A DINÂMICA DA ECONOMIA FLUMINENSE E SUA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com os dados do IBGE, a economia do Estado do Rio de Janeiro representava, em 2008¹, 11,3% do PIB nacional, constituindo-se na segunda maior economia do país. O Estado também se destaca por ser uma das principais bases industriais do país. Segundo dados da Pesquisa Industrial Anual - PIA/IBGE, a indústria fluminense obteve a terceira maior participação no valor da transformação industrial - VTI nacional em 2007, 7,5%, além de responder por mais de 80% da produção de petróleo e mais de 40% da produção de gás natural do Brasil.

Apesar disto, entre 1995 e 2008, o Rio de Janeiro apresentou a 25ª pior taxa média de crescimento do PIB – 2,53% – entre todos os entes estaduais da federação. Este processo de perda continuada de participação no PIB nacional e de baixo crescimento teve reflexos negativos, principalmente sobre a geração de empregos formais, sobre rendimento médio do trabalho e outros indicadores sociais.

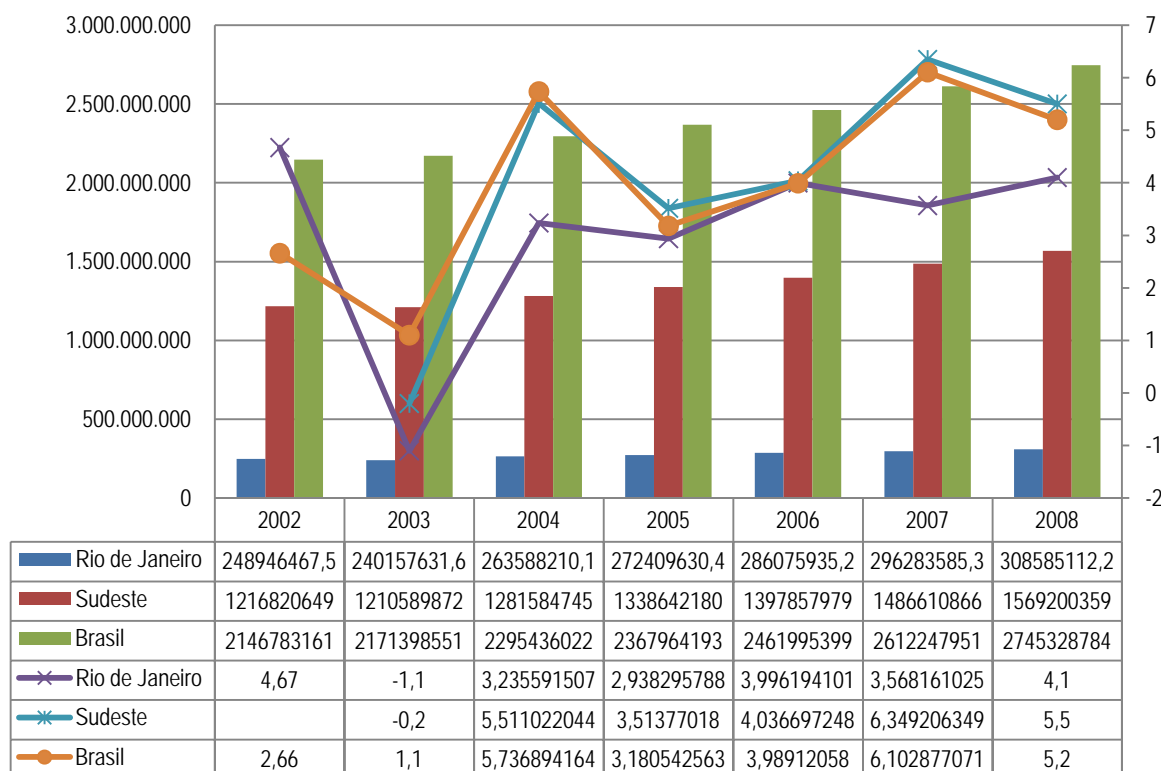
Contudo, o cenário apresenta indícios de que está sendo revertido. A retomada do crescimento econômico sustentado no Brasil, a maturação de alguns investimentos nos últimos quatro anos e o atual cronograma de investimentos públicos e privados previstos para o Estado do Rio de Janeiro aceleraram a geração de empregos formais e o crescimento do rendimento médio, e se refletiram em uma baixa taxa de desocupação da mão de obra.

O objetivo desta seção será apresentar um rol de indicadores econômicos que demonstram que o baixo dinamismo da economia fluminense, em relação a outros Estados e a média nacional, começou a ser superado a partir de 2009.

¹ Último dado disponibilizado pelo IBGE. Contas Regionais

Gráfico 1

EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO E DA TAXA DE CRESCIMENTO - RIO DE JANEIRO, SUDESTE, BRASIL - EM MILHÕES DE R\$ DE 2008



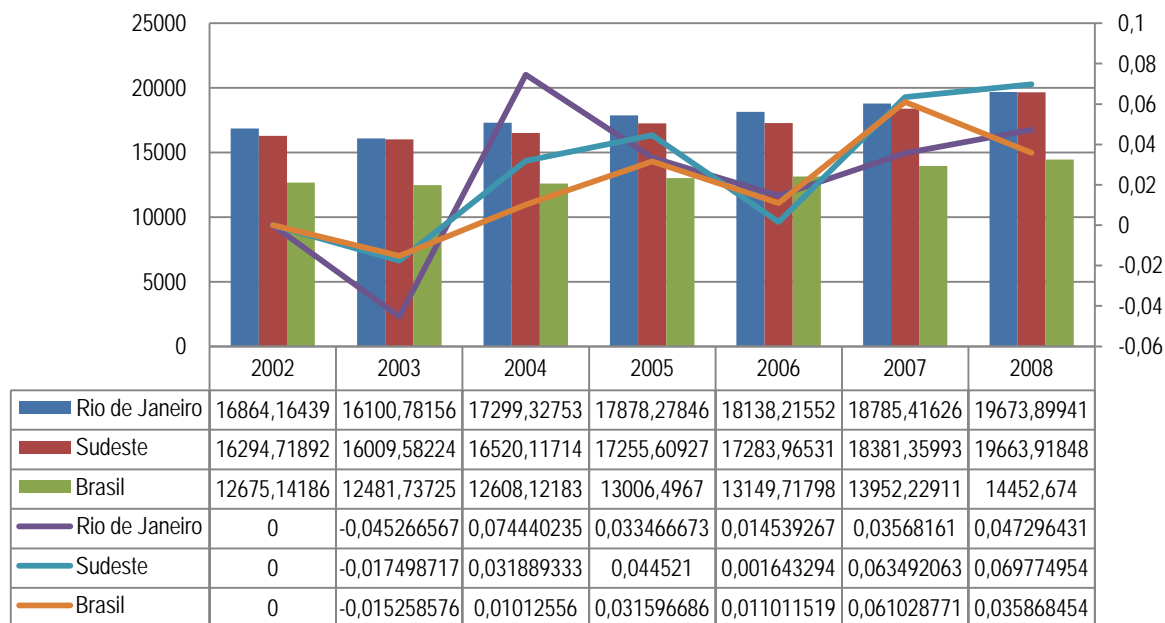
Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2002-2008 e Ipeadata.

Pelos dados do gráfico, observamos que o crescimento médio da economia brasileira entre 2002 e 2008 foi de 4,0%. Neste período, os estados da região Sudeste apresentaram um crescimento médio de 4,2%. Já a economia do Estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento médio de 3,1%. Com isso, pelos mais recentes dados disponíveis acerca dos PIBs estaduais, percebemos que até o ano de 2008 a economia fluminense ainda crescia em um ritmo mais lento que o do Brasil e de outros Estados do Sudeste como um todo.

No que se refere à renda per capita do Estado do Rio de Janeiro em 2008 (R\$ 19.674,00), ela se encontrava acima da média nacional e no mesmo patamar da dos Estados da região Sudeste. Entre 2002 e 2008, a taxa de crescimento médio do PIB per capita no Rio de Janeiro foi de 2,3%, nos Estados da região Sudeste foi de 2,5%, e no Brasil, de 2,0%. Contudo, cabe destacar que o crescimento populacional no Estado do Rio de Janeiro no período foi de apenas 6%, sendo de 7% nos Estados do Sudeste e de 13% no Brasil. Isto quer dizer que a taxa positiva de crescimento do PIB per capita verificada no Estado do Rio de Janeiro foi influenciada pelo baixo crescimento populacional verificado no período.

Gráfico 2

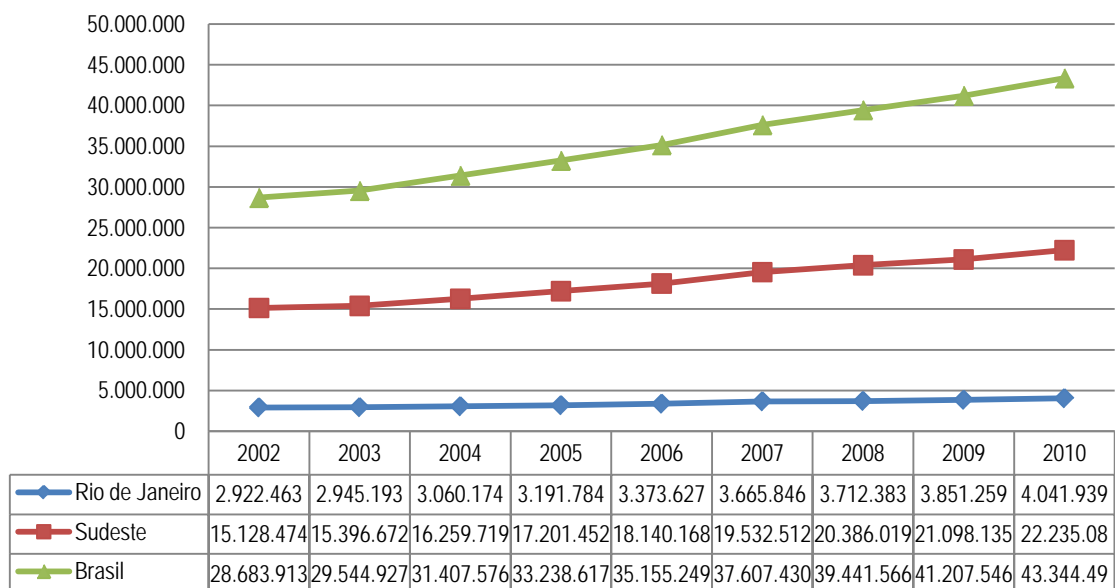
EVOLUÇÃO DO PIB *PER CAPITA* ABSOLUTO E DA TAXA DE CRESCIMENTO - RIO DE JANEIRO, SUDESTE, BRASIL - EM R\$ DE 2008



Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2002-2008 e Síntese de Indicadores Sociais

Gráfico 3

EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS - RIO DE JANEIRO, SUDESTE, BRASIL - ESTOQUE EM DEZEMBRO

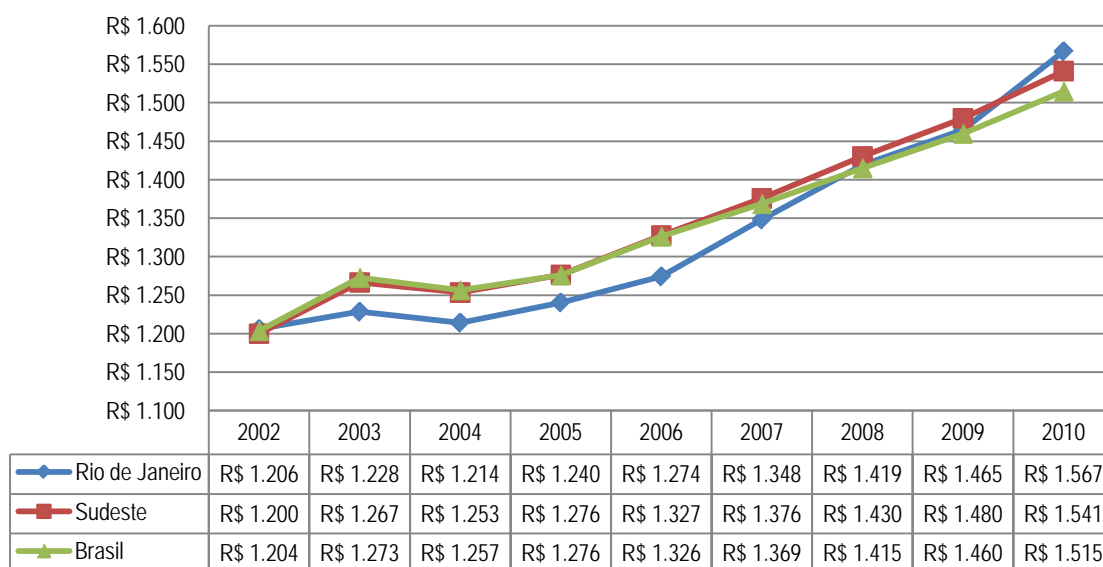


Fonte: RAIS e Caged - Ministério do Trabalho

A evolução do estoque de empregos formais na economia é um dos indicadores mais importantes para avaliar sua dinâmica, pois reflete a geração de empregos a partir do crescimento econômico verificado. Entre 2002 e 2010, a aceleração do crescimento da economia brasileira gerou 14.600.580 novos empregos formais, ou um crescimento de 51% no período. A região Sudeste, no mesmo período, gerou 7.106.612 novos empregos formais, apresentando um crescimento total de 47% entre 2002 e 2010. Já o Estado do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2010, gerou 1.119.476 novos empregos formais. Isto representa um crescimento total de 38,3%. Apesar de ter apresentado um crescimento percentual do emprego formal abaixo da média nacional e da região Sudeste entre 2002 e 2010, a partir do ano de 2008, a economia fluminense passou a reagir. Entre 2008 e 2010, a geração de empregos formais na região Sudeste cresceu 9,1%, e no Rio de Janeiro, 8,9%. Como reflexo deste ritmo de geração de empregos formais, a proporção de pessoas empregadas sem carteira assinada sobre o total da população ocupada no Rio de Janeiro saiu de 21% em 2002 para 17,3% em 2010 (PME-IBGE). Para todas as Regiões Metropolitanas analisadas² na pesquisa, este percentual saiu de 21,2% em 2002 para 18,0% em 2010.

Gráfico 4

RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL - RIO DE JANEIRO, SUDESTE, BRASIL - EM R\$ DE 2011



* Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego. Notas: 1. Inflacionado pelo INPC da região metropolitana

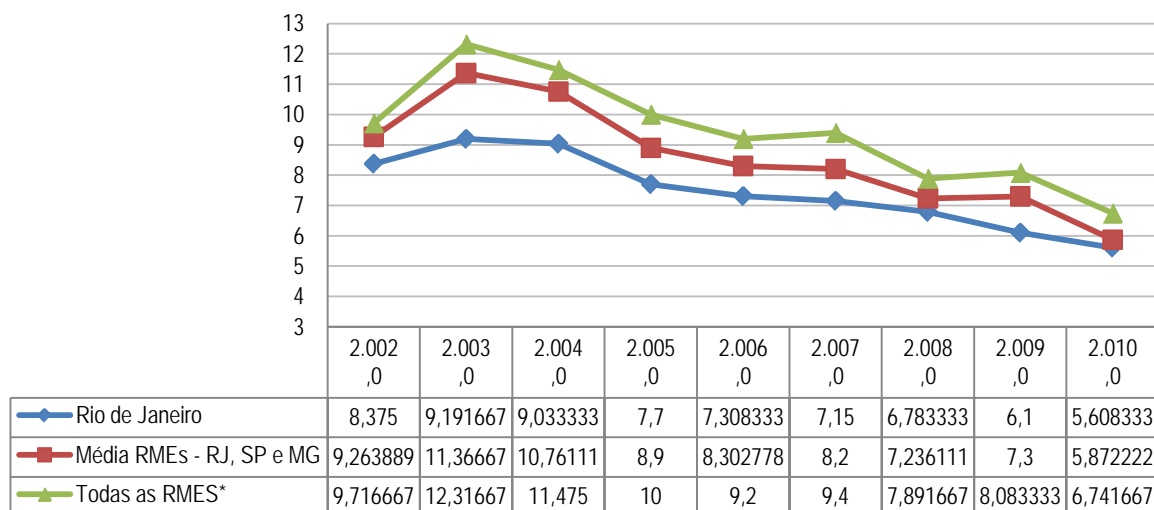
Esta recuperação do crescimento do emprego formal teve impacto direto sobre a renda real média dos trabalhadores fluminenses. Em 2010, a renda real média do trabalho no Rio de Janeiro (R\$ 1.567,00) superou a renda real média dos trabalhadores das RMEs de RJ, MG e SP (R\$ 1.526,00) e a renda real média do trabalho em todas as RMEs³ (R\$ 1.515,00).

² Pesquisa Mensal do Emprego – PME/IBGE: Salvador, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo.

³ RMEs pesquisadas pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE): Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife.

Gráfico 5

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO NA SEMANA DE REFERÊNCIA - RIO DE JANEIRO, SUDESTE, BRASIL



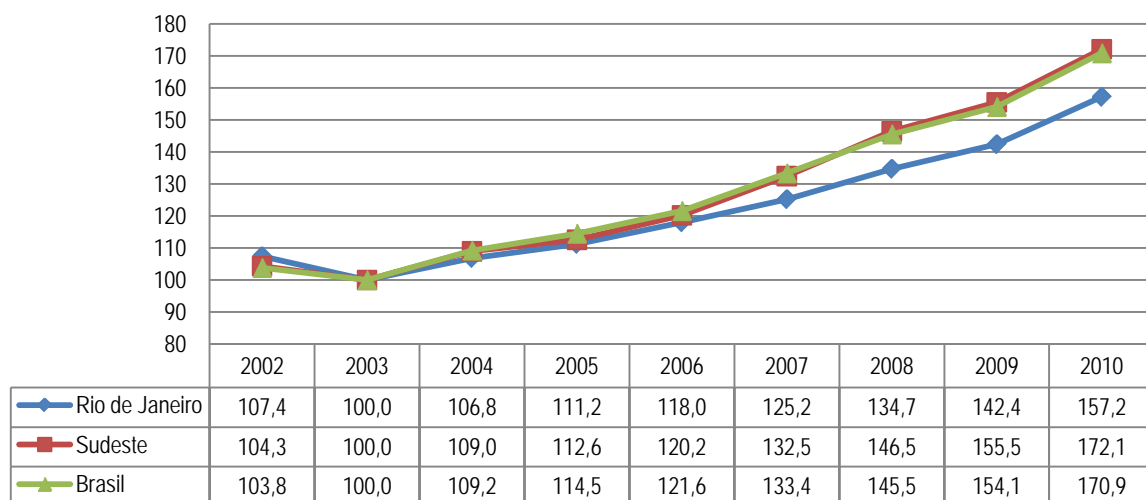
* Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

O gráfico 5 revela a queda contínua da taxa de desocupação no Brasil a partir de 2003. O Estado do Rio de Janeiro, que em 2002 já apresentava uma taxa (8,4%) inferior à de todas as RMEs (9,7%) e da média das RMEs do RJ, MG e SP (9,3%), apresentou uma queda acentuada do indicador nos últimos oito anos, alcançando uma taxa de desocupação de 5,6% em 2010, situação muito próxima à do pleno emprego.

Gráfico 6

EVOLUÇÃO ÍNDICES MÉDIOS DE VOLUME E DE RECEITA NOMINAL DE VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA - RIO DE JANEIRO, SUDESTE, BRASIL - (2003 = 100)

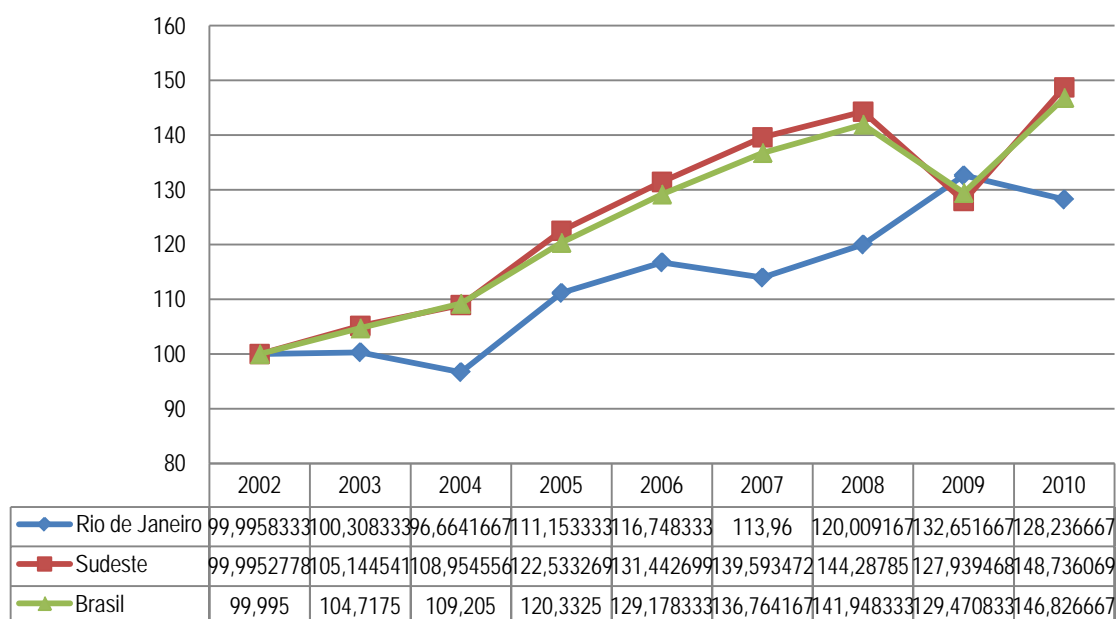


Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

A análise da evolução do volume e da receita nominal das vendas do comércio varejista é um indicador importante para medir a dinâmica da economia em tela. Pelos dados do gráfico 6, observamos que entre 2003 e 2008 o índice médio de volume de vendas do comércio do Rio de Janeiro cresceu abaixo da média nacional e da região Sudeste. Tal tendência passou a se inverter principalmente a partir de 2009, quando o crescimento das vendas do comércio no Estado do Rio de Janeiro se aproximou dos apurados no Brasil e na região Sudeste.

Gráfico 7

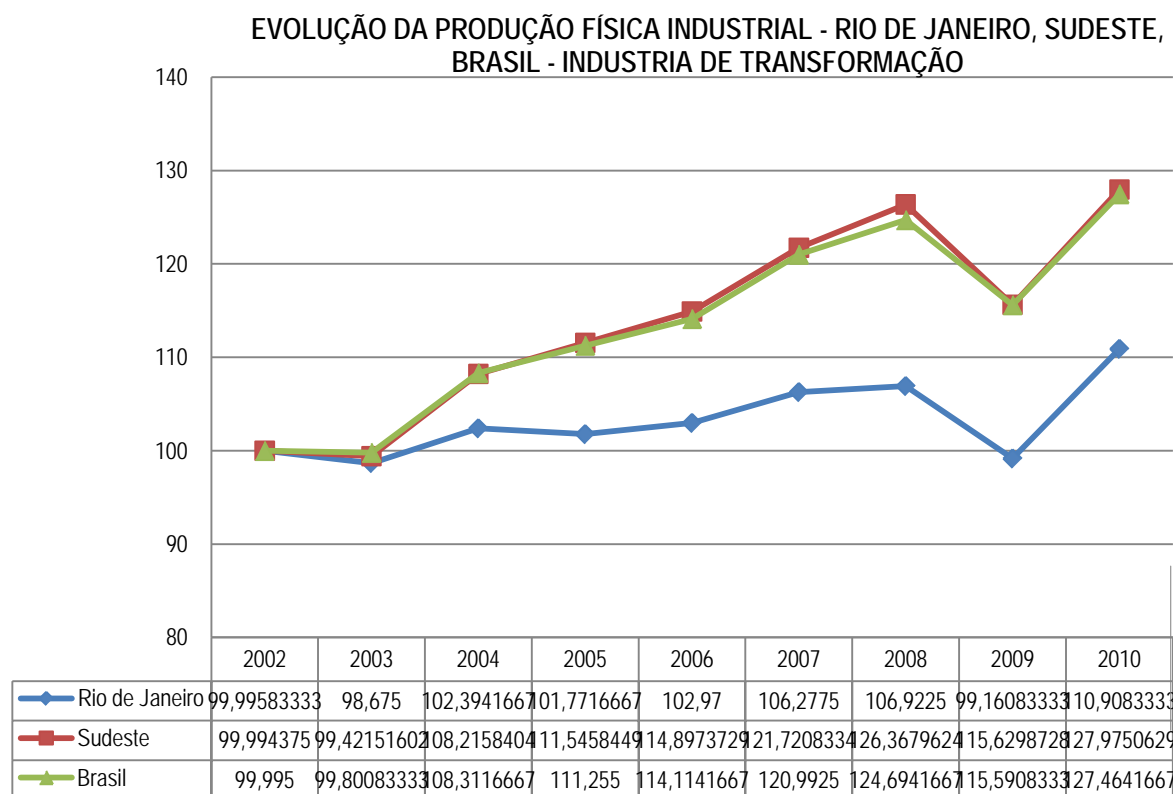
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - RIO DE JANEIRO, SUDESTE, BRASIL - INDÚSTRIA EXTRATIVA



Fonte: IBGE - PIM-PF Regional

Em 1985, o Rio de Janeiro era o segundo Estado do Brasil com maior número de empregos formais (520.334) no setor industrial. Já em 2010, o Estado ocupava a sexta colocação, com 432.531 empregos. Apesar disso, o cronograma de grandes investimentos industriais em curso e a maturação de alguns deles no Estado parecem apontar para uma inflexão positiva no setor. Isto se reflete no crescimento industrial verificado em 2010, que indica que o cenário de baixo crescimento pode estar se revertendo.

Gráfico 8



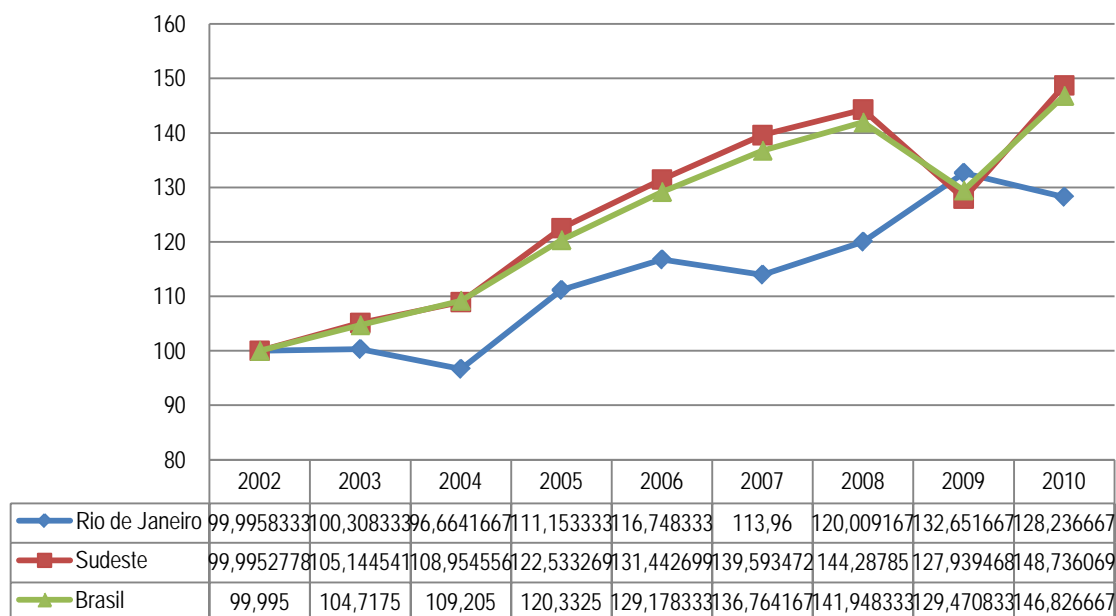
Fonte: IBGE - PIM-PF Regional

O Estado do Rio de Janeiro apresenta a menor participação da indústria de transformação sobre o setor industrial (9,9%) como um todo entre todos os Estados do Sudeste. É sabido que, entre todos os subsetores industriais, o de transformação é o que paga os maiores salários e o que está relacionado às atividades de maior valor agregado. Os dados do gráfico 8 demonstram o baixo dinamismo da indústria de transformação no Estado do Rio de Janeiro. Em 2009, potencializado pelos efeitos da crise internacional, o volume físico da produção da indústria de transformação fluminense voltou aos níveis de 2002. No Brasil e na região Sudeste, o crescimento acumulado no mesmo período foi de 15,6%. Apesar disto, em 2010, a indústria de transformação fluminense apresentou um crescimento vigoroso – de aproximadamente 12% –, o que nos aproxima das taxas de crescimento do setor no Brasil e na região Sudeste como um todo.

A indústria extrativa representa metade do setor industrial no Estado do Rio de Janeiro. Este subsetor cresceu de forma acelerada no Estado e na região Sudeste, puxado principalmente pelo aumento da extração – e do preço – de petróleo no litoral fluminense e capixaba e pela extração de minérios em Minas Gerais. Cabe destacar ainda que a indústria extrativa em São Paulo representa inexpressivos 0,1% do setor industrial, e, por isso, o crescimento expressivo da produção física no setor é reflexo de seu aumento exclusivamente no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Gráfico 9

**EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - RIO DE JANEIRO, SUDESTE,
BRASIL - INDÚSTRIA EXTRATIVA**



Fonte: IBGE - PIM-PF Regional

Assim, os dados demonstram que o Rio de Janeiro apresentou taxas de crescimento econômico, geração de novos empregos formais, crescimento do volume de vendas do comércio e da produção física da indústria abaixo da média nacional e da média da região Sudeste. Observamos também que a estrutura produtiva da economia fluminense permanece concentrada em setores com poucos encadeamentos produtivos internos e alta relação capital/trabalho gerando proporcionalmente menos empregos que a estrutura econômica de outros Estados. Em contrapartida, a renda real média do trabalho, a proporção de pessoas empregadas sem carteira assinada sobre o total da população ocupada e a taxa de desocupação da RMRJ são indicadores que tiveram melhores médias no Rio do que em outros Estados citados. Há, finalmente, sinais de que a economia fluminense pode estar retomando o crescimento sustentado, anunciado pela recuperação recente de indicadores.

É preciso ainda vencer antigos desafios. Um deles consiste em direcionar a estratégia de desenvolvimento da economia fluminense para a consolidação de complexos produtivos existentes e a para construção e desenvolvimento de outros. Para isso, convém coordenar a atuação das instituições estaduais de fomento para induzir e incentivar as empresas fluminenses a aproveitarem as oportunidades de preenchimento das cadeias produtivas nos setores em que o Estado possui vantagens comparativas, como os de petróleo e gás, química e siderurgia. Além disso, o Rio deve procurar revelar novas vocações econômicas e desenvolver os setores intensivos em tecnologia e trabalho menos agressivos ao meio ambiente, como são os casos das áreas de tecnologia da informação, biotecnologia, indústria do entretenimento e da cultura e do setor de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Colocado o cenário macroeconômico para as economias do Brasil e do Rio de Janeiro, cabe agora descrever a estratégia de desenvolvimento econômico do Estado. A orientação estratégica do Governo do Estado têm por finalidade sobretudo criar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento da atividade produtiva. Para alcançar este objetivo, a área econômica atua com a sua capacidade de articulação entre órgãos e entidades públicas e privadas e com alguns programas de incentivos fiscais e financeiros.

Em particular, o trabalho de articulação consiste em facilitar a negociação de empresas com as diversas áreas de Governo e concessionárias de serviços públicos. Trata-se de criar para o empresário um setor de referência no interior do Governo estadual. Como estímulos à atividade econômica, a Secretaria dispõe de um conjunto de incentivos tributários e financeiros que ajudam a aumentar a competitividade do Rio de Janeiro. Entende-se, porém, que incentivos são apenas um dos fatores relevantes na tomada de uma decisão de investimento. A criação de um ambiente de negócios adequado passa por uma boa interlocução com o Governo, proximidade de mercados e fontes de matérias primas, disponibilidade de mão de obra qualificada e facilidades logísticas.

Com o intuito de incentivar o investimento, o Governo criou o Programa de Bens de Capital de Consumo Durável, que tem como objetivo desonerar de impostos os investimentos. Para isso, este programa institui tratamento tributário especial diferindo o ICMS das operações de importação e aquisição de máquinas e equipamentos. A idéia é que os investimentos em atividades produtivas que vão gerar mais impostos e postos de trabalho não devem ser tributados pelo Estado. O programa vem sendo utilizado por empresas de diversos setores, uma vez que desonera os investimentos de maneira horizontal.

De modo a promover a diminuição das desigualdades regionais, em parceria com a Assembléia Legislativa, o Governo criou o Programa de Recuperação Industrial Regionalizada. A Lei 5.636/2010 (que substituiu a Lei 4.533/2005) estabeleceu tratamento tributário diferenciado com alíquota de 2% para um conjunto de 44 municípios e três distritos industriais. A principal evolução em relação à Lei anterior é a obrigatoriedade de avaliação, realizada por uma comissão no Poder Executivo, dos pleitos das empresas interessadas em se beneficiar da alíquota. Esta comissão busca evitar assimetrias competitivas ao não favorecer empresas que já possuam concorrentes que não gozem deste benefício no Estado.

A viabilização financeira de projetos de investimentos conta com o apoio do Programa Fundes. Este incentivo caracteriza-se pelo financiamento de parte do imposto referente ao faturamento incremental de um investimento. Assim, as empresas que realizam investimentos no Estado usufruem um benefício financeiro, visto que financiam parte dos impostos com taxas de juros reduzidas. O incentivo contempla todos os setores da economia, sendo, na prática, o financiamento do capital de giro de uma empresa.

O Executivo estadual conta igualmente com empresas especialmente voltadas para a atração de novos investimentos produtivos no Rio de Janeiro. Uma delas é a Investe Rio, agência cuja missão é estimular o desenvolvimento por meio da concessão de financiamentos e da prestação de serviços financeiros. Através dela, o Governo pode financiar projetos de todos os portes, da micro à grande empresa, instalada ou em implantação. Ela administra linhas de crédito amparadas por recursos do BNDES ou recursos próprios do Tesouro do Estado e de fundos estaduais de fomento. Trata-se de uma agência que precisa continuar a ser capitalizada, de modo a ganhar musculatura financeira para responder à demanda de financiamentos no Estado.

Questão relevante para o desenvolvimento do Rio de Janeiro é o encadeamento dos setores já instalados no Estado. A atração de fornecedores, empresas prestadoras de serviços e clientes para o entorno de grandes empresas eleva a produtividade dessas empresas e gera benefícios para o Estado. Em particular, o Governo terá por foco o desenvolvimento das seguintes cadeias produtivas:

- Cadeia do Petróleo e Gás
- Cadeia Siderúrgica
- Cadeia Petroquímica
- Cadeia Automobilística
- Cadeia Naval
- Cadeia Logística
- Cadeia de Bens de Consumo de Massa:
 - Setor de Alimentos e Bebidas
 - Setor de Vestuário e Calçados
 - Setor Moveleiro

O desenvolvimento dessas cadeias passa pela atração de empresas (clientes, fornecedores e prestadores de serviços), pelo incentivo à formação de arranjos produtivos e pela sua articulação com as aquisições das gran-

des empresas. Outra estratégia é a articulação entre as Secretarias do Governo, no sentido de viabilizar a infraestrutura e a capacitação profissional necessárias para os novos investimentos e setores em expansão.

É importante também que se tenha uma clara reflexão setorial sobre as potencialidades e gargalos da economia fluminense. Nesse sentido, a disponibilização de recursos para a contratação de análises setoriais e estudos de pré-viabilidade é mais do que necessária.

A elevação da eficiência no setor público fluminense é também condição necessária para o desenvolvimento. A área econômica do Governo vem mantendo contato com as prefeituras no sentido de orientá-las para um melhor relacionamento com investidores. Nota-se que parte dos investimentos privados hoje no Estado pertence ainda à economia do século XX. O maior desafio do Rio de Janeiro é fazer com que estes investimentos alavanquem a economia do século XXI, baseada em serviços e tecnologia. Por fim, a agenda de megaeventos esportivos coloca o Rio em evidência no cenário internacional e também deve ser usada para desenvolver o turismo e fortalecer a imagem do Estado.

O desafio de transformar crescimento em desenvolvimento econômico passa necessariamente pela renovação do setor público fluminense, que deve aprofundar o processo de modernização em curso, ganhar eficiência e gestão para responder às questões do século XXI. Os exemplos atuais de renovação na área de planejamento e na gestão de determinados setores do Executivo estadual apontam caminhos para os próximos passos. O desafio requer iniciativas de responsabilidade do conjunto do Governo e vem sendo enfrentado por seus mais diversos órgãos, em especial aqueles envolvidos com a área de planejamento e gestão, assim como os da área fiscal e financeira da administração estadual. Sobre esta última área versará o próximo capítulo deste PPA.

Referências Bibliográficas:

Banco Central do Brasil (2010) Cenários da Economia Brasileira e Mundial em 2011. Disponível em: www.bcb.gov.br/?MAISTEXTOS.

Barth Sobral, B. L. (2010) Revista de Economia Fluminense – Estratégias para o Desenvolvimento. Ano V – N° 9 – Dezembro de 2010.

Bicudo Casarin, L. O. (2009) Economia do Rio de Janeiro: Senso Comum e Agenda de Desenvolvimento. 2° Colocado. Prêmio Sefaz-Sedeis Finanças Públicas e Desenvolvimento Econômico 2009.

BUENO, Julio Cesar Carmo e CASARIN, Luiz Octavio Bicudo. Os Recursos do Petróleo e as Perspectivas para os Investimentos no Estado do Rio de Janeiro. In: Rio: A Hora da Virada (André Urani e Fabio Giambiagi, orgs.). Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.

Fonseca, R. G. (2010) Valorização cambial e as armas para defender a indústria na guerra fiscal – Revista Brasileira de Comércio Exterior - RBCE - 105.

Governo Federal (2010) 10° Balanço do PAC – Janeiro a Abril de 2010 – Rio de Janeiro. Disponível em: www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-1.

Ministério da Fazenda (2010) Economia Brasileira em Perspectiva, Edição Especial/ Ano 2010. Disponível em: www.fazenda.gov.br.

Monteiro Neto, A. (2010) Taxas de juros e câmbio: efeitos dos juros e do câmbio sobre a indústria – Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Maio de 2010.

INTRODUÇÃO

Vive-se atualmente o momento da gestão pública. A sociedade cobra por um Estado mais eficiente e eficaz nos seus gastos. A preocupação se volta para distintos aspectos da administração, nos quais se incluem os de natureza fiscal, entre eles o montante da dívida, assim como a qualidade dos gastos efetuados pelo governo e a sustentabilidade deles a médio e longo prazo. As contas públicas necessitam de um contínuo acompanhamento, de forma que os controles realizados sejam efetivos e contribuam não apenas para se alcançar o desenvolvimento econômico, mas também para que assegurem a oferta de bens e serviços à população.

O equilíbrio nos gastos públicos advém de um planejamento correto, coerente e compatível com a arrecadação do ente, com o que se pode alcançar maior eficácia nos gastos e destinar recursos para as ações determinadas como prioritárias pela administração. Saber se o setor público tem condições de gerar recursos para a realização dos investimentos necessários ao crescimento da economia é importante para a identificação de prioridades. Além disso, é necessário compreender como o Estado se relaciona com seus municípios, distinguindo-se as transferências voluntárias da parcela das receitas estaduais que deve ser transferida por força de determinações constitucionais, tendo em vista a implementação de políticas coordenadas no território.

Considerando esses aspectos, na análise do desempenho fiscal no período 2003 a 2010, trabalhou-se com a receita arrecadada, ou seja, a parcela dos recursos orçamentários com que o Estado efetivamente contou para financiar suas atividades correntes e o investimento. Para isso, partiu-se dos Demonstrativos Fiscais e Financeiros: balanços, relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e informações complementares. Os montantes relativos aos fluxos de receitas (arrecadadas) e de despesas (empenhadas) são apresentados a preços médios de 2010. Logo, as variações são reais, usando-se para o seu cálculo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor -- IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Tabela 1

(R\$ milhões)*									
RUBRICAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	VAR% 2003/10
Receita Corrente	35.231	36.740	37.199	40.108	40.286	45.350	41.099	46.564	32,2
Despesa Corrente	33.669	34.163	35.375	37.522	37.086	40.346	39.199	42.510	26,3
Resultado Corrente	1.562	2.577	1.824	2.587	3.200	5.004	1.900	4.054	159,5
Receita de Capital	300	395	930	1.008	417	579	1.567	2.242	7,5
Despesa de Capital	1.824	2.777	2.673	3.725	2.709	3.061	4.299	6.519	3,6
Resultado do Exercício Fiscal	38	195	81	(130)	908	2.521	(832)	(223)	-5,8

Fonte: STN e SEFAZ RJ

*a preços médios de 2010, pelo IPCA/IBGE

A Tabela 1 apresenta informações básicas sobre o desempenho no período 2003 a 2010 e a taxa de crescimento real dos valores associados às rubricas no período.

Ao longo dos anos da série, a Receita Corrente aumentou 32,2%, com crescimento relativamente bem distribuído no tempo. No período, a Receita Corrente aumentou 28%, com destaque para os anos de 2008 e 2010. A queda da receita em 2009 foi provocada pela redução das transferências dos royalties do petróleo e pelo início da contabilização das contas da CEDAE no orçamento de investimentos. Nos números expressivos da receita de capital de 2009 e 2010, destacam-se o aumento das operações de crédito, alienação de bens e transferências de capital. A Tabela 2, apresentada no próximo item, explicita esses movimentos, e acompanha a análise mais detalhada dos antecedentes das contas estaduais.

ANTECEDENTE FISCAL

O Estado do Rio de Janeiro registrava um longo histórico de dificuldades em suas contas públicas e apresentava em 2002 uma situação fiscal preocupante. Sinteticamente, a situação do Estado pode ser avaliada a partir dos seguintes indicadores:

- Déficits apurados nas execuções orçamentárias no período de 1998 a 2002;
- Déficit primário em 2002 no valor de R\$ 519.037 mil;
- O Estado do Rio de Janeiro apresentava em 2002 elevada relação entre a despesa com pessoal e a Receita Corrente Líquida, conforme a apuração prevista pela Lei Complementar 101/00, perfazendo um percentual de 51,01 %;
- A Dívida Consolidada Líquida do Estado representava o percentual de 234,76% da Receita Corrente Líquida em 2002, superior em 34,76 pontos percentuais ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40/01;
- As dívidas com fornecedores não eram pagas pontualmente, o que gerava custos adicionais para o Estado e avaliação negativa para o risco de crédito comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, analisada pelos seus principais indicadores, a situação das finanças do Estado era crítica. Vale lembrar que o exercício de 2003 se iniciou com a perspectiva da obrigação de pagamento de despesas não empenhadas nem liquidadas com décimo terceiro salário e parcela relativa aos juros, encargos e amortização de dívida, referentes ao exercício de 2002, inscritos em Despesas de Exercícios Anteriores no total de R\$ 909.313 mil.

EVOLUÇÃO DA RECEITA

A arrecadação tributária possui correlação estreita com o nível de atividade econômica. Ainda assim, é importante tratar isoladamente a tributação do Estado, com o objetivo de avaliar sua qualidade e sua capacidade de geração de receita.

O Estado do Rio de Janeiro tem, na Receita Tributária, sua principal fonte de financiamento, de onde vêm 60% dos recursos disponíveis. A Tabela 2 resume os componentes principais da Receita Orçamentária (da qual foram retiradas as receitas intra-orçamentárias) do Estado, e sua evolução é evidenciada no Gráfico 1. Os montantes das diversas categorias de receita tributária e de transferências já se encontram descontados da parte destinada ao FUNDEF/FUNDEB, o que mascara a taxa de crescimento da arrecadação a partir de 2007, quando a dedução ao Fundo cresce, no caso do ICMS e de algumas transferências, e se inicia, no caso do ITCD e IPVA.

Gráfico 1

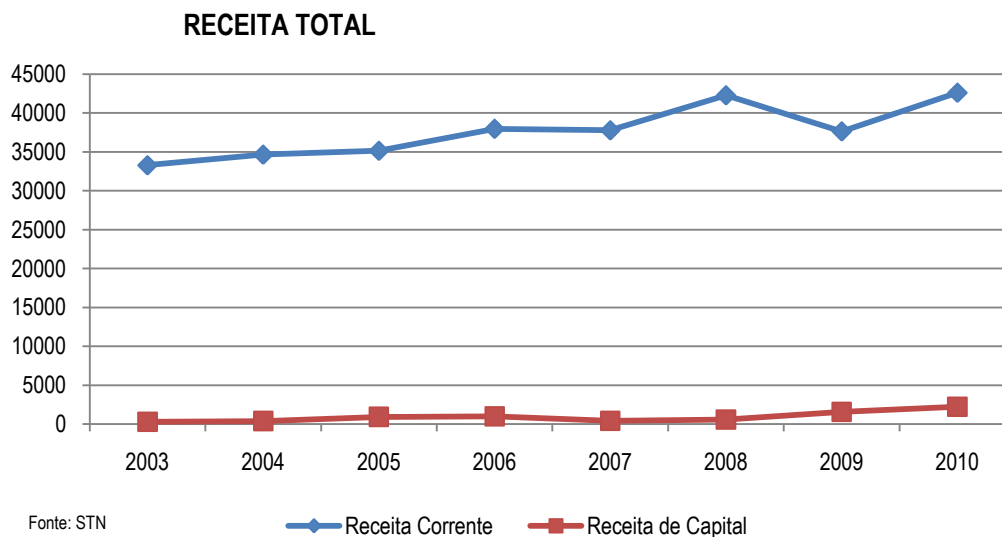


Tabela 2

COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2003-2010

R\$ milhões ***

RUBRICAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Var% 2003/10
Receita Total*	33.587	35.049	36.077	38.981	38.197	42.861	39.211	44.857	34%
Receita Corrente*	33.287	34.654	35.147	37.973	37.780	42.283	37.644	42.614	28%
Receita Tributária	18.866	20.265	19.795	20.771	21.209	22.587	23.358	25.994	38%
ICMS	15.714	17.204	16.698	17.395	17.747	18.956	18.667	20.904	33%
IPVA	1.048	1.085	1.133	1.188	1.235	1.276	1.429	1.277	22%
ITCD	145	152	151	182	227	238	244	371	156%
IRRF	1.513	1.265	1.234	1.351	1.344	1.401	1.349	1.491	-1%
Outras Receitas Tributárias**	403	425	473	529	586	626	1.246	1.347	234%
Receita da Dívida Ativa Tributária	42	135	106	126	70	90	422	603	1338%
Transferências Intergovernamentais	6.555	7.096	8.393	9.675	8.560	11.819	9.745	11.290	72%
FPE	411	417	490	519	568	647	581	596	45%
SUS (somatório de todos os SUS)	5	473	976	1.176	587	727	860	604	13227%
FNDE	480	169	209	233	280	309	371	533	11%
FUNDEF/FUNDEB	876	886	838	823	1.197	1.646	2.001	2.193	150%
Royalties pela Exploração de Petróleo	4.181	4.147	1.662	6.154	5.071	7.424	5.136	6.409	53%
Outras Transferências Intergovernamentais	602	1.004	4.218	770	857	1.065	795	955	59%
Outras Receitas Correntes	7.866	7.293	6.959	7.527	8.011	7.877	4.541	5.330	-32%
Contribuições Sociais	591	1.214	934	1.048	1.017	948	951	1.040	76%
Receita de Valores Mobiliários	370	267	232	275	356	608	528	543	47%
Certificados Financeiros do Tesouro (CFT's)	2.541	2.333	1.937	1.534	1.549	1.435	1.400	1.540	-39%
Outras Receitas Patrimoniais	44	176	242	644	342	53	56	104	137%
Receitas de Serviços	2.901	2.639	2.974	3.069	2.942	3.388	329	344	-88%
Demais Receitas Correntes	1.420	664	640	956	1.805	1.444	1.276	1.759	24%
Receita de Capital	300	395	930	1.008	417	579	1.567	2.242	648%
Operações de Crédito	276	350	354	425	190	194	289	1.295	370%
Alienação de Bens	9	13	447	276	1	2	471	46	413%
Amortização de Empréstimo	-	-	-	126	115	103	148	149	
Transferências de Capital	14	32	32	16	110	274	659	742	5267%
Demais Receitas de Capital	1	1	97	166	0	5	0	10	670%

* exceto as intra-orçamentárias

**Taxes

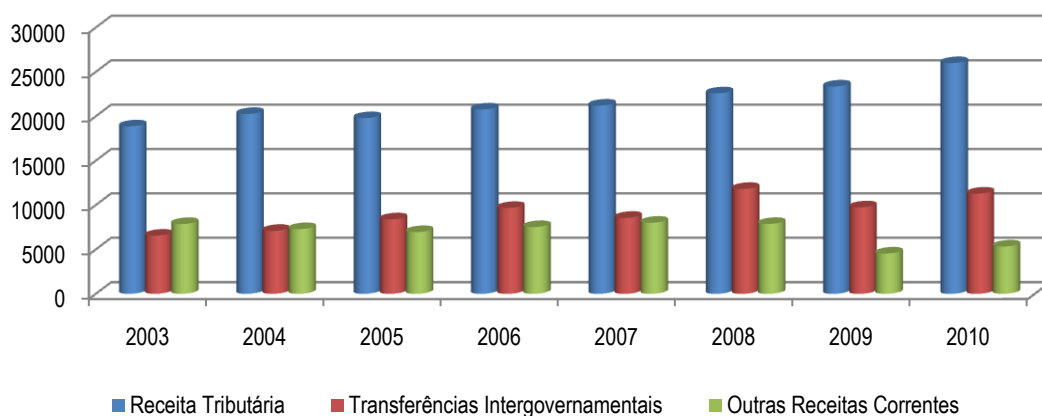
***a preços médios de 2010, pelo IPCA/IBGE

Fonte: STN, SEFAZ RJ

A Receita Tributária tem aumentado ano a ano, com expansão acumulada nos oito anos de 37,8%, fruto dos investimentos na modernização dos processos de arrecadação e da contratação de novos fiscais por concurso público. Entre 2003 e 2010, o ICMS aumentou em 33%, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, em 21,8%. O Imposto Causa Mortis e Doações – ITCD e as Taxas duplicaram de valor, desempenho este que em muito superou a média brasileira. Nesse grupo, o ICMS, como nos demais Estados, é o de maior montante.

Gráfico 2

RECEITAS CORRENTES



Fonte: STN

A Tabela 3 apresenta a evolução da arrecadação de ICMS bruta de Estados brasileiros de porte grande e médio das regiões Sudeste e Sul, destacando os montantes para efeito de comparação. Percebe-se que a crise de 2008 não reduziu a arrecadação do Rio de Janeiro, o que é observado em quase todos os Estados selecionados. A arrecadação per capita do Estado do Rio vem aumentando ao longo dos anos, embora seja apenas a quarta mais elevada, de acordo com a tabela 3.

Tabela 3

ARRECADAÇÃO DO ICMS

R\$ milhões*

Estados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Pop 2010 (1000 hab)	ICMS 2010 R\$ per capita	Var % 2003/10
Total Brasil**	173.775	185.687	195.420	207.533	218.049	245.918	241.103	259.857	190.756	1.362	50%
Rio de Janeiro	16.286	17.530	16.872	17.857	18.210	19.705	20.076	23.002	15.994	1.438	41%
Espírito Santo	4.275	5.013	5.838	6.141	6.831	7.735	7.011	6.965	3.515	1.981	63%
Minas Gerais	16.061	17.759	19.695	20.527	22.466	25.647	23.491	27.186	19.595	1.387	69%
São Paulo	58.687	61.680	64.233	69.703	73.431	84.321	82.587	92.317	41.252	2.238	57%
Paraná	9.774	10.509	11.032	11.174	11.720	13.000	12.966	13.849	10.445	1.326	42%
Santa Catarina	6.824	7.062	7.342	7.441	7.928	8.776	8.964	10.366	6.248	1.659	52%
Rio Grande do Sul	13.093	12.945	14.336	14.249	14.244	16.379	15.858	7.095	10.694	663	-46%
Outros Estados	48.776	53.189	56.071	60.441	63.219	70.354	70.149	79.076	83.013	953	62%

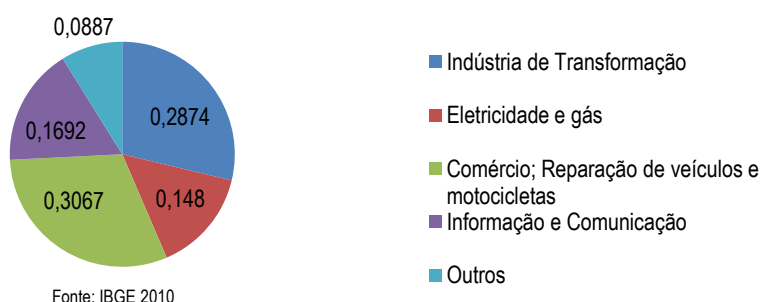
Fonte: CONFAZ

* preços médios de 2010, pelo IPCA/IBGE

**Somatório de todas UF

Gráfico 3

ARRECADAÇÃO DE ICMS/RJ - PRINCIPAIS SETORES



As transferências da União são a segunda fonte de recursos com que conta o Estado. Dessas transferências, uma parte é vinculada, seja a políticas setoriais, como educação – FUNDEB, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE – e saúde – Sistema Único de Saúde – SUS, seja a categorias de gastos, como os royalties pela exploração de recursos naturais (vide Resolução do Senado Federal 43/01).

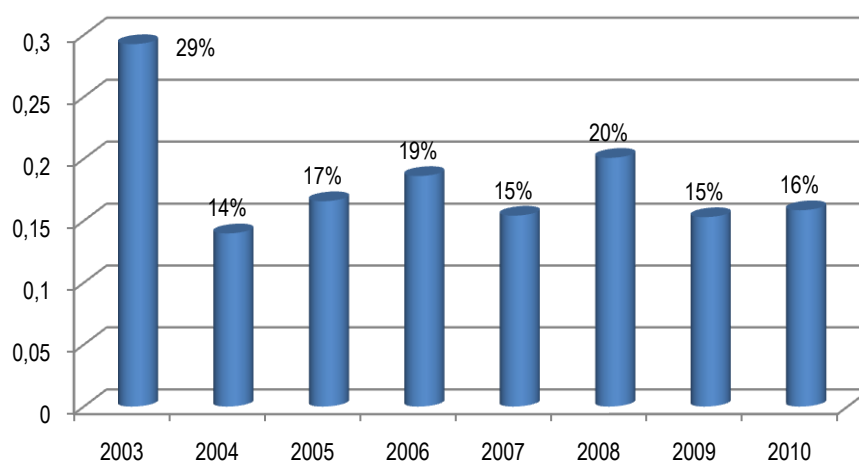
A relação entre a contribuição do Estado ao FUNDEB e a parcela que retorna aos cofres estaduais depende do número de matrículas na rede estadual. Entre 2008 e 2009, o número de matrículas estaduais reduziu-se de 639,6 mil para 579,65 mil. De acordo com o Ministério da Educação (INEP, 2008), a redução resulta da dinâmica demográfica – queda na natalidade e redução da população da faixa etária do ensino fundamental – e, mais recentemente, de mudanças na coleta das informações do Censo Escolar, que reduziram bastante a dupla contagem de alunos. Assim, os recursos do FUNDEB cresceram principalmente em razão da expansão da receita do ICMS, de onde se origina a parcela mais substancial para a sua constituição.

As transferências referentes à exploração dos recursos naturais representam o maior volume de repasses da União ao Estado do Rio, sendo os royalties do petróleo o seu principal montante. A indústria do petróleo é bastante representativa em termos de infraestrutura e desenvolvimento econômico para o Estado do Rio de Janeiro.

Ainda hoje, o petróleo e o gás natural são as principais fontes de energia, que somadas às diversas atividades correlatas – exploração, produção e refino – apresentam importante participação em termos econômicos, financeiros e políticos. Em suma, são fontes que constituem um forte impulsionador do desenvolvimento regional, proporcionando benefícios em termos de emprego, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, impostos, transferências intergovernamentais, entre outros.

Gráfico 4

ROYALTIES/RCL NO ERJ



Fonte: STN.

Os dados do Gráfico 4 expressam o quanto os royalties e os recursos provenientes da Participação Especial representam no montante da Receita Corrente Líquida. Os valores não incluem o montante recebido em 2009 e 2010 referente à auditoria realizada no Campo de Marlim, que resultou no pagamento de R\$ 800 milhões.

O montante de valores dos royalties do petróleo foi importante para a renegociação da dívida do Estado junto ao Governo Federal e para o fornecimento de recursos destinados ao pagamento das obrigações previdenciárias do Fundo Único de Previdência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA. A resolução do Senado Federal 43/ 2001, art. 5º, § 2º vinculou os recursos provenientes da antecipação de receitas de royalties à capitalização de Fundos de Previdência ou à amortização extraordinária de dívidas com a União.

Entre as outras Receitas Correntes, destacam-se as de valores mobiliários, que registram as receitas oriundas de operação de antecipação de resgate de Certificados Financeiros do Tesouro – CFT. Em 2008, houve uma operação de permuta de parcela dos títulos da União que se encontravam na carteira do RIOPREVIDÊNCIA (Portaria STN nº 665, de 11.10.07), registrando uma receita adicional de R\$ 508 milhões, decorrente da antecipação de resgates de títulos que venceriam de 2011 a 2014, que foram trocados por títulos de iguais condições, porém resgatáveis nos meses de outubro a dezembro de 2007. Vale observar que os CFT vêm perdendo importância ao longo do período 2003 a 2010, e que, com a antecipação dos recebimentos, seu resgate se completará já em 2012.

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Da mesma forma que na receita, entre 2003 e 2010, a estrutura de despesa estadual sofreu profunda mudança, ganhando importância os investimentos, as inversões financeiras e a amortização da dívida pública. A Tabela 4 resume os componentes principais da despesa e sua evolução.

As despesas com pessoal tiveram crescimento inferior ao da receita. Sua participação passou de 48% da despesa total, em 2003, para 45%, em 2010. Comparada a Despesa de Pessoal Líquida - DPL com a Receita Corrente Líquida (DPL/RCL), verifica-se forte ajustamento aos limites estabelecidos pela LRF (o limite para gastos com pessoal do Poder Executivo nos Estados é de 49%). Em 2003, esse quociente era de 48,91%, caindo para 36,22% em 2010. Vale observar que, em 2003, cerca de 1% das Outras Despesas de Pessoal diziam respeito a despesas decorrentes de contratos de terceirização que, em 2010, já representavam 30%.

Tabela 4

COMPOSIÇÃO DA DESPESA

RUBRICAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Var% 2003/10
Despesa Total	33.548	34.854	35.996	39.111	37.289	40.339	40.043	44.727	33%
Pessoal	16.110	15.226	15.692	16.608	16.668	17.407	17.512	19.280	20%
Ativos	8.765	8.310	8.437	8.737	9.005	9.309	8.935	9.903	13%
Inativos e Pensionistas	6.605	6.086	6.397	7.064	6.801	7.085	7.367	7.983	21%
Outras Despesas de Pessoal	740	831	858	808	862	1.013	1.210	1.395	89%
Transferências Intergovernamentais	5.389	5.320	5.157	5.417	5.607	6.161	6.265	7.130	32%
Outras Despesas Correntes	7.598	9.284	9.959	10.747	9.547	10.931	9.557	9.616	27%
Investimentos	1.120	1.617	1.737	2.059	1.655	1.938	2.876	5.022	349%
Inversões Financeiras	16	19	38	787	77	143	137	116	634%
Serviço da Dívida	3.317	3.390	3.413	3.493	3.734	3.758	3.696	3.562	7%
Juros e Encargos	2.574	2.248	2.516	2.614	2.758	2.778	2.410	2.334	-9%
Amortização	742	1.142	898	879	977	980	1.285	1.228	65%

*exceto intra-orçamentárias

**a preços médios de 2010, pelo IPCA/IBGE

Fonte: STN, SEFAZ RJ

O exame do Gráfico 5, referente aos resultados primários obtidos nos últimos anos, permite aferir que o Estado do Rio de Janeiro deu uma relevante contribuição para a manutenção do equilíbrio das contas públicas da Federação.

Entre 2003 e 2010, o Estado do Rio apresentou seguidos superávits primários. Em 2008, ele atingiu o seu melhor resultado desde o início de 2003, em mais de R\$ 5 bilhões. Apesar da redução apresentada em 2009 em virtude da crise internacional, o Rio de Janeiro recebeu da agência internacional de classificação de risco Standard & Poor's - S&P o rating (grau de risco) "BBB-". Isto significa que o Rio passou a integrar o grupo de governos com grau de investimento (investment grade), tornando-se o primeiro Estado brasileiro a conquistar esta classificação. A classificação "grau de investimento" significa que o emissor da dívida tem boa capacidade de pagamento dos serviços da dívida (principal e juros).

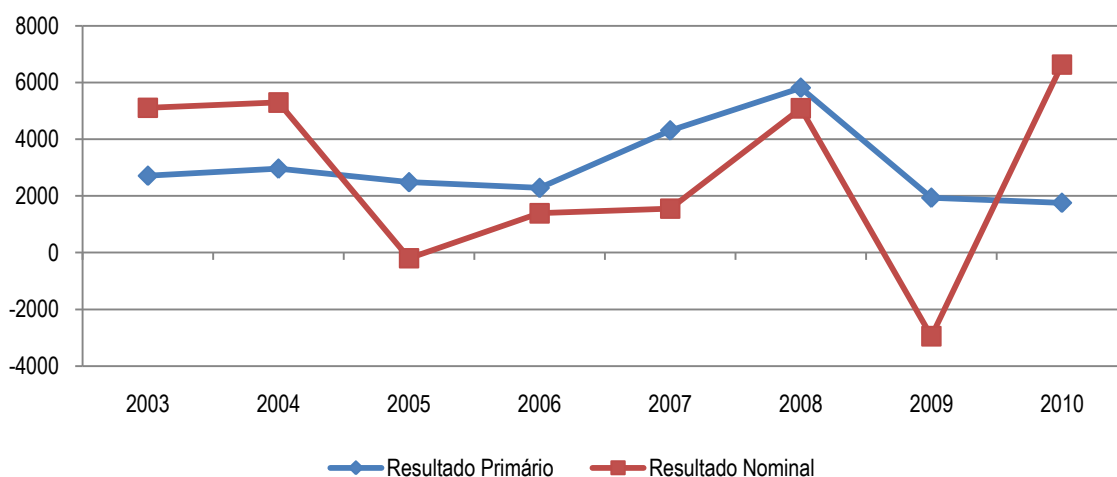
A importância desta conquista se traduz diretamente na redução do custo de captação de recursos para o Estado financiar investimentos e, paralelamente, no aumento da confiança das empresas que pretendam investir no Estado.

No resultado nominal inclui-se o serviço da dívida. Embora este serviço tenha crescido em torno de 7% entre 2003 e 2010, as amortizações vêm crescendo a taxas bem maiores. O esforço para o controle das contas públicas também pode ser observado por meio da relação entre a dívida pública e a receita corrente líquida.

Considerando que o Senado Federal, por meio de Resolução nº 40, de 21/12/01, estabeleceu como limite máximo da relação DCL/RCL o valor 2 (ou seja, a DCL deve ser igual ou inferior a duas vezes a RCL), percebe-se com os dados do Gráfico 6 que o Estado do Rio de Janeiro reduziu seu endividamento, saindo de um índice acima de 2 em 2004 (2,04) para em 2010 alcançar a relação DCL/RCL de 1,56. O referido gráfico compara a trajetória do endividamento fluminense com outros estados da Federação. Nota-se que ocorreu uma redução generalizada na relação DCL/RCL, causada, basicamente, pela maior variação da receita em comparação com o crescimento do principal indexador da dívida (IGP-DI).

Gráfico 5

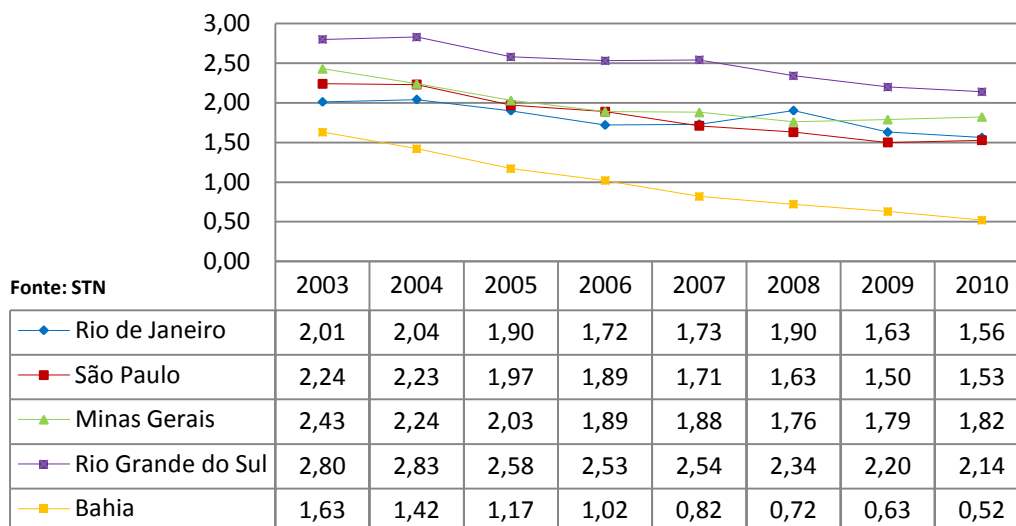
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL



Fonte: STN

Gráfico 6

RELAÇÃO ENTRE A DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA E A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



O FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

A composição das fontes de financiamento do investimento é determinante para sua sustentabilidade. Os investimentos podem ser financiados por dois grupos de fontes: as externas, que incluem operações de crédito, transferências intergovernamentais e demais receitas de capital; e as internas, onde se destaca a poupança constituída a partir de superávit corrente e por déficits do exercício fiscal.

As despesas de investimentos tornaram-se mais significativas no Estado, com aumento de 2003 a 2010 em torno de 349%. O maior incremento no investimento foi observado no período 2007/2010, quando apresentou crescimento real de 203,44%, custeado, principalmente, com recursos oriundos do Tesouro Estadual, da parceria com Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e da contratação de financiamentos e empréstimos com Organismos Internacionais e Instituições Financeiras Federais, em decorrência da abertura de espaço fiscal trabalhado pelo Governo no referido quadriênio.

Gráfico 7

INVESTIMENTO/RCL

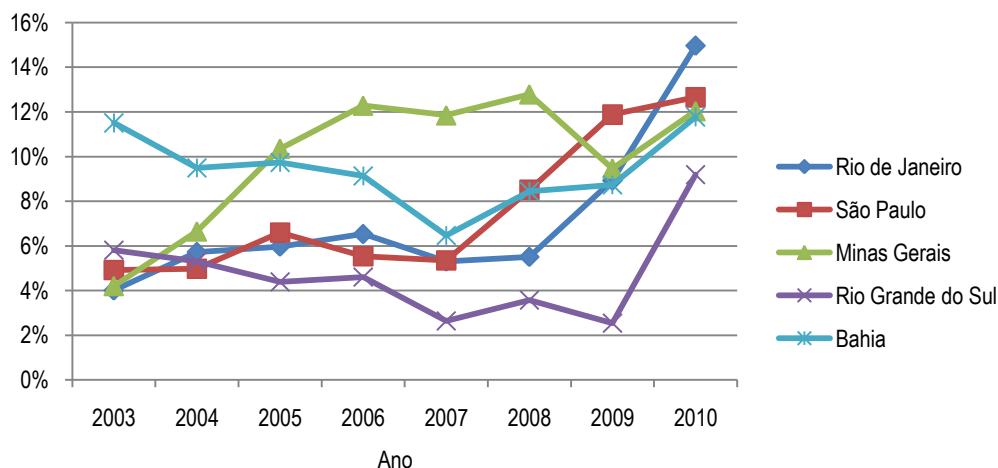


Tabela 5

DISPONIBILIDADE DE RECURSOS E FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS – 2003/2010

R\$ milhões*

RUBRICAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Corrente (A)	33.287	34.654	35.147	37.973	37.780	42.283	37.644	42.614
Despesa de Pessoal + Transf. Interg. + Outras Despesas correntes (B)	29.096	29.829	30.807	32.772	31.822	34.500	33.334	36.027
Serviço da Dívida (C)	3.317	3.390	3.413	3.493	3.734	3.758	3.696	3.562
Inversões Financeiras (D)	16	19	38	787	77	143	137	116
Alienação de Bens (E)	9	13	447	276	1	2	471	46
Amortização de Empréstimo (F)				126	115	103	148	149
Recursos de Geração Interna Disponíveis para Investimentos (I) = (A) + (E) - ((B)+...+(D) + (F))	867	1.429	1.335	1.322	2.262	3.987	1.096	3.105
Fontes Externas (J) = (K)+(L)+(M)	291	383	483	607	300	473	948	2.047
Operações de Crédito (K)	276	350	354	425	190	194	289	1.295
Transferências de Capital (L)	14	32	32	16	110	274	659	742
Demais Receitas de Capital (M)	1	1	97	166		5		10
Superávit/Déficit do Exercício Fiscal (N)	38	195	81	(130)	2.537	4.194	933	2.102
Investimentos no Exercício (O) = (I)+(J)-(N)	1.120	1.617	1.737	2.059	25	267	1.111	3.051

Fonte: STN, SEFAZ RJ

* preços médios de 2010, pelo IPCA/IBGE

Em 2003, o investimento de R\$ 1,12 bilhão foi em parte financiado pelos recursos internos, que contribuíram com 77,4% do total, e em parte custeado por fontes externas. Ao longo do período, a capacidade de investimentos aumentou em 170%, passando dos R\$ 867 milhões, em 2003, para R\$ 3.105 milhões, em 2010. Vale observar que o crescimento da disponibilidade de caixa é gerado por substanciais montantes de receitas de valores mobiliários (com a antecipação de valores dos CFT com vencimento entre 2012 e 2014 formando um montante de R\$ 1,54 bilhão em 2010) e pelos royalties do petróleo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços no campo da política fiscal participam das mudanças hoje observadas no Rio de Janeiro. Como vimos, a abertura de espaço fiscal conquistada a partir de 2007 deu contribuição decisiva para o aumento dos investimentos no Estado, seja através da liberação de recursos do Tesouro, seja através da maior capacidade de captação de recursos provenientes de fontes externas. A maturação de tais investimentos, que atualmente se destacam na comparação do Rio de Janeiro com outros grandes Estados da federação, será fundamental para a trajetória positiva de indicadores socioeconômicos e, também, para um desejável e necessário horizonte de expansão da base de arrecadação do Governo, que deverá garantir o controle sustentável das despesas e do estoque da dívida estadual.

A exitosa parceria com o Governo Federal nos últimos anos abriu novas e importantes fontes de recursos para a recente inflexão das taxas de investimento da administração pública fluminense. Os convênios celebrados à conta do PAC tornaram-se a melhor expressão dessa colaboração firmada em favor das aspirações da sociedade. As obras conduzidas tendo em vista a realização dos megaeventos esportivos constantes da agenda pública do Rio de Janeiro serão o maior desafio enfrentado por essa parceria.

Desafio e oportunidade. Apesar da crise de 2008, que desestabilizou os mercados financeiros e causou uma retração no comércio mundial, o cenário econômico que emerge para os próximos anos é positivo. Pode-se

prever a continuidade do processo de crescimento econômico com estabilidade, redistribuição de renda, ampliação do mercado interno e melhoria de capacidade de consumo das classes menos favorecidas.

Estudos preliminares obtidos pela Agência Brasil indicam que a realização dos Jogos Olímpicos terá um impacto de R\$ 90 bilhões somente na capital fluminense. Os investimentos poderão gerar, a partir de 2016, cerca de 120 mil empregos diretos e indiretos por ano, número que pode chegar a 130 mil depois de 2017. As obras que irão transformar o Rio de Janeiro abrangem os setores de transportes e de infraestrutura. O Governo do Estado também tem atuado no sentido de melhorar a estrutura dos municípios fluminenses para a Copa FIFA de 2014.

A dinamização da economia do Estado do Rio contará não apenas com os investimentos ligados à Copa do Mundo de 2014, às Olimpíadas e às Paraolimpíadas de 2016, mas igualmente com a geração de novos recursos oriundos da exploração de petróleo e gás na camada pré-sal. Diante disso, é necessário promover investimentos públicos na infraestrutura social capazes de assegurar a distribuição dos benefícios gerados pela economia.

A despesa do Governo estadual hoje apresenta uma expansão verificada não apenas em seu componente de capital. Sem dúvida, a já iniciada reestruturação do setor público estadual é importante para a conquista da cidadania pela maioria da população, que demanda segurança e acesso a serviços de qualidade nas áreas de saúde, educação, entre outras. Cabe ao Governo zelar para que o processo avance em conjunto com a sustentabilidade das contas públicas, cuja recuperação contribuiu para nosso atual ciclo virtuoso.

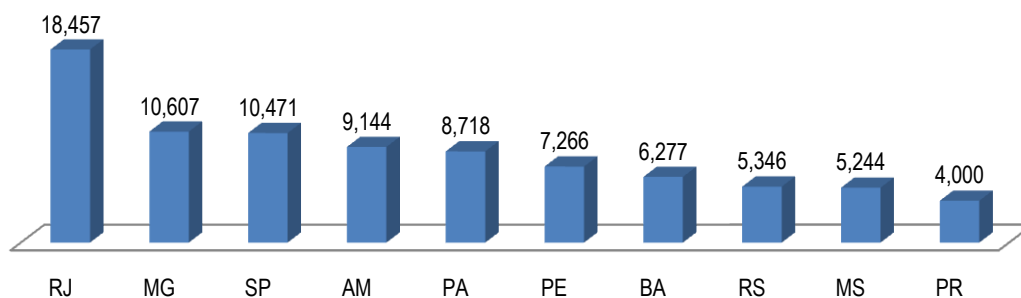
ARTICULAÇÕES PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

O Plano Plurianual tem o desafio de criar estratégias para aproveitar as oportunidades de relevância para o Estado do Rio de Janeiro nos próximos anos: Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas de 2016, extração de petróleo na camada do pré-sal e o grande volume de investimentos em variados setores econômicos.

Na atual ordem econômica, as regiões que conseguem acumular vantagens e atrair maiores investimentos são as que apresentam maior diversidade em termos do mercado de trabalho, serviços, infraestrutura, transporte e consumo. Neste ponto, o Estado do Rio de Janeiro não é diferente e coloca-se, novamente, entre as regiões mais dinâmicas do país e do mundo. Os novos investimentos geram oportunidades que podem ser aproveitadas pelas pequenas e médias empresas e pelo mercado de trabalho local, abrindo espaço para sinergias de cooperação e culminando em geração de emprego e renda, inovações tecnológicas e de gestão, aumento da competitividade, redução de desigualdades e melhorias dos indicadores de bem-estar da população.

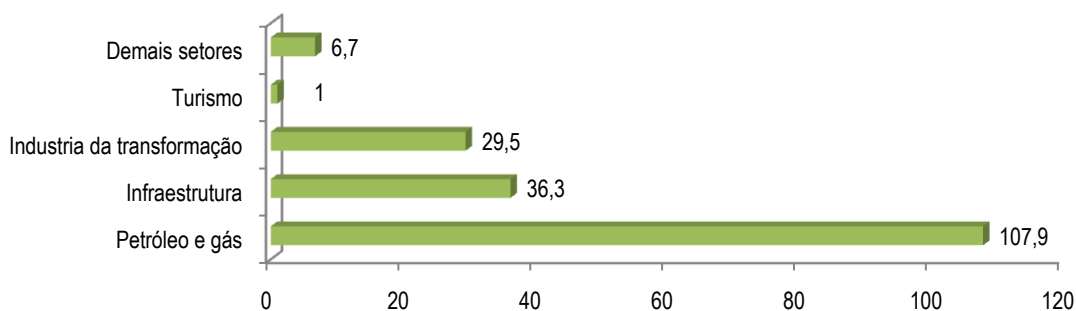
Baseado no Relatório de Anúncio de Projetos de Investimentos – RENAI de 2010 – elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, o Rio de Janeiro passou a ser o Estado que mais receberá recursos nacionais e estrangeiros nos próximos anos, se consolidando definitivamente como maior polo de atração de investimentos do País. O Estado ultrapassou Minas Gerais e São Paulo pulando da 3ª posição em 2009 e alcançando a liderança em 2010.

Ranking de anúncio de investimentos em 2010 (em US\$ bilhões)



FONTE: Relatório de Anúncios de Projetos de Investimentos (RENAI) - 2010

De acordo com o Decisão Rio 2011-2013, estudo elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN, o setor de petróleo e gás receberá cerca de R\$ 107,9 bilhões em investimentos. No setor de infraestrutura serão investidos R\$ 36,3 bilhões; na indústria de transformação, R\$ 29,5 bilhões; e, em turismo R\$ 1 bilhão. Para os demais setores, estão previstos um total de R\$ 6,7 bilhões no período de 2011-2013. Atualmente há projetos disseminados por todo o território estadual apesar da capital concentrar a maior parte dos recursos, 11,7%. O Norte Fluminense aparece com destaque recebendo 7,7% do total, cerca de R\$ 14 bilhões.



FONTE: FIRJAN

Entretanto, a experiência mostra que a atuação do setor público no processo de atração de investimentos, principalmente no que diz respeito à construção de alianças e à capacidade de articulação com outros atores, sejam

públicos, sejam privados, é fundamental. De fato, são as estratégias regionalizadas, que buscam endogeneizar o desenvolvimento, que têm se mostrado capazes de reverter os benefícios do crescimento em melhorias sustentáveis em âmbito social e ambiental. A endogeneização sugere a construção de um ambiente de cooperação para a formação de infra-estruturas de logística e transporte, de desenvolvimento de capital humano, de geração e disseminação conhecimento, de uso e transferência de novas tecnologias. Significa dizer que os recursos serão explorados de forma sustentável, em benefício dos cidadãos e da economia local, resultando em relações que possibilitem a retenção, na região, do valor agregado gerado nas respectivas cadeias de valor. A criação deste ambiente se faz por meio de estratégias que sejam capazes de articular os diversos grupos de interesses em projetos comuns.

O foco da atuação pública não pode ser exclusivamente econômico. As transformações no Estado neste momento de crescimento têm que ser convertidas em benefícios sociais para todos os cidadãos. O Poder Público tem como premissa difundir as oportunidades e seus ganhos para todo o território, proporcionando um desenvolvimento equilibrado. A ampliação de espaços de debate das políticas públicas e a inserção dos diversos segmentos da sociedade na construção dos projetos do Estado são ações necessárias para que cada cidadão fluminense possa aproveitar esse momento de expansão da nossa economia.

Os eventos esportivos como a Copa e as Olimpíadas vão promover uma atração maciça de investimentos da ordem de R\$ 11,5 bilhões de acordo com o estudo da FIRJAN. Os investimentos em infraestrutura de transporte público na cidade e na região metropolitana do Rio de Janeiro envolvem os diferentes modais de transporte, sendo uma das novidades para a cidade o Bus Rapid Transit – BRT, que é um sistema de transporte de massa com ônibus articulados trafegando em corredores exclusivos.



Quanto ao transporte sobre trilhos, temos a implantação das linhas 3 e 4 do metrô, compra de trens e reforma de 89 estações do sistema ferroviário. Dinamizando a mobilidade na metrópole será ampliada a Via Light, revitalização do Porto do Rio e reforma dos aeroportos. Além de obras relacionadas ao transporte urbano, os investimentos também envolvem equipamentos esportivos, centros de treinamento e espaços que constituirão legados para a população do Estado do Rio.

A formação de atletas e profissionais de turismo é também objeto da ação governamental. Apesar de uma maior concentração de investimentos na capital, outros municípios podem se beneficiar com os jogos servindo de sede para o treinamento de atletas e seleções olímpicas, bem como podem vir a se tornar opções de lazer e turismo para atletas e o público.

Entre 2011 e 2013, o Rio receberá recursos da ordem de R\$ 181 bilhões fazendo do Estado o maior concentrador de investimentos do mundo de acordo com a FIRJAN. O setor de petróleo e gás é o carro chefe dos investimentos, onde são esperados R\$ 107,9 bilhões da Petrobrás e de parcerias. A descoberta do pré-sal, além dos recursos advindos da extração de petróleo e gás, pode proporcionar a consolidação de toda a cadeia produtiva do petróleo.



O Rio de Janeiro também se firma como centro de pesquisa tecnológica. O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello –CENPES, na Ilha do Fundão, é um dos maiores centros de pesquisa aplicada do mundo e representa um salto em inovação. Além do CENPES temos a instalação do Parque Tecnológico que se mostra um espaço propício para interação entre universidade e empresas que promovem inovação.

A produção industrial de derivados do petróleo gera cada dia mais emprego no estado. Várias indústrias, como as do ramo de plástico, usinagem e produção de embalagens estão se instalando nos municípios fluminenses. Empresas de outros segmentos começam a sair do litoral e montar plantas em municípios do interior, resultado de uma política de incentivos do Governo do Estado e da modernização econômica dos municípios.

O Arco Rodoviário Metropolitano ligará o futuro polo petroquímico, simbolizado pelo COMPERJ (um investimento da ordem de 9,1 bilhões), ao Porto de Itaguaí, passando pelo polo gásquímico (representado pela REDUC). O Arco Rodoviário provocará um redesenho da região metropolitana e induzirá o desenvolvimento de toda a região por ele cortada. Há a necessidade de se fortalecer a política de ordenamento territorial no seu entorno de maneira que a ocupação do solo na região não provoque prejuízos ambientais e urbanos no futuro.

Essas oportunidades surgem num momento de coalizão política em que os três níveis federativos trabalham somando forças para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Esta parceria vem se mostrando forte em momentos críticos do Estado como na ocupação do Complexo do Alemão.

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC tem como proposta ser mais que um programa de expansão do crescimento. Ele é um novo conceito de investimento em infraestrutura que, aliado a medidas econômicas, estimula os setores produtivos e, ao mesmo tempo, leva benefícios sociais para todas as regiões do país. Até 2010 os investimentos foram de R\$ 125,7 bilhões e estão previstos mais R\$ 358,7 bilhões e envolve ações de infraestrutura de logística, energética, social e urbana.

O PAC tem alguns projetos que são executados diretamente pelo Governo Federal e outros são feitos em conjunto com estados e municípios. O Governo do Rio de Janeiro é um agente coordenador do programa no território fluminense, integrando os três entes federativos e desenvolvendo uma gestão baseada em parceria nos territórios impactados e com os atores envolvidos.

A análise dos desafios do ERJ evidencia que, em muitos casos, além de grandes somas de recursos financeiros e ousados projetos de investimentos, a resolução de problemas conjuntos, no âmbito das diversas regiões, passa por um esforço de coordenação de interesses e normatização comum. Assim, ganha relevo a gestão compartilhada por meio de contratos, convênios e consórcios.

A Lei federal 11.107/2005, posteriormente regulamentada pelo Decreto 6.017/2007, traz um marco nesse processo, quando edita normas gerais sobre Consórcios Públicos aplicáveis a todos os entes da Federação. O contrato de Consórcio Público pode tratar, além da Gestão Associada de Serviços Públicos, da realização de outros objetivos de interesse comuns dos entes consorciados. O Consórcio pode ser contratado, com dispensa de licitação, pela Administração Direta ou Indireta de quaisquer dos entes consorciados. Pode, ainda, celebrar

Termo de Parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com vínculo de cooperação, para fomento e execução de atividades de interesse público.

Cabe ainda lembrar que a lei, quando faz menção à Gestão Associada de Serviços Públicos, ou seja, o exercício de atividades de planejamento, regulação ou fiscalização, exige a formalização do Consórcio ou Convênio de Cooperação. Outro instrumento possível, dentro deste contexto de cooperação federativa, é o Contrato de Programa, que permite estabelecer compromissos para entes em cooperação na prestação de serviço público. Os Convênios, outra possibilidade, permitem a transferência de recursos financeiros entre órgão e entidades da Administração ou mesmo entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos em regime de mútua cooperação.

Em suma, esses instrumentos buscam a solução de problemas que transcendem a esfera de atuação de um ente federado e permitem a construção de uma agenda compartilhada de gestão de projetos, sendo, portanto, capazes de criar sinergias de cooperação que resultam em oportunidades que podem beneficiar toda a população.

Na área de gestão temos o Programa Compra Mais - Programa de Compras Governamentais para Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro. A SEPLAG, em parceria com o SEBRAE-RJ, promoverá a capacitação das micro e pequenas empresas fluminenses para que participem de licitações do Governo do Estado.

O objetivo geral do programa é inserir as micro e pequenas empresas nas compras públicas, por meio das quais possam ser atendidas as necessidades do Estado do Rio de Janeiro e de seus municípios e simultaneamente aumentar sua competitividade. O programa vai se dividir em 8 etapas, nas diferentes regiões do Estado, começando pela região Centro-Sul. Haverá um seminário regional, oficinas de capacitação de micro e pequenos empreendedores e de gestores públicos municipais, além de uma rodada de negócios, o "Mini-Fomenta".

Na área de infraestrutura, temos a parceria federal com a promoção do PAC. No âmbito estadual promove-se o apoio aos municípios com o Programa Somando Forças. O objetivo do programa é fomentar o desenvolvimento dos Municípios, através de ações que priorizem a geração de trabalho e renda, a diminuição da pobreza rural e urbana, a melhoria da prestação dos serviços públicos e de utilidade pública e a recuperação da infra-estrutura econômica e social da municipalidade. Por meio da celebração de convênios, o Governo Estadual adota uma estrutura flexível de programa que possibilita atender às diferentes necessidades dos municípios.

Ainda na área de infraestrutura, a política habitacional do Estado está inserida no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social por meio do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS – e do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. Cada instância federativa cria um fundo para financiar a política e um conselho para gerir as ações, os recursos são repassados de fundo à fundo, da União para Estados e Municípios. PEHIS orientará a atuação do Estado e os Planos Municipais de Habitação de Interesse Social.

Nos Transportes, parcerias com a Prefeitura, União e a iniciativa privada promovem projetos como o Porto do Rio Século XXI. O projeto logístico se insere na estratégia de revigorar e aumentar a competitividade dos portos. A par de suas excelentes condições naturais, aliadas à boa infra-estrutura marítima e terrestre, o Porto do Rio ainda opera muito aquém de sua real capacidade de processamento, detendo condições excepcionais para desempenhar relevante papel no desenvolvimento econômico da cidade, do estado e do país.

No meio ambiente, as parcerias interfederativas surgem como solução para questões históricas como a dos lixões. Para viabilizar o encerramento dos lixões no Estado até 2014, a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA estão incentivando a criação de consórcios intermunicipais como forma de racionalizar a destinação de resíduos do Estado. A solução é adotada para os municípios nos quais o volume de resíduos não justifica a construção de um aterro exclusivo. O órgão também investe na elaboração de projetos e na construção de aterros, na remediação de lixões, além de apoiar a implantação de aterros sanitários privados. Ele também criou o programa "Compra de Lixo Tratado" que fornece apoio financeiro estadual aos municípios para envio de resíduos para aterros já em operação.

A Saúde ganha eficiência e eficácia na sua atuação através da gestão compartilhada. Com o estabelecimento de metas de desempenho e de resultados, o Governo do Estado firma parcerias com municípios e iniciativa privada para a execução de serviços e gestão de unidades de saúde. Os resultados se dão tanto na ampliação da cobertura como na economia financeira. São dois modelos de Gestão Compartilhada:

- Gestão Compartilhada Integral: Celebração de contrato entre o Estado e a iniciativa privada para a gestão integral de Unidades Próprias de Saúde.
- Gestão Compartilhada Parcial: Manutenção e implantação de serviços específicos hospitalares através do modelo de gestão compartilhada parcial.

Na área de Desenvolvimento Econômico destacam-se as parcerias do Governo do Estado com o BNDES, com o Governo Federal e com o Banco Mundial. A Investe Rio, em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pretende chegar ao montante de R\$ 200 milhões em financiamentos para promover o desenvolvimento de projetos de todos os portes, da micro à grande empresa.

A geração de Trabalho e Renda ganha força com a colaboração entre o Governo Estadual e Federal por meio da qual se pretende promover a qualificação profissional de 10 mil jovens entre 18 e 29 anos – trata-se de Programa Projovem, com investimentos em torno de R\$ 20 milhões.

Na agricultura, o Programa Rio Rural, em parceria com o Banco Mundial desde 2007, prevê investimentos da ordem de US\$ 60 milhões (R\$ 93 milhões), beneficiando aproximadamente 85 municípios e 37 mil famílias de

agricultores. O programa trabalha desde a adoção de técnicas mais produtivas, com melhoria na qualidade dos produtos e agregação de valor, até na conservação dos solos e recursos hídricos e formação de redes de empreendimentos solidários.

No que tange às estratégias para o Desenvolvimento Regional, vem ganhando força a cooperação entre o Governo do Estado e a Petrobras. A empresa trabalha disponibilizando recursos para elaboração de Planos Regionais em parceria com as Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG e de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca (SEDRAPE). Entre os planos destacam-se o de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte e Noroeste, o Plano Desenvolvimento da Região Serrana e o Plano de Estruturação Territorial do Leste Fluminense.

Para a área de turismo, a parceria entre o Governo do Estado, Governo Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pretende alavancar investimentos de US\$ 187 milhões (quase R\$ 290 milhões) para financiar o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Rio de Janeiro – PRODETUR-RJ, com ações de melhoria da infraestrutura e de revitalização de estradas e equipamentos turísticos.

Todas essas oportunidades, bem como a construção e manutenção de parcerias, exigem uma grande capacidade gerencial do Governo e o PPA traz no corpo de sua programação diversas iniciativas onde a cooperação entre entes federativos e iniciativa privada viabilizam o desenvolvimento do Rio de Janeiro.

E a construção de parcerias não é uma tarefa fácil, mesmo com os diferentes instrumentos jurídicos que temos à disposição, a construção da engenharia política de um consórcio requer um grande esforço por parte dos diversos atores. O Governo do Estado tem a função de coordenar este processo.

São alguns exemplos, trazidos dentre as ações do Plano Plurianual, de como o fortalecimento do trabalho entre o Poder Público, nas três instâncias, iniciativa privada e sociedade civil promovem o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. São novas formas de gestão que, combinadas com instrumentos já existentes, proporcionam transformações radicais na Administração Pública.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 instituiu a regionalização nos instrumentos institucionais de planejamento. De acordo com essa disposição, o Estado do Rio de Janeiro – ERJ – busca valorizar o território, a fim de aprimorar a ação pública tendo em vista a eficiência e a qualidade dos gastos públicos, principalmente diante do conjunto de oportunidades e ameaças associadas a uma agenda de investimentos sem precedentes na história do Estado. Aliado a isso, o país volta a adquirir sua capacidade de planejamento depois de décadas de crise, inflação e ajustes fiscais.

Entende-se o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” [SANTOS: 1988], onde diferentes agentes realizam trocas (econômicas, sociais, culturais, políticas, etc.) e diversas variáveis se inter-relacionam, do que devem resultar o desenvolvimento e o bem-estar da população inserida em cada contexto. É estratégico o entendimento desse conceito, que permite identificar responsabilidades compartilhadas e está a serviço da integração das ações de diferentes atores (União, Estado, Municípios e sociedade civil). O efeito esperado de sua compreensão é um maior e mais efetivo alcance dos resultados perseguidos pelas políticas em curso. Assim, a adoção de políticas públicas que tenham um enfoque no desenvolvimento territorial pode ampliar o aproveitamento de oportunidades e eliminar ou minimizar os efeitos negativos de grandes investimentos, diminuindo desigualdades regionais e sociais.

O Estado do Rio de Janeiro se encontra envolvido na construção de referenciais para o desenvolvimento intra e inter-regional, os quais, aliados aos objetivos setoriais legítimos, poderão subsidiar as Secretarias de Estado e as Prefeituras na elaboração de seus planos e na condução de suas políticas.

A abordagem regional não busca uma redivisão institucional. Ela se traduz em projetos gerados a partir de um diagnóstico – apurado das oportunidades e necessidades observadas no território – e conduzidos por iniciativas de cooperação que pretendem alavancar o desenvolvimento sócio-econômico de cada região. Em particular, o enfoque territorial do planejamento deve auxiliar a identificação de *territórios de projetos* a partir de informações da dinâmica regional e da observação dos fatores de mudança da organização do espaço – elementos que subsidiem a elaboração de planos e a execução da programação estadual. A identificação das vocações, potencialidades e limitações regionais irão também subsidiar a ação pública no enfrentamento dos desafios ao desenvolvimento econômico e social.

A dimensão territorial do planejamento deverá orientar ações de Governo para além deste PPA, com base na concepção do território como *locus* de integração de políticas e na convicção de que a coordenação entre os entes federativos dos três níveis da administração em conjunto com a sociedade civil é vital para a construção de uma agenda planejada. Avançar nessa direção é o desafio.

Em que pese o fato de a última regionalização do Estado do Rio de Janeiro remontar à década de 80 e de suas regiões não mais apresentarem as mesmas circunstâncias sociais, econômicas, culturais e políticas de então, é com o olhar voltado para essas regiões que será analisado o território do Estado. Afinal, os dados estatísticos municipais são agregados em conformidade com essa divisão regional.

Pretende-se iniciar aqui um processo de gestão regionalizada das políticas públicas dentro dos próprios instrumentos institucionais, conferindo, junto aos gestores públicos e à sociedade civil, maior importância à atuação voltada para o desenvolvimento territorial do Estado do Rio de Janeiro.

DINÂMICA DO TERRITÓRIO

Na segunda metade da última década, com a retomada do crescimento econômico do país, o Estado do Rio começa a apresentar sinais de reversão da perda do dinamismo econômico pós-1960, observada desde a transferência da capital federal. A mudança decorre do crescimento dos investimentos públicos e privados no Estado, assim como do início de um processo de reestruturação do setor público e da maior articulação entre as esferas de governo.

Hoje, o desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro começa a se refletir na melhoria de seus indicadores, em grande parte pela extração do petróleo e geração de royalties, mas também pelos investimentos na área petroquímica, automobilística, de porto indústria, de bebidas, pela recuperação naval, pela reativação da construção civil e do setor imobiliário, pelas obras do PAC, pelos investimentos para a realização dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo, pela retomada de favelas controladas pelo crime organizado, através das UPPs, e por uma política de incentivos fiscais.

Apesar desse quadro sócio-econômico, a forte concentração dos investimentos públicos e privados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ gera ou agrava desequilíbrios em relação às demais regiões fluminenses. A RMRJ concentra hoje 74,02% da população estadual, o que mantém o Rio de Janeiro na condição de Estado mais metropolitano do país. O advento de grandes investimentos – como a indústria metal-mecânica e automobilística, no Médio Paraíba, e o petróleo, na Região Norte – atenua esse desequilíbrio, mas não promete superá-lo em definitivo. A observação de alguns indicadores permite uma apreciação da dinâmica regional fluminense mais recente.

INDICADORES DE MUDANÇAS

Os índices de crescimento econômico apontam para um potencial desenvolvimento do interior do Estado, abrindo objetivamente as lentes do planejamento para além da Região Metropolitana e evitando que se desperdicem oportunidades fora dela – cenário que concorre para a formação de um padrão de desenvolvimento mais uniforme e sustentável.

Um fator determinante dessa interiorização da economia fluminense foi o processo de reestruturação produtiva da indústria petrolífera implantada no município de Macaé, que tem significativo impacto no crescimento do PIB per capita da Região Norte, conforme a tabela 1.

Tabela 1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PIB per capita (R\$)			População			Emprego Formal (todos os setores)		
	2000 *	2008	% de Crescimento	2000	2010	% de crescimento	2000	2009	% de Crescimento
Região Metropolitana	16.897,12	19.996,73	18,3%	10.869.255	11.838.752	8,9%	2.194.624	2.984.437	36,0%
Região Noroeste Fluminense	8.979,21	10.203,58	13,6%	297.696	317.476	6,6%	30.760	45.927	49,3%
Região Norte Fluminense	22.288,83	57.561,69	158,3%	698.783	849.302	21,5%	98.640	204.637	107,5%
Região Serrana	11.994,02	14.510,50	21,0%	752.002	805.813	7,2%	126.395	172.950	36,8%
Região das Baixadas Litorâneas	14.604,04	28.349,55	94,1%	560.559	811.096	44,7%	69.917	149.845	114,3%
Região do Médio Paraíba	20.200,71	25.140,98	24,5%	785.192	855.643	9,0%	135.872	184.367	35,7%
Região Centro-Sul Fluminense	10.475,41	12.135,30	15,8%	254.103	272.345	7,2%	37.686	56.415	49,7%
Região da Costa Verde	14.295,99	27.833,20	94,7%	173.692	243.156	40,0%	24.244	52.681	117,3%
Total do RJ	16.685,07	22.036,78	32,1%	14.391.282	15.993.583	11,1%	2.718.138	3.851.259	41,7%

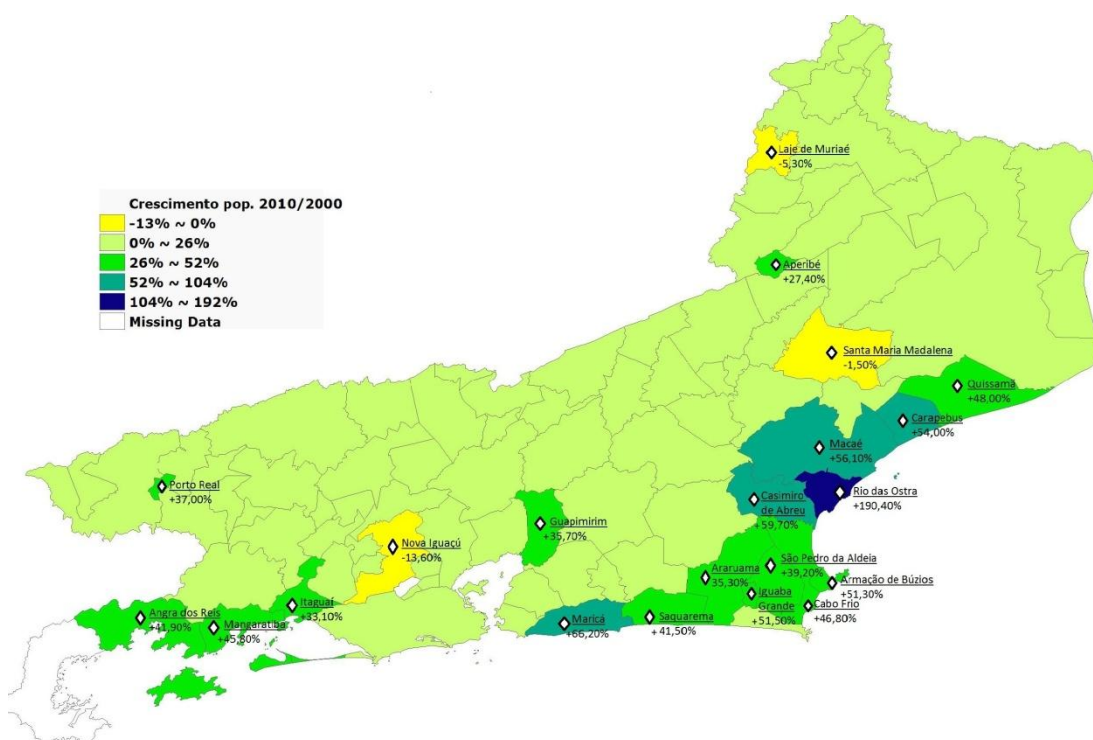
* Valores corrigidos pelo IPCA/IBGE.

Fonte: IBGE e RAIS

A partir da segunda metade dos anos 90, a Região Norte começou a se beneficiar da ampliação da extração de petróleo em alto mar, na Bacia de Campos, e o município de Macaé tornou-se uma importante base produtiva da Petrobras. O dinamismo da indústria extrativa também gera impactos em setores como o da construção civil e o de serviços.

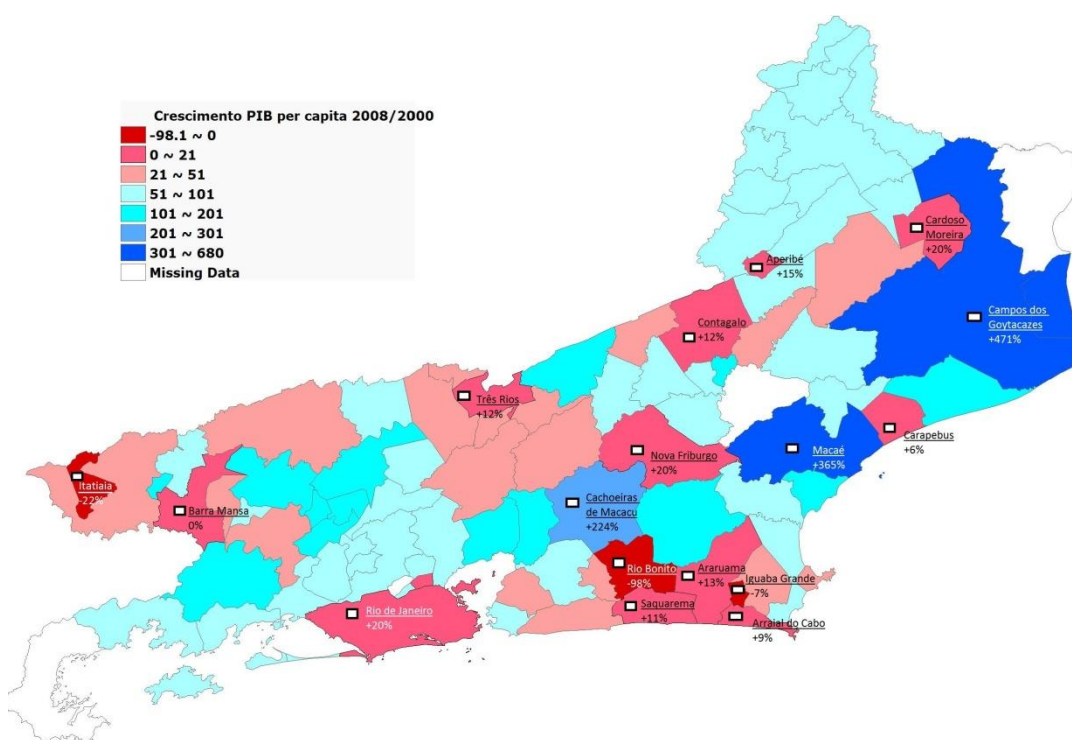
Na Costa Verde, a presença do setor naval em Angra dos Reis e a percepção de royalties no município de Paraty – pela extração de petróleo em alto mar – influenciaram fortemente o crescimento do PIB per capita da região. Também contribuíram para esse resultado os setores de comércio e serviços da região, sendo ambos impactados pela atividade turística e por desdobramentos da atividade industrial.

Mapa 1



Fonte: IBGE

Mapa 2



Fonte: IBGE

O crescimento econômico da Baixada Litorânea também está relacionado com a atividade de exploração de petróleo. Com a expansão progressiva da atividade de exploração de petróleo e gás natural e dos recursos gerados pelos royalties e participações especiais, houve crescimento de atividades turísticas, do comércio e da construção civil. Com o crescimento desses setores, a região passou a ter a maior expansão demográfica do Estado. O crescimento econômico mais elevado nas regiões Norte, Costa Verde e Baixada Litorânea foi acompanhado também por um maior crescimento populacional e de empregos formais. O fato se explica pela maior migração para essa região em busca de emprego e renda no setor petrolífero ou em outros setores em expansão.

Ao se analisar a Receita Corrente Líquida - RCL per capita das regiões do Estado, observa-se que as maiores taxas de crescimento verificadas na última década correspondem às regiões que mais se beneficiam do recolhimento de royalties. Porém, existe uma desigualdade no recebimento desses recursos entre municípios da mesma região. É fundamental que tais recursos sejam destinados à elaboração de estratégias de desenvolvimento regional sustentável, de diversificação da estrutura produtiva, bem como da construção de um espaço pensado socialmente.

Tabela 2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RCL per capita (R\$)			Royalties / RCL (Ano: 2009)
	2000	2009	% de Crescimento	
Região Metropolitana	1.009,21	1.338,74	33%	1,74%
Região Noroeste Fluminense	1.020,99	1.682,56	65%	9,59%
Região Norte Fluminense	813,25	3.699,89	355%	33,19%
Região Serrana	1.129,39	1.509,57	34%	4,00%
Região das Baixadas Litorâneas	1.078,59	2.012,21	87%	30,55%
Região do Médio Paraíba	1.350,42	1.779,34	32%	3,19%
Região Centro-Sul Fluminense	957,17	1.495,91	56%	4,97%
Região da Costa Verde	1.616,50	3.100,83	92%	20,52%

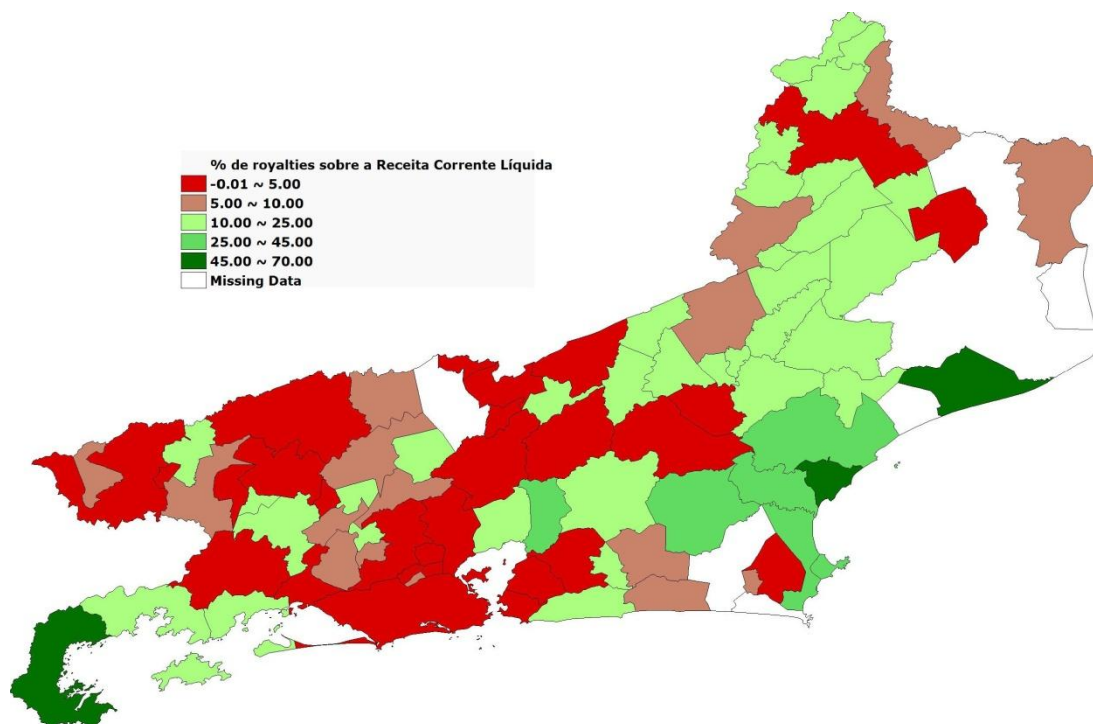
Fonte: Finbra / STN

No caso do Estado do Rio, é notória a dependência das regiões que se localizam na sua faixa litorânea em relação aos royalties, conforme podemos notar na tabela, com destaque para as Regiões Norte e Baixadas Litorâneas, onde quase um terço das Receitas Correntes Líquidas municipais é proveniente desses recursos. É importante que os royalties sejam pensados como alavancas para o desenvolvimento do Estado.

Na área social, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM correspondente à Saúde, situado numa escala de 0 (pior) a 1 (melhor), indica situações positivas nos municípios da Região Norte. A impressão inicial é de que haveria relação entre a elevada RCL per capita da região e os resultados apresentados na área de saúde – inclusive pelo fato de que cada município tem o mínimo de gasto com saúde determinado constitucionalmente por uma porcentagem da receita. Porém, quando se analisam os resultados de saúde na Baixada Litorânea, cujos municípios também possuem elevadas receitas devido ao recebimento de royalties, o melhor índice do percentual dos royalties sobre a RCL pertence a Rio das Ostras, que é, no entanto, o trigésimo colocado no ranking estadual.

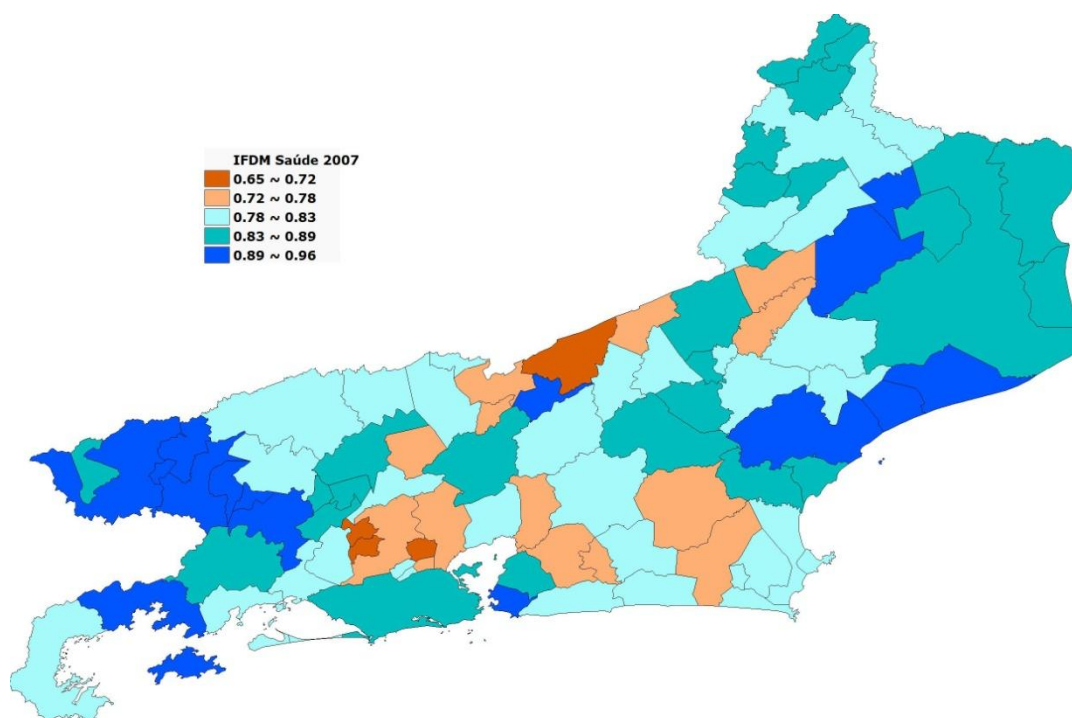
Em contrapartida, na Região do Médio Paraíba, onde as receitas municipais não têm o mesmo destaque, surpreende o fato de nove municípios estarem entre os 21 melhores do Estado na área de saúde segundo o IFDM. Possivelmente, o bom resultado deve-se ao consórcio intermunicipal de saúde existente na região, que vem gerando melhorias desde sua fundação, em 1998. Tais consórcios representam um modelo adequado na gestão da saúde, inclusive em decorrência da desigualdade entre os municípios das regiões fluminenses no campo das receitas.

Mapa 3



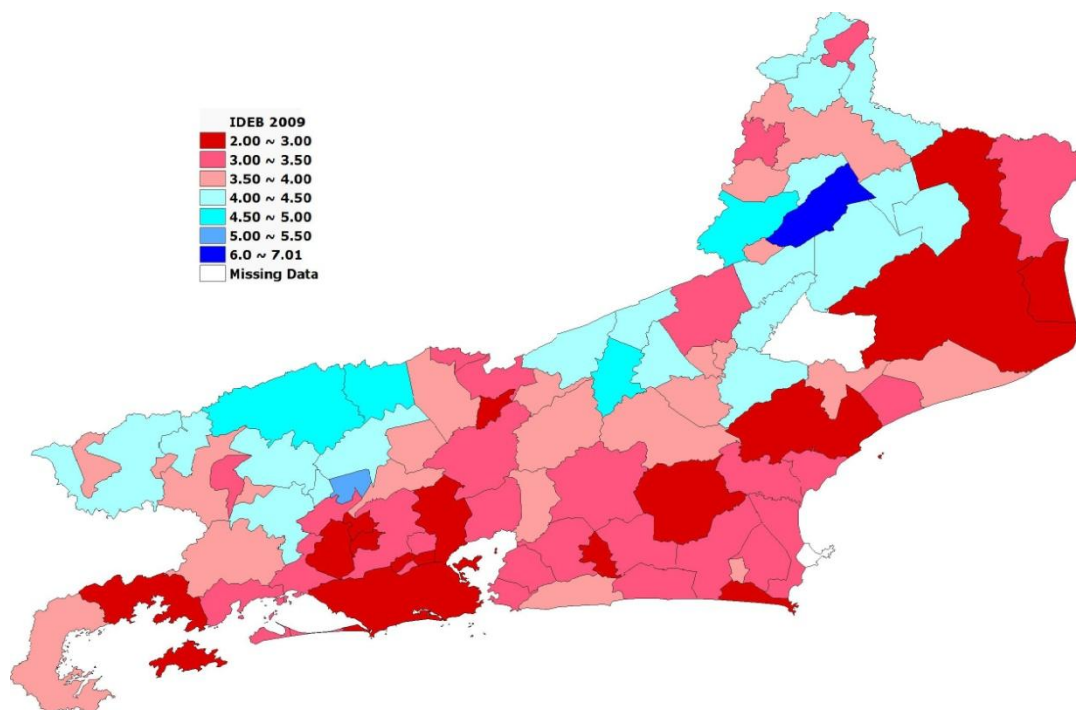
Fonte: Finbra/STN 2009

Mapa 4



Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN 2007

Mapa 5



Fonte: Ministério da Educação 2009

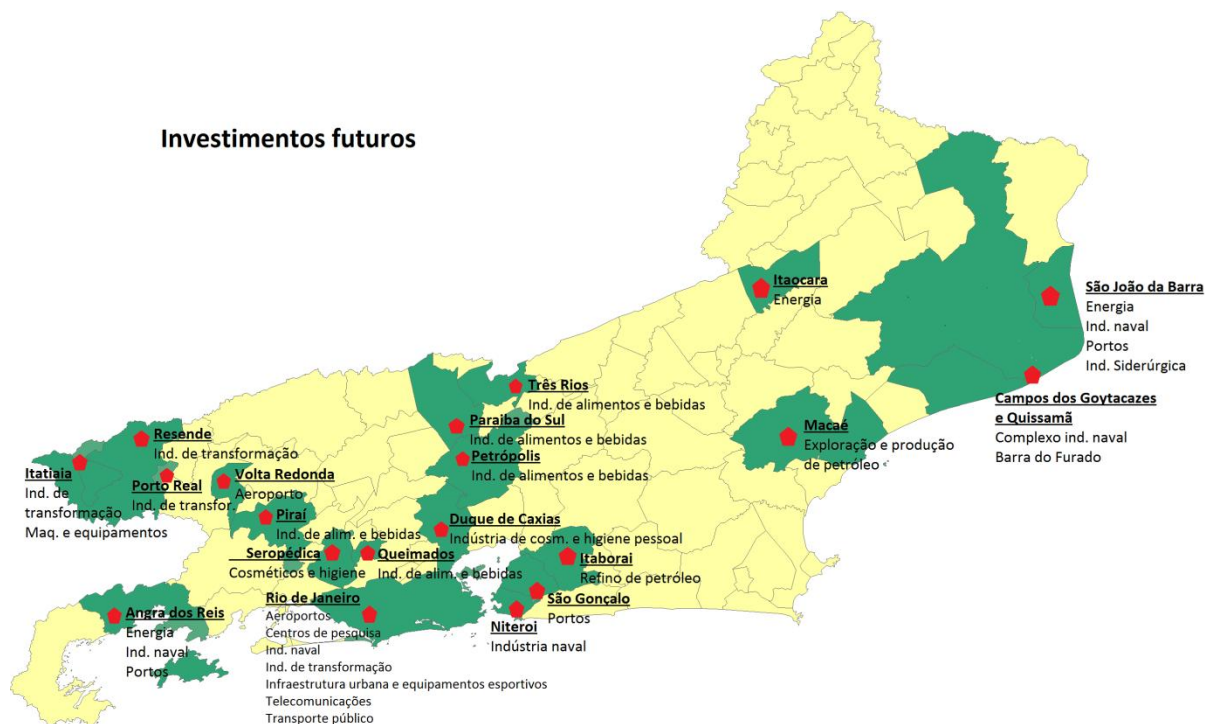
Já na educação, ao se analisar o IDEB 2009 para a rede estadual, é visível a discrepância entre os bons resultados na Região Noroeste – sendo de Cambuci o melhor resultado no Estado – e os baixos índices da Região Metropolitana. A complexidade da gestão da rede educacional metropolitana frente à menor escala da rede educacional do interior fluminense pode estar entre as causas desse contraste. Contudo, é inevitável que se relacione este resultado à influência de problemas sociais muito mais evidentes em regiões com maior concentração populacional e desigualdade de renda. A questão da violência, por exemplo, costuma impor barreiras ao aproveitamento escolar, tendo possíveis impactos nos indicadores de evasão. A suposição aplica-se também ao Norte Fluminense, onde os municípios de Campos e Macaé, mais populosos que seus vizinhos, estão entre os que apresentam os maiores PIBs per capita da região, e registram, contudo, os piores resultados do IDEB regional.

PROJETOS DE INVESTIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO

A implantação de empreendimentos de grande porte decorrentes dos maciços investimentos previstos (que devem chegar a cerca de R\$ 213,8 bilhões nos próximos dez anos, segundo a Secretaria Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Serviço – SEDEIS) promete alterar a dinâmica territorial de alguns municípios do Estado do Rio, principalmente em virtude da expansão urbana e da consequente elevação da demanda por infraestrutura, bens e serviços.

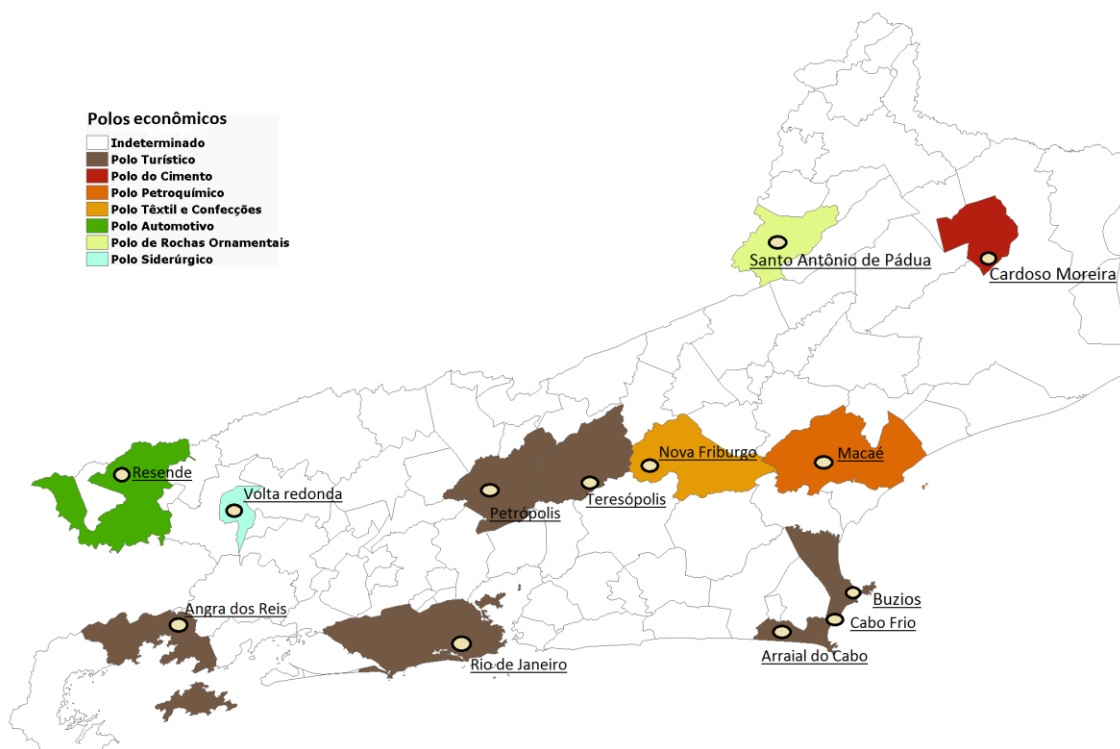
A expansão urbana é responsável por impactos positivos e negativos que poderão variar de acordo com a capacidade de planejamento e gestão dos municípios e também com seus investimentos. A coordenação de políticas que induzam o encadeamento produtivo é essencial para a geração de um círculo virtuoso de desenvolvimento. A expectativa é que os novos empreendimentos busquem localidades que apresentem maior dinamismo, com mão de obra qualificada, modernas tecnologias de comunicação, logística e infraestrutura viária.

Mapa 6



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS - 2011

Mapa 7



Fonte: Agência de Fomento do ERJ – Investe Rio - 2010

O entendimento do território e as consequentes ações que concorram para a dinamização das economias regionais são pré-condições para o desenvolvimento territorial, fundado não apenas no crescimento econômico local, mas também na melhoria da qualidade de vida de sua população. Nos mapas 6 e 7, foram identificados investimentos futuros e polos econômicos no âmbito estadual que poderão orientar a criação de estratégias de ação.

Para que o Estado possa maximizar o aproveitamento de oportunidades, é necessário que construa cenários prospectivos e que esteja preparado para enfrentá-los. Isso requer a coordenação de políticas e ações em diferentes áreas, tais como: recuperação e ampliação da infraestrutura de transportes, fornecimento de energia, abastecimento de água, saneamento e tratamento de esgoto e disposição dos resíduos sólidos. As ações também devem ser capazes de atender à população com saúde, educação, cultura e segurança, assegurando a preservação do meio ambiente e, assim, garantindo o desenvolvimento sustentável.

Observa-se que o Estado do Rio é um importante corredor logístico para o país, possuindo uma rede de ferrovias de bitola larga, rodovias, portos e aeroportos internacionais. Mas é preciso ampliar e modernizar a estrutura já existente. O setor de transportes vive um gradual processo de reorganização. É de suma importância a melhoria e a ampliação da malha ferroviária que estabelecerá a ligação do Porto do Açu com o COMPERJ, e destes com o Complexo Portuário de Itaguaí, juntamente com a Estrada de Ferro Norte-Sul, que ligará o Porto do Açu a outros países da América do Sul. O desafio é grande, uma vez que o conjunto de investimentos previstos é significativo e requer respostas rápidas.

Um conjunto de intervenções rodoviárias está sendo realizado, a exemplo do Arco Metropolitano, que ligará o Comperj ao Porto de Itaguaí e deverá facilitar o escoamento da produção, desafogando o trânsito de veículos pesados dentro dos municípios da Região Metropolitana, cujas vias principais não possuem mais capacidade de resposta e têm sua faixa de domínio tomada por moradias. Acompanhado por outras obras de infraestrutura, o Arco Metropolitano deverá atrair indústrias e apoiar o desenvolvimento de áreas da região que hoje são economicamente menos expressivas. Atualmente, o desenvolvimento do Estado baseia-se no modelo centro-periferia, e a dinamização econômica de áreas periféricas pode contribuir para a maior integração do território.

Diversos projetos no setor de transporte aéreo estão em preparação, como a reforma e ampliação dos Aeroportos de Angra dos Reis, Paraty e Resende e a implantação do aeroporto do Vale do Aço. Montou-se um centro de nacionalização de cargas importadas no aeroporto de Cabo Frio – originalmente concebido para apoiar o turismo internacional. Na mesma região, o Porto do Forno, em Arraial do Cabo, é empregado em operações *off shore* e localiza-se a apenas 8 km de Cabo Frio, criando ótimas condições para o escoamento da produção de petróleo da Bacia de Campos.

No momento, está em fase de elaboração o Plano Estadual de Logística de Cargas, cujo objetivo é tornar o Estado ainda mais atraente para novos empreendimentos e que dará a dimensão de como todos os ramos da economia poderão operar em conjunto de forma eficiente. Com ele, haverá maior e melhor compreensão de como será feita a integração das regiões, em benefício da macrofluidez de cargas movimentadas no perímetro estadual, o que fará do Rio de Janeiro o maior *hub* logístico do país.

Na área de transporte de passageiros, os sistemas metroviário, ferroviário e hidroviário receberão investimentos que incluirão a reforma de estações e compra de novas composições e embarcações, além de corredores exclusivos para ônibus (BRT e BRS) e ciclovias. Em conjunto, as ações darão maior fluidez ao sistema, com vantagem para a mobilidade em toda a Região Metropolitana do Estado.

Na política ambiental, destacam-se no Estado temas que são enfrentados em todas as suas regiões, como a estruturação do Sistema de Gestão Ambiental e o ICMS Ecológico, que incentiva os municípios a criar seus Sistemas Municipais de Meio Ambiente, condição para habilitarem-se ao recebimento dos repasses. No controle e monitoramento ambiental, essa interação com os municípios também foi alimentada através da descentralização do licenciamento, que promove a qualificação de municípios para concederem licenças e fiscalizarem atividades de impacto local. Em paralelo à fiscalização, o Rio de Janeiro busca implantar uma cultura ambiental no espaço escolar ao estruturar as Unidades de Conservação e os Comitês de Bacias Hidrográficas.

As mudanças ocorridas nos últimos anos e os futuros empreendimentos demandam ações que minimizem os impactos ambientais previstos. Na Região Norte, são imprescindíveis medidas que amplifiquem os resultados positivos e minorem os efeitos negativos da crescente atividade de extração de petróleo e gás natural, da indústria a ela vinculada e da implantação do Projeto do Açu.

A Região Metropolitana, por sua vez, enfrenta problemas ambientais típicos de áreas de grande concentração populacional, e que aguardam as soluções já programadas, como o aumento dos lixões e a ocupação irregular de encostas – esta última responsável pelo recuo de florestas. A Baía de Guanabara, por sua vez, vem sofrendo os efeitos da expansão do setor petroquímico e da indústria naval. Com a implantação do Complexo Petroquímico em Itaboraí – Comperj, devem se planejar ações que minimizem os impactos da expansão de atividades relacionadas ao setor. No Porto de Itaguaí, as vultosas obras de dragagem para o aprofundamento do canal – intervenção potencialmente poluidora devido ao revolvimento de sedimentos – e o futuro e significativo aumento de atividades demandam políticas que minimizem prejuízos ao meio ambiente. Estudos recentes apontam também para a necessidade de grandes investimentos em captação e coleta de água, sendo os grandes centros metropolitanos os mais afetados na ausência dessas ações. Na Região Sudeste, a forte concentração urbana e a complexidade dos sistemas produtivos provocam disputas pelas mesmas fontes hídricas.

A importância estratégica do principal rio do Estado, o Paraíba do Sul, pode ser avaliada pelo fato de que ele é fonte de abastecimento para mais de 14,3 milhões de pessoas, o que representa 89% da população fluminense. Do crescimento da demanda por água surge a necessidade de racionamento de seu uso e de construção de reservatórios e estações de tratamento de esgoto, entre outras medidas, com vistas a reduzir a demanda sobre a Bacia do Paraíba do Sul. No campo das soluções para as questões citadas, o aumento – de 5% para 10% – dos royalties na camada do pré-sal destinados ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM viabilizará a ampliação dos projetos na área ambiental, com a consequente minimização de suas inúmeras demandas.

As questões ambientais e territoriais do Rio de Janeiro têm relações com o processo histórico de concentração demográfica nas cidades. Entre 1960 e 2010, a parcela da população brasileira residente nos centros urbanos passou de 45,1% a 84,4%, conforme dados do IBGE. No mesmo período, a população urbana do Rio de Janeiro passou de 79% a 96,7%. Somente às vésperas do ano 2000 a sociedade brasileira conheceria o grau de urbanização já verificado no Rio de Janeiro quarenta anos antes. Inversamente, em meados da década de 1960, o Estado do Rio já havia atingido um grau de urbanização semelhante àquele alcançado pelo Brasil em 2010.

No contexto de um país em acelerado processo de urbanização, o Rio de Janeiro, embora já fosse em 1970 mais urbanizado que o Brasil de 2010, acompanhou a tendência nacional e, segundo dados do último Censo, permaneceu mais urbanizado que todos os demais Estados – inclusive São Paulo (95,9% urbana) e Distrito Federal (96,6% urbana). À luz de uma evolução que se aprofundou entre 2000 e 2010, assim como das perspectivas regionais do desenvolvimento econômico, o Estado ainda não pode considerar o seu processo de urbanização como um capítulo encerrado em sua trajetória.

Convém recordar que serviços complexos referentes à infraestrutura econômica e social e dependentes de sistemas de abastecimento e saneamento ambiental são tipicamente sujeitos a demandas maiores e mais prementes justamente nos centros urbanos. Não há dúvida de que impactos na distribuição territorial da população serão ocasionados pela concentração espacial da aplicação dos recursos a serem investidos nos setores de petróleo e gás, refino e tecnologias associadas, em energia, construção naval, siderurgia e infraestrutura. As novas aglomerações urbanas que estarão entre os legados dos grandes empreendimentos no Estado criam desde já novas agendas para autoridades públicas.

A emergência dos chamados territórios de projetos constitui uma realidade insofismável no atual cenário fluminense. Dentro deles, em virtude de inversões altamente focalizadas em determinados municípios, serão observadas não apenas as mudanças positivas em termos de emprego, renda e receitas públicas, mas também as consequências de transformações aceleradas que requerem o planejamento eficaz e a mais ágil resposta dos serviços públicos locais. A formação de espaços delimitados por efeitos de grandes intervenções nas economias regionais corresponde à própria definição dos territórios de projetos, e convoca hoje o conjunto dos agentes públicos e privados localmente implicados a um forte engajamento na coordenação de políticas – de acordo, no caso dos governos, com as competências legalmente atinentes a cada ente federado. Em outras palavras, o

desafio do planejamento territorial requer a implantação regional/local de modelos de governança ativa e participativa.

As alternativas de emprego e a promoção de atividades e negócios em outras localidades são igualmente necessárias, a fim de mitigar o efeito de forças centrípetas que, com a maturação das inversões realizadas, terão repercussão cada vez mais abrangente na geografia fluminense. Aqui, destacam-se as decisões relativas à política agrícola estadual.

A área econômica do Governo apoia, no setor agrícola, as distintas regiões do Estado de acordo com suas respectivas vocações produtivas e suas necessidades no combate à pobreza rural e à degradação ambiental. O programa Rio Rural estabelece parcerias entre os setores público e privado, e entre órgãos federais, estaduais e municipais, tendo em vista levar serviços e políticas públicas a microbacias hidrográficas e beneficiar produtores familiares e habitantes locais. Nele, busca-se a integração dos Planos Executivos de Microbacias com instrumentos de planejamento de outros entes da federação. A agricultura familiar deve receber também amparo com base nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, patrocinados a partir de 2004 pelo Governo Federal. O equilíbrio no desenvolvimento de distintas regiões fluminenses requer a valorização do interior do Estado e de suas áreas agrícolas, cujas populações estão mais sujeitas ao desenraizamento quando diante de oportunidades fortemente desiguais entre os municípios.

Recentes dados do IBGE (2008) mostram que apenas dez municípios concentram mais de 40% do PIB agropecuário estadual – quatro deles na Região Serrana e três na Região Norte. Não obstante, a Região Norte, em conjunto com o Noroeste fluminense, registra alguns dos maiores índices de pobreza rural no Estado. Por sua vez, depois de severamente marcada pelos fenômenos meteorológicos de janeiro de 2011, a Região Serrana exigirá, para além das medidas já adotadas pelo Governo, a continuidade de políticas focalizadas nas áreas agrícolas atingidas.

Os municípios serranos de Sumidouro e Duas Barras sobressaem pela importância da atividade agrícola em suas economias – respectivamente, 32% e 22% do PIB em 2008. Ao todo, nove municípios fluminenses contam com a agropecuária para a geração de mais de 10% de seus PIBs. Quatro deles estão entre os vinte que detêm os maiores PIBs agrícolas municipais do Rio de Janeiro. Neles, a presença do Estado para garantir oportunidades de renda no setor agrícola ainda é decisiva para viabilizar a permanência de seus habitantes. Diversos municípios das regiões Serrana e Noroeste estão entre os que abrigam estabelecimentos agropecuários de menor área média no contexto fluminense, o que salienta a relevância das políticas voltadas para a agricultura familiar. No mercado de consumo local de hortifrutigranjeiros, outras necessidades da agricultura se revelam. Os problemas no campo do abastecimento trazem à tona carências de qualificação, modernização e investimentos na logística atualmente a serviço da comercialização de alimentos produzidos no Estado.

Serão essenciais, nos próximos anos, as políticas de ordenamento territorial – calcadas, por exemplo, nos estudos de impacto ambiental, da área de meio ambiente, e nos planos de desenvolvimento territorial, na área agrícola – e de geração de oportunidades nas áreas menos contempladas pelos grandes investimentos em curso em municípios específicos. Somente com elas será possível promover o desenvolvimento integrado das diferentes regiões fluminenses, que permanece na pauta dos maiores desafios do Rio de Janeiro.

COMPETÊNCIAS LEGAIS E GESTÃO COORDENADA

A Constituição Federal distribui competências legais aos três diferentes níveis de governo – o federal, o estadual e o municipal. Contudo, percebe-se muitas vezes a sobreposição de responsabilidades e a necessidade de uma ação conjunta e coordenada dos diferentes entes federais, em favor de sinergias intergovernamentais. Para isso, por exemplo, são criados novos arranjos institucionais, como os consórcios e os comitês de gestão.

Ao mesmo tempo em que o constituinte originário conferiu aos municípios uma maior autonomia, também lhes atribuiu responsabilidades fundamentais. O texto constitucional inovou ao atribuir responsabilidades aos municípios como, por exemplo, a política de desenvolvimento urbano (art. 182), a coordenação e a execução de programas de assistência social (art. 204, I) e a atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil

(art. 211, §2º), além de incluir as municipalidades no rol dos entes federativos dotados de competências concorrentes.

A municipalização da atuação pública baseia-se na constatação de que o território é a referência para o cidadão. É no espaço da “cidade” que o cidadão estuda e trabalha, procura os serviços de saúde, utiliza o sistema de transporte público e realiza outras tantas atividades comuns. A Constituição promove a descentralização das ações públicas e, assim, revaloriza a instância local, além de incentivar a desburocratização do aparelho estatal e reduzir a distância entre o Estado e o cidadão. Em que pese a autonomia municipal, os Estados e a União não ficaram isentos de atuar em diversas áreas. Pelo contrário, cabe a todos os entes federativos uma gestão integrada em regime de colaboração. Trata-se de uma necessidade de todos os sistemas onde os entes da federação atuam em conjunto – como no Sistema Único de Saúde - SUS e na gestão da educação.

Compete aos Estados a promoção da integração entre os órgãos estaduais e os municípios, tendo em vista o melhor atendimento de necessidades e demandas. Cabe a eles igualmente descentralizar, em favor dos municípios, serviços cuja execução traga melhores resultados quando a cargo da gestão local, assim como oferecer, em contrapartida, apoio técnico e financeiro aos governos municipais – servindo ainda de canal de interlocução entre a União e os municípios.

Uma oportunidade para o avanço da cooperação intergovernamental reside na criação de fóruns regionais nos quais são pactuadas metas e firmados compromissos. A articulação de consórcios – que podem ser celebrados por meio de convênios, contratos ou acordos de qualquer natureza – constitui também um instrumento de pactuação entre duas ou mais entidades com interesses convergentes. A conjugação de esforços para interesses comuns reflete-se em ganhos para a coletividade.

A cooperação entre entes também ocorre através dos comitês de gestão, órgãos de natureza colegiada, deliberativa e consultiva que contam com a participação dos usuários de serviços públicos, da sociedade civil e dos representantes dos governos municipais, estaduais e federal. Entre eles se destaca o Comitê de Bacias Hidrográficas - CBH, fórum de decisão no âmbito de cada bacia hidrográfica do Estado do Rio. A cooperação entre os entes federativos tendo em vista a promoção do desenvolvimento pode ser incentivada ainda mediante a elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro – PRODESMAR. Com eles, é possível identificar vocações, potencialidades, ameaças e desafios para as respectivas regiões, assim como propor estratégias de desenvolvimento baseadas em carteiras de projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se aqui reafirmar a importância da dimensão territorial do planejamento, onde a gestão do território deve permear as três esferas de governo – por meio do compartilhamento de responsabilidades – e promover ações pactuadas entre os diversos atores envolvidos, com o objetivo de conciliar os interesses dos diferentes níveis territoriais – macro-regional, estadual, sub-regional e municipal. Com isso, indicaram-se caminhos para uma política de desenvolvimento regional.

A convergência de interesses deve beneficiar a sociedade em cada município e apoiar a implantação de políticas setoriais dos três níveis de governo. Isso depende do mapeamento da pluralidade de atores envolvidos em cada território e da articulação desses atores no âmbito do planejamento e da gestão. O resultado esperado é a oferta qualificada e abrangente de serviços em todo o Estado, em favor da redução das desigualdades regionais e do próprio desenvolvimento econômico e social.

Referências Bibliográficas:

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume IV – Estudos Prospectivos - Escolhas Estratégicas / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: 2008. Encontrado no site: <http://www.planejamento.gov.br/planejamentoterritorial>, na data: 13/04/11.

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano Plurianual 2004-2007: pactos para a gestão territorial integrada - texto para discussão / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2005. Encontrado no site http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/programas_projeto/pactos/081009_PRPPactos.txtDiscussao.pdf, na data: 13/04/11.

Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro: Passaporte para o Desenvolvimento do Estado. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010.

Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 5.280/2008.

Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO/RIO). Plano Diretor 2010/2013. Niterói, 2010.

Ernest & Young Brasil. Brasil Sustentável: Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014. São Paulo: EYGM Limited, 2010.

GONÇALVES, Bento M. L. Produção Agrícola e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Rio de Janeiro: SENAR, 2006.

Governo do Estado do Rio de Janeiro. Publicação 2 Anos do INEA: novas ideias, novas atitudes pelo desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Dez, 2010.

GUSMÃO, Paulo. Desenvolvimento Territorial no Estado do Rio de Janeiro. Revista de Economia Fluminense. Rio de Janeiro: Fundação CEPERJ, Dez, 2010.

MENDES, Constantino C. O Estado da Política e do Planejamento Regional recente. Boletim Regional e Urbano. Brasília: IPEA, Dez, 2008.

OLIVEIRA, Floriano J. Godinho. Reestruturação econômica, planos de desenvolvimento e mudanças territoriais no Estado do Rio de Janeiro. Revista de Economia Fluminense. Rio de Janeiro: Fundação CEPERJ.

OSÓRIO, Mauro. Rio Nacional, Rio Local. Rio de Janeiro: SENAC Editora, 2005.

DATAR - Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale: *Les Coopérations Interregionales*. La Documentation Française: Paris, 2002.

INTRODUÇÃO

A gestão moderna e qualificada dos órgãos e políticas do Governo foi a tônica da administração estadual no último quadriênio. A consolidação das mudanças já iniciadas é a síntese dos macro-objetivos que norteiam o Plano Plurianual – PPA 2012-2015. A requalificação da gestão dos diversos setores de atuação do Governo faz e deve continuar a fazer parte do ciclo virtuoso que hoje atravessa o Estado do Rio de Janeiro. Com base nessa diretriz geral e nos compromissos do governador com a sociedade, cada Secretaria de Estado definiu o macro-objetivo pelo qual responderá nos quatro próximos anos e ao qual estará subordinada sua carteira de programas.

Os macro-objetivos setoriais presidem a elaboração de todos os programas incluídos no PPA, que deverá disciplinar as Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as Leis dos Orçamentos Anuais – LOA. Todos eles procuraram observar o princípio da coerência intersetorial que assegura a convergência das finalidades gerais do Governo. Inspiraram-se também no princípio da manutenção do diálogo permanente com a sociedade. E foram, acima de tudo, elaborados tendo em vista a consolidação dos avanços registrados em cada uma das áreas governamentais em favor do desenvolvimento social e da gestão eficiente e republicana dos órgãos e recursos estaduais. Se o PPA representa um pacto entre os órgãos do Governo e entre este e a sociedade, os macro-objetivos sintetizam os pactos firmados por cada uma das secretarias de Estado.

A seguir, serão apresentados os macro-objetivos de cada Secretaria de Estado e os principais objetivos setoriais com os quais o órgão estará comprometido nos próximos quatro anos. Para fins exclusivos de organização dessa exposição, ela será dividida de acordo com cinco macroáreas adotadas pela equipe de planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG para ordenar a gestão das políticas setoriais.

ECONOMIA E GESTÃO

O plano da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ estará subordinado ao macro-objetivo de *Prover e Gerir os Recursos Financeiros do Estado com Excelência, Maximizando o Cumprimento de Obrigações Tributárias, Garantindo o Aumento Sustentável da Arrecadação e Promovendo a Gestão Fiscal Responsável*. Alguns dos maiores desafios nessa área foram enfrentados com sucesso nos últimos quatro anos, a exemplo da recuperação do equilíbrio das contas públicas. Resta aprofundar as conquistas e solucionar questões que ainda aguardam respostas.

Na área de administração tributária, é preciso vencer o sub-aproveitamento do potencial de arrecadação e, paralelamente, implementar uma agenda de simplificação e desburocratização de serviços da gestão fazendária. A área de finanças requer a integração com as várias fases do processo orçamentário. Já o setor de tecnologia da informação irá requisitar novos sistemas aptos a desempenhar mais do que as funções básicas das ferramentas do gênero. A manutenção do equilíbrio fiscal recém-conquistado estará entre os grandes desafios da Fazenda estadual, que poderá enfrentar cenários de incerteza na economia mundial.

A SEPLAG definiu seu macro-objetivo visando à *Modernização e Promoção da Eficiência da Administração Pública Estadual*. A missão de aprimorar o planejamento e a gestão da ação governamental envolverá os próximos passos da implantação do modelo de Gestão por Resultados e a consolidação dos Sistemas de Planejamento, Orçamento e Gestão - POG, baseados na gestão descentralizada. Os novos sistemas transversais de planejamento e de gestão de patrimônio, aquisições e recursos humanos deverão ser consolidados, quando já implantados, ou concluídos, no caso daqueles ainda em fase de elaboração. O aperfeiçoamento dos instrumentos de prestação de contas à população, por sua vez, estará associado à melhoria da qualidade dos gastos e da utilização dos recursos públicos. A valorização da função pública e a profissionalização do servidor caminharão de braços dados com a promoção do desenvolvimento institucional da própria SEPLAG e a reestruturação de órgãos da administração indireta.

As entidades vinculadas à Secretaria também terão objetivos setoriais. A cargo delas estará o fortalecimento do sistema estadual de informações, dados e estatísticas do Estado e a integração das escolas de governo estaduais. A gestão da previdência de servidores estaduais contará com um serviço de agendamento de visitas e com a realização do censo previdenciário, tendo ainda o objetivo de garantir a rentabilidade dos ativos da

previdência social dos servidores estaduais e a compatibilidade entre ela e as obrigações do Estado com seus aposentados e pensionistas.

A Secretaria de Estado de Governo – SEGOV dará sequência a ações comandadas pelo órgão, dedicando-se à *Promoção da Articulação Institucional e Política e Apoio Logístico a demais Políticas de Governo*. As ações correspondem às operações Barreira Fiscal – que envolve a fiscalização e coação da sonegação de impostos e da circulação ilegal de mercadorias – e Lei Seca – destinada a preservar a vida humana no trânsito –, assim como à Gestão da Qualidade de Serviços Públicos – concebida para, entre outras coisas, capacitar servidores e avaliar a qualidade de serviços nas áreas de segurança, saúde e educação – e ao S.O.S Saúde –, cuja finalidade é proteger o direito de pacientes e familiares a um atendimento humanizado e de qualidade, de um lado, e o direito de profissionais da área a condições adequadas de trabalho, de outro. A parceria com outros órgãos da administração direta estadual constitui, portanto, um dos eixos da agenda da SEGOV.

A Secretaria de Estado da Casa Civil estará igualmente empenhada na execução de ações de natureza convergente com aquela de diferentes órgãos do Governo. Ela e suas diversas entidades vinculadas estarão envolvidas com a *Gestão e Articulação das Ações de Governo para Suporte às Decisões do Chefe do Executivo*.

Uma das missões da Casa Civil será a gestão de projetos relativos à Copa do Mundo 2014 e às Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. A melhoria dos mecanismos de gerenciamento de convênios e de projetos estruturantes estará também no escopo de finalidades do órgão. Governo e cidadãos poderão contar com a modernização da rede de comunicação e transmissão de dados do Estado, a promoção de maior transparência e agilidade na obtenção de informações do Governo pela população e o fortalecimento da divulgação dos atos oficiais. Outros objetivos do órgão serão o aprimoramento da defesa dos direitos do consumidor e a garantia de qualidade dos serviços públicos prestados em caráter de concessão ou permissão, bem como a modernização de serviços de atendimento ao cidadão e a promoção de campanhas de educação no trânsito.

As sinergias entre a gestão profissional no setor público e o crescimento econômico estão entre aquelas que mais potencializam o desenvolvimento humano em uma sociedade democrática. Assim, aliados às políticas de aperfeiçoamento da gestão pública e da sua consolidação, os programas destinados à aceleração do crescimento e à sua conversão em oportunidades para todos terão um papel decisivo e estarão a cargo dos órgãos que atuam nos setores produtivos da economia.

A política de desenvolvimento do Estado vincula-se à preocupação com a inclusão social produtiva. Por essa razão, sua missão é parcialmente compartilhada pela Secretaria de Estado de Trabalho e Renda – SETRAB, cujo macro-objetivo é a *Inclusão Produtiva com Intermediação de Empregos, Atendimento e Qualificação do Trabalhador para Inserção e Reinserção no Mercado de Trabalho*. Haverá distintos objetivos setoriais contemplados no órgão. Serão eles destinados à promoção do emprego e do microcrédito, da economia solidária, de melhorias no mapeamento de demandas realizado pelo Observatório do Emprego e, com base na articulação entre o setor público e o privado, da qualificação de jovens e da população economicamente ativa em geral. Estarão igualmente no escopo das atividades setoriais a instalação de fóruns de debate e melhorias nas áreas de segurança e saúde no trabalho.

Igualmente relacionado à economia e às oportunidades que decorrem do seu dinamismo, o objetivo maior da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS no PPA 2012-2015 será *Criar Ambiente de Negócios Favorável ao Desenvolvimento da Atividade Produtiva no Estado do Rio de Janeiro*. O órgão pretende, por um lado, coordenar e apoiar a execução de programas e projetos que promovam o desenvolvimento das potencialidades regionais e fortaleçam as micro e pequenas empresas; por outro, articular e induzir iniciativas em favor do desenvolvimento com o apoio a projetos instalados ou em instalação no Estado e ao crescimento de setores estratégicos.

O adensamento das cadeias produtivas, com foco no atendimento às demandas decorrentes de novos empreendimentos, será estimulado pela SEDEIS, cabendo a ela igualmente os objetivos de melhorar o desempenho da análise técnica de benefícios fiscais e financeiros e apoiar investidores interessados em se estabelecer no Estado, as empresas já existentes e os municípios empenhados em atrair novos investimentos.

Vale lembrar que diferentes órgãos do Governo estarão incumbidos de promover as atividades de pequenos e microempreendedores, cuja realidade deverá mudar com o Programa Compra Mais, amparado em convênio já celebrado pela SEPLAG e o SEBRAE/RJ. A principal intenção do programa será elevar o número de pequenas e microempresas fornecedoras do Estado do Rio e dos municípios fluminenses. Trata-se de conciliar o suprimento do Estado e dos Municípios, de um lado, e a necessidade de promover o desenvolvimento local, de outro.

Ações destinadas a incentivar o desenvolvimento local estarão também a cargo de diferentes agentes do Governo. A existência de oportunidades para a totalidade da população do Estado depende das condições e de estímulos mantidos ou criados em todo o território fluminense. O desenvolvimento territorial é a finalidade natural da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária – SEAPEC e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca – SEDRAP.

Na SEAPEC, a diretriz maior será a *Consolidação da Estrutura de Produção Agropecuária, com Sustentabilidade e Produtos de Qualidade*. O órgão pretende garantir a segurança alimentar, oferecer suporte técnico e creditício às cadeias produtivas tradicionais e emergentes, viabilizar a operação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, fomentar o desenvolvimento rural sustentável, promover o melhoramento genético dos rebanhos, facilitar o escoamento da produção com a recuperação das estradas vicinais e organizar a pesquisa e os serviços de assistência técnica e extensão rural.

Por sua vez, a SEDRAP estará empenhada em *Promover a Gestão e a Função Social do Território e da Economia, Através de Políticas Públicas de Estimulo e Fomento ao Desenvolvimento Regional de Forma Integrada e Sustentável, Estabelecer Arranjos Racionais para a Distribuição de Alimentos e Melhoria das Condições de Produção e Comercialização de Pescado*. Serão compromissos do órgão promover a gestão e a função social do território e da economia com políticas para o desenvolvimento integrado e sustentável, gerar e difundir tecnologias para a aquicultura e a pesca e desenvolver a comercialização atacadista de produtos hortigranjeiros.

INFRAESTRUTURA

O impacto potencial dos investimentos e esforços realizados em favor do crescimento econômico e da distribuição de seus frutos é severamente reduzido quando não acompanhado do apoio necessário de uma infraestrutura construída e mantida de acordo com os melhores padrões de qualidade e eficiência. Três órgãos da administração responderão diretamente por essa infraestrutura e os referidos padrões no planejamento do Estado para o próximo quadriênio.

A Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS estará dedicada nos próximos anos a *Ampliar Infraestrutura com Inclusão Social e Econômica*. A retomada do desenvolvimento sustentado no Estado do Rio de Janeiro está e deve se manter calcada na recuperação e ampliação das estruturas físicas que servem de suporte às atividades econômicas, de um lado, e à oferta de condições de vida dignas aos cidadãos, de outro.

A conclusão da construção do Arco Metropolitano será um passo decisivo para a reinvenção da infraestrutura viária e a redução dos custos do transporte de bens produzidos em diferentes partes do território fluminense – abrindo-se acesso privilegiado a áreas da Baixada Fluminense, cuja economia, na presença de condições melhores de vida para a população local, será dinamizada. Mais investimentos na infraestrutura viária da Região Metropolitana estarão a cargo da SEOBRAS, que será responsável por uma ambiciosa carteira de projetos.

Juntamente com as ações que devem criar as condições para a realização dos grandes eventos esportivos de 2014 e 2016, estão previstas a execução do Programa Integrado da Região Metropolitana – Rio Metrópole, a construção, pavimentação e realização de melhorias em rodovias e obras de arte rodoviárias e a ampliação do sistema e da cobertura de saneamento básico e ambiental do Estado. Caberá também à SEOBRAS a missão de urbanizar comunidades habitadas por famílias de baixa renda e apoiar municípios na recuperação e na melhoria da sua infraestrutura, além da recuperação de localidades atingidas por catástrofes e do reassentamento de populações situadas em áreas de risco. Outras finalidades do órgão serão a preservação e a modernização de prédios públicos, a implantação das Delegacias Legais, Casas de Custódia e equipamentos correlatos, bem como a execução de ações relacionadas ao desenvolvimento do turismo.

Igualmente à frente das grandes transformações na área de infraestrutura e logística, a Secretaria de Estado de Transportes – SETRANS terá por diretriz principal *Melhorar a Mobilidade de Passageiros e a Logística de Cargas, por meio da Requalificação dos Sistemas de Transportes Públicos, com Foco nos Corredores Estruturais*.

O órgão dividirá sua agenda em duas linhas de ação, uma delas voltada para a logística de cargas, e a outra dedicada ao transporte de passageiros. Na primeira, a SETRANS terá pela frente os desafios de inserir a malha ferroviária fluminense nos eixos estratégicos do País, melhorar as rodovias concessionadas, apoiar a implantação de complexos logísticos e industriais – como os do Açu e de Barra do Furado – e a melhoria operacional e logística dos portos e aeroportos no Estado, bem como elaborar o Plano Estadual de Logística de Cargas – PELC. Os objetivos do setor no âmbito do sistema de transporte de passageiros serão, por sua vez, ampliar o bilhete único intermunicipal e os sistemas de informações online, ampliar a rede metro-ferroviária, requalificar o sistema hidroviário – inclusive com a aquisição de novas embarcações – e, por fim, atualizar o plano diretor de transportes urbanos – PDTU.

Vale dizer que o Estado do Rio é cenário de projetos atuais e futuros da agenda da chamada Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, conduzida pelo Comitê Coordenador do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento - COSIPLAN, da União das Nações Sul-Americanas - UNASUL. Um deles é o Arco Metropolitano, a ser concluído nos próximos anos, entre outros – como a estrada de ferro Transcontinental Brasileira – destinados a reformular os sistemas estaduais rodoviário e ferroviário de escoamento da produção. Para o Rio de Janeiro, em cuja região metropolitana estará localizado o início do novo eixo ferroviário, a interligação com a costa do Oceano Pacífico traduz o persistente potencial da integração continental sul-americana.

A Secretaria de Estado de Habitação – SEH responderá, até 2015, pela *Redução do Déficit Habitacional Através da Melhoria das Condições de Moradia, Infraestrutura e Regularização Fundiária*. O órgão terá programas destinados à construção de unidades habitacionais, incluindo-se aí o projeto Núcleos Habitacionais Integrados, à recuperação de conjuntos habitacionais e melhorias em geral, à urbanização de assentamentos precários, à regularização fundiária e à titulação de seus ocupantes.

CIDADANIA

A Secretaria de Estado de Segurança – SESEG terá um macro-objetivo que de fato já presidiu suas ações nos últimos quatro anos – e que deverá ter suas metas realizadas ou consolidadas durante os próximos quatro. Trata-se da *Pacificação das Comunidades, Otimização das Atividades Policiais, Redução dos Índices de Criminalidade, Aumento da Sensação de Segurança, Modernização Tecnológica e Segurança dos Grandes Eventos*.

Os objetivos setoriais da SESEG envolverão a reestruturação do órgão, a redução dos índices de criminalidade, o fomento a programas de prevenção do crime e da violência, a integração do sistema de segurança pública e a promoção de um plano de recrutamento, seleção e formação de agentes policiais. O aumento da eficácia, eficiência e efetividade das investigações, o estímulo a pesquisas aplicadas e a valorização daquelas já realizadas, a modernização tecnológica da Secretaria de Segurança e das Polícias Civil e Militar e o fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada, das Corregedorias, da Ouvidoria e da Polícia Técnico-científica constituem também finalidades da SESEG. Esses e outros objetivos serão perseguidos em conjunto com outros, que incluem a promoção da cidadania, dos direitos humanos e da educação para a paz como diretrizes para a atuação das polícias, assim como a promoção de uma cultura de inteligência nas dimensões da informação e do exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas.

Ainda na área de segurança, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP terá planos subordinados ao macro-objetivo de *Renovação do Sistema e Ressocialização com Inclusão Positiva*. Estarão aos cuidados do órgão programas cujos objetivos incluem a capacitação dos operadores do sistema prisional e a facilitação da profissionalização dos apenados para sua reinserção social. O sistemático investimento em tecnologias e a integração do Estado com os demais entes da federação e a iniciativa privada serão também

objetivos do órgão. O desenvolvimento da excelência do sistema prisional fluminense e o aumento do número de vagas para apenados estarão igualmente entre as finalidades da SEAP no próximo quadriênio.

Somente quando conjugadas as políticas sociais e de segurança é possível garantir as condições mais necessárias ao pleno exercício dos direitos fundamentais que constituem a própria cidadania. No âmbito da administração estadual, as políticas sociais competem à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH, cujo macro-objetivo no próximo quadriênio será a *Integração de Políticas Sociais, Erradicação da Pobreza Extrema e Promoção e Defesa dos Direitos Humanos*.

Na agenda de integração das políticas sociais terão destaque as medidas específicas voltadas para os territórios pacificados pelas forças de segurança e a construção de parcerias com a União e os municípios tendo em vista o fortalecimento das políticas setoriais e o combate à pobreza extrema, em especial nas regiões sob impacto de grandes empreendimentos econômicos. As áreas pacificadas e as regiões afetadas por grandes investimentos serão igualmente foco de atenção especial da política de proteção e defesa dos direitos humanos, que terá também, entre outros aspectos, ações de combate à homofobia e à intolerância religiosa, bem como em favor da igualdade racial, dos direitos das mulheres, de idosos e de crianças e jovens com deficiência. A erradicação da pobreza extrema será perseguida através do Programa Renda Melhor, e contará com o apoio de incentivos à permanência de alunos no sistema educacional e com melhorias previstas para a rede de Restaurantes Cidadãos.

QUALIDADE DE VIDA

Envolvida em duas áreas distintas, a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil legou sua agenda aos dois novos órgãos que a sucederam: a Secretaria de Estado de Saúde – SES, que estará empenhada em *Melhorar a Situação de Saúde da População do Estado do Rio de Janeiro*, e a Secretaria de Estado de Defesa Civil – SEDEC, cuja principal diretriz será *Promover a Redução de Desastres no Estado do Rio de Janeiro*.

O planejamento da área de Saúde subordinou-se ao princípio da regionalização e ao modelo compartilhado de gestão entre as três esferas de governo. Os objetivos da SES irão envolver esforços em diversas frentes para aprimorar as ações de vigilância em saúde, prestar assistência pré-hospitalar, hospitalar e ambulatorial com ampliação do acesso da população aos serviços e sua qualificação. Incluirão ainda a realização de pesquisas para o desenvolvimento de inovações e a produção de medicamentos e insumos ao sistema de saúde.

As ações sob a coordenação da SEDEC estarão destinadas à redução de desastres nas áreas de prevenção e preparação para as emergências, assim como à prestação de socorros diversos à população. A missão precípua do órgão é mitigar ou reduzir os danos causados por desastres naturais, antropogênicos (humanos) ou mistos. Os desafios do órgão até 2015 incluirão iniciativas em favor do seu desenvolvimento institucional, como a melhoria de seus recursos logísticos e humanos e de suas condições de trabalho, assim como o estabelecimento de parcerias e convênios.

A qualidade de vida é essencialmente dependente do controle de vetores de insalubridade, missão compartilhada pelas áreas de saúde e meio-ambiente. Nesse sentido, é decisiva também a atuação da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, com planos elaborados segundo a diretriz de *Implementar as Políticas Ambientais que Concorrem para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável por meio da Consolidação das Agendas Azul, Verde e Marrom*. As referidas agendas correspondem, respectivamente, à gestão estadual de recursos hídricos, da biodiversidade e de resíduos sólidos e orgânicos.

O órgão executivo de gestão ambiental do Estado lida com um cenário singular, marcado pela diversidade e pela riqueza de seus aspectos físico-bióticos, econômicos e culturais. A expansão econômica do Estado do Rio de Janeiro, alavancada sobretudo pela indústria do petróleo e por grandes empreendimentos nos ramos siderúrgico, portuário e turístico, exerce pressão sobre os recursos naturais localizados no território e exige respostas do poder público tendo em vista o controle da poluição, a adoção de tecnologias limpas e o ordenamento do uso dos recursos. O quadro torna oportuna a conversão da atividade produtiva para o paradigma da Economia Verde, caracterizada pelo uso de tecnologias de baixo carbono e pela orientação da gestão em favor de compensações e do uso eficiente de recursos naturais.

Diante disso, a SEA elegeu objetivos setoriais que a comprometem com diversas finalidades, quais sejam: a universalização da oferta de água potável e do saneamento básico, o combate a cheias e inundações, a revitalização e conservação de recursos hídricos, a preservação da biodiversidade e recuperação dos sistemas florestais, a promoção de tecnologias inovadoras de baixo carbono, modernização do licenciamento e da fiscalização ambiental e o fomento a informação, a educação ambiental e a gestão participativa dos recursos ambientais. Convém lembrar que consta na agenda de grandes eventos do Estado a realização da Rio+20, em 2012. O encontro irá marcar os vinte anos decorridos desde a Eco-92, e deverá tratar de questões ambientais que ainda mobilizam países de todos os continentes, como a criação de uma governança internacional para a construção de um planeta sustentável.

CAPITAL HUMANO

A inclusão social, que se encontra no horizonte da maioria das secretarias do Governo, tem um foco especial e de longo prazo na Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, dedicada neste PPA a levar o Estado do Rio de Janeiro a *Estar entre os Cinco Primeiros Colocados no IDEB, Tornando-se Referência de Bons Resultados Educacionais no Cenário Nacional*.

Nos últimos anos, resultados de avaliações nacionais da educação administrada pelos Estados revelaram desafios de grande magnitude para o Rio de Janeiro, que terá de responder pela melhoria de diversos e complexos serviços prestados à população fluminense. A envergadura da missão da SEEDUC no período de vigência deste PPA manifesta-se na objetividade e na ambição do macro-objetivo definido pelo órgão. Os meios empregados para a realização desse objetivo serão a adequação da estrutura organizacional e física da rede estadual de ensino e a melhoria das condições do corpo docente e da gestão escolar.

Responsável pela *Promoção do Desenvolvimento Científico, da Inovação Tecnológica e da Capacitação Profissional do Cidadão, Visando o Desenvolvimento Econômico e Tendo como Meta a Redução das Diferenças Sociais, Através da Ação Articulada entre o Governo, a Academia e o Setor Produtivo*, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT terá também uma carteira de projetos correspondentes aos objetivos setoriais e a cargo das sete entidades vinculadas ao órgão.

Na área das instituições de ensino superior, serão objetivos reduzir a evasão, ampliar o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação e à pesquisa, executar programas de extensão, interiorizar os cursos e melhorar a capacitação de profissionais do ensino médio. A SEEDUC estará igualmente encarregada da expansão da rede estadual de ensino técnico e da melhoria da infraestrutura de suas unidades. Deverá também aumentar os investimentos no fomento à pesquisa e à inovação, bem como os incentivos especiais às linhas de pesquisa e/ou produção de tecnologia/inovação eleitas segundo diversos critérios, entre os quais o de importância para o desenvolvimento regional e o da população beneficiada – em especial nas chamadas “áreas portadoras de futuro”, ou seja, caracterizadas pela alta densidade tecnológica. Também serão elevados os investimentos em formação profissional e aqueles realizados mediante parcerias ou diretamente em municípios onde a atividade econômica careça de incentivo para introduzir a inovação como instrumento de agregação de valor ao produto local.

Na Secretaria de Estado de Cultura – SEC, a diretriz principal do Governo será a *Formulação de Políticas Públicas com a Participação da Sociedade, Valorização da Diversidade Cultural, Democratização do Acesso à Cultura, Estímulo à Criação Artística e à Economia Criativa, Preservação do Patrimônio Material e Imaterial e Modernização da Gestão*.

A SEC terá pela frente a responsabilidade de estimular a formação, produção, difusão e o acesso aos bens e serviços culturais e de promover uma gestão cultural democrática, moderna e efetiva. Estará envolvida igualmente com a valorização da leitura e a difusão do livro, e ainda com a missão de identificar, preservar e valorizar o patrimônio cultural do Estado, assegurando sua integridade, permanência, sustentabilidade e diversidade. Programas destinados à modernização da gestão no setor, às áreas de audiovisual e de museus e à promoção da economia criativa e das artes, entre outros, constituem a agenda do órgão para os próximos anos.

A mais estratégica das apostas de uma sociedade corresponde ao investimento em capital humano, melhor tradução material de suas esperanças no futuro. No Estado do Rio de Janeiro, esse futuro está hoje não apenas intimamente ligado à educação e à cultura, mas também aos grandes eventos esportivos que o Brasil irá sediar em 2014 e, sobretudo, em 2016. A maioria dos órgãos da administração pública será de algum modo responsável pelo bom andamento das ações direcionadas para a realização desses eventos. Em alguns casos, porém, a própria vocação do órgão está ligada às oportunidades à frente, como ocorre com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL e a Secretaria de Estado de Turismo – SETUR.

No centro das preocupações da SEEL estará a missão de *Dotar o Estado do Rio de Janeiro de Condições de Infraestrutura e Serviços para o Êxito dos Megaeventos já Programados, Maximizando Oportunidades para Torná-lo Referência Nacional e Destino Mundial do Esporte, assim como Formular e Desenvolver Políticas Públicas, Ações e Parcerias Voltadas para o Incremento de Atividades em Todas as Regiões do Estado, com Ênfase na Interiorização, e para a Continuidade do Fomento ao Esporte e ao Lazer em Todas as suas Potencialidades e Perspectivas.*

Um princípio comum a grande parte dos programas será a busca de parcerias com outras instâncias e esferas da Administração e com a iniciativa privada, organizações empresariais, clubes, universidades e instituições de pesquisa. A realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 exigirá a continuidade do trabalho de intercâmbio do Rio de Janeiro com outras cidades, regiões e países. Capacitar e treinar gestores esportivos e demais profissionais da área, ampliar a captação de recursos públicos e privados e promover a cadeia produtiva e os negócios associados ao esporte e ao lazer serão objetivos específicos da SEEL. Acima de tudo, o órgão estará comprometido com a elaboração e a divulgação da Política Estadual de Desporto. A política será elaborada de modo a, entre outras coisas, potencializar as vocações esportivas regionais.

A SETUR estará responsável por *Promover o Desenvolvimento Sustentável e Integrado do Turismo no Estado do Rio de Janeiro.* São otimistas as perspectivas do setor nos segmentos de negócios e entretenimento. Influenciado pela crescente integração do Brasil ao mercado mundial, pela exposição positiva do país na mídia internacional e pela expansão da economia nacional, o turismo desperta grandes expectativas no Rio de Janeiro também devido à realização dos megaeventos esportivos. A SETUR irá se empenhar na implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR e terá programas de qualificação de produtos, serviços e destinos, de formalização da atividade profissional, fortalecimento institucional e fomento ao setor em todo o Estado, com políticas para a valorização das regiões e a interiorização do fluxo turístico no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Plurianual é mais do que a expressão do compromisso do Estado com a transparência das ações de Governo e com a sociedade a quem devem prestar contas os órgãos da administração pública. Ele constitui um pacto firmado entre os órgãos do Governo e entre este e os cidadãos do Rio de Janeiro. Além disso, representa um instrumento que auxilia os integrantes do Governo a gerenciar suas atividades, promover a convergência de esforços dentro de cada órgão, manter a coerência de seus atos com os fins para os quais são concebidos os programas, orientar e concentrar recursos para a consecução de metas e, assim, alinhar a gestão quotidiana aos macro-objetivos e objetivos que, em última instância, respondem aos desafios e necessidades indicados pelos diagnósticos setoriais.

Bem elaborado e executado, o planejamento não consiste em engessar as atividades do Governo. Procura, na verdade, fortalecer e racionalizar a gestão, a bem dos interesses públicos a que se subordina. A qualidade da gestão e das mudanças no Estado depende da compreensão adequada e da aplicação consequente deste instrumento.

ANEXO II – PROGRAMAÇÃO SETORIAL DO PODER EXECUTIVO



SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS - SEOBRAS

Atribuições da Secretaria

- Orientar, coordenar e supervisionar a política estadual de obras públicas e de saneamento nas instituições que compõem sua área de competência;
- Cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos, atos, e demais normas pertinentes aos setores de sua competência;
- Formular planos e programas em sua área de competência, observadas as determinações governamentais;
- Programar, coordenar e controlar a execução das obras públicas e de saneamento do estado, em sua área de competência, e participar da programação e da coordenação das atividades a serem executadas de saneamento e infraestrutura urbana;
- Elaborar e propor planos, programas e projetos relativos às obras públicas e de saneamento e acompanhar as ações referentes à sua execução;
- Aprovar preços para execução de estudos, serviços, obras e taxas de serviços;
- Buscar novos modelos de financiamento, que assegurem, primordialmente, recursos para obras públicas e saneamento;
- Cooperar com as autoridades públicas, entidades públicas ou privadas que tenham interesse no desenvolvimento das atividades afetas ao setor de obras públicas e de saneamento;
- Firmar convênios, acordos, contratos e demais instrumentos de atos reguladores com órgãos públicos ou entidades federais, estaduais e municipais, privadas e pessoas físicas;
- Consolidar mecanismos de articulação institucional entre as esferas de governo, visando à integração do planejamento e gestão e à viabilidade de projetos e obras públicas e de saneamento de interesse estratégico para o Estado do Rio de Janeiro;
- Representar-se, como membro efetivo, nos conselhos de Administração e Fiscal das unidades vinculadas, por delegação do governador, quando for o caso;
- Representar-se em conselhos, comissões, câmaras técnicas, plenários, grupos de trabalho, em articulação com órgãos das esferas federal, estadual, municipal, entidades públicas e privadas, entidades do terceiro setor, instituições nacionais e internacionais;
- Exercer outras atividades correlatas.

Diagnóstico da Área

O Rio de Janeiro está vivendo um bom momento econômico com diversos investimentos sendo atraídos para o Estado. O Governo deve atuar de maneira a prover o território com infraestrutura para tanto criar oportunidades para novos empreendimentos como implementar obras que proporcionem qualidade de vida e uma moradia digna para a população fluminense. A SEOBRAS e vinculadas focam seus esforços nestes dois vetores com projetos como o Rio Metrôpole, a urbanização de comunidades, sistema rodoviário estadual, o saneamento ambiental, os programas para a infraestrutura da Copa de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, além do Soman-do Forças e do Morar Seguro.

Tais programas objetivam enfrentar as carências de acessibilidade e mobilidade da população fluminense, a promoção do saneamento integrado, a urbanização de favelas consolidadas e apoio aos municípios. São ações que permitirão um salto de qualidade na infraestrutura do Estado do Rio de Janeiro, atendendo às futuras demandas do Estado e de sua população.

O Estado possui a segunda maior área metropolitana do Brasil, a terceira da América do Sul e a 25ª maior do mundo. A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro - RMRJ concentra 11.835.708 habitantes (IBGE/2010) do total de 15.989.929 de todo o Estado, ocupando uma área territorial de 5.318,9 km², com PIB de R\$

223.200.000,00 (2008), correspondendo a 65,04% do PIB do Estado do Rio de Janeiro. É neste contexto que surge o Rio Metrópole, as questões metropolitanas ultrapassam a escala do município e necessitam de um tratamento integrado por parte do Governo do Estado.

A taxa de urbanização do Estado está em torno de 97% e sua população é altamente concentrada na RMRJ (74%). A questão urbana necessita de uma atenção especial no Rio de Janeiro, principalmente nesta região. Deve-se empreender um trabalho que previna a ocupação irregular do solo, mas também garanta o direito à moradia dos assentamentos irregulares consolidados. A urbanização de comunidades surge como ação do Estado voltada para áreas que historicamente não tiveram atenção pelo Poder Público e agora recebem pesados investimentos do poder público estadual.

A RMRJ será impactada por grandes eventos nos próximos anos. O município do Rio de Janeiro será uma das principais cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e vai sediar, ainda, os Jogos Olímpicos em 2016. Neste intervalo de tempo vai sediar também a Conferência Rio +20, em 2012, e a Copa das Confederações de Futebol da FIFA, em 2013.

Aliado a isto, a RMRJ está reforçando seu papel como um centro econômico vital do Brasil, com a atual expansão de seu papel como grande pólo industrial e de exportação/logística (petroquímicos, exportação de commodities, metalúrgica) acompanhada da revitalização do setor de serviços e de petróleo e gás, além da indústria de turismo.

Com relação à infraestrutura rodoviária, a malha rodoviária pavimentada tinha, em novembro de 2006, 35% em bom estado, 51% em estado regular e 14% em estado ruim. Em 2010, temos 44% em bom estado, 47% em estado regular e 9% em estado ruim. Apesar dos avanços, há a necessidade de que o Governo do Estado amplie sua atuação na dotação de infraestrutura viária, garantindo escoamento da produção e maior mobilidade para a população fluminense. (Dados do DER/RJ).

A questão do saneamento básico se coloca como um dos maiores desafios para os próximos anos. Os dados de 2008 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS – trazem menos de 50% da população sendo atendida por serviço de esgoto. Há a necessidade de se universalizar os serviços de água e esgoto no Estado do Rio de Janeiro, trazendo como externalidades positivas a melhoria na qualidade de vida, na saúde e na preservação do meio ambiente.

No campo da economia, nos últimos quatro anos, o Estado presenciou um conjunto peculiar de investimentos, principalmente no setor siderúrgico, petroquímico e naval, cujos impactos estão sendo avaliados. A construção do Arco Metropolitano, associado aos investimentos na Petroquímica de Itaboraí – COMPERJ, no Pólo Siderúrgico e no Porto de Itaguaí, alterará enormemente a configuração espacial da RMRJ, com o surgimento de novas centralidades, fruto de uma reconfiguração da estrutura de acessibilidade e mobilidade, resultante do corte transversal na região que é o Arco Metropolitano.

No Norte Fluminense os investimentos já estabelecidos e a se estabelecer no chamado Complexo do Açú, em São João da Barra e arredores, considerados os cuidados ambientais devidos, irá reestruturar a economia e a atual configuração espacial, com impactos positivos na geração de empregos e na qualidade de vida da região.

No entanto, diversos desafios sociais e econômicos persistem. A desigualdade de renda é alta, mesmo em comparação com os estados semelhantes, o que contribui para que a taxa de pobreza venha se reduzindo menos e mais lentamente do que no resto do país na última década. O tamanho da economia informal é também um desafio, compreendendo perto de 44% das oportunidades de emprego existentes no Estado.

É preciso aplicar políticas públicas que se convertam também em inclusão social, redução da desigualdade, ordenamento urbano, enfim, melhoria da qualidade de vida da sociedade fluminense. O desafio chave é assegurar que o desenvolvimento não só satisfaça os requisitos espaciais da transformação econômica como também forneça uma melhor qualidade de vida, protegendo o meio ambiente, diminuindo o risco de desastres ambientais e oferecendo um crescimento inclusivo, atendendo às necessidades de habitação e oportunidades econômicas do segmento mais pobre da população.

Com o objetivo de enfrentar os desafios na área de infraestrutura, o Governo do Estado do Rio de Janeiro vem adotando políticas voltadas para fortalecer o planejamento e a gestão do crescimento, por meio dos programas e ações propostas no PPA 2012-2015. A SEOBRAS acredita que o conjunto de programas propostos constitui um esforço coerente e sustentável para apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro.

Os investimentos projetados para os próximos anos no âmbito desta Secretaria se inserem no conjunto de esforços do Governo do Estado para promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro de forma coerente, integrada e sustentável e a Secretaria se mantém profundamente empenhada na continuidade e ampliação destes programas e das políticas específicas que lhes dão sustentação.

Macro-objetivo

Ampliar a infraestrutura com inclusão social e econômica.

Objetivos Setoriais

- Implantar a gestão integrada das ações na RMRJ - Programa Integrado da Região Metropolitana – Rio Metrópole.

Promover ações integradas de caráter supramunicipal, na RMRJ, através de projetos e investimentos estratégicos para o desenvolvimento urbano e regional, atendendo às demandas do crescimento e capazes de influenciar a ocupação do território, a requalificação funcional, a relação entre suas partes e o seu patrimônio natural.

- Recuperação de localidades atingidas por catástrofes.

Adotar políticas de prevenção e combate às consequências desastrosas dos acidentes climáticos, com investimentos integrados de mapeamento de áreas de risco, prevenção e alarme de ocorrências climáticas excepcionais e de reconstrução das áreas atingidas, permitindo a retomada das atividades socioeconômicas e restabelecendo as condições originais das localidades e regulando, consequentemente, as novas ocupações, de forma a evitar que as ocorrências se repitam no futuro.

- Desenvolvimento do Turismo do Estado do Rio de Janeiro.

Consolidar a atividade turística no Estado com base no potencial de seus recursos naturais e culturais, contribuindo para a geração de novas oportunidades de emprego e renda da população e para a dinâmica econômica do Estado.

- Preservação e modernização de prédios públicos.

Preservar os prédios públicos e espaços de utilização pública, gerando condições de uso e ocupação racionais e confortáveis, reduzindo a degradação dos bens através de obras e serviços de reforma e manutenção permanentes.

- Construção, pavimentação e melhorias de rodovias e obras de arte rodoviárias.

Dotar o Estado de infraestrutura rodoviária adequada para atender às necessidades inerentes ao fomento do seu desenvolvimento.

- Reassentamento de populações moradoras em áreas potencialmente de risco.

Promover ações de política habitacional e de desenvolvimento urbano integradas, voltadas para a população de baixa renda que habita áreas de potencial risco de acidentes naturais, construindo unidades habitacionais para

seu reassentamento, instituindo um sistema de compra assistida de novas habitações seguras ou outro procedimento para remanejar estas populações para moradia segura.

- Implantação das Delegacias Legais, Casas de Custódia e equipamentos correlatos.

Concluir a transformação de todas as delegacias distritais e especializadas do Estado do Rio de Janeiro para o modelo Delegacia Legal, para dar conforto ao cidadão e melhores condições de trabalho aos policiais com um mobiliário padrão, moderno e funcional, tecnologia implantada envolvendo o uso de “softwares”, computadores, impressoras, scanners, fotos digitalizadas, ligações em rede, ligações com outros bancos de dados, intranet e internet. Em todas as Delegacias Legais os presos em flagrante são identificados criminalmente através de equipamentos de imagem digital, associando sempre a imagem com impressões digitais, permitindo a consulta ao arquivo criminal quando necessário. O Programa Delegacia Legal estabeleceu como indispensável a retirada dos presos em delegacias, com a total eliminação das carceragens.

- Apoio aos municípios na recuperação e melhoria da infraestrutura e prestação de serviços públicos e na geração de trabalho e renda.

Fomentar o desenvolvimento dos municípios através de convênios que priorizem ações de infraestrutura urbana, econômica e social, visando à redução da pobreza, à geração de trabalho e renda e à melhoria na prestação dos serviços públicos essenciais às populações locais.

- Urbanização de comunidades habitadas por população de baixa renda.

Implantar infraestrutura de urbanização e construção de habitações, equipamentos públicos e serviços comunitários em comunidades de baixa renda de médio e grande porte e densidade populacional expressiva, com forte apoio comunitário e participação da população.

- Ações para viabilizar os grandes eventos esportivos – Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Promover atividades integradas com as demais Secretarias envolvidas, com a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o Governo Federal e com os Comitês Locais da FIFA e do COI, segundo as matrizes de responsabilidades estabelecidas para estes grandes eventos, visando viabilizá-los eventos e potencializando as ações setoriais e os legados pretendidos.

- Aumento da cobertura de saneamento básico e ambiental.

Promover a universalização do abastecimento de água para a RMRJ, ampliar a coleta e tratamento de esgoto sanitário e a destinação final de resíduos sólidos em todo o Estado, promovendo a melhoria dos indicadores de saúde da população e da sustentabilidade dos corpos hídricos.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0015 - SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL

Objetivo: Dotar o Estado de infraestrutura viária para atender às necessidades inerentes ao fomento de seu desenvolvimento.

Unidade Gestora: 0741 - Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
1.697.611.025	110.036.516	-	1.807.647.541

3047 Implantação,Restauração e Melhoria de Rodovias, Rodov Vicinais e Obras de Arte

FINALIDADE: Melhorar o desempenho do sistema viário do Estado para garantir o tráfego permanente com segurança na via e conforto do usuário.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DER-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Obra de arte construída	unidade	15,00	14,00	11,00	10,00	50,00	Estado
Obra de arte recuperada	unidade	6,00	6,00	5,00	5,00	22,00	Estado
Rodovia implantada	Km	45,00	40,00	30,00	35,00	150,00	Estado
Rodovia estadual implantada	Km	170,00	175,00	160,00	150,00	655,00	Estado
Rodovia estadual pavimentada	Km	175,00	180,00	185,00	180,00	720,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0015 - SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL

3047 Implantação, Restauração e Melhoria de Rodovias, Rodov. Vicinais e Obras de Arte

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Rodovia estadual restaurada	Km	215,00	220,00	240,00	245,00	Estado
					920,00	

3090 Contenção de Encostas e Taludes

FINALIDADE: Conter deslizamentos decorrentes de erosão provocada por chuvas e infiltrações, garantindo a segurança do tráfego nas rodovias estaduais.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DER-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Obra de contenção de encosta realizada	unidade	12,00	13,00	12,00	12,00	Estado
					49,00	

3099 Renovação de Equipamento Rodoviário e Patrulha Mecanizada

FINALIDADE: Prover o DER-RJ de equipamentos rodoviários, em quantidade e qualidade suficientes, que o possibilite atender às necessidades do tráfego rodoviário.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DER-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Equipamento rodoviário adquirido	unidade	4,00	3,00	4,00	4,00	Estado
					15,00	

3120 Planejamento, Estudos e Projetos Rodoviários

FINALIDADE: Planejar a atividade rodoviária do Estado buscando a modernização do sistema e promover a recuperação do passivo ambiental rodoviário.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0015 - SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL

3120 Planejamento, Estudos e Projetos Rodoviários

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DER-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Assistência técnica para supervisão de obras realizada</i>	unidade	3,00	5,00	4,00	3,00	15,00
<i>Projeto/estudo rodoviário realizado</i>	unidade	7,00	6,00	8,00	6,00	27,00
						Estado
						Estado

3457 Implantação Intervenção Viária em Volta Redonda

FINALIDADE: Implantar o sub trecho Contorno de Volta Redonda na BR - 393/RJ, que interligará a própria BR-393/RJ (Rodovia Lúcio Meira) à BR-116/RJ (Rodovia Presidente Dutra) e duplicar a Rodovia dos Metalúrgicos - Rodovia Tancredo Neves.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Rodovia implantada</i>	Km	1,50	6,00	-	-	7,50
						Médio Paraíba

4007 Conservação e Operação de Rodovias

FINALIDADE: Promover melhores condições de tráfego ao usuário do sistema rodoviário, conservando as rodovias através da manutenção rotineira e preventiva.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DER-RJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0015 - SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL

4007 Conservação e Operação de Rodovias

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Rodovia estadual conservada	Km	350,00	430,00	450,00	460,00	1.690,00	Estado
Rodovia estadual monitorada com controle eletrônico de velocidade	Km	170,00	175,00	180,00	185,00	710,00	Estado
Usina de asfalto equipada	unidade	4,00	5,00	4,00	5,00	18,00	Estado

4070 Operacionalização de Equipamentos Rodoviários

FINALIDADE: Viabilizar a operacionalização dos serviços de controle do tráfego rodoviário.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DER-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Frota de veículos para uso operacional recuperada	unidade	15,00	25,00	20,00	15,00	75,00	Estado

4110 Sinalização de Rodovias

FINALIDADE: Proporcionar maior segurança ao tráfego rodoviário com sinalização adequada.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DER-RJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0015 - SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL

4110 Sinalização de Rodovias

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Rodovia estadual com sinalização horizontal e vertical conservada	Km	375,00	370,00	385,00	385,00	1.515,00	Estado
Sinalização horizontal rodoviária implantada	Km	385,00	395,00	400,00	395,00	1.575,00	Estado
Sinalização vertical rodoviária implantada	m²	1.200,00	1.230,00	1.300,00	1.250,00	4.980,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0017 - INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO EM MUNICÍPIOS

Objetivo: Elevar a qualidade de vida e de saúde da população nos municípios do Estado por meio de intervenções em infraestrutura.

Unidade Gestora: 0741 - Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
19.529.572	-	-	19.529.572

3122 Execução de Obras Cíveis, Urbanização

FINALIDADE: Atender às comunidades carentes em situação de exclusão social por meio da realização de urbanização e obras cíveis em equipamentos urbanos com desgaste estrutural em conjunto com outros programas de Governo.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DER-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade administrativa reformada	m²	23.500,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	38.500,00	Estado
Urbanização de logradouros realizada	metro	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00	Estado

3124 Apoio aos Municípios

FINALIDADE: Prestar apoio técnico e financeiro aos municípios do Estado visando à melhoria das suas condições de infraestrutura urbana.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DER-RJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0017 - INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO EM MUNICÍPIOS

3124 Apoio aos Municípios

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Município atendido com repasse de recursos	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado
Orientação técnica realizada	unidade	44,00	44,00	44,00	44,00	176,00	Estado
Parceria firmada com município para fornecimento de insumos para obras rodov.	unidade	44,00	44,00	44,00	44,00	176,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0024 - REFORMA E CONSERVAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

Objetivo: Atender, de forma sistemática, às necessidades de preservação de prédios públicos e espaços de utilização pública, para gerar condições de redução da degradação vigente, com a elaboração de projetos, execução de obras e serviços de reforma e manutenção.

Unidade Gestora: 0751 - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
86.739.012	-	-	-	86.739.012

1025 Reforma e Reequipamento das Unidades da EMOP

FINALIDADE: Reformar e reaparelhar as unidades da EMOP, de forma a manter suas instalações em condições adequadas de uso, garantindo sua operacionalização.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO EMOP

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade administrativa reformada	m²	4.330,00	3.500,00	3.000,00	3.000,00	13.830,00
						Estado

3458 Modernização do Ed. Lúcio Costa

FINALIDADE: Reformar e modernizar o Ed. Lúcio Costa.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0024 - REFORMA E CONSERVAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

3458 Modernização do Ed. Lúcio Costa

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Unidade administrativa reformada</i>	m ²	8.250,00	8.250,00	8.250,00	8.250,00	33.000,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0092 - SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL				
Objetivo:	Planejar, coordenar e integrar ações para implantação das Delegacias Legais, Delegacias Especializadas, Casas de Custódia, Casas Abrigo, Postos Regionais de Polícia Técnica e Científica e Postos Avançados em Hospitais Públicos.			
	Unidade Gestora: 0701 - Secretaria de Estado de Obras			
	VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)			
		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
		RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
		157.297.604	28.178.934	185.476.538
		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		-
				185.476.538

1632 Reestruturação das Delegacias Legais e outros Órgãos Investigativos

FINALIDADE: Promover a melhoria da capacidade investigativa da Polícia Civil, aumentando a eficácia das atividades periciais e a credibilidade institucional da polícia frente à população do Estado do Rio de Janeiro e planejar, coordenar e integrar ações técnicas, administrativas e operacionais para a reestruturação física dos sistemas técnicos das delegacias legais e especializadas dos IIFP, IML e IICE, Casas Abrigo, de Custódia, postos policiais hospitalares e postos regionais de polícia técnico-científica.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Cadeia pública implantada	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Baixadas Litorâneas Serrana Metropolitana Médio Paraíba
		1,00	-	-	-	1,00	
		2,00	-	-	-	2,00	
		1,00	1,00	-	-	2,00	

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0092 - SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

1632 Reestruturação das Delegacias Legais e outros Órgãos Investigativos

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Casa Abrigo implantada</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
<i>Complexo implantado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
<i>Delegacia legal implantada</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Médio Paraiba
		1,00	-	-	-	1,00	Costa Verde
		2,00	-	-	-	2,00	Baixas Litorâneas
		2,00	-	-	-	2,00	Serrana
		10,00	7,00	-	-	17,00	Metropolitana
<i>Posto regional da polícia técnica - científica implantado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
		1,00	-	-	-	1,00	Serrana
		1,00	-	-	-	1,00	Médio Paraiba
<i>Sede do Instituto de Criminalística Carlos Éboli - ICCE implantada</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0103 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DE TRANSPORTES E DE CARGAS

Objetivo: Expandir, modernizar e integrar a rede de aeroportos, implantar a rede de heliportos e consolidar a malha de conectividade logística do interior do Estado, com a implantação de equipamentos logísticos e eixos rodoviários e ferroviários que promovam a adequada conexão entre os diversos modais, e entre áreas produtivas e seus mercados revelados e potenciais.

Unidade Gestora: 3101 - Secretaria de Estado de Transportes

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Transportes

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
230.000	-	230.000

1561 Urbanização no Corredor Logístico do Complexo do Açú

FINALIDADE: Realizar as desapropriações e obras de urbanização necessárias para implantar o corredor logístico que viabiliza o desenvolvimento do Complexo Industrial, Siderúrgico e Portuário do Açú, em São João da Barra.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Desapropriação realizada	unidade	60,00	60,00	30,00	-	150,00	Norte Fluminense
Urbanização realizada	m²	40.000,00	40.000,00	20.000,00	-	100.000,00	Norte Fluminense

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0109 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo: Prevenir situações de vulnerabilidade social, por meio da oferta de serviços de proteção social básica de assistência social, tendo o território como base de atuação.

Unidade Gestora: 3201 - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
2.700.000	-	-	-	2.700.000

1266 Reforma da Casa da Princesa

FINALIDADE: Restaurar/Reformar infraestrutura física para a implantação do Espaço Integrado de Atenção ao Idoso.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Casa da princesa restaurada/reformada	unidade	0,20	-	-	-	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0156 - PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR - RIO DE JANEIRO

Objetivo: Consolidar a atividade turística no ERJ com base no potencial de seus recursos naturais e culturais, contribuindo para geração de novas oportunidades de emprego e renda.

Unidade Gestora: 4301 - Secretaria de Estado de Turismo

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Transportes, Secretaria de Estado de Turismo, Secretaria de Estado do Ambiente

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
159.100.230	38.483.860	-	-	197.584.090

3459 Revitalização de Atividades e Pontos Turísticos

FINALIDADE: Valorizar, consolidar e recuperar as condições dos atrativos turísticos fluminenses, aumentando seus índices de competitividade no mercado nacional e internacional. Promover a profissionalização e qualificação dos entes turísticos e dos serviços oferecidos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Curso profissionalizante realizado	unidade	90,00	40,00	30,00	-	160,00	Estado
Equipamento turístico - cultural implantado	unidade	8,00	6,00	-	-	14,00	Estado
Ponto turístico revitalizado	unidade	17,00	11,00	-	-	28,00	Estado

3460 Recuperação de Rodovias em Circuitos Turísticos

FINALIDADE: Melhorar a acessibilidade às localidades turísticas e a infraestrutura de apoio e de serviços públicos que atendem ao desenvolvimento sustentável do turismo.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0156 - PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR - RIO DE JANEIRO

3460 Recuperação de Rodovias em Circuitos Turísticos

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Rodovia Parati - Cunha recuperada	Km	12,00	-	-	-	12,00	Costa Verde
Rodovia Parque Maromba / Maringá/ Ponte dos Cachorros recuperada	Km	0,40	-	-	-	0,40	Médio Paraíba
Rodovia Rio Claro - Mangaratiba recuperada	Km	8,00	8,00	-	-	16,00	Costa Verde

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0162 - PACTO PELO SANEAMENTO	
Objetivo:	Reduzir o passivo ambiental do Estado decorrente da disposição inadequados resíduos sólidos com encerramento e remediação (erradicação) de lixões e vazadouros, promovendo a inclusão sócio-produtiva dos catadores e o incentivo aos municípios para destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos. Ampliar o acesso da população aos serviços de esgotamento sanitário e revitalizar as bacias hidrográficas do Estado através da implantação de melhorias nos Sistemas de Esgotamento Sanitário.
Unidade Gestora:	2401 - Secretaria de Estado do Ambiente
Demais Órgãos participantes do programa:	Secretaria de Estado do Ambiente
VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)	

1197 Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara

FINALIDADE: Dar prosseguimento às obras de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário previstas no PDBG, melhorando as condições operacionais existentes na bacia do entorno da Baía de Guanabara.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema de esgotamento sanitário ampliado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Metropolitana

1198 Esgotamento Sanitário da Zona Oeste

FINALIDADE: Dotar a área de adequado sistema de coleta, transporte e tratamento de esgoto, com destino final no emissário da Barra da Tijuca.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0162 - PACTO PELO SANEAMENTO

1198 Esgotamento Sanitário da Zona Oeste

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema de esgotamento sanitário ampliado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0260 - PROGRAMA SOMANDO FORÇAS

Objetivo: Fomentar o desenvolvimento dos municípios através de ações que priorizem a geração de trabalho e renda, a diminuição da pobreza rural e urbana, a melhoria da prestação de serviços públicos e de utilidade pública e a recuperação da infraestrutura econômica e social da municipalidade.

Unidade Gestora: 0701 - Secretaria de Estado de Obras

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Governo

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
1.533.314.616	16.298.120	-		1.549.612.736

3461 Implantação de Projetos de Infraestrutura

FINALIDADE: Implantar projetos de infraestrutura em diversas localidades do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Localidade atendida com infraestrutura	unidade	40,00	40,00	40,00	40,00	160,00	Estado

3462 Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios

FINALIDADE: Apoiar o desenvolvimento dos municípios do Estado do Rio de Janeiro através da celebração de convênios visando à execução de obras de infraestrutura, aquisição de terrenos e aquisição de equipamentos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0260 - PROGRAMA SOMANDO FORÇAS

3462 Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Município atendido com repasse de recursos	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	Costa Verde
		9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	Norte Fluminense
		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	Centro-Sul Fluminense
		12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	Baixas Litorâneas
		12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	Médio Paraíba
		13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	Noroeste Fluminense
		14,00	14,00	14,00	14,00	14,00	Serrana
		19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0268 - PROGRAMA MORAR SEGURO - ESTRATÉGIA HABITAC. E DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ERJ

Objetivo: Promover ações integradas entre órgãos estaduais a fim de instituir uma política habitacional e de desenvolvimento urbano voltada para a população de baixa renda do Estado mediante parceria com organismos multilaterais.

Unidade Gestora: 0701 - Secretaria de Estado de Obras

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
411.600.000	-	-	-	411.600.000

1158 Reassentamento de Moradores de Áreas de Risco

FINALIDADE: Atender famílias moradoras em áreas de risco com novas moradias em condições adequadas de habitabilidade, promovendo a devida regularização do imóvel, assim como disponibilizar meios para o reassentamento.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Área para reassentamento disponibilizada	unidade	20,00	-	-	-	20,00	Estado
Instrumento de regularização fundiária operacionalizado	unidade	1.000,00	1.000,00	-	-	2.000,00	Estado
Sistema de gestão de risco de desastre implantado	unidade	0,80	0,20	-	-	1,00	Estado
Unidade habitacional construída	unidade	1.000,00	1.000,00	-	-	2.000,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0279 - URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

Objetivo: Implantar infraestrutura de urbanização e construção de equipamentos comunitários em comunidades altamente adensadas.
Unidade Gestora: 0701 - Secretaria de Estado de Obras

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)				
		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
		RECURSOS DO TESOURE	RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	
		OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
	570.111.292		-	1.447.746.473
	877.635.181			

1206 Urbanização do Dona Marta

FINALIDADE: Prover a comunidade com obras de infraestrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Equipamento social implantado	unidade	2,00	-	-	-	2,00	Metropolitana
Indenização concedida	unidade	10,00	-	-	-	10,00	Metropolitana
Instrumento de regularização fundiária operacionalizado	unidade	500,00	-	-	-	500,00	Metropolitana
Pavimentação/ drenagem realizada	Km	2,00	-	-	-	2,00	Metropolitana
Unidade habitacional construída	unidade	192,00	-	-	-	192,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0279 - URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

1562 Urbanização de Comunidades - PAC II

FINALIDADE: Prover as comunidades do Complexo da Mangueira, Rio das Pedras, Babilônia e Chapéu Mangueira, Mangueiros II e Vila Vitória, com obras de infraestrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Aluguel social concedido</i>	unidade	300,00	300,00	-	-	600,00	Metropolitana
<i>Equipamento social implantado</i>	unidade	6,00	6,00	6,00	6,00	24,00	Metropolitana
<i>Indenização concedida</i>	unidade	200,00	200,00	-	200,00	600,00	Metropolitana
<i>Pavimentação/ drenagem realizada</i>	Km	0,20	0,30	0,30	0,20	1,00	Metropolitana
<i>Regularização fundiária executada</i>	unidade	-	0,50	0,50	-	1,00	Metropolitana
<i>Unidade habitacional construída</i>	unidade	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00	Metropolitana

1613 Urbanização da Rocinha - PAC-RJ

FINALIDADE: Prover a comunidade com obras de infraestrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBAS

Programa: 0279 - URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

1613 Urbanização da Rocinha - PAC-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Equipamento social implantado</i>	unidade	2,00	-	-	-	2,00	Metropolitana
<i>Pavimentação/ drenagem realizada</i>	Km	0,20	-	-	-	0,20	Metropolitana
<i>Plano inclinado construído</i>	unidade	0,70	-	-	-	0,70	Metropolitana

1614 Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ

FINALIDADE: Prover a comunidade com obras de infraestrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Pavimentação/ drenagem realizada</i>	Km	0,50	-	-	-	0,50	Metropolitana

1615 Urbanização do Complexo de Mangueiras - PAC-RJ

FINALIDADE: Prover a comunidade com obras de infraestrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0279 - URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

1615 Urbanização do Complexo de Mangueiros - PAC-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Pavimentação/ drenagem realizada</i>	Km	0,20	-	-	-	0,20	Metropolitana
<i>Unidade habitacional construída</i>	unidade	686,00	-	-	-	686,00	Metropolitana
<i>Via férrea elevada</i>	unidade	0,30	-	-	-	0,30	Metropolitana

1616 Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ

FINALIDADE: Prover a comunidade com obras de infraestrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Aluguel social concedido</i>	unidade	104,00	-	-	-	104,00	Metropolitana
<i>Desapropriação realizada</i>	unidade	100,00	-	-	-	100,00	Metropolitana
<i>Equipamento comunitário recuperado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
<i>Equipamento social implantado</i>	unidade	2,00	-	-	-	2,00	Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0279 - URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

1616 Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Indenização concedida</i>	unidade	107,00	-	-	-	107,00	Metropolitana
<i>Infraestrutura implantada</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
<i>Instrumento de regularização fundiária operacionalizado</i>	unidade	100,00	-	-	-	100,00	Metropolitana
<i>Pavimentação/ drenagem realizada</i>	Km	1,73	-	-	-	1,73	Metropolitana
<i>Unidade habitacional construída</i>	unidade	76,00	-	-	-	76,00	Metropolitana
<i>Unidade habitacional reformada</i>	unidade	28,00	-	-	-	28,00	Metropolitana

3463 Urbanização do Complexo da Tijuca - PAC - RJ

FINALIDADE: Prover a comunidade com obras de infraestrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Aluguel social concedido</i>	unidade	158,00	158,00	-	-	316,00	Metropolitana
<i>Equipamento social implantado</i>	unidade	3,00	3,00	3,00	2,00	11,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0279 - URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

3463 Urbanização do Complexo da Tijuca - PAC - RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Instrumento de regularização fundiária operacionalizado</i>	unidade	1.621,00	1.621,00	1.622,00	1.622,00	6.486,00	Metropolitana
<i>Pavimentação/ drenagem realizada</i>	Km	-	-	4,00	4,00	8,00	Metropolitana
<i>Unidade habitacional construída</i>	unidade	158,00	158,00	158,00	158,00	632,00	Metropolitana

3464 Urbanização do Jardim Batam - PAC - RJ

FINALIDADE: Prover a comunidade com obras de infraestrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Aluguel social concedido</i>	unidade	211,00	211,00	-	-	422,00	Metropolitana
<i>Equipamento social implantado</i>	unidade	2,00	2,00	1,00	-	5,00	Metropolitana
<i>Instrumento de regularização fundiária operacionalizado</i>	unidade	200,00	399,00	199,00	-	798,00	Metropolitana
<i>Unidade habitacional construída</i>	unidade	106,00	211,00	105,00	-	422,00	Metropolitana

3465 Urbanização do Complexo da Mangueira - PAC - RJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0279 - URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

3465 Urbanização do Complexo da Mangueira - PAC - RJ

FINALIDADE: Prover a comunidade com obras de infraestrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Equipamento social implantado</i>	unidade	2,00	3,00	3,00	1,00	9,00
<i>Instrumento de regularização fundiária operacionalizado</i>	unidade	994,00	2.485,00	1.243,00	248,00	4.970,00
<i>Pavimentação/ drenagem realizada</i>	Km	3,20	5,60	5,60	1,60	16,00
<i>Unidade habitacional construída</i>	unidade	312,00	780,00	390,00	78,00	1.560,00

3466 Urbanização em Barros Filho

FINALIDADE: Prover a comunidade com obras de infraestrutura e urbanização, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Aluguel social concedido</i>	unidade	50,00	-	-	-	50,00
<i>Equipamento social implantado</i>	unidade	3,00	-	-	-	3,00

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0279 - URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

3466 Urbanização em Barros Filho

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Indenização concedida</i>	unidade	10,00	-	-	-	10,00	Metropolitana
<i>Instrumento de regularização fundiária operacionalizado</i>	unidade	91,00	-	-	-	91,00	Metropolitana
<i>Pavimentação/ drenagem realizada</i>	Km	2,00	-	-	-	2,00	Metropolitana
<i>Unidade habitacional construída</i>	unidade	89,00	-	-	-	89,00	Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0285 - COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

Objetivo: Promover todas as atividades ligadas à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016. É composto por ações que pretendem potencializar a ação governamental nos preparativos para estes megaeventos, no que tange a sua realização, bem como ao aproveitamento das oportunidades e legados a serem proporcionados, tornando o Estado do Rio de Janeiro referência nacional e mundial do esporte.

Unidade Gestora: 1701 - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, Secretaria de Estado de Transportes

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
910.723.280	-	910.723.280

1042 Reforma do Complexo do Maracanã

FINALIDADE: Adequar o Estádio Mário Filho às exigências da Federação Internacional de Futebol para a Copa do Mundo de 2014.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Complexo esportivo reformado	unidade	0,60	0,15	-	-	0,75	Metropolitana

1128 Infraestrutura de Apoio para Realização das Olimpíadas

FINALIDADE: Implementar a infraestrutura no Estado para receber as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0285 - COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

1128 Infraestrutura de Apoio para Realização das Olimpíadas

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Equipamento social implantado</i>	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0288 - PROGRAMA INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA - RIO METRÓPOLE

Objetivo: Promover ações que, em sua maioria, inscrevam-se no âmbito das funções da metrópole e, portanto, de caráter supramunicipal, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através de projetos e investimentos estratégicos para o desenvolvimento urbano e regional, atendendo às demandas do crescimento e capazes de influenciar a ocupação do território, a requalificação funcional, a relação entre suas partes e o seu patrimônio natural.

Unidade Gestora: 0701 - Secretaria de Estado de Obras

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
1.284.108.584	528.696.064	-	1.812.804.648

3448 Implantação da Rodovia Transbaixada - Marginal Sarapuí - PAC - RJ

FINALIDADE: Implantar a Rodovia sobre os diques das margens do Rio Sarapuí no trecho entre as Rodovias BR 116 e BR 040.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Rodovia implantada	Km	9,00	8,00	5,00	-	22,00	Metropolitana

3449 Implantação do Arco Metropolitano - PAC - RJ

FINALIDADE: Implantar o segmento C do Arco Metropolitano do RJ na BR - 493/RJ e o Arco do Polo Gás Químico de Duque de Caxias.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0288 - PROGRAMA INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA - RIO METRÓPOLE

3449 Implantação do Arco Metropolitano - PAC - RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Arco Polo Gás Químico implantado	unidade	5,60	3,80	-	-	9,40	Metropolitana
Obra de arte construída	unidade	41,00	-	-	-	41,00	Metropolitana
Rodovia implantada	Km	70,90	-	-	-	70,90	Metropolitana

3450 Ampliação da Via Light

FINALIDADE: Complementar o atual corredor viário, permitindo a conexão entre o centro de Nova Iguaçu e a Av. Brasil.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Rodovia implantada	Km	0,50	0,45	-	-	0,95	Metropolitana

3452 Pavimentação e Drenagem em Bairros de Municípios da Região Metropolitana/ RJ

FINALIDADE: Pavimentar cerca de 800 Km de ruas em bairros dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0288 - PROGRAMA INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA - RIO METRÓPOLE

3452 Pavimentação e Drenagem em Bairros de Municípios da Região Metropolitana/ RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
<i>Pavimentação/ drenagem realizada</i>	Km	400,00	400,00	-	-	Metropolitana
TOTAL DO PPA					800,00	

3454 Desenvolvimento Institucional - Rio Metrópole

FINALIDADE: Implementar ações de assistência técnica, consultoria, projetos, aquisição de equipamentos, sistemas e capacitação aos organismos públicos na consecução dos objetivos do Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável - PROHDUMS.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
<i>Assistência técnica realizada</i>	unidade	0,50	0,25	0,25	-	Metropolitana
TOTAL DO PPA					1,00	

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0289 - RECUPERAÇÃO DE LOCALIDADES ATINGIDAS POR CATÁSTROFES

Objetivo: Recuperar as áreas urbanas e rurais dos municípios atingidos por eventos climáticos permitindo o retorno das suas atividades sócio-econômicas.

Unidade Gestora: 0701 - Secretaria de Estado de Obras

Demais Órgãos participantes do programa: Assembleia Legislativa

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
254.879.002	-	-	-	254.879.002

3455 Recuperação da Região Serrana

FINALIDADE: Recuperar a infraestrutura das cidades da região serrana após as catástrofes provocadas por eventos climáticos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Localidade recuperada	unidade	6,00	-	-	-	6,00
						Serrana

3456 Recuperação de Localidades Atingidas por Catástrofes

FINALIDADE: Recuperar a infraestrutura das cidades após as catástrofes provocadas por eventos climáticos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0289 - RECUPERAÇÃO DE LOCALIDADES ATINGIDAS POR CATÁSTROFES

3456 Recuperação de Localidades Atingidas por Catástrofes

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Localidade recuperada	unidade	17,00	-	-	-	17,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0290 - SANEAMENTO BÁSICO									
Objetivo: Promover ações que visem à universalização do abastecimento de água potável no Estado do Rio de Janeiro. Ampliar o transporte e tratamento de esgotos coletados na região metropolitana do Estado, consolidando as ações de despoluição da Baía de Guanabara, complexo lagunar da Barra da Tijuca e Lagoa Rodrigo de Freitas. Implantar rede de saneamento básico dos demais municípios, promovendo a melhoria dos indicadores de saúde , além de garantir a sustentabilidade dos corpos hídricos do Estado.									
Unidade Gestora: 0701 - Secretaria de Estado de Obras									
Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado do Ambiente									
VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)									
		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS			RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS			TOTAL	
		RECURSOS DO TESOUREO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS						
		1.180.255.371	1.190.320.303		-			2.370.575.674	
1209 Abastecimento de Água - PAC									
FINALIDADE: Ampliar, implantar e recuperar adutoras, redes de distribuição, elevatórias, reservatórios, ligações, estações de tratamento ou quaisquer outros elementos que pertençam ao sistema de água potável na Região Metropolitana e Interior do Estado.									
TIPO DE AÇÃO: Projeto									
UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS									
PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO		
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA			
Sistema de abastecimento de água ampliado	unidade	1,00	1,00	-	-	1,00	Costa Verde		
		4,00	1,00	-	-	4,00	Serrana		
		5,00	3,00	1,00	1,00	5,00	Norte Fluminense		
		5,00	3,00	-	-	5,00	Médio Paraíba		
		5,00	3,00	-	-	5,00	Centro-Sul Fluminense		

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0290 - SANEAMENTO BÁSICO

1209 Abastecimento de Água - PAC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema de abastecimento de água ampliado	unidade	10,00	7,00	-	-	10,00	Noroeste Fluminense
		47,00	22,00	7,00	5,00	47,00	Metropolitana
Sistema de abastecimento de água implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
		1,00	-	-	-	1,00	Norte Fluminense
		1,00	-	-	-	1,00	Médio Paraíba
		3,00	-	-	-	3,00	Serrana
		5,00	1,00	-	-	5,00	Baixadas Litorâneas

1300 Esgotamento Sanitário - PAC

FINALIDADE: Ampliar, implantar e recuperar redes coletoras, elevatórias, ligações, estações de tratamento ou quaisquer outros elementos que pertençam ao sistema de esgotamento sanitário na região metropolitana e interior do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema de esgotamento sanitário ampliado	unidade	3,00	-	-	-	3,00	Serrana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0290 - SANEAMENTO BÁSICO

1300 Esgotamento Sanitário - PAC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Sistema de esgotamento sanitário ampliado	unidade	6,00	4,00	1,00	1,00	6,00
Sistema de esgotamento sanitário implantado	unidade	2,00	-	-	-	2,00
		4,00	3,00	2,00	2,00	4,00
						Metropolitana
						Noroeste Fluminense
						Metropolitana

1528 Saneamento Ambiental em Pequenas Localidades

FINALIDADE: Ampliar, implantar e recuperar adutoras, redes, elevatórias, reservatórios, ligações e tratamento de água potável e ainda redes, elevatórias, ligações e tratamento de esgotamento sanitário ou de quaisquer outros elementos que pertençam ao sistema de saneamento básico destinados a pequenas localidades do interior.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Sistema de abastecimento de água ampliado	unidade	2,00	-	-	-	2,00
		2,00	-	-	-	2,00
		11,00	-	-	-	11,00
		4,00	3,00	-	-	4,00
						Baixas Litorâneas
						Centro-Sul Fluminense
						Metropolitana
						Metropolitana

3467 Implantação de Aterro Sanitário

FINALIDADE: Implantar aterro sanitário visando ter espaço destinado à deposição final de resíduos sólidos gerados pela atividade humana.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0290 - SANEAMENTO BÁSICO

3467 Implantação de Aterro Sanitário

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Aterro sanitário implantado</i>	unidade	1,00	1,00	-	-	2,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0422 - PRÓ-VIAS				
Objetivo:	Promover ações que visem complementar obras de melhoria na rede viária produtiva do Estado, atendendo também as rodovias da rede turística, numa extensão total de aproximadamente 506,7 Km. Promovendo assim acessibilidade e segurança das rodovias e favorecendo o desenvolvimento das áreas turísticas de todo o Estado.	VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)		
		Unidade Gestora: 0701 - Secretaria de Estado de Obras		
		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
		RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	
		-	-	0

5275 Implantação e Melhorias da Infraestrutura Viária – Pró-Vias

FINALIDADE: Restaurar e ampliar a malha rodoviária do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEOBRAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Obra de arte construída	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
Rodovia estadual restaurada	Km	35,00	-	-	-	35,00	Baixas Litorâneas
		20,00	21,00	-	-	41,00	Costa Verde
		44,00	-	-	-	44,00	Metropolitana
		55,00	-	-	-	55,00	Médio Paraíba

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

Programa: 0422 - PRÓ-VIAS

5275 Implantação e Melhorias da Infraestrutura Viária – Pró-Vias

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Rodovia estadual restaurada	Km	50,00	50,00	-	-	100,00	Norte Fluminense
Rodovia implantada	Km	10,00	4,30	-	-	14,30	Metropolitana

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PGE

A PGE é o órgão responsável pela representação judicial e consultoria jurídica do Estado do Rio de Janeiro. Suas principais atribuições estão previstas no art. 132 da Constituição Federal e no artigo 176 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, destacando-se as de funcionar como órgão central do sistema jurídico estadual.

A Procuradoria supervisiona os serviços jurídicos da administração direta e indireta, oficia no controle interno da legalidade dos atos da administração pública e defende judicial e extrajudicialmente os interesses legítimos do Estado.

Sua organização e funcionamento estão descritos na Lei Complementar Estadual nº 15, de 25 de novembro de 1980, que dispõe, ainda, sobre a carreira de Procurador do Estado, seu modo de ingresso, cargos, direitos, deveres, garantias e prerrogativas. As atividades da instituição são desempenhadas pelos Procuradores do Estado, chefiados pelo Procurador-Geral do Estado nomeado pelo Governador, na forma da Constituição.

Atribuições

- Representar o Estado em Juízo;
- Promover a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado;
- Colaborar para a salvaguarda do interesse público, no controle da legislação no âmbito do Poder Executivo;
- Representar o Governador sobre providências de ordem jurídica que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público e pela aplicação das leis vigentes;
- Prestar assistência jurídica à Administração Pública;
- Proceder ao controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Programa: 0026 - DEFESA DO ESTADO - PGE

Objetivo: Defender eficientemente o Estado, em juízo.

Unidade Gestora: 0901 - Procuradoria Geral do Estado

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
1.955.000	186.980.336	-	188.935.336

1046 Ampliação e Modernização das Unidades da PGE

FINALIDADE: Implantar nova sede para a PGE, visando à acomodação adequada e centralizada das suas instalações, em especial a Procuradoria da Dívida Ativa, almoxarifado e arquivo, e aquisição de sedes próprias para as unidades regionais que ocupam espaços alugados.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade da PGE reformada	unidade	3,00	1,00	1,00	1,00	6,00
						Estado

1137 Aquisição de Imóveis e Desapropriações

FINALIDADE: Desenvolver ações objetivando maior agilidade nos procedimentos referentes a aquisições e a desapropriações de imóveis de interesse do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PGE

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Programa: 0026 - DEFESA DO ESTADO - PGE

1137 Aquisição de Imóveis e Desapropriações

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Imóvel adquirido</i>	m²	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado
<i>Imóvel desapropriado</i>	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado

1624 Modernização da Gestão da Dívida Ativa

FINALIDADE: Aumentar a confiabilidade e a segurança dos processos internos da dívida ativa, racionalizando o trabalho dos servidores e procuradores estaduais melhorando a comunicação com os demais órgãos do Governo.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Portal de serviços da dívida ativa implantado/divulgado</i>	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado
<i>Projeto de cobrança da dívida ativa não-ajuzada implantado</i>	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado
<i>Sistema informatizado da dívida ativa implantado</i>	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado

2124 Centro de Estudos Jurídicos - PGE

FINALIDADE: Fortalecer a ação da Procuradoria Geral do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PGE

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Programa: 0026 - DEFESA DO ESTADO - PGE

2124 Centro de Estudos Jurídicos - PGE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
Bolsa auxílio concedida	unidade	800,00	810,00	820,00	830,00	830,00	Estado
Concurso público realizado	unidade	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	Estado
Curso de capacitação realizado	unidade	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00	Estado
Plano de benefício elaborado /concedido	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	Estado

2133 Racionalização do Resgate da Dívida Ativa

FINALIDADE: Equacionar a cobrança da Dívida Ativa do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PGE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
Dívida ativa resgatada	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado

2134 Ações a Cargo do Fundo Especial da Procuradoria Geral do ERJ - FUNPERJ

FINALIDADE: Complementar o orçamento da Procuradoria Geral do ERJ, ampliando e mantendo ações voltadas para a defesa eficiente do Estado, em juízo.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNPERJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Programa: 0026 - DEFESA DO ESTADO - PGE

2134 Ações a Cargo do Fundo Especial da Procuradoria Geral do ERJ - FUNPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Unidade da PGE equipada</i>	unidade	3,00	3,00	2,00	2,00	10,00	Estado

2203 Realização de Perícias Judiciais

FINALIDADE: Viabilizar as atividades de representação judicial, cobrança da dívida ativa e defesa dos atos e prerrogativas do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PGE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Custa judicial realizada</i>	unidade	60,00	50,00	50,00	40,00	200,00	Estado
<i>Perícia judicial realizada</i>	unidade	30,00	30,00	30,00	30,00	120,00	Estado

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO - DPGE

A Defensoria Pública é o órgão estatal que cumpre o dever constitucional do Estado de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população que não tenha condições financeiras de pagar as despesas destes serviços.

A assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes é direito e garantia fundamental de cidadania, inserido no art. 5º da Constituição da República, inciso LXXIV, e a Constituição impõe à União, aos Estados e ao Distrito Federal o dever inafastável da sua prestação, diretamente pelo Poder Público e por meio da Defensoria Pública, determinando que ela seja instalada em todo o país, nos moldes da Lei Complementar prevista no parágrafo único do art.134 (LC 80/94).

A Defensoria Pública é, portanto, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, ou seja, essencial à própria Justiça conforme dispõe o art. 134 da Constituição Federal.

Atribuições

- Encarregar-se da prestação da Assistência Jurídica Gratuita e Integral, preventiva e contenciosa e da postulação e defesa, em todas as instâncias dos direitos e dos interesses dos juridicamente necessitados, nos termos da Lei;
- Promover o aperfeiçoamento intelectual do pessoal técnico e administrativo da Assistência Judiciária Gratuita e Integral, inclusive com divulgação de toda matéria de natureza jurídica.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Programa: 0029 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA E EXTRAJUDICIAL

Objetivo: Atender à população carente do Estado do Rio de Janeiro com assistência jurídica e extrajudicial.

Unidade Gestora: 1101 - Defensoria Pública Geral do Estado

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
-	190.692.740	-	190.692.740

1005 Implementação de Núcleo de Atendimento da DPGE

FINALIDADE: Ampliar, reformar e equipar os núcleos da Defensoria Pública.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNDPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Núcleo de atendimento da DPGE equipado	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado
Núcleo de atendimento da DPGE reformado	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado

2031 Ações a Cargo do Fundo Espec da Defens Públ do Est do Rio de Janeiro - FUNDPERJ

FINALIDADE: Complementar o orçamento da Defensoria Pública, ampliando e mantendo ações de assistência judiciária e extrajudicial preventiva, contenciosa e de postulação da defesa, em todas as instâncias do direito.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNDPERJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Programa: 0029 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA E EXTRAJUDICIAL

2031 Ações a Cargo do Fundo Espec da Defens Públ do Est do Rio de Janeiro - FUNDPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Núcleo de atendimento da DPGE equipado	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado
Núcleo de atendimento da DPGE reformado	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado
Serviço de assistência jurídica gratuita prestado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

2110 Ações de Assistência Judiciária

FINALIDADE: Ampliar e manter as ações de assistência judiciária preventiva, contenciosa e de postulação da defesa, em todas as instâncias do direito.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNDPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Serviço de assistência jurídica gratuita prestado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

2257 Realização de Exames de DNA

FINALIDADE: Realizar exames de DNA destinados à investigação de paternidade e à identificação de cadáveres.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNDPERJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Programa: 0029 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA E EXTRAJUDICIAL

2257 Realização de Exames de DNA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Exame de DNA em atendimento à justiça gratuita realizado	unidade	1.200,00	1.500,00	1.700,00	2.000,00	Estado
TOTAL DO PPA					6.400,00	

2764 Centro de Estudos Jurídicos - DPGE

FINALIDADE: Dotar o Centro de Estudos Jurídicos da DPGE - CEJUR de todos os meios necessários para garantir seu pleno funcionamento e possibilitar o cumprimento de suas atividades.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DPGE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Bolsa auxílio concedida a estudantes	unidade	800,00	800,00	800,00	800,00	Estado
Centro de Estudos Jurídicos equipado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	Metropolitana
Centro de Estudos Jurídicos reformado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	Metropolitana
Curso de capacitação realizado	unidade	10,00	10,00	15,00	15,00	Estado
Curso de pós-graduação realizado	unidade	10,00	10,00	15,00	15,00	Estado
Encontro/seminário/oficina/conferência realizado	unidade	10,00	15,00	20,00	20,00	Estado
TOTAL DO PPA					65,00	

3472 Infraestrutura da DPGE

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Programa: 0029 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA E EXTRAJUDICIAL

3472 Infraestrutura da DPGE

FINALIDADE: Construção/Aparelhagem do edifício da nova sede da DPGE e também, Construção/Aparelhagem dos novos NÚCLEOS da DPGE.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DPGE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Nova sede implantada	unidade	0,20	0,50	0,30	-	1,00	Estado
Núcleo de atendimento da DPGE equipado	unidade	3,00	2,00	2,00	1,00	8,00	Estado
Núcleo de atendimento da DPGE implantada	unidade	3,00	2,00	2,00	1,00	8,00	Estado
Núcleo de atendimento da DPGE reformado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Atribuições da Secretaria

- Planejar e coordenar a ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento e o controle de planos, programas e projetos globais e regionais, de duração anual e plurianual, bem como o estudo e a proposição de diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do Estado;
- Executar, acompanhar e controlar as atividades orçamentárias, de administração financeira e de contabilidade, e a elaboração e execução dos orçamentos fiscal e de investimento das empresas controladas pelo Estado;
- Coordenar, compatibilizar, avaliar a formulação e a operacionalização das políticas públicas, bem como propor alternativas de correção e redimensionamento das ações governamentais;
- Propor políticas, implementar e acompanhar as atividades de utilização e movimentação dos recursos logísticos e patrimoniais, contratação de fornecedores, aquisição de bens e serviços, disposição de bens móveis e imóveis, atuando como órgão central do sistema logístico do Poder Executivo;
- Articular as diversas iniciativas e projetos das áreas de racionalização, reestruturação organizacional, governança eletrônica e modernização da gestão com vistas à inovação, eficiência e eficácia do Poder Executivo;
- Elaborar e disseminar o uso de instrumentos, metodologias, tecnologias e estratégias de administração de recursos humanos, orientando a sua aplicação.

Diagnóstico da Área

A renovação e fortalecimento da gestão pública estadual desempenham papel fundamental na busca das metas concebidas dentro do Plano de Governo. É importante salientar que a principal meta a ser perseguida é a soma dos resultados alcançados nas mais diversas áreas, tal abordagem se contrapõe à visão fragmentada, que cria uma hierarquia entre as áreas prioritárias da agenda governamental. Por este motivo, a renovação e o fortalecimento da gestão pública foram posicionados na área central, como lócus coordenativo-institucional deste processo.

A criação da SEPLAG, órgão central de gestão estadual em janeiro de 2007, pode ser considerada um marco neste processo de busca da modernização da gestão, tendo sido parte de uma reforma administrativa que aperfeiçoou a estrutura do Estado. Desde então, a SEPLAG vem, dentro das diretrizes do Plano Estratégico 2007-2027, realizando esforços em termos técnicos, de pessoal e orçamentário no sentido de dar maior eficiência à administração pública do Estado do Rio de Janeiro (ERJ).

Houve um grande esforço para reformulação da estrutura do Estado, em busca da redução dos custos e ingresso de recursos. Por meio da revisão de processos e da criação e modernização de sistemas de gestão, a reforma da estrutura do Estado do Rio de Janeiro levou à extinção de secretarias e órgãos, além de contribuir para a transparência e a produtividade dos órgãos da administração estadual. A SEPLAG intermediou, dentre outras, a reestruturação de suas vinculadas: Fundo Único de Previdência Social – RIOPREVIDÊNCIA; e a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores do Rio de Janeiro – CEPERJ.

A CEPERJ nasceu da incorporação da Fundação CIDE à FESP-RJ, através da Lei nº 5.420, de 31 de março de 2009. A instituição tem como fim atender às demandas da Administração Estadual, dentre elas: a necessidade da promoção de concursos públicos para carreiras efetivas, a capacitação e aperfeiçoamento do corpo funcional, e o fornecimento de dados estatísticos e de pesquisa relacionados a assuntos econômicos, sociais e demográficos do ERJ e seus municípios, permitindo que as secretarias e demais órgãos estaduais possam planejar suas políticas públicas e acompanhar a efetividade de seus programas.

O RIOPREVIDÊNCIA é uma autarquia estadual criada pela Lei nº. 3189 de 22 de fevereiro de 1999. Com a reestruturação em 2007, a Lei nº 5109 ampliou a competência do Fundo, transferindo a habilitação, administração e pagamento dos benefícios previdenciários previstos na legislação estadual que dispõe sobre o regime previdenciário dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro e seus dependentes. A partir desse momento, o RIOPREVIDÊNCIA, com a visão de futuro de “ser a melhor gestora de Regimes Próprios de Previdência Social do Brasil, com excelência comprovada”, tem adotado uma política de renovação dos serviços ao segurados, atuando a partir de três diretrizes: (i) satisfação na prestação de serviços aos seus clientes; (ii) boas práticas de gestão de ativos e passivos; (iii) governança, transparência e conformidade na gestão do negócio.

Outra frente importante de renovação da gestão foi a descentralização de atividades, como por exemplo a orçamentária, que mudou a lógica do sistema de um controle prévio (*ex ante*) para *ex-post*. Tal mudança se deu mediante a concessão de quotas trimestrais amparadas na evolução da arrecadação, o que conferiu maior liberdade para o detalhamento das despesas e autonomia aos ordenadores de despesas, aprimorando a gestão e a capacidade de alcance das metas pelos órgãos da administração estadual. Outro avanço na descentralização foi a implantação dos núcleos de controle interno, ligados à Auditoria Geral do Estado, o que possibilitou maior *responsividade* às decisões destes mesmos ordenadores.

O processo de descentralização da gestão tem utilizado intensivamente a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) como ferramenta de apoio. Tal estratégia tem exigido esforços de modernização das TICs já que o governo encontrou em 2007 uma situação que se assemelhava aos processos de trabalho e às ferramentas tecnológicas da década de 70, quando houve a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Esta iniciativa de modernização administrativa por meio da utilização da TIC ocorre nas áreas sob a responsabilidade da SEPLAG: recursos logísticos, recursos humanos, patrimônio, planejamento e orçamento. Sucintamente, os sistemas em implantação são: (i) Sistema Integrado de Gestão de Aquisições – SIGA; (ii) Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado – SISPAT; (iii) Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão – SIPLAG; (iv) Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH.

Um requisito essencial para uma gestão moderna, ágil nas decisões, eficiente em custos e entregas é contar com uma equipe formada por profissionais capacitados e motivados. Neste sentido, a SEPLAG buscou adotar uma forma de gestão de recursos humanos compatível com o novo padrão gerencial, e assim, a profissionalização da gestão pública entrou na agenda.

Para atender a demanda de servidores com perfil eminentemente gerencial foram criadas quatro carreiras: Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Planejamento e Orçamento, composta pelos cargos de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG e Analistas de Planejamento e Orçamento – APO; Analista de Finanças Públicas; Especialista em Gestão de Saúde; e Especialista em Previdência Social.

Desse modo, a SEPLAG contribuiu para ruptura da gestão pública obsoleta que se perpetuava e representava um obstáculo ao desenvolvimento do Estado, para uma gestão moderna, melhorando a qualidade dos gastos em prol da população do Rio de Janeiro. Neste cenário de mudança, a proposta da SEPLAG para o próximo governo é de consolidar os avanços obtidos e buscar novas conquistas possibilitadas pelos avanços conquistados.

A partir da análise dos relatórios de ações do Plano Plurianual – PPA 2008/2011, percebe-se que em três anos a Secretaria conseguiu dobrar o número de produtos (bens e serviços) entregues e mais do que dobrou o total de produtos previstos. Entretanto, para consolidar a melhoria da gestão estadual, a SEPLAG, em articulação com suas vinculadas, precisa continuar o processo de melhoria de sua capacidade de implementação de projetos. Para isso, a Secretaria organizou seu planejamento em dois eixos condutores: (i) fortalecimento da prática do planejamento e (ii) consolidação dos projetos de modernização da gestão pública.

É de grande importância fortalecer o processo de planejamento governamental nesta conjuntura de grandes transformações e expectativas para o Estado do Rio de Janeiro nas áreas: econômica, política, social e ambiental em que se destacam grandes eventos – Copa de 2014, Copa das Confederações, Jogos Mundiais Militares e Olimpíadas de 2016 –, o Pré-Sal, o PAC e importantes investimentos privados geradores de trabalho e renda.

Somados a esses fatores, configura-se no Estado do Rio de Janeiro, desde 2007, um ambiente político que favorece as parcerias com os entes federados, algo não vivenciado há décadas pelo Executivo Estadual.

Por tudo isso, constitui-se prioridade o fortalecimento do processo de planejamento e dos instrumentos institucionais capazes de aproveitar as oportunidades e dar respostas rápidas e efetivas aos desafios que se apresentam. Isso significa que o planejamento deve ser entendido como um processo que necessita ser continuamente monitorado, avaliado e revisto. Quando as estratégias foram traçadas, em 2007, por exemplo, não estava certo que o Estado do Rio de Janeiro sediaria grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Por isso, a SEPLAG está articulando esforços para que o planejamento governamental possa ser capaz de enfrentar os grandes desafios impostos e de aproveitar as grandes oportunidades conquistadas. A criação das comissões setoriais de gestão do PPA representa uma nova diretriz de elaboração do PPA e deixa claro o esforço da Secretaria em fundamentar o planejamento em parceria com os órgãos de governo, tendo como objetivo pactuar um projeto articulado para o desenvolvimento. Adicionalmente, constitui um objetivo da Secretaria para os próximos anos aprimorar o processo de planejamento governamental mediante maior articulação com o processo orçamentário. Por isso, as comissões terão um grande desafio de elaboração e revisão do PPA para que os programas sejam efetivamente o módulo comum organizador e integrador do Plano e do Orçamento.

Um programa que reflete essas orientações é o Programa de Desenvolvimento Social de Macaé e Regiões – PRODESMAR, resultante da parceria entre a Petrobras e o Governo do Estado do Rio de Janeiro – por meio da SEPLAG - e os municípios de Macaé e Rio das Ostras. Ele foi formulado com a finalidade de aprimorar o planejamento e o desenvolvimento das Regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro por meio da melhoria da infraestrutura pública e ampliação de oportunidades de trabalho e renda, promovendo melhorias na qualidade de vida da população. Dentre as ações e desdobramentos do PRODESMAR, destacam-se: (i) Planejamento Estratégico do Norte e do Noroeste Fluminense e (ii) Plano de Desenvolvimento Sustentável da Silvicultura do Norte e Noroeste Fluminense.

Tais iniciativas abriram precedente para outras ações que trarão inúmeros benefícios ao Estado do Rio de Janeiro e aos municípios envolvidos, entre eles: (i) Plano Diretor para o Desenvolvimento e a Revitalização da Cadeia Produtiva da Cana de Açúcar da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro; (ii) Plano de Reestruturação e Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro; (iii) Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios das Baixadas Litorâneas.

Na consolidação dos projetos de modernização da gestão pública, destacam-se, a consolidação da implantação dos Sistemas POG (Planejamento, Orçamento e Gestão) e a promoção da descentralização de sua operação, que, como salientado, permitirá ao Estado ter controle, visibilidade, ferramental e inteligência para dar um salto de eficiência nos gastos públicos, aumentando sua qualidade através de sinergia, otimização de processos e utilização de melhores práticas. Dentre as ações previstas enfatiza-se a parceria com a Secretaria de Fazenda - SEFAZ para implantação de um Sistema que integrará o ciclo de receitas e despesas do Estado (*Enterprise Resource Planning* - ERP).

A continuidade à renovação da estrutura de pessoal dentro da gestão pública e a valorização do funcionalismo público iniciada no atual governo, serão pilares de sustentação do plano de governo atual e futuro. Por meio de pessoas capacitadas e preparadas, a SEPLAG poderá atingir um nível mais alto em excelência de gestão pública. Para alcançar este objetivo, a adequação das carreiras públicas em relação a cargos e salários de maneira a garantir maior eficiência na máquina de governo, o treinamento e desenvolvimento de servidores, o desenvolvimento de plataformas de aprendizado eletrônico e concursos públicos para ingresso de 500 gestores especialistas nas áreas de gestão, planejamento, orçamento, previdência, saúde e fazenda são consideradas ações fundamentais.

Macro-objetivo

Modernização e promoção da eficiência da administração pública estadual, melhorando a qualidade do gasto e tornando mais transparente a prestação de contas à sociedade.

Objetivos Setoriais

- Aprimorar o planejamento e a gestão da ação governamental;
- Implantar modelo de gestão por resultados;
- Consolidar a implantação dos sistemas POG (Planejamento, Orçamento e Gestão) e promover a descentralização da sua operação;
- Aperfeiçoar instrumentos de prestação de contas à população;
- Melhorar a qualidade dos gastos e a utilização dos recursos públicos;
- Promover a valorização da função pública e a profissionalização do servidor;
- Auxiliar na reestruturação da Administração Indireta do ERJ;
- Promover o desenvolvimento institucional da SEPLAG;
- Fortalecer o sistema estadual de informações, dados e estatísticas do Estado – CEPERJ;
- Integrar as diversas escolas de governo do Estado – CEPERJ;
- Oferecer o serviço de agendamento de visitas – RIOPREVIDÊNCIA;
- Realizar o Censo Previdenciário – RIOPREVIDÊNCIA;
- Garantir a rentabilidade dos ativos, privilegiando a segurança e a compatibilidade do passivo atuarial – RIOPREVIDÊNCIA.

Indicadores Setoriais

- Índice de cumprimento de metas físicas do PPA - Fonte: SEPLAG. Periodicidade Quadrimestral;
- Capacidade operacional da despesa - Fonte: SEFAZ;
- Índice de controle da despesa com pessoal - Fonte: SEFAZ.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0030 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

Objetivo: Ampliar e consolidar a reestruturação do modelo de gestão do Governo Estadual, adotando um modelo orientado a resultados, reduzindo custos e apoiando a modernização da Administração Pública.

Unidade Gestora: 1201 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
113.911.411	405.096	-	114.316.507

1013 Implantação do Novo Modelo de Gestão de TI-SEPLAG

FINALIDADE: Implementar o processo de governança de TI fornecendo o apoio tecnológico necessário às inovações de gestão implantadas pela SEPLAG.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Integração dos Sistemas de Gestão da SEPLAG realizada	unidade	0,75	0,25	-	-	1,00 Estado
Modelo de gestão por SLA/PRODERJ implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00 Estado
Modelo de suporte técnico em TI implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00 Estado
Parque tecnológico da SEPLAG modernizado	unidade	0,40	0,20	0,20	0,20	1,00 Estado
Plano diretor de tecnologia da informação elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00 Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0030 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

1013 Implantação do Novo Modelo de Gestão de TI-SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema de apoio à decisão estratégica implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Sistema de controle de acesso do Edifício Estácio de Sá implantado	unidade	0,80	0,20	-	-	1,00	Estado
Sistema de suporte ao usuário e ouvidoria implantado	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Estado

1071 Renovação do Patrimônio do ERJ

FINALIDADE: Restaurar o edifício sede da Secretaria de Planejamento e Gestão. Administrar e manter o controle sobre o patrimônio imobiliário, provendo o gestor público de instrumento eficaz que possibilite, em tempo real, reconhecer a situação de domínio, posse e utilização do bem patrimonial.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Cadastro patrimonial imóvel realizado	unidade	1.600,00	1.670,00	1.610,00	-	4.880,00	Estado
Edifício Estácio de Sá reformado	unidade	0,60	0,30	0,10	-	1,00	Estado
Elevador do Edifício Estácio de Sá reformado	unidade	0,60	0,40	-	-	1,00	Estado
Sistema de patrimônio - SISPAT 2.0 - implantado	unidade	0,60	0,25	0,15	-	1,00	Estado

1129 Parceria Público-Privada

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0030 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

1129 Parceria Público-Privada

FINALIDADE: Construir modelagens de Parcerias Público-Privadas (PPPs) que permitam melhorar os serviços prestados e viabilizar as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Parceria Público-Privada - PPP modelada	unidade	3,00	5,00	7,00	-	15,00	Estado

1140 Reestruturação do Executivo e Modernização Administrativa e Organizacional

FINALIDADE: Desenvolver os instrumentos de gestão e tecnológicos que apoiem a descentralização gerencial e um modelo orientado a resultados.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Escritório de processos implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Modelo de descentralização da gestão implantado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado
Processo organizacional modernizado	unidade	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	Estado
Servidor capacitado para uso dos sistemas corporativos	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Tramitação eletrônica de documentos implantada	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0030 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

1164 Programa de Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE/RJ

FINALIDADE: Promover a racionalização administrativa na área de RH agilizando as atividades operacionais e de gerenciamento e reduzir os custos na gestão das compras e do patrimônio imobiliário.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Integração das ações de modernização de RH/SEPLAG realizada</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
<i>Modelo de cultura de nova gestão revisado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
<i>Sistema informatizado de gestão de RH e folha de pagamento implantado</i>	unidade	0,70	0,30	-	-	1,00	Estado
<i>Unidade Coordenação Estadual - UCE operacionalizada</i>	unidade	0,65	0,35	-	-	1,00	Estado

1165 Modernização da Administração do Estado do Rio de Janeiro-PMAG-SEPLAG

FINALIDADE: Apoiar a modernização da administração estadual.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Servidor público estadual treinado/qualificado</i>	unidade	30,00	-	-	-	30,00	Estado
<i>Unidade Administrativa gerenciada</i>	unidade	0,80	0,20	-	-	1,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

1168 Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO

FINALIDADE: Ampliar e avançar no processo de melhoria da gestão, objetivando atingir novos patamares de qualidade no gasto e na prestação do serviço público à população fluminense.

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

147

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0030 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL
1168 Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade de Gerenciamento de programa operacionalizada	unidade	0,20	0,40	0,30	0,10	1,00
						Estado

1172 Projeto Integrado de Sistema de Compras e Gestão de Contratos e Custos ERJ

FINALIDADE: Aperfeiçoar a gestão das aquisições e implementar sistemas de gerenciamento dos principais gastos do Estado do Rio de Janeiro

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Controle patrimonial móvel implantado	unidade	-	0,50	0,50	-	1,00
Manutenção do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA realizada	unidade	0,10	-	-	-	0,10
Programa Compra Mais realizado	unidade	0,20	0,40	0,40	-	1,00
Sistema de concessão de viagens implantado	unidade	0,50	0,25	0,25	-	1,00
Sistema de Gestão de combustíveis implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00
Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA 2.0 implantado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00
						Estado
						Estado
						Estado
						Estado
						Estado
						Estado

1193 Melhoria da Gestão do Gasto Público

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0030 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

1193 Melhoria da Gestão do Gasto Público

FINALIDADE: Melhorar a qualidade e reduzir custos dos serviços públicos mediante o gerenciamento matricial das despesas correntes gerais e administrativas a partir de grupos de tipos de gastos

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Equipamento de informática adquirido</i>	unidade	20,00	-	-	-	20,00
<i>Estudo setorial elaborado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00
<i>Plano estratégico CODIN elaborado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00
<i>Portal WEB implantado</i>	unidade	2,00	-	-	-	2,00
<i>Programa Compra Mais realizado</i>	unidade	0,60	0,40	-	-	1,00
						Estado
						Estado
						Estado
						Estado
						Estado

1208 Fortalecimento da Gestão Estratégica no Estado do Rio de Janeiro

FINALIDADE: Realizar a coordenação técnica e acompanhar os projetos financiados pelo Programa de Fortalecimento da Gestão no Estado do Rio de Janeiro voltados ao fortalecimento dos processos de alocação e de gestão descentralizada dos recursos públicos alinhados ao PPA e à elaboração de diagnósticos e diretrizes para as áreas finalísticas da SEPLAG.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Capacitação na gestão estratégica aplicada à elaboração do PPA e LOA realizada</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0030 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

1208 Fortalecimento da Gestão Estratégica no Estado do Rio de Janeiro

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Metodologia da gestão de projetos - PMI - implantada	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Plano de gestão de projetos estruturantes para a Rio-2016 elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Unidade de Coordenação Estadual - UCE operacionalizada	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0036 - QUALIDADE DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Objetivo: Atender aos servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes com eficiência, credibilidade, respeito e responsabilidade social, com administração transparente e eficaz do patrimônio, para cumprimento das obrigações previdenciárias atuais e futura se contribuir para a gestão fiscal responsável do Estado.

Unidade Gestora: 1234 - Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
-	30.430.000	-	30.430.000

1017 Auditoria das Folhas de Pagamento

FINALIDADE: Buscar o equilíbrio atuarial e financeiro do Fundo.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOPREVIDENCIA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Benefício Auditado	unidade	0,10	0,05	0,03	0,02	0,20	Estado

1188 Avaliação, Reforma e Modernização dos Imóveis do RIOPREVIDÊNCIA

FINALIDADE: Avaliar e recuperar as instalações dos prédios próprios do Rioprevidência visando a posterior alienação, locação ou ocupação, bem como a atualização do valor patrimonial/contábil dos imóveis.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOPREVIDENCIA

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0036 - QUALIDADE DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

1188 Avaliação, Reforma e Modernização dos Imóveis do RIOPREVIDÊNCIA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
<i>Imóvel avaliado</i>	unidade	180,00	100,00	80,00	20,00	380,00	Estado
<i>Imóvel construído</i>	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Estado

2648 Capacitação e Desenvolvimento do Servidor do Rioprevidência

FINALIDADE: Implantar uma nova política de recursos humanos.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOPREVIDENCIA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
<i>Treinamento / capacitação realizado</i>	unidade	20,00	15,00	15,00	15,00	65,00	Estado

2649 Melhoria dos Canais de Atendimento aos Segurados/Beneficiários

FINALIDADE: Melhorar as condições dos canais de atendimento ao segurado/beneficiário.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOPREVIDENCIA

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0036 - QUALIDADE DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

2649 Melhoria dos Canais de Atendimento aos Segurados/Beneficiários

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Agendamento realizado	unidade	0,60	0,05	0,05	-	0,70
Modernização do atendimento telefônico	unidade	1,00	-	-	-	1,00
Modernização do atendimento virtual	unidade	0,80	0,20	-	-	1,00

3473 Censo Previdenciário

FINALIDADE: Realizar o censo dos beneficiários e segurados visando obter dados que permitam uma boa prática de gestão de ativos e passivos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOPREVIDENCIA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Censo Realizado	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00
Estrutura contratada	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00

3474 Implementação de Sistema de Gestão Informatizado

FINALIDADE: Desenvolver processos internos sólidos, eficientes e transparentes através de sistemas informatizados.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOPREVIDENCIA

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0036 - QUALIDADE DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

3474 Implementação de Sistema de Gestão Informatizado

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema de gestão implementado	unidade	0,40	0,60	-	-	1,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0159 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Objetivo: Promover o planejamento em bases sustentáveis para as regiões e municípios fluminenses, conferir apoio às prefeituras no planejamento e execução de políticas públicas.

Unidade Gestora: 1201 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
1.762.500	4.264.000	-	6.026.500

1170 Programa de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Fluminenses

FINALIDADE: Contribuir para a melhoria da infraestrutura pública e ampliar as oportunidades de trabalho e renda, minimizar riscos potenciais nos territórios, referentes aos processos de transformação e exploração da atividade econômica nas regiões fluminenses, promover a sustentabilidade das diferentes cadeias e setores econômicos das regiões, viabilizar a intervenção do Poder Público em áreas de ocorrência de desastres naturais.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Melhoria operacional do 9 GBM de Macaé realizada	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Norte Fluminense
Plano de desenvolvimento da região das Baixadas Litorâneas elaborado/ viabilizad	unidade	0,14	0,86	-	-	1,00	Baixadas Litorâneas
Plano de desenvolvimento da Região Serrana elaborado	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Serrana
Plano de desenvolvimento do setor açucareiro elaborado	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Norte Fluminense

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0273 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS				
Objetivo:	Implementar uma nova política de gestão de pessoa com foco na modernização dos sistemas e processos, atualização da legislação vigente e capacitação/valorização dos servidores público e realização de concursos públicos.			
Unidade Gestora: 1201 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão				
VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)				
		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
		RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
		26.834.390	-	26.834.390

1007 Profissionalização e Valorização dos Servidores Públicos

FINALIDADE: Valorizar o servidor dando condições de crescimento profissional, com avaliações periódicas de desempenho, cursos de capacitação, plano de carreira, ações de qualidade de vida e revitalização dos postos de serviço melhorando as condições de trabalho. Melhorar o acesso dos gestores de recursos humanos às informações referentes à legislação de pessoal do serviço estadual, possibilitando um trabalho mais eficiente e eficaz tanto na aplicação quanto na transformação da legislação estadual.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Atividade de qualidade de vida realizada	unidade	100,00	150,00	200,00	250,00	250,00	Estado
Novo modelo de Saúde Médico Hospitalar desenvolvido	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Perícia médica e saúde ocupacional realizada	unidade	0,60	0,40	-	-	1,00	Estado
Plano de capacitação realizado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0273 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

1007 Profissionalização e Valorização dos Servidores Públicos

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Posto SEPLAG revitalizado	unidade	0,20	0,30	0,30	0,20	1,00	Estado

1240 Reorganização e Modernização da Gestão de Recursos Humanos

FINALIDADE: Consolidar o Projeto Identidade Funcional.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Auditoria realizada	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Cadastro servidor / identidade funcional realizado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0274 - MODERNIZAÇÃO DO CICLO DE PLANEJAMENTO

Objetivo: Aperfeiçoar os processos do ciclo de planejamento, orçamento e gestão, conferindo agilidade às atividades dos órgãos do poder executivo para geração dos melhores resultados à sociedade com o mínimo dispêndio de recursos.

Unidade Gestora: 1201 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
16.341.000	-	-	-	16.341.000

1537 Gestão da Informação para Fortalecimento da Ação Governamental

FINALIDADE: Modernizar o sistema de planejamento e orçamento e de informações que subsidiem a formulação e implantação de políticas públicas.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema de inteligência em planejamento e gestão - SIPLAG implantado	unidade	0,60	0,10	0,10	0,10	0,90	Estado
Software de gestão municipal implantado	unidade	24,00	32,00	20,00	-	76,00	Estado

1550 Planejamento e Gestão com Foco na Dimensão Territorial

FINALIDADE: Participar da estruturação e implantação de planos e projetos locais e regionais e desenvolver estudos necessários a sua formulação e apoiar as Prefeituras Municipais em questões inerentes ao planejamento e a gestão.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0274 - MODERNIZAÇÃO DO CICLO DE PLANEJAMENTO

1550 Planejamento e Gestão com Foco na Dimensão Territorial

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Assessoria técnica à prefeitura municipal realizada	unidade	92,00	92,00	92,00	92,00	92,00	Estado
Palestra sobre planejamento e gestão pública do ERJ realizada	unidade	17,00	-	-	-	17,00	Estado
Relatório sobre as oito regiões de governo elaborado	unidade	12,00	-	-	-	12,00	Estado

2172 Elaboração de Planos e Orçamento

FINALIDADE: Coordenar e consolidar a elaboração dos instrumentos de planejamento institucional de forma integrada, fortalecendo a capacidade institucional das unidades de planejamento e a efetividade das políticas públicas.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEPLAG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Lei de diretrizes orçamentárias - LDO elaborada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Lei orçamentária anual - LOA elaborada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Plano de médio/longo prazo do ERJ elaborado	unidade	-	1,00	-	-	1,00	Estado
Plano plurianual elaborado / revisado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0274 - MODERNIZAÇÃO DO CICLO DE PLANEJAMENTO

2172 Elaboração de Planos e Orçamento

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Programação do PPA monitorada / avaliada</i>	unidade	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0292 - DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Objetivo: Promover iniciativas e projetos destinados a fortalecer a gestão pública estadual, para obter melhores resultados a partir da valorização do servidor e do desenvolvimento de suas qualificar o quadro de pessoal das entidades através de concursos públicos, processos seletivos e avaliações especiais.potencialidades por meio de atividades educacionais, capacitação e afins.

Unidade Gestora: 1241 - Fundação Centro Estadual de Estatíst., Pesq. e Formação de Servid. Públ. do RJ

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
-	30.953.452	-	30.953.452

3483 Concursos Públicos, Processos Seletivos e Avaliações Especiais

FINALIDADE: Atender às demandas por concursos públicos, processos seletivos e avaliações especiais, de acordo com as necessidades negociadas.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Avaliação especial realizada</i>	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado
<i>Concurso público realizado</i>	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00	Estado
<i>Processo seletivo realizado</i>	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00	Estado

3484 Educação Continuada e Desenvolvimento Profissional

FINALIDADE: Planejar e oferecer cursos e atividades educacionais, nas diferentes áreas do conhecimento, tais como: técnico-administrativos, de informática, gerencial, ambiental, educação para o trânsito, dentre outros. Inclui, ainda, cursos em nível de pós-graduação voltados para a: especialização, atualização, extensão e mestrado profissional.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0292 - DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

3484 Educação Continuada e Desenvolvimento Profissional

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Curso de capacitação e desenvolvimento profissional realizado	unidade	50,00	60,00	70,00	70,00	250,00
Curso de ensino a distância – EAD realizado	unidade	2,00	3,00	5,00	5,00	15,00
Curso de pós-graduação realizado	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00
						Estado
						Estado
						Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0293 - RIO DE JANEIRO EM DADOS

Objetivo: Sistematização de dados e informações e produção de conhecimento acerca do Estado do Rio de Janeiro.

Unidade Gestora: 1241 - Fundação Centro Estadual de Estatíst., Pesq. e Formação de Servid. Públ. do RJ

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOURE	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
-	33.460.000	-	33.460.000

3475 Implantação da Rede de Dados Espaciais

FINALIDADE: Implantar uma rede estadual de coleta, sistematização, análise e publicação de dados, informações e estatísticas sobre a realidade do estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO	
		2012	2013	2014	2015		TOTAL DO PPA
Núcleo municipal implantado	unidade	2,00	3,00	3,00	4,00	12,00	Estado
Órgão/entidade atendido	unidade	10,00	20,00	50,00	92,00	172,00	Estado
Pesquisador contratado/cadastrado	unidade	20,00	20,00	20,00	20,00	80,00	Estado

3476 Produção Cartográfica e Estudos Georreferenciados

FINALIDADE: Manter, modernizar e operacionalizar o laboratório de cartografia e a produção de estudos georreferenciados.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEPERJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0293 - RIO DE JANEIRO EM DADOS

3476 Produção Cartográfica e Estudos Georreferenciados

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Base consolidada/atualizada	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado
Mapa publicado	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado
Projeto desenvolvido	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado

3477 Implementação da Rede LabGeo/RJ - Laboratório Central de Geoprocessamento

FINALIDADE: Implantar e manter a estrutura de um laboratório central de geoprocessamento para consolidar a Rede LabGeo/RJ, destinada a oferecer subsídios e ações integradas para o desenvolvimento local e regional do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Base consolidada/atualizada	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado
Rede LabGeo/RJ implantada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Estado

3478 Estudos Pesquisas Socioeconômicas

FINALIDADE: Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica do Estado do Rio de Janeiro. Atender demandas por estudos e pesquisas de natureza diversa e no interesse da Administração Pública. Analisar as potencialidades e elaborar índices e indicadores para estudos socioeconômicos regionais.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEPERJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0293 - RIO DE JANEIRO EM DADOS

3478 Estudos Pesquisas Socioeconômicas

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Diagnóstico de gestão municipal realizado	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado
Estudo publicado	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado
Índice/ indicador divulgado	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado
Pesquisa realizada	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado
Relatório publicado	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado

3479 Fortalecimento da Administração Pública dos Municípios

FINALIDADE: Apoiar e consolidar a criação de Núcleos Municipais de Informação (NMI).

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Núcleo apoiado / consolidado	unidade	2,00	3,00	3,00	4,00	12,00	Estado
Núcleo municipal criado	unidade	2,00	3,00	3,00	4,00	12,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0293 - RIO DE JANEIRO EM DADOS

3479 Fortalecimento da Administração Pública dos Municípios

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Núcleo municipal implantado	unidade	2,00	3,00	3,00	4,00	12,00
						Estado

3480 Gestão para Resultados

FINALIDADE: Realizar projetos voltados para o fortalecimento da gestão estadual, contribuindo para a orientação das políticas públicas, promovendo maior aproximação dos entes federados, gerenciados pela Fundação CEERJ.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Consultoria realizada	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Cooperação técnica com integração em rede corporativa realizada	unidade	4,00	5,00	5,00	6,00	20,00
Incentivo à parceria realizado	unidade	3,00	4,00	5,00	5,00	17,00
						Estado
						Estado
						Estado

3482 Disseminação de Inform., Difusão da Cultura e Promoção Instit. Fundação CEPERJ

FINALIDADE: Promover o debate e reflexão sobre as questões de políticas públicas e as potencialidades do Estado. Produzir publicações, com informações e dados sobre o Estado e Municípios, também disponibilizados no site institucional. Realizar eficiente gestão de biblioteca e documentação técnica, com disseminação e acesso aos conteúdos. Promover a imagem institucional e a venda de produtos e serviços.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEPERJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa: 0293 - RIO DE JANEIRO EM DADOS

3482 Disseminação de Inform., Difusão da Cultura e Promoção Instit. Fundação CEPERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Atendimento a usuários da biblioteca realizado</i>	unidade	50,00	100,00	100,00	100,00	350,00	Estado
<i>Evento realizado</i>	unidade	4,00	5,00	5,00	6,00	20,00	Estado
<i>Projeto desenvolvido</i>	unidade	4,00	5,00	5,00	6,00	20,00	Estado
<i>Publicação realizada</i>	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SEAPEC

Atribuições da Secretaria

A SEAPEC é o órgão do governo estadual que concentra os instrumentos de fomento ao desenvolvimento e implementação de políticas à agricultura familiar e ao agronegócio no Estado, destacando-se a elaboração, coordenação e execução de programas, projetos e atividades voltadas para o desenvolvimento da agropecuária. Para alcançar este objetivo, vem cumprindo uma agenda social com ênfase na geração de oportunidades de trabalho e renda para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento do interior do Estado do Rio de Janeiro, contando com as atividades de pesquisa executadas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO-RIO e com as atividades de assistência técnica e extensão rural executadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO, ambas as entidades vinculadas à SEAPEC.

Diagnóstico da Área

O Estado do Rio de Janeiro tem como característica marcante elevadíssima concentração urbana (94,5% das pessoas moram em cidades). Segundo maior pólo industrial brasileiro, possui 74% de sua população concentrada na RMERJ. Tais características conferem à agricultura uma organização subordinada às demandas de abastecimento dos principais centros urbanos, visto que as dificuldades de estruturação sócio-econômica das atividades se somam as de natureza física, como o relevo movimentado que impede o emprego maciço de mecanização agrícola – fazendo com que a agricultura fluminense seja fortemente dependente de mão-de-obra.

A agricultura familiar predomina no meio rural fluminense, com 75,5% dos estabelecimentos com área média de 10,65 ha, ocupando 22,98% da área total dos estabelecimentos rurais. As produções são muito diversificadas, sendo a cultura de cana-de-açúcar a de maior valor econômico, seguida por olericultura, fruticultura e cafeeira. Na pecuária predomina a bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, avicultura e piscicultura.

As agroindústrias instaladas no Estado, apesar de terem pequena significância em relação ao volume de produção, se analisadas em termos de cadeias produtivas, considerando os valores agregados com o processamento, industrialização, armazenamento, transporte e comercialização, passam a representar índices próximos a 25 % do PIB do Estado. Apesar de existirem grandes complexos agroindustriais apoiados na cultura da cana-de-açúcar, olericultura, avicultura e fruticultura, é cada vez maior o número de agricultores fluminenses que enfrentam problemas econômicos, sociais e ambientais. Um grande número de famílias rurais encontra-se em acentuado processo de empobrecimento, acelerando o êxodo desordenado, principalmente de jovens.

Assim, tendo em vista esses desafios, a SEAPEC organizou a sua programação para o PPA 2012-2015. A prioridade é o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro - RIO RURAL, que busca promover o desenvolvimento sustentável no campo, aliando aumento de produção e renda à conservação do meio ambiente, tendo o agricultor familiar como protagonista. Desenvolvido em parceria com o Banco Mundial/BIRD, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, o Governo Federal, ONGs e governos municipais, o RIO RURAL aportará investimentos de US\$ 152 milhões até 2016 para facilitar a adoção de práticas produtivas sustentáveis, recuperação e proteção de fragmentos florestais e recuperação da qualidade dos solos pelas comunidades rurais, utilizando a microbacia hidrográfica como unidade territorial mínima para o diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento participativos das intervenções. As organizações comunitárias e as prefeituras municipais são sensibilizadas e envolvidas em processos de capacitação para aumentar o empoderamento comunitário e a participação cidadã dos agricultores nos fóruns de desenvolvimento e na tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Os produtores familiares e atores das microbacias são envolvidos em um trabalho de fortalecimento das organizações comunitárias para melhor discutir as políticas que os afeta, por meio da formação dos Comitês Gestores das Microbacias -COGEM,

responsáveis pela execução e monitoramento do plano de desenvolvimento da microbacia. Além disso, as ferramentas de diagnóstico e planejamento participativos desenvolvidos pelos agricultores produzem um arcabouço de informações, demandas e propostas que facilitam a integração de esforços e a aplicação mais eficiente de políticas. Em última análise, o RIO RURAL atua no aprimoramento da boa governança em busca da efetiva promoção do desenvolvimento sustentável em todos os níveis do território.

O Programa teve início em 2007, com aporte de US\$ 6,5 milhões do Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF e igual contrapartida do governo estadual, para promover o desenvolvimento limpo da agricultura em 48 microbacias de 24 municípios do Norte e Noroeste Fluminense. Com a assinatura de um novo contrato com o BIRD no valor de US\$79 milhões, em 2009, o RIO RURAL ampliou sua atuação para todas as regiões do Estado (Norte, Noroeste, Serrana, Centro e Sul), passando a atuar em 59 municípios e 270 microbacias até o ano de 2016. No período, destinará recursos diretamente aos agricultores para a adoção de técnicas mais produtivas e sustentáveis, melhoria da qualidade dos produtos, agregação de valor, melhoria na gestão e associativismo e formação de redes de empreendimentos solidários, ao mesmo tempo em que incentivará a conservação dos solos, dos recursos hídricos e a preservação da biodiversidade da Mata Atlântica. Os investimentos também serão destinados a infraestrutura (melhoria de estradas vicinais, máquinas agrícolas, saneamento rural), beneficiando 37 mil famílias de agricultores. Em fevereiro de 2011, foi anunciado pelo BIRD um novo aporte US\$ 60 milhões, que ampliará o Programa para todos os municípios rurais do Estado, aproximadamente 85 municípios e 400 microbacias.

A metodologia e os princípios do Programa norteiam a implementação das demais políticas para o setor agrícola fluminense, convergindo ações de outros programas de fomento, crédito, assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária coordenados pela SEAPEC para as mesmas unidades territoriais priorizadas e trabalhados no RIO RURAL.

A SEAPEC, com base nas diretrizes do Programa Especial de Fomento Agropecuário e Tecnológico – PEFATE englobou, a partir de meados de 2010, os principais ações de fomento já existentes para dar continuidade às cadeias agropecuárias tradicionais e consolidação das cadeias produtivas emergentes. Os programas FRUTIFICAR, FLORESCER, MULTIPLICAR, CULTIVAR ORGÂNICO e PROSPERAR oferecem assessoramento técnico aos 964 produtores assistidos e beneficiados com linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado. Para 2012-2015 estima-se o apoio direto a 500 novos projetos voltados a implantação de pólos de fruticultura irrigada, cultivo de flores e plantas ornamentais, desenvolvimento sustentável da piscicultura, cultivos orgânicos e ampliação e legalização de agroindústrias de base familiar.

Mediante parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria administra o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. Isso possibilita, também, ao agricultor construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, além do acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O PNCF já financiou imóveis, incorporando no processo produtivo rural do Estado do Rio de Janeiro mais de 660 famílias de agricultores, e objetiva uma elevação anual de cerca de 20% no número de famílias beneficiadas no próximo quadriênio.

O Programa Rio Genética foi instituído em 12.09.2007, pelo Decreto Estadual 40.939, para promover mudanças na composição genética do rebanho bovino leiteiro do Estado. Vem introduzindo características de maior importância econômica na pecuária fluminense, sobretudo pela importação de matrizes bovinas de elevado padrão genético de regiões leiteiras tradicionais, bem como pelo uso de modernas biotecnologias reprodutivas (IATF, Fertilização “in vitro”). Mediante parceria com a Associação de Criadores do Estado do Rio de Janeiro – ACERJ são realizados leilões e feiras de bovinos leiteiros que disponibilizam financiamento aos produtores rurais fluminenses de matrizes e reprodutores bovinos com aptidão para grande produção leiteira. Para o período de 2012-2015 está prevista a continuidade dos eventos promovendo melhoria dos rebanhos, atendendo 1.200 pecuaristas mediante a introdução de 6.300 animais melhorados, o que representará o fomento de cerca de R\$ 28 milhões.

A SEAPEC, por meio da Superintendência de Defesa Agropecuária, suas Coordenadorias de Defesa Sanitária Animal, Vegetal e Inspeção, seus 07 (sete) Regionais de Defesa Agropecuária e 26 (vinte e seis) Núcleos de

Defesa Agropecuária, é o órgão oficial executor das ações de defesa agropecuária no estado. As ações, por meio do Programa Sistema Unificado de Defesa Agropecuária, direcionam-se, principalmente, para a prevenção, controle e erradicação de doenças e pragas em rebanhos e culturas importantes para economia, a saúde pública do Estado e do País e para a manutenção e implementação dos programas nacionais de controle e erradicação de doenças e pragas em animais e vegetais.

Diante de todos esses esforços, o Estado do Rio de Janeiro conseguiu chegar a um nível sanitário importante, com a certificação de “Livre da Febre Aftosa com Vacinação”, sem registrar focos da doença há mais de 13 anos nos rebanhos fluminenses, e “Livres da Sigatoka Negra”, doença de grande importância econômica para a produção de bananas.

O Rio de Janeiro terá, a partir de 2011, o cadastro de mais de 43.000 propriedades rurais disponibilizado na “web” e a emissão da Guia de Trânsito Animal – GTA – eletrônica, dentre outros documentos de certificação sanitária, agilizando, aumentando a confiabilidade e permitindo auditar com segurança as ações desenvolvidas pela Defesa Agropecuária. Para o quadriênio 2012-2015, será mantida a atualização cadastral de propriedade e produtores rurais, e a execução das ações de inspeção de produtos agropecuários de origem animal e as delegadas pelos Programas Nacionais de Sanidade Animal e Vegetal, firmados em convênio com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, de acordo com o Decreto nº 5.741, de 31/03/2006 que regulamenta o SUASA - Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária, com medidas que visam à saúde pública no Estado do Rio de Janeiro.

O Programa Estradas de Produção, instituído em 2009 pela SEAPEC, visa recuperar e adequar as estradas vicinais do Estado, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no meio rural; promover a valorização das comunidades, permitindo acesso aos serviços públicos essenciais; fortalecer a economia das comunidades rurais, por meio do desenvolvimento do turismo rural; apoiar as ações do governo voltadas para os programas especiais de fomento agropecuário; desenvolver e implantar plano de gestão municipal compartilhada para a manutenção das estradas vicinais; e ampliar a área cultivada no Estado, gerando novos postos de trabalho, assegurando aos produtores infraestrutura adequada para a produção, incorporando ao sistema produtivo práticas de engenharia rural que visem assegurar o manejo e o aproveitamento adequado dos recursos hídricos e do solo. Os serviços executados pelo Programa, coordenados pela EMATER-RIO, até dezembro de 2010, beneficiaram 36 municípios fluminenses recuperando e revitalizando 2.852,4 km de estradas vicinais e atendendo a 12.132 produtores rurais.

No primeiro trimestre de 2011, a patrulha mecanizada do Programa Estradas de Produção atuou de forma decisiva na recuperação das vias públicas dos municípios vitimados pelo excesso de chuvas na região serrana fluminense. A malha vicinal do Estado supera 20 mil quilômetros de vias não pavimentadas. No período 2012-2015, o Programa tem como meta elevar anualmente em torno de 10% o volume atendido nos dois últimos anos. Assim, estima-se que em 2015 tenham sido contemplados pelas Estradas de Produção, uma extensão de 6 mil km de estradas vicinais, beneficiando cerca de 30 mil produtores rurais.

O Programa Moeda Verde, instituído em 1999 pelo Governo Estadual, estabelece sistemática de equivalência em produto, utilizando a variação dos preços em substituição aos custos dos encargos contratuais dos produtores rurais que formalizarem crédito rural no Banco do Brasil nas linhas usuais de crédito rural. Sempre que, no período compreendido entre a data da contratação do financiamento e a data da liquidação do mútuo, o montante dos encargos se revela superior a evolução dos preços, impedindo que o produtor possa realizar o pagamento, o Estado cobre a diferença. O Programa continuará promovendo a equalização de taxa de juros para os agricultores familiares e a equivalência em produto para os produtores que contraírem crédito rural e cujo produto financiado sofra queda de preços. No próximo quadriênio, o montante estimado pela Secretaria a ser amparado é de R\$ 250 milhões, posto que o volume de crédito rural tem elevado em cerca de 25% ao ano.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisa Científica e Tecnologia Agropecuária, instituído em 2010, visa o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica agropecuária após as demandas do setor no Estado do Rio de Janeiro impulsionando ganhos tecnológicos para o agronegócio, a agricultura familiar e os produtores, através de atividades de pesquisa executadas em Centros Estaduais de Pesquisa, de vocação e atuação especializada em: Sanidade Animal (Centro Estadual de Pesquisa em Sanidade Animal-Geraldo Ma-

nhães Carneiro); Qualidade de Alimentos (Centro Estadual de Pesquisa em Qualidade de Alimentos); Pecuária Leiteira (Centro Estadual de Pesquisa e Desenvolvimento da Pecuária Leiteira); Fruticultura (Centro Estadual de Pesquisa da Baixada Litorânea); Agroenergia e Aproveitamento de Resíduos (Centro Estadual de Pesquisa em Agroenergia e Aproveitamento de Resíduos); Horticultura (Centro Estadual de Pesquisa em Horticultura); Agroflorestas (Centro Estadual de Pesquisa em Agroflorestas), Economia Rural (Centro Estadual de Economia Rural) e Agricultura Orgânica (Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica). Estima-se o atendimento, em 2012-2015, de 5.500 produtores/agricultores familiares com novas tecnologias e exames laboratoriais.

Macro-objetivo

O macro-objetivo da SEAPEC, definido pelo Secretário de Estado, institui a atuação da Secretaria para os próximos quatro anos da administração, estabelecendo as bases para os objetivos setoriais em função dos desafios e oportunidades. Sendo assim, a SEAPEC definiu o seu macro-objetivo como o seguinte:

- Consolidação de estrutura de produção agropecuária, com sustentabilidade e produtos de qualidade.

Objetivos Setoriais

A partir do macro-objetivo, a SEAPEC elaborou os objetivos setoriais para o período do PPA 2012-2015. Estes estão intimamente ligados às políticas e às estratégias de ação da Secretaria, fundamentados nas contribuições que a SEAPEC pretende dar à sociedade. Ademais, os objetivos setoriais nortearam a elaboração dos programas, ações e produtos incluídos no PPA 2012-2015. Deste modo, a SEAPEC definiu os seus objetivos setoriais como os seguintes:

- Promover o desenvolvimento rural sustentável em microbacias hidrográficas;
- Garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade e qualidade, e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fito e zoossanitária;
- Promover o melhoramento genético dos rebanhos pecuários do Estado, introduzindo características de maior importância econômica, pelo aumento do uso da inseminação artificial e da transferência de embriões e outros;
- Fomentar as cadeias produtivas tradicionais e emergentes por meio de suporte técnico e crédito;
- Operacionalizar o Programa Nacional de Crédito Fundiário por meio de ações de divulgação, capacitação, acompanhamento e supervisão de modo a viabilizar o desenvolvimento sustentável das unidades produtivas financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro e revitalizar as operações do extinto Banco da Terra;
- Recuperar e manter as estradas vicinais das regiões produtoras, facilitando o escoamento da produção e o trânsito da população rural, promovendo a cidadania;
- Promover, planejar, coordenar e executar as atividades de pesquisa para o setor agropecuário estadual e prestar serviços de assistência técnica e extensão rural, prioritariamente aos agricultores familiares e pequenos e médios produtores.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0037 - RIO RURAL

Objetivo: Tornar a agropecuária fluminense mais eficiente, em especial a agricultura familiar, garantindo a sustentabilidade de recursos econômicos, sociais e ambientais junto às comunidades rurais em Microbacias Hidrográficas do Estado.

Unidade Gestora: 1301 - Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
222.848.754	440.000	-		223.288.754

1625 Desenvolvimento Sustentável de Microbacias Hidrográficas

FINALIDADE: Promover o Desenvolvimento Sustentável do setor agropecuário fluminense (DRS), utilizando a metodologia de microbacia hidrográfica para identificar e apoiar iniciativas e arranjos locais que possibilitem um processo evolutivo e contínuo de geração de renda, respeito ao meio ambiente e equidade social, propiciando a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar e da sociedade em geral.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAPEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Área com sistema produtivo melhorada	hectare	18.900,00	32.400,00	45.900,00	59.400,00	59.400,00	Estado
Comunidade de microbacia hidrográfica apoiada	unidade	200,00	270,00	340,00	400,00	400,00	Estado
Microbacia hidrográfica atendida de forma sustentável	unidade	200,00	270,00	340,00	400,00	400,00	Estado

1674 Revitalização dos Canais da Baixada Campista

FINALIDADE: Realizar dragagem e revitalização dos canais da Baixada Campista.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0037 - RIO RURAL

1674 Revitalização dos Canais da Baixada Campista

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO EMATER

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Canal dragado/revitalizado	unidade	500,00	400,00	300,00	300,00	1.500,00
						Estado

3492 Transferência de Tecnologia aos Produtores das Microbacias Hidrográficas

FINALIDADE: Dar sustentabilidade às atividades dos agricultores familiares e outros produtores rurais

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PESAGRO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Comunidade de microbacias hidrográficas apoiada com transferência de tecnologia	unidade	1,00	6,00	3,00	5,00	15,00
Tecnologia desenvolvida, adaptada e incorporada	unidade	2,00	10,00	8,00	5,00	25,00
						Estado
						Estado

3493 Seleção, Multiplicação e Introdução de Materiais Genéticos

FINALIDADE: Introduzir, avaliar manter e multiplicar material genético, aprimorando, avaliando, e desenvolvendo sistemas de produção agrícola e pecuária exploradas no Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PESAGRO

Programa: 0037 - RIO RURAL

3493 Seleção, Multiplicação e Introdução de Materiais Genéticos

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Material genético selecionado e disponibilizado</i>	unidade	1,00	4,00	4,00	3,00	12,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0038 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Objetivo: Apoiar as demandas do setor agropecuário nos diversos estágios das cadeias produtivas por meio de projetos que promovam a geração de oportunidades, a diversificação da produção, a agregação de valor, a melhoria dos padrões tecnológicos e o aumento da produção e da produtividade.

Unidade Gestora: 1301 - Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
54.310.485	34.805.418	-		89.115.903

1050 Rio Genética

FINALIDADE: Promover o melhoramento genético dos rebanhos pecuários do ERJ, com consequente aumento da produção e da produtividade, aumentando a renda das famílias dos pequenos produtores e melhorando a qualidade de vida das populações rurais.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAPEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Animal disponibilizado em feira do Rio Genética	unidade	1.000,00	1.300,00	1.800,00	2.200,00	6.300,00	Estado

1059 Desenvolvimento do Setor Agropecuário das Cadeias Emergentes e Tradicionais

FINALIDADE: Apoiar o desenvolvimento das cadeias produtivas tradicionais e emergentes, com vistas ao aumento da produção e da produtividade.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAPEC

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0038 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

1059 Desenvolvimento do Setor Agropecuário das Cadeias Emergentes e Tradicionais

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Agroindústria inserida no mercado formal</i>	unidade	25,00	30,00	30,00	30,00	115,00
<i>Projeto financiado por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário</i>	unidade	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
<i>Projeto fruteiras irrigadas, flor e planta ornamental e cultura orgânica apoiado</i>	unidade	1.050,00	1.095,00	1.165,00	1.230,00	1.230,00

1066 Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar - PRONAF

FINALIDADE: Fortalecer as ações de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, com ênfase na sua capacitação.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO EMATER

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Unidade de produção assistida</i>	unidade	18.000,00	19.800,00	21.780,00	23.950,00	23.950,00

1098 Modernização e Reestruturação da EMATER-RIO

FINALIDADE: Modernizar e reequipar as estruturas da EMATER-RIO

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO EMATER

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0038 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

1098 Modernização e Reestruturação da EMATER-RIO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Escritório local da EMATER-RIO Reformado</i>	unidade	7,00	7,00	7,00	7,00	28,00
						Estado

1099 Fortalecimento da Agroecologia e da Segurança Alimentar e Nutricional

FINALIDADE: Apoio à agricultura urbana e não urbana nas regiões do estado, fortalecendo os sistemas locais de produção e abastecimento de alimentos, dentro dos princípios da economia solidária e da agroecologia.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO EMATER

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Curso de capacitação em agroecologia e segurança alimentar realizado</i>	unidade	7,00	-	-	-	7,00
						Estado

1118 Apoio Financeiro a Projetos de Fomento

FINALIDADE: Promover o financiamento de projetos agropecuários relacionados às atividades das cadeias tradicionais e emergentes.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAPEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Projeto de fomento apoiado financeiramente</i>	unidade	540,00	630,00	690,00	750,00	2.610,00
						Estado

2175 Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-RIO

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0038 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

2175 Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-RIO

FINALIDADE: Promover a assistência técnica e a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, em benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais, em parceria com as prefeituras municipais.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO EMATER

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade de produção assistida	unidade	45.000,00	46.000,00	47.000,00	48.000,00	48.000,00
						Estado

3486 Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia a Pecuária Leiteira e Melhoramento

FINALIDADE: Promover a sustentabilidade da pecuária leiteira para as diferentes condições ambientais e sócio- econômicas do ERJ.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PESAGRO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Exame para controle sanitário do rebanho realizado	unidade	10,00	150,00	180,00	230,00	570,00
Transferência de embrião realizada	unidade	30,00	100,00	100,00	150,00	380,00
						Estado
						Estado

3487 Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária na Região Serrana Fluminense

FINALIDADE: Desenvolver, adaptar e transferir tecnologias de base agroecológica para a revitalização da agricultura da Região Serrana Fluminense.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PESAGRO

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0038 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

3487 Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária na Região Serrana Fluminense

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Tecnologia de base agroecológica desenvolvida</i>	unidade	1,00	4,00	3,00	4,00	12,00	Serrana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0039 - PROGRAMA SANIDADE RIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo: Manter a vigilância zootossanitária, com vistas a reduzir perdas de produção causadas pela incidência de doenças e pragas nos rebanhos e culturas agrícolas e, consequentemente, aumentar a competitividade dos produtos agropecuários do Estado no mercado e garantir a saúde pública.

Unidade Gestora: 1301 - Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
6.097.340	14.654.082	-		20.751.422

2083 Fundo Estadual de Defesa Agropecuária - FDA

FINALIDADE: Possibilitar o aporte de recursos financeiros oriundos de arrecadações específicas da prestação de serviços, para aplicação nas atividades de defesa agropecuária no Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAPEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

2116 Sistema Unificado de Defesa Agropecuária

FINALIDADE: Ampliar a implantação do Sistema Unificado de Defesa Agropecuária no Estado, mediante ações delegáveis, em atendimento aos Programas Nacionais de Defesa Sanitária Animal e Vegetal e de Barreiras Zootossanitárias.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAPEC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0039 - PROGRAMA SANIDADE RIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

2116 Sistema Unificado de Defesa Agropecuária

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Animal vacinado	unidade	2.000.000,00	2.200.000,00	2.200.000,00	2.200.000,00	Estado
Fiscalização/vistoria sanitária realizada	unidade	700,00	800,00	800,00	800,00	Estado
		TOTAL DO PPA				
		2.200.000,00				
		3.100,00				

3494 Serviços Laboratoriais de Interesse para o Desenvolvimento Agropecuário do ERJ

FINALIDADE: Gerar e adaptar tecnologias em apoio aos serviços da Defesa Sanitária Agropecuária e para atender a demanda de produtores rurais.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PESAGRO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Diagnóstico da fertilização do solo e análise da qualidade da água realizado	unidade	100,00	2.500,00	1.900,00	1.500,00	Estado
Diagnóstico de sanidade animal/vegetal realizado	unidade	100,00	5.500,00	4.900,00	5.000,00	Estado
Exame laboratorial realizado	unidade	100,00	6.600,00	6.900,00	6.900,00	Estado
Exame para controle sanitário do rebanho realizado	unidade	10,00	150,00	180,00	230,00	Estado
		TOTAL DO PPA				
		6.000,00				
		15.500,00				
		20.500,00				
		570,00				

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0166 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

Objetivo: Apoiar o setor agropecuário do Estado do Rio de Janeiro com pesquisas tecnológicas de ponta, por meio de projetos que impulsionem ganhos científicos e tecnológicos para o agronegócio, a agricultura familiar e os produtores, com a melhoria dos padrões tecnológicos, visando ao aumento da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos agropecuários.

Unidade Gestora: 1354 - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
4.200.290	8.585.324	-		12.785.614

2091 Modernização da Infraestrutura de Pesquisa

FINALIDADE: Garantir a manutenção e a modernização da infraestrutura dos laboratórios e Centros Estaduais de Pesquisa da PESAGRO-RIO, visando atender às demandas do setor agropecuário fluminense e da SEAPEC.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PESAGRO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Centro estadual de pesquisa modernizado	unidade	3,00	3,00	2,00	1,00	9,00	Estado

3488 Desenvolvimento Tecnológico Agroflorestal no ERJ

FINALIDADE: Avaliar materiais genéticos, aprimorar os sistemas de produção agroflorestais e revitalizar a heveicultura e outras espécies florestais de interesse para o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PESAGRO

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0166 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

3488 Desenvolvimento Tecnológico Agroflorestal no ERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Coleção de material genético implantada	unidade	15,00	20,00	15,00	20,00	70,00	Estado
Nova tecnologia em sistema agroflorestal implantada	unidade	2,00	7,00	6,00	5,00	20,00	Estado

3489 Desenvolvimento, Atualização e Adaptação de Tecnologias Agropecuárias.

FINALIDADE: Desenvolver, atualizar e adaptar tecnologias agropecuárias, nos diversos Centros Estaduais de Pesquisa para atendimento das demandas reprimidas das principais cadeias agroindustriais e de qualidade de alimentos, para atendimento do setor agropecuário fluminense.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PESAGRO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO	
		2012	2013	2014	2015		TOTAL DO PPA
Cadeia agroindustrial e de qualidade de alimentação gerada	unidade	3,00	12,00	15,00	20,00	50,00	Estado

3490 Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura Sustentável

FINALIDADE: Desenvolver sistemas de produção orgânicos para as diferentes condições ambientais e sócio-econômicas do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PESAGRO

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0166 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

3490 Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura Sustentável

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto de pesquisa e desenvolvimento implementado e mantido	unidade	5,00	15,00	10,00	10,00	40,00	Estado
Tecnologia para produção sustentável e/ou transição agroecológica gerada	unidade	1,00	6,00	4,00	5,00	16,00	Estado
Unidade de demonstração de pesquisa agropecuária mantida	unidade	5,00	20,00	20,00	25,00	70,00	Estado

3491 Acompanhamento Estatístico de Preços de Produtos Alimentícios

FINALIDADE: Garantir as informações essenciais para o Programa Moeda Verde, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dos Governos Estadual e Federal, junto aos órgãos financeiros.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PESAGRO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Coleta de preços no interior do estado ampliada	unidade	4,00	9,00	14,00	11,00	38,00	Estado
Produto pesquisado	unidade	56,00	282,00	208,00	262,00	808,00	Estado
Tabela semanal de referência de preços médios produzida	unidade	48,00	48,00	48,00	48,00	192,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa: 0262 - ESTRADAS DA PRODUÇÃO

Objetivo: Recuperar e adequar as estradas vicinais, contribuindo para a melhoria e valorização da qualidade de vida no meio rural, permitindo o acesso aos serviços públicos essenciais, fortalecendo a economia através do desenvolvimento do turismo rural, garantindo o exercício da cidadania. Apoiar as ações públicas voltadas para Programas de Fomento Agropecuário. Desenvolver/implantar Planos de Gestão Municipal.

Unidade Gestora: 1301 - Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
144.903.086	-	-	144.903.086

2036 Manutenção e Recuperação de Estradas Vicinais

FINALIDADE: Recuperar as vias vicinais dos municípios do interior permitindo o escoamento da produção agrícola local além de promover a cidadania ao facilitar o trânsito e o acesso dos moradores do interior aos serviços básicos como escolas e postos de saúde. Ampliar a área cultivada do Estado por meio de oferta de mecanização agrícola.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO EMATER

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Estrada vicinal mantida/ conservada	Km	11.000,00	13.000,00	15.000,00	17.000,00	17.000,00	Estado

3485 Recuperação Emergencial Reconstrução da Rede de Estradas Vicinais

FINALIDADE: Recuperar estradas atingidas por fenômenos naturais, promover a reconstrução das vias de escoamento da produção, se for o caso, e reestruturá-las de modo a promover acessos adequados, que possibilitem redução de custos operacional para os produtores rurais

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAPEC

Programa: 0262 - ESTRADAS DA PRODUÇÃO

3485 Recuperação Emergencial Reconstrução Reestruturação da Rede de Estradas Vicinais

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Estrada vicinal em situação de emergência recuperada	Km	10.000,00	15.000,00	17.000,00	-	17.000,00	Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEGOV

Atribuições da Secretaria

- Auxiliar as secretarias de governo, em suas atividades fim, na identificação dos problemas e avaliação de suas ações, com vistas a atender as demandas do “cidadão-cliente”;
- Supervisionar as unidades do Estado que prestam serviços ao cidadão, objetivando avaliar a qualidade desses serviços, interagindo com as respectivas Secretarias no intuito de sanar eventuais deficiências;
- Promover a melhoria dos serviços prestados ao cidadão, através de treinamento e capacitação dos Servidores Públicos Estaduais;
- Implantar em todos os municípios do Estado, o módulo de avaliação e tratamento do Sistema de Gestão de Serviços Públicos por Indicadores – GESPI;
- Coordenar o Projeto Operação Lei Seca, visando realização de campanhas permanentes de educação e fiscalização na capital e nos municípios da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro;
- Executar a coordenação geral da Operação Barreira Fiscal que visa monitorar/fiscalizar o trânsito de mercadorias dos Postos de Controle Interestadual do Estado do Rio de Janeiro;
- Executar a coordenação geral do Projeto Operação SOS Saúde cujo objetivo é a implantação de políticas públicas que visem garantir adequação às estruturas hospitalares com vistas a promover a eficiência, humanização e qualidade aos serviços públicos de saúde.

Diagnóstico da Área

Em 2007, a SEGOV começou a praticar idéias inovadoras em sua gestão, tornando-as revolucionárias ao longo do tempo de sua atuação enquanto Secretaria de Estado.

Tendo em vista a dificuldade encontrada para solucionar os problemas relativos à eficiência e eficácia das suas ações em benefício do cidadão-contribuinte, a Secretaria de Estado de Governo se colocou como força propulsora auxiliar das outras Secretarias do Estado, executando um trabalho de fiscalização, controle, apoio, acompanhamento, monitoramento, conscientização e educação nas diversas áreas de atuação do Estado. A SEGOV também vem atuando no socorro a população vítima de catástrofes e em campanhas de ampla cobertura.

Ao assumir o governo em 2007, a Secretaria de Estado de Governo lança o GESPI, sistema de Gestão de Serviços Públicos por indicadores, que tem por objetivo avaliar, monitorar e melhorar a qualidade dos serviços prestados a população nas áreas prioritárias: educação, saúde e segurança. Através de importantes parcerias, como PRODERJ, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Segurança, o GESPI passou a ser um importante braço auxiliar do poder público pela eficiência de sua ferramenta tecnológica, pois permite a criação de índices e métricas para avaliação quantitativa das unidades de serviço. A ferramenta permite também o acompanhamento das ações que visam à correção dos problemas apontados. Este é o diferencial de sucesso alcançado pelo GESPI, onde as soluções tecnológicas são altamente aplicáveis em todas as etapas do processo, desde o alerta até a sua conclusão.

Munidos de “smartphones”, equipes de supervisores da SEGOV, fazem duas vistorias anuais nas unidades contempladas pelo escopo do projeto, nos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. A avaliação da unidade é feita por meio de um “checklist” com controles que são agrupados e associados a indicadores, tais como infraestrutura, gestão administrativa, serviços, equipamentos, gestão de pessoas, etc.

Durante as vistorias é possível ao supervisor SEGOV acrescentar comentários. Com isto, o sistema incorpora novos critérios de avaliação, tornando-se um processo contínuo de melhoramento. As informações geradas no

banco de dados são disponibilizadas para serem utilizadas como ferramenta inteligente de gestão. Além disso, a tecnologia do georreferenciamento encontra-se a disposição durante todas as etapas.

Macro-objetivo

Promoção da articulação institucional e política e apoio logístico às demais políticas de Governo.

Objetivos Setoriais

Gestão da Qualidade dos Serviços Públicos

- Avaliar a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos nas áreas prioritárias da Educação, Saúde e Segurança;
- Capacitar e qualificar os servidores públicos do Estado;
- Realizar campanhas de combate ao mosquito da dengue, através da “Operação Guerreiros Contra a Dengue”;
- Promover as ações necessárias para apoio logístico, em situações de emergência aos demais Órgãos do Estado e Municípios.

Operação Lei Seca

- Realizar campanhas de educação e conscientização quanto ao uso de bebidas alcoólicas e direção no trânsito;
- Fiscalizar os motoristas, com caráter permanente, visando a diminuição dos acidentes de trânsito no Estado;
- Executar ações direcionadas para combater e prevenir a maléfica combinação álcool e direção de veículos automotores;
- Treinar e capacitar os agentes da Operação.

Operação Barreira Fiscal

- Diminuir a sonegação de impostos sobre a circulação de mercadorias que entram no Estado;
- Coibir a circulação de produtos ilegais como armas e drogas;
- Fiscalizar e monitorar o transporte de cargas nas fronteiras do Estado;
- Implantar e modernizar postos da Barreira Fiscal;
- Treinar e qualificar os agentes da Barreira Fiscal.

Operação SOS Saúde

- Realizar pesquisa/levantamento dos problemas diários envolvendo a infra-estrutura, equipamentos, insumos/medicamentos, assistência, material, profissionais e usuários;
- Publicar os dados alcançados;
- Informar e sensibilizar os profissionais e usuários da rede pública de saúde sobre o SUS, a política de humanização e direitos humanos;
- Divulgar a Carta dos Direitos dos Usuários dos Serviços de Saúde;
- Avaliar as Unidades Públicas de Saúde em qualidade de atendimento;
- Treinar e capacitar os servidores públicos.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Programa: 0042 - SUPERVISÃO REGIONAL - GESTÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS POR INDICADORES

Objetivo: Criar instrumento de integração entre o Governo e a sociedade, implementando projetos voltados ao cidadão, visando despertar o sentido de cidadania.

Unidade Gestora: 1401 - Secretaria de Estado de Governo

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
73.160.000	4.039.145	-	77.199.145

1035 Projeto Operação SOS Saúde

FINALIDADE: Implantar uma rede multidisciplinar para a melhoria dos serviços prestados ao cidadão, através da mudança do padrão de comportamento dos atores envolvidos com a saúde.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEGOV

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Campanha/ divulgação/defesa da carta dos direitos dos usuários da saúde realizada	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado
Pesquisa/ estudo realizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Estado
Unidade de saúde com política humaniz/direitos humanos aplicada	unidade	55,00	55,00	55,00	55,00	220,00	Estado
Unidade de saúde estadual avaliada em qualidade de atendimento	unidade	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	Estado

1107 Gestão da Qualidade dos Serviços Públicos

FINALIDADE: Desempenhar a função de agente intermediário do processo de atendimento à população, estabelecendo a ponte entre o cidadão e a autoridade pública, organizando as demandas e supervisionando a qualidade do atendimento das solicitações de serviços nas diversas regiões do Estado.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Programa: 0042 - SUPERVISÃO REGIONAL - GESTÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS POR INDICADORES

1107 Gestão da Qualidade dos Serviços Públicos

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEGOV

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Operação <i>Guerreiros Contra a Dengue realizada</i>	unidade	12,00	12,00	12,00	12,00	48,00
Serviço <i>prestado em saúde, educação e segurança avaliado</i>	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Servidor público estadual <i>treinado/qualificado</i>	unidade	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
						Estado
						Estado
						Estado

1115 Operação *Lei Seca*

FINALIDADE: Implementar uma política pública que resulte na diminuição dos índices de acidente de trânsito no Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEGOV

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Campanha de educação e conscientização no trânsito realizada	unidade	2.050,00	2.050,00	2.050,00	2.050,00	8.200,00
Fiscalização realizada	unidade	1.820,00	1.820,00	1.850,00	1.900,00	7.370,00
						Estado
						Estado

7883 Projeto Operação Barreira Fiscal

FINALIDADE: Monitorar/fiscalizar o trânsito de mercadorias nos postos de controle interestadual do Rio de Janeiro visando coibir a entrada de mercadorias no Estado sem a devida documentação fiscal.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEGOV

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Programa: 0042 - SUPERVISÃO REGIONAL - GESTÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS POR INDICADORES

7883 Projeto Operação Barreira Fiscal

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Agente da operação Barreira Fiscal treinado/qualificado	unidade	339,00	339,00	339,00	339,00	1.356,00	Estado
Fiscalização/monitoramento no transporte de cargas realizada	unidade	1.766.476,00	1.770.000,00	1.770.000,00	1.770.000,00	7.076.476,00	Estado
Posto da Barreira Fiscal implantado/modernizado	unidade	2,00	2,00	1,00	1,00	6,00	Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SEC

Atribuições da Secretaria

Formular, implantar e gerir, através do diálogo com a sociedade, políticas públicas para democratizar o acesso à cultura e garantir a diversidade cultural, considerando a riqueza do patrimônio cultural do Estado, a sua vocação para as indústrias culturais e o ambiente de transformação tecnológica e digital.

Diagnóstico da Área

A cultura é um direito fundamental do ser humano e ao mesmo tempo um importante vetor de desenvolvimento econômico e de inclusão social. É uma área estratégica para o desenvolvimento do país. Sem dirigismo e interferência no processo criativo, ao Estado cabe assumir plenamente seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Estado e na estruturação da economia criativa, sempre considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Uma política cultural democrática reconhece a existência de múltiplas culturas dentro de uma mesma sociedade. Entendendo o Estado como o grande cenário da produção cultural contemporânea - um espaço de liberdade e de encontro dos diferentes – deve-se buscar estimular os diferentes grupos culturais, facilitar os canais de comunicação com o poder público e, principalmente, promover um diálogo intercultural envolvendo todos os atores presentes na cena cultural do Estado. Um diálogo que ultrapasse as fronteiras territoriais e se estenda a outras cidades do país e do mundo.

Ínúmeros são os atores envolvidos no desenvolvimento do setor cultural:

- O Ministério da Cultura com a competência de definir a política nacional de cultura;
- A Assembléia Legislativa do Estado, os Conselhos Estaduais de Cultura e de Tombamento (RJ) e outras Secretarias de Estado como parceiros na formulação dos marcos regulatórios e das políticas públicas;
- Prefeituras e Órgãos Municipais de Cultura do Estado do Rio de Janeiro que definem as políticas municipais de cultura e propõem subsídios para a política estadual;
- Entidades de classe, associações e organizações culturais;
- Agentes e produtores culturais;
- Empresas culturais e sociedade civil.

Ao longo dos últimos quatro anos a Secretaria de Estado de Cultura enfrentou alguns desafios no que se refere à gestão do setor cultural, em especial a escassez de recursos para a implementação de projetos de médio e longo prazo. A primeira e principal medida foi conseguir um maior aporte de recursos orçamentários do Tesouro necessários, ainda não suficientes para a demanda existente:

- Aumento de 620% no orçamento de investimentos em 2010 em relação a 2006;
- Variação de 1.500% em ações finalísticas no mesmo período;
- Aumento de 163% na área meio.

Para minimizar os problemas decorrentes da escassez de recursos orçamentários a SEC captou R\$ 51.2 milhões de recursos extra-Tesouro Estadual, em 2010, e a previsão é de R\$ 96.8 milhões, em 2011, sendo que R\$ 82 milhões já foram captados.

Com relação à infraestrutura de recursos humanos, atualmente a SEC conta com 359 funcionários, sendo constituída, majoritariamente, de servidores extra-quadro e cedidos (80 %); os demais (20%) - muitos já alcançando a idade de aposentadoria (a faixa etária média é de 60 anos) - advêm da Subsecretaria de Cultura da então Secretaria de Educação e Cultura. O mesmo número de funcionários tem se mantido desde agosto de 2007, apesar do substantivo crescimento das atividades da Secretaria.

Em 22 anos de existência, nunca foi promovido concurso público, levando a SEC a uma situação crítica em termos não só numéricos como também em relação à “memória” institucional. A Secretaria não conta com instalações físicas adequadas às suas necessidades. A mudança para uma sede própria é um dos componentes que irá direcioná-la para a modernização e qualificação da administração pública estadual.

Modelo de Gestão e Incentivo Fiscal

Os equipamentos culturais administrados pela SEC e suas vinculadas vem apresentando ao longo dos últimos anos uma acentuada queda na sua eficiência repercutindo na qualidade dos serviços prestados aos seus usuários.

Com o objetivo de implantar uma gestão moderna e eficiente destes equipamentos, o Estado, através da Lei nº 5.498/10, de 07 de julho de 2009 e dos Decretos nºs 42.506, de 10 de junho de 2010, e 42.882, de 17 de março de 2011, estabeleceu o mecanismo que prevê que entidades sem fins lucrativos, devidamente qualificadas como Organizações Sociais, possam, mediante contrato de gestão, exercer as atividades e a gestão dos equipamentos culturais vinculado à SEC.

Por outro lado, é fundamental ampliar a participação da sociedade na discussão do modelo, bem com institucionalizar um Sistema Estadual de Cultura que contemple todos os mecanismos necessários para o desenvolvimento do setor cultural.

A Lei nº 1.954/1992 é regulamentada pelo Decreto Nº 42.292/2010 que estabeleceu o mecanismo de renúncia fiscal do ICMS, para aplicação em projetos culturais, vem se constituindo em um instrumento de desenvolvimento do setor, carecendo, porém de um aprimoramento regulatório.

Memória e Patrimônio

O Estado do Rio de Janeiro possui 254 museus, ocupando a quarta colocação no país, superado por São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Por outro lado, este quantitativo está distribuído em 51 dos 92 municípios do Estado, deixando 41 municípios sem qualquer equipamento cultural que resgate a memória daquelas localidades.

Mesmo aqueles municípios que possuem museus, apresentam baixo índice de efetividade, o que se constata devido: apenas em 08 municípios existem Museólogos; existem museus que não possuem documentação jurídica de criação; não existe programa de dinamização; seus funcionários não apresentam preparo adequado para a função e alguns museus têm uma conceituação equivocada.

A SEC, através do INEPAC, tem a competência de desenvolver ações, estudos e projetos que promovam o conhecimento, a identificação, o registro, o controle, a difusão e o tombamento dos bens culturais merecedores de proteção pelo Estado. Para tanto, é necessário preservar os patrimônios materiais e imateriais, promovendo, quando for o caso, registro e tombamento.

Ocorre que, para a preservação dos bens registrados e/ou tombados, é necessária uma permanente fiscalização e monitoramento destes bens, o que muitas vezes não ocorre em função de alguns fatores, tais como:

- Fraca interação com os municípios;
- Pouca formação e qualificação da mão de obra do setor;
- Poucos escritórios descentralizados;
- Pouca divulgação dos bens inventariados, registrados e tombados;
- Ausência de um Programa de Educação para o Patrimônio Cultural;
- O quadro que se mostra é de bens de grande valor cultural que necessitam ser conservados, restaurados e adaptados, sob o risco iminente de desaparecimento.

As ações neste setor contemplam as áreas de Artes Visuais, Artes Cênicas (Teatro Adulto e Infantil, Teatro de Rua, Dança e Circo) e Música.

Podemos diagnosticar alguns fatores que necessitam serem e serão atendidos, visando o desenvolvimento do setor das artes:

- Baixa formação de profissionais em geral;
- Poucos projetos para o interior do Estado;
- Expressivas diferenças de produção e circulação de espetáculos, manifestações artísticas e mão de obra qualificada entre a capital e o interior do Estado;
- Baixa disponibilidade de recursos;
- Baixo crescimento orgânico da produção em artes cênicas;
- Baixa frequência da população nos teatros;
- Falta de projeção de grupos artísticos universitários e do interior;
- Baixa interlocução entre artistas da capital e do interior;
- Apoio insuficiente para a produção e fruição da arte circense.

Cultura e Cidadania

A exclusão cultural da população brasileira apresenta dados alarmantes:

- Apenas 13% dos brasileiros freqüentam cinema pelo menos uma vez por ano;
- 92% nunca entraram num museu;
- 93,4% jamais freqüentaram uma exposição de arte;
- 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar regularmente;
- 90% dos municípios brasileiros não possuem pelo menos um desses equipamentos: salas de cinema, teatro, museu ou espaços culturais multiuso;
- 600 municípios brasileiros não possuem qualquer tipo de biblioteca;
- 1,8 livros per capita/ano é a média de leitura do brasileiro (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França);
- 56,7% da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada.

Fonte: Ministério da Cultura - MINC.

Setor Audiovisual

A indústria do audiovisual no Estado, estratégica para o desenvolvimento econômico, apesar de ser bem estruturada na sua cadeia produtiva (produção, distribuição e exibição), ainda carece de implementação de alguns mecanismos de desenvolvimento, em especial na oferta de recursos públicos para projetos audiovisuais gerados no Estado (fomento direto e automático) e na desoneração tributária de sua cadeia produtiva.

Por outro lado, a visibilidade do Estado, com a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas, bem como o seu aspecto cenográfico, propicia as locações de projetos audiovisuais, se apresenta como uma ótima oportunidade de desenvolvimento do setor, cabendo a Secretaria criar mecanismos de articulação, facilitadores destes investimentos.

Outra questão que merece citação diz respeito à ampliação do acesso da população fluminense, em especial os alunos da escola pública e dos jovens da periferia e do interior do Estado, às produções audiovisuais brasileiras.

Macro-objetivo

Formulação de políticas públicas, com a participação da sociedade; valorização da diversidade cultural; democratização do acesso à cultura; estímulo a criação artística e a economia criativa; preservação do patrimônio material e imaterial e modernização da gestão.

Objetivos Setoriais

- Identificar, preservar e valorizar o patrimônio cultural fluminense, assegurando sua integridade, permanência, sustentabilidade e diversidade;
- Estimular a formação, produção, difusão e acesso aos bens e serviços de natureza cultural;
- Valorizar e estimular o hábito da leitura e a difusão do livro;
- Promover uma gestão cultural democrática, moderna e efetiva.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0271 - CULTURA E SOCIEDADE									
Objetivo:		Desenvolver ações culturais que permitam em todo o Estado do Rio de Janeiro, especialmente nos territórios de alta vulnerabilidade social e nas escolas públicas estaduais, com a participação de toda a população, contribuir para a inclusão e o acesso, gerando novas oportunidades, democratizando o acesso a cultura e elevando a auto-estima e a cidadania.							
Unidade Gestora: 1501 - Secretaria de Estado de Cultura		VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)							
PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS				RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS			
		RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
Capacitação de agente cultural realizada	unidade	99.860.000	2.400.000			72.152.000		174.412.000	
Manifestação cultural mapeada	unidade								
Ponto de Cultura operacionalizado	unidade								
Projeto de cultura e cidadania fomentado	unidade								

1072 Cultura e Cidadania

FINALIDADE: Apoiar projetos culturais que contribuam para a inclusão social através de ações de fortalecimento das identidades culturais e da ampliação da oferta de equipamentos e espaços que permitam o acesso à produção e à expressão cultural.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

2650 Desenvolvimento de Ações Culturais para Inclusão Social

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0271 - CULTURA E SOCIEDADE

2650 Desenvolvimento de Ações Culturais para Inclusão Social

FINALIDADE: Promover à inclusão cultural da população nos territórios de alta vulnerabilidade social, em especial dos jovens e adolescentes, através de ações culturais desenvolvidas nestas localidades, e também promover e garantir os direitos culturais dos grupos minoritários, em especial da população LGBT do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Atividade cultural de grupos minoritários apoiada	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00
Evento cultural para inclusão social apoiado	unidade	6,00	6,00	6,00	6,00	24,00
						Estado
						Estado

2653 Desenvolvimento da Economia Criativa

FINALIDADE: Consolidar ações criativas inovadoras na Capital e no interior, incentivar a produção de projetos relevantes no cenário cultural do Estado, fornecer apoio financeiro a projetos de produção de eventos visando ampliar o mercado de trabalho para artistas, técnicos e produtores e o incentivo à troca de saberes e formular o Plano de Desenvolvimento da Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Atendimento em gestão cultural realizado	unidade	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	70.000,00
Empresa/empreendimento cultural graduado	unidade	28,00	28,00	28,00	56,00	140,00
Incubadora de empreendimento criativo implantada	unidade	1,00	-	-	-	1,00
						Estado
						Estado
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0271 - CULTURA E SOCIEDADE

2653 Desenvolvimento da Economia Criativa		UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
PRODUTO			2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Plano de desenvolvimento da economia criativa consolidado	unidade	0,30	0,30	0,10	0,30	1,00	Estado
Projeto criativo fomentado	unidade	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00	Metropolitana

3500 Desenvolvimento de Projetos Estruturantes nos Municípios Fluminenses

FINALIDADE: Apoiar os municípios fluminenses na execução de seus projetos estruturantes na área da cultura.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Município atendido com projetos estruturantes	unidade	84,00	84,00	84,00	84,00	84,00
						Estado

A460 Fomento Indireto a Projeto Cultural

FINALIDADE: Disponibilização de recursos oriundos da Lei de Incentivo a Cultura (renúncia fiscal ICMS) para apoiar projetos culturais.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0271 - CULTURA E SOCIEDADE
A460 Fomento Indireto a Projeto Cultural

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto cultural fomentado através de renúncia fiscal	unidade	30,00	30,00	30,00	30,00	120,00	Estado

A461 Apoio as Ações Culturais nas Escolas Públicas Estaduais

FINALIDADE: Melhorar o desenvolvimento escolar e a cidadania dos alunos das Escolas Públicas Estaduais.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: a definir

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Evento cultural na rede pública estadual realizado	unidade	50,00	55,00	60,00	65,00	230,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0280 - CULTURA E GESTÃO

Objetivo: Promover a melhoria da gestão e da infraestrutura cultural do Estado, através da adoção de novo modelo de gestão, da implantação de novos equipamentos, da modernização dos equipamentos existentes e da criação de um sistema estadual de cultura que integre as políticas culturais em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Unidade Gestora: 1501 - Secretaria de Estado de Cultura

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
118.131.500	1.520.000	-	119.651.500

2659 Promoção e Difusão Cultural

FINALIDADE: Disseminar informações sobre a cultura no Estado do Rio de Janeiro, visando criar uma interação permanente com os usuários da cultura e a sociedade como um todo, bem como promover eventos culturais.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Evento de difusão cultural promovido	evento (s)	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00	Estado
Pesquisa/estudo de difusão cultural realizado	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado
Publicação editada	unidade	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00	Estado

3498 Modernização da Gestão dos Equipamentos Culturais

FINALIDADE: Aperfeiçoar o funcionamento dos equipamentos culturais da Secretaria de Cultura e garantir o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos nos contratos de gestão

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0280 - CULTURA E GESTÃO

3498 Modernização da Gestão dos Equipamentos Culturais

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Contrato de gestão das OS's mantido	unidade	8,00	11,00	11,00	11,00	11,00	Metropolitana
OS implantada	unidade	6,00	3,00	-	-	9,00	Metropolitana

3499 Formulação/Implantação do Sistema Estadual de Cultura

FINALIDADE: Democratizar a formulação e a gestão de políticas públicas na área da cultura

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema Estadual de Cultura Implantado	unidade	0,70	0,30	-	-	1,00	Estado

3501 Modernização das Unidades Culturais da SEC

FINALIDADE: Assegurar a qualidade das atividades finalísticas nas unidades culturais da SEC.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

3501 Modernização das Unidades Culturais da SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade cultural da SEC modernizada	unidade	10,00	10,00	10,00	-	10,00
						Metropolitana

3503 Modernização das Unidades Culturais da FUNARJ

FINALIDADE: Assegurar a qualidade das atividades finalísticas nas unidades culturais da FUNARJ.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNARJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade cultural da FUNARJ modernizada	unidade	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
						Metropolitana

3504 Modernização da Casa França Brasil

FINALIDADE: Assegurar a qualidade das atividades finalísticas da Casa França Brasil.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FCFB

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Casa França Brasil modernizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Metropolitana

3505 Modernização das Unidades Culturais da FTMRJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0280 - CULTURA E GESTÃO

3505 Modernização das Unidades Culturais da FTMRJ

FINALIDADE: Assegurar a qualidade das atividades finalísticas nas unidades culturais da FTMRJ.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FTMRJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade da FTMRJ modernizada	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	Metropolitana

3507 Modernização das Unidades Culturais da FMIS

FINALIDADE: Assegurar a qualidade das atividades finalísticas nas unidades culturais da FMIS.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FMIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade da FMIS modernizada	unidade	2,00	2,00	-	-	2,00	Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0281 - MUSEU E MEMÓRIA

Objetivo: Assegurar o direito à memória das diversas comunidades fluminenses, promovendo e estimulando a preservação e a manutenção do patrimônio (material e imaterial), com o objetivo de fortalecer a construção da identidade local e a sua vivência, através do estímulo a institucionalização de museus existentes e a criação de novos museus no âmbito fluminense.

Unidade Gestora: 1501 - Secretaria de Estado de Cultura

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
66.987.290	267.000	-	67.254.290

2661 Desenvolvimento da Área Museológica

FINALIDADE: Apoiar projetos na área museológica, participar em eventos da área museológica, em especial na Conferência Internacional de Museus – ICOM, estimular a formação de público em museus e centros de memória visando ampliar a interação entre comunidade e museu, apoiar a formação e a especialização de técnicos na área museológica, e ampliar o conhecimento museológico.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Capacitação na área museológica realizada	unidade	40,00	50,00	60,00	70,00	220,00	Estado
Evento museológico realizado	unidade	3,00	3,00	2,00	2,00	10,00	Estado
Instituição museológica apoiada	unidade	8,00	10,00	10,00	10,00	38,00	Estado
Museu da Moda implantado	unidade	0,40	0,91	0,30	0,20	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0281 - MUSEU E MEMÓRIA

2661 Desenvolvimento da Área Museológica

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto museológico fomentado	unidade	20,00	20,00	20,00	20,00	80,00	Estado
Título na área museológica publicado	unidade	15,00	15,00	15,00	15,00	60,00	Estado

2664 Promoção de Eventos nos Museus da FUNARJ

FINALIDADE: Ampliar a oferta de exposições e de atividades ligadas à educação não formal, com vistas a expandir a visitação aos museus da FUNARJ.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNARJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Evento no museu da FUNARJ realizado	unidade	3,00	3,00	3,00	2,00	11,00	Metropolitana

2665 Preservação do Acervo dos Museus da FUNARJ

FINALIDADE: Preservar documentação dos museus da FUNARJ.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNARJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Item do acervo dos museus da FUNARJ preservado</i>	unidade	250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00	Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0281 - MUSEU E MEMÓRIA

2669 Realização das Atividades Culturais da FMIS

FINALIDADE: Divulgar a memória fonográfica e fotográfica do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FMIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Atividade cultural da FMIS realizada	unidade	14,00	14,00	-	-	28,00
						Metropolitana

3508 Implantação do Novo Museu da Imagem e do Som

FINALIDADE: Dotar o Estado do Rio de Janeiro de um novo Museu da Imagem e do Som, transformando-o em grande atração cultural e turística nacional e internacional.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FMIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Novo MIS implantado	unidade	0,72	0,28	-	-	1,00
						Metropolitana

3509 Preservação do Acervo do Museu da Imagem e do Som

FINALIDADE: Preservar o acervo da FMIS

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FMIS

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0281 - MUSEU E MEMÓRIA

3509 Preservação do Acervo do Museu da Imagem e do Som

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Acervo da FMIS preservado	unidade	0,70	0,30	-	-	1,00	Metropolitana

A403 Fomento Indireto a Projeto Museológico

FINALIDADE: Apoiar projetos na área museológica.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto museológico fomentado através de renúncia fiscal	unidade	8,00	10,00	12,00	14,00	44,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0283 - RIO ARTES

Objetivo: Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população fluminense aos bens e serviços culturais, nas áreas de música, artes cênicas e artes visuais.

Unidade Gestora: 1501 - Secretaria de Estado de Cultura

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
111.405.648	2.000.000	-	113.405.648

2662 Incentivo às Atividades Artísticas

FINALIDADE: Apoiar financeiramente projetos em diversos campos das artes, dar oportunidade e visibilidade aos grupos de teatro, circo, orquestras, e outros, formar plateia no interior e promover a capacitação de profissionais que atuam no ramo da arte.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Espectáculo de artes realizado	unidade	300,00	300,00	300,00	300,00	1.200,00	Estado
Oficina de artes realizada	unidade	40,00	45,00	50,00	55,00	190,00	Estado
Projeto de artes fomentado	unidade	95,00	95,00	100,00	110,00	400,00	Estado

2663 Realização de Atividades da Escola de Artes Visuais

FINALIDADE: Desenvolver programas de ensino em arte voltados para a formação de artistas e interessados em estabelecer ou aprofundar o contato com a arte, bem como atuar como pólo de cultura e pensamento, divulgando o que há de mais relevante no cenário artístico e cultural.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0283 - RIO ARTES

2663 Realização de Atividades da Escola de Artes Visuais

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Curso para alunos da Escola de Artes Visuais realizado	unidade	40,00	50,00	60,00	70,00	Metropolitana
Evento na Escola de Artes Visuais realizado	unidade	10,00	16,00	16,00	16,00	Metropolitana

2666 Produções Culturais nos Teatros da FUNARJ

FINALIDADE: Possibilitar a realização de espetáculos nos teatros da FUNARJ, garantindo a ocupação destes espaços culturais

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNARJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Produção apoiada pela FUNARJ	unidade	3,00	3,00	3,00	2,00	Metropolitana

2667 Realização das Atividades da Casa França Brasil

FINALIDADE: Promover e incentivar o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais nas suas mais diversas formas e manifestações.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FCFB

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0283 - RIO ARTES

2667 Realização das Atividades da Casa França Brasil

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Atividade da FCFB realizada	unidade	37,00	37,00	37,00	37,00	Metropolitana
TOTAL DO PPA					148,00	

2668 Realização de Atividades Culturais e Educativas na FTMRJ

FINALIDADE: Promover e difundir a música, dança, artes cênicas e canto, bem como fortalecer o mercado de trabalho de produção cultural do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FTMRJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Evento na FTMRJ realizado	unidade	20,00	28,00	28,00	28,00	Metropolitana
Oficina de artes cênicas realizada	unidade	-	50,00	50,00	50,00	Metropolitana
TOTAL DO PPA					104,00	
					150,00	

3506 Implantação da Nova Central Técnica de Produções-CTP/FTMRJ

FINALIDADE: Transformar a nova CTP em um centro cultural de produção.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FTMRJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0283 - RIO ARTES

3506 Implantação da Nova Central Técnica de Produções-CTP/FTMRJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Central Técnica de Produções-CTP/FTMRJ implantada	unidade	0,40	0,40	0,15	0,05	1,00	Metropolitana

A404 Fomento Indireto a Projetos de Artes

FINALIDADE: Apoiar projetos em diversos campos das artes.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto de artes fomentado através de renúncia fiscal	unidade	214,00	220,00	230,00	240,00	904,00	Estado

A405 Programação nos Espaços Culturais da FUNARJ

FINALIDADE: Garantir a ocupação cultural dos espaços da FUNARJ.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNARJ

Programa: 0283 - RIO ARTES

A405 Programação nos Espaços Culturais da FUNARJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Evento realizado nos espaços culturais da FUNARJ</i>	unidade	205,00	210,00	215,00	220,00	850,00	Metropolitana

A406 Realização de Atividades na Escola de Música Villa Lobos

FINALIDADE: Atuar como centro de referência no ensino de música no Estado.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FUNARJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Curso na Escola de Música Villa Lobos realizado</i>	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Metropolitana

A407 Realização de Eventos Culturais na Fundação Casa França Brasil-FCFB

FINALIDADE: Promover e incentivar o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais nas suas mais diversas formas e manifestações.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FCFB

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0283 - RIO ARTES

A407 Realização de Eventos Culturais na Fundação Casa França Brasil-FCFB

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Evento na FCFB realizado</i>	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
						Metropolitana

A408 Programação no Theatro Municipal

FINALIDADE: Garantir a ocupação cultural do Theatro Municipal.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FTMRJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Evento no Theatro Municipal realizado</i>	unidade	55,00	55,00	55,00	55,00	220,00
						Metropolitana

A409 Realização de Atividades da Escola de Dança Maria Olenewa

FINALIDADE: Formar profissionais da dança.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FTMRJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Curso na escola de Dança Maria Olenewa realizado</i>	unidade	60,00	60,00	60,00	60,00	240,00
						Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0295 - RIO PATRIMÔNIO

Objetivo: Promover o tombamento, a inventariação, a conservação, o restauro, o enriquecimento, o assessoramento, a educação para o patrimônio cultural e a divulgação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro.

Unidade Gestora: 1501 - Secretaria de Estado de Cultura

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
20.275.000	-	20.275.000

2651 Desenvolvimento das Atividades do INEPAC

FINALIDADE: Preservar e proteger os bens culturais materiais, preservar as principais manifestações do patrimônio imaterial fluminense, como as Folias de Reis, Festas Populares, Bandas Centenárias, Artesanato, e salvaguardar a integridade física e estética dos bens culturais tombados.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Bem imaterial registrado	unidade	40,00	85,00	65,00	65,00	255,00	Estado
Bem material cultural tombado	unidade	15,00	20,00	20,00	20,00	75,00	Estado
Bem tombado fiscalizado	unidade	500,00	520,00	540,00	560,00	560,00	Estado

2652 Apoio ao Desenvolvimento do Patrimônio Histórico e Cultural

FINALIDADE: Incentivar a produção de projetos na área do Patrimônio Histórico, promover a consciência do valor do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, formar e qualificar mão-de-obra especializada para preservação e restauro de bens culturais, e modernizar o acervo documental dos processos de tombamento.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0295 - RIO PATRIMÔNIO

2652 Apoio ao Desenvolvimento do Patrimônio Histórico e Cultural

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Acervo de bem inventariado e tombado modernizado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado
Curso de qualificação realizado	unidade	10,00	15,00	10,00	10,00	45,00	Estado
Município em educação para o patrimônio atendido	unidade	30,00	30,00	20,00	12,00	92,00	Estado
Projeto da área de Patrimônio Cultural fomentado	unidade	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00	Estado

A399 Fomento Indireto a Projetos da Área do Patrimônio Cultural

FINALIDADE: Apoiar financeiramente projetos culturais na área da cultura e cidadania.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto cultural fomentado através de renúncia fiscal	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00	Estado

A459 Preservação e Restauração de Imóveis Tombados

FINALIDADE: Preservar os bens culturais materiais tombados pertencentes ao Estado e intervir nos imóveis atingidos por intempéries, incêndios, com abalo em sua estrutura, visando à manutenção de sua arquitetura.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0295 - RIO PATRIMÔNIO

A459 Preservação e Restauração de Imóveis Tombados

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
<i>Imóvel restaurado</i>	unidade	10,00	7,00	6,00	5,00	28,00	Estado
<i>Imóvel de propriedade do Estado restaurado</i>	unidade	9,00	5,00	-	-	14,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0297 - RIO AUDIOVISUAL

Objetivo: Fortalecer o crescimento da indústria do audiovisual no Estado, contribuindo para a modernização e fortalecimento da economia fluminense, com vistas à geração de riqueza, com base em uma das áreas da economia criativa, incentivando a cadeia produtiva em torno do audiovisual que envolve importantes setores, tais como: artes cênicas, gastronomia, figurino e mão-de-obra técnica.

Unidade Gestora: 1501 - Secretaria de Estado de Cultura

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS DO TESOIRO		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
		OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
39.720.000	-		39.700.000	79.420.000

2655 Incentivo ao Setor Audiovisual

FINALIDADE: Incentivar a produção de projetos audiovisuais, qualificar a mão de obra existente, formando novos técnicos para o setor audiovisual, aptos a atuar na vanguarda das produções nacionais e internacionais e atrair novas tecnologias, novos parceiros e empresas, gerar negócios e difundir os produtos audiovisuais estaduais.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Capacitação do setor audiovisual realizada	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00	Estado
Evento audiovisual apoiado	unidade	5,00	6,00	8,00	8,00	27,00	Estado
Produção audiovisual realizada no Estado	unidade	120,00	130,00	130,00	130,00	510,00	Estado
Projeto audiovisual fomentado	unidade	70,00	70,00	70,00	70,00	280,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0297 - RIO AUDIOVISUAL

A400 Difusão de Obras Audiovisuais na Rede Pública Estadual

FINALIDADE: Facilitar o acesso dos alunos e educadores de todos os municípios do Estado às obras audiovisuais.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: SEEDUC

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Vale cine distribuído	unidade	1.000.000,00	1.200.000,00	1.400.000,00	1.600.000,00	5.200.000,00	Estado

A401 Fomento Indireto a Projeto Audiovisual

FINALIDADE: Incentivar a produção de projetos audiovisuais.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto audiovisual fomentado através de renúncia fiscal	unidade	46,00	51,00	56,00	61,00	214,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0298 - RIO LEITOR

Objetivo: Promover o acesso amplo à leitura e ao conhecimento através da disponibilização de diferentes tipos de acervo (livros, filmes, música etc.) nas bibliotecas públicas e em outros equipamentos culturais existentes.

Unidade Gestora: 1501 - Secretaria de Estado de Cultura

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
	RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
	161.424.273	-	161.424.273

2043 Operacionalização das Bibliotecas

FINALIDADE: Garantir o funcionamento das bibliotecas estaduais em um novo conceito, traduzido em espaços multifuncionais, informatizados e voltados para o acesso democrático à informação e ao conhecimento

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Biblioteca mantida</i>	unidade	4,00	8,00	12,00	15,00	15,00	Metropolitana
<i>Evento de incentivo à leitura e ao conhecimento realizado</i>	unidade	70,00	135,00	195,00	260,00	660,00	Metropolitana
<i>Título adquirido</i>	unidade	30.000,00	72.800,00	88.400,00	88.400,00	279.600,00	Metropolitana

2657 Incentivo à Leitura e Conhecimento

FINALIDADE: Apoiar projetos, desenvolver com os municípios e entidades privadas ações pertinentes à área da leitura e do conhecimento, apoiar eventos literários em todo o Estado, atrair leitores para as bibliotecas públicas e incentivar o hábito da leitura, atualizar acervo das bibliotecas, apoiar bibliotecas comunitárias, credenciar pontos de leitura, agentes de leitura e pontinhos de cultura.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0298 - RIO LEITOR

2657 Incentivo à Leitura e Conhecimento

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
<i>Biblioteca Comunitária apoiada</i>	unidade	10,00	15,00	15,00	15,00	55,00	Estado
<i>Biblioteca Municipal apoiada</i>	unidade	15,00	15,00	15,00	15,00	60,00	Estado
<i>Evento literário apoiado</i>	unidade	4,00	5,00	5,00	6,00	20,00	Estado
<i>Família atendida pelo agente de leitura</i>	unidade	1.500,00	4.475,00	4.475,00	4.475,00	14.925,00	Estado
<i>Pontinho de Cultura credenciado</i>	unidade	40,00	60,00	60,00	60,00	220,00	Estado
<i>Ponto de leitura credenciado</i>	unidade	50,00	100,00	100,00	100,00	350,00	Estado
<i>Projeto de incentivo à leitura e conhecimento fomentado</i>	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00	Estado

3496 Implantação de Bibliotecas Parque

FINALIDADE: Oferecer às comunidades situadas em áreas de risco acesso imediato e fácil à informação, inclusão e transformação social.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0298 - RIO LEITOR

3496 Implantação de Bibliotecas Parque

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Biblioteca Parque implantada</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Serrana
		1,00	-	-	-	1,00	Costa Verde
		2,00	-	-	-	2,00	Metropolitana
		-	4,00	3,00	-	7,00	Estado

3497 Implantação da Biblioteca Pública Estadual-BPE

FINALIDADE: Oferecer à população do Estado do Rio de Janeiro uma Biblioteca Pública de padrões internacionais que seja um pólo aglutinador moderno e atraente tomando-se uma referência no país.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Biblioteca Pública Estadual implantada</i>	unidade	0,60	0,20	0,20	-	1,00	Metropolitana

A402 Fomento Indireto à Projeto na Área da Leitura e do Conhecimento

FINALIDADE: Apoiar financeiramente projetos na área de leitura e conhecimento.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEC

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Programa: 0298 - RIO LEITOR

A402 Fomento Indireto à Projeto na Área da Leitura e do Conhecimento

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Projeto na área de leitura e conhecimento fomentado através de renúncia fiscal</i>	unidade	16,00	20,00	24,00	28,00	88,00	Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - SEDEC

Atribuições da Secretaria

As ações da Defesa Civil Estadual e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ vêm, ano a ano, ampliando-se em vista das várias atribuições acrescidas ao rol original, sendo certo que, de acordo com a Lei 250/79 (Lei de Organização Básica), inicialmente o CBMERJ se destinava à execução de serviços de perícia, prevenção e combate a incêndios; de busca e salvamento; de prestação de socorros nos casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, e de outros que se fizerem necessários à proteção da comunidade, além de estudar, analisar, planejar, exigir e fiscalizar todo o serviço de segurança contra incêndio do Estado.

Em 1988 a Constituição Federal expressamente atribuiu ao Corpo de Bombeiros a execução de atividades de defesa civil (art. 144 § 5º). Sendo assim, é importante uma breve explicação neste diagnóstico dos limites da atuação entre Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros.

A Defesa Civil existe nas três esferas, federal, estadual e municipal. A atividade de fiscalização realizada no nível municipal é principalmente ações preventivas ligadas à ocupação e uso do solo, relacionadas ao primeiro atendimento. A Defesa Civil Estadual e Federal auxiliam a Defesa Civil Municipal nos casos de grandes desastres onde a demanda é muito grande para o município sozinho atender.

A atribuição do Corpo de Bombeiros, por outro lado, é primordialmente salvamento e resgate. Quanto à fiscalização, também atua na prevenção em relação à segurança das instalações e nas áreas de competência estadual como rios e lagoas.

Diagnóstico da Área

Atualmente, tem-se a importância da presença cada vez maior da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros junto à população fluminense. O atendimento médico emergencial, em via pública e residencial, a transferência inter-hospitalar, a remoção de cadáveres, o desenvolvimento das atividades de assistência às populações atingidas pelos desastres e ampliação dos salvamentos em praias, são alguns exemplos que demonstram o nível de responsabilidade crescente dos serviços prestados pelo Governo Estadual ao seu principal cliente: o cidadão.

Vale consignar que, nos últimos anos, o Estado do Rio de Janeiro foi cenário de mega eventos, tais como *Reveillon* em Copacabana e Carnaval, Jogos Pan e Parapan-americano e Mundial de Judô; e de grandes desastres, dentre eles podem ser citados: em 2008, nos municípios de Petrópolis, Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, com 09 vítimas fatais e cerca de 40.000 desalojados e desabrigados. No ano de 2009, nos municípios de Tanguá, Duque de Caxias, Petrópolis e Belford Roxo, com 05 vítimas fatais e cerca de 8.000 desalojados/desabrigados. Em 2010, nos municípios de Angra dos Reis, São Gonçalo, Rio de Janeiro e Niterói, com mais de 295 vítimas fatais e cerca de 70.000 desalojados e desabrigados; Já em 2011, na Região Serrana foram computadas mais de mil mortes e mais de 38.000 mil desalojados e desabrigados.

As ações da Defesa Civil Estadual e do CBMERJ representam, obrigatoriamente, a capacidade do Estado em mitigar ou reduzir os danos causados por desastres naturais, antropogênicos (humanos) ou mistos. Logo, a promoção das ações ou medidas, na Defesa Civil Estadual e CBMERJ, que visem à melhoria dos recursos logísticos, ao desenvolvimento institucional, especialmente melhoria das condições de trabalho e qualificação dos recursos humanos, ao estabelecimento de parcerias e convênios serão os desafios a serem enfrentados no próximo quadriênio 2012/2015.

Vale consignar que, por força do Decreto nº 43.017, de 09.06.2011, foi novamente instituída a SEDEC, tendo como órgão subordinado o CBMERJ.

Macro-objetivo

Promover a redução de desastres no Estado do Rio de Janeiro.

Objetivos Setoriais

Promover, sob a coordenação da Defesa Civil Estadual, a redução de desastres com ações nas áreas de prevenção, preparação para as emergências e resposta, incluindo a prestação de socorros diversos à população.

Indicadores Setoriais

Redução anual do número de vítimas fatais decorrentes dos desastres, tendo como marco inicial janeiro de 2012 e referência a média dos últimos 4 anos. Periodicidade Anual. Fonte: SEDEC.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

Programa: 0299 - AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATEND DA DEF CIVIL EST E CBMERJ P/ RED DE DESASTRES

Objetivo: Proteger a população fluminense, reduzindo o risco de emergências e desastres de diversas origens.

Unidade Gestora: 1601 - Secretaria de Estado de Defesa Civil

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOURE	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
17.014.000	497.736.307	-	514.750.307

2671 Prevenção de Desastres

FINALIDADE: Reduzir desastres bem como a magnitude de seus efeitos.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Capacitação realizada	unidade	395,00	410,00	410,00	415,00	1.630,00	Estado
Fiscalização realizada	unidade	1.774,00	1.879,00	2.074,00	2.137,00	7.864,00	Estado

2672 Preparação para Emergências e Desastres

FINALIDADE: Preparar a Defesa Civil Estadual/ CBMERJ para o atendimento às emergências e desastres.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

Programa: 0299 - AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATEND DA DEF CIVIL EST E CBMERJ P/ RED DE DESASTRES

2672 Preparação para Emergências e Desastres

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Curso de Defesa Civil realizado	unidade	23,00	25,00	27,00	29,00	104,00
Órgão municipal de defesa civil apoiado	unidade	40,00	50,00	60,00	70,00	70,00
Suprimento estratégico de emergência adquirido	unidade	50.250,00	100.500,00	151.700,00	201.000,00	503.500,00

2674 Aprimoramento do Sistema de Saúde Interno do CBMERJ

FINALIDADE: Aprimorar o sistema interno de saúde do CBMERJ, oferecendo atendimento médico-hospitalar, ambulatorial e odontológico, em unidades próprias e contratadas, aos bombeiros militares, seus dependentes e pensionistas, promovendo a melhoria dos processos de atendimento e das instalações, e aquisição de novos equipamentos.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade Médico-odontológica operacionalizada	unidade	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00

2676 Operacionalização da Defesa Civil Estadual/CBMERJ

FINALIDADE: Manter em operação as unidades da Defesa Civil Estadual/CBMERJ no intuito de cumprir as atribuições constitucionais e legais, dando suporte na execução das atividades de defesa civil e serviços de extinção e perícias de incêndios, de busca e salvamento, fiscalização, de recolhimento de cadáver, de atendimento pré-hospitalar e de transporte inter-hospitalar e de enfrentamento a sinistros diversos.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEC

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

Programa: 0299 - AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATEND DA DEF CIVIL EST E CBMERJ P/ RED DE DESASTRES

2676 Operacionalização da Defesa Civil Estadual/CBMERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade de Defesa Civil/CBMERJ operacionalizada	unidade	117,00	117,00	117,00	117,00	117,00
						Estado

3510 Ampliação da Frota da Defesa Civil Estadual/CBMERJ

FINALIDADE: Ampliar a frota da Defesa Civil Estadual de forma a melhorar a pronta-resposta às emergências e desastres e outros sinistros.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Aeronave operacional adquirida	unidade	-	1,00	-	-	1,00
Embarcação operacional adquirida	unidade	-	1,00	-	-	1,00
Veículo operacional adquirido	unidade	12,00	20,00	20,00	25,00	77,00
						Estado
						Estado
						Estado

3511 Reequipamento do CBMERJ

FINALIDADE: Ampliar a capacidade de atuação do CBMERJ.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

Programa: 0299 - AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATEND DA DEF CIVIL EST E CBMERJ P/ RED DE DESASTRES

3511 Reequipamento do CBMERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Equipamento adquirido	unidade	2.000,00	2.500,00	3.000,00	3.500,00	Estado
TOTAL DO PPA					11.000,00	

3512 Implantação de Unidade do CBMERJ

FINALIDADE: Implantar novas unidades do CBMERJ visando a redução do tempo-resposta e melhoria na prestação de socorro à população.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Unidade do CBMERJ implantada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
TOTAL DO PPA					4,00	

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

Atribuições da Secretaria

A Secretaria de Esporte e Lazer tem como finalidade e competência formular, coordenar, executar e promover atividades esportivas no Estado do Rio de Janeiro. As estratégias para o sucesso dessa missão incluem a gestão, a infraestrutura e a promoção de ações associadas ao esporte. Desta forma, o papel da SEEL foi fundamental para que o Estado Rio de Janeiro fosse escolhido para ser um dos Estados que irá sediar a Copa de Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

O Governo do Estado desenvolve diversos projetos esportivos para incentivo de atividades olímpicas e não olímpicas. A SEEL acredita que a realização de eventos seja a mola propulsora desse importante segmento: o esporte. Todo o trabalho desenvolvido tem como objetivo, além de incrementar cada vez mais o atendimento social, qualificar e ampliar a base técnica, para que o Rio de Janeiro consiga chegar a 2016 com um número ainda maior de atletas qualificados.

A Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro - SUDERJ foi criada com a finalidade de incrementar os desportos no Estado, visando o aperfeiçoamento físico e mental da população por intermédio da prática livre de exercícios físicos e também de competições. A instituição prioriza o desenvolvimento do desporto amador, destacando as modalidades olímpicas, e estender cada vez mais o benefício da prática esportiva. O objetivo é oferecer uma ampla base social, com cidadania, saúde e condições para que surjam promissores atletas.

Diagnóstico da Área

Considerando o momento pelo qual o Estado do Rio de Janeiro atravessa, com grandes mudanças de natureza social, econômica, política, ambiental e esportiva, em que se destacam os eventos: Jogos Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações (2013), Jogos Mundiais dos Trabalhadores (2013), Copa do Mundo FIFA (2014), "Grand Slam" de Judô (2015) e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016), é importante destacar a necessidade da realização de um diagnóstico setorial que contemple quatro dimensões de análise, a saber: gestão, infra-estrutura, legislação e universalidade dos programas.

Do ponto de vista da gestão, a SEEL está readequando o planejamento de suas atividades em prol da valorização dos processos internos, dos mecanismos de controle e da mensuração de resultados, sobretudo em face da preparação do Estado para aproveitar as oportunidades supracitadas.

A dimensão da infra-estrutura contempla a existência dos equipamentos públicos de esporte e lazer do Estado, entre os quais, o Estádio do Maracanã, o Ginásio do Maracanzinho, o Complexo Esportivo Caio Martins, o Estádio de Atletismo Célio de Barros, o Complexo Aquático Julio Delamare, a Vila Olímpica do Sampaio e o Complexo Esportivo da Rocinha. Além dos equipamentos públicos mapeados no Índice de Desenvolvimento do Esporte, que permitiu um levantamento detalhado dos equipamentos esportivos municipais em todo o Estado do Rio de Janeiro, tornando-se uma importante ferramenta de gestão para o poder público local. Nesse particular, é notória a necessidade de investimentos que contemplem desde a manutenção adequada destas instalações, até utilização de tecnologias que promovam segurança, conforto e bem estar, passando pela realização de eventos que despertem o interesse do público, re-significando com isso a relação deste com estes equipamentos.

A legislação pertinente ao esporte e ao lazer, tanto estadual quanto federal, necessita passar por um processo de aperfeiçoamento em que estejam assegurados meios para promoção da prática esportiva de alto rendimento e de iniciação desportiva (esporte comunitário e esporte escolar). Atualmente, a forma pela qual as leis de incentivo são executadas não permite que tais incentivos contemplem toda a sociedade, privilegiando minorias que

detém conhecimento e experiência para apresentarem propostas com qualidade e consistência técnica. Há que se universalizar tal incentivo, alcançando populações desfavorecidas, desde o ponto de vista social, quanto cultural, esportivo e econômico.

Por outro lado, esta legislação também necessita se consolidar enquanto mecanismo de provisão de recursos para o fomento ao esporte em nível estadual e federal.

Por fim, a última dimensão de análise deste diagnóstico setorial contempla os programas desenvolvidos pela Secretaria. Estes almejam universalizar o atendimento sócio-esportivo, buscando capilaridade a partir da utilização do esporte como ferramenta para a melhoria da qualidade de vida da população carioca e fluminense. E isto é feito por intermédio de ações sistemáticas que, em última instância, pretendem promover inclusão social.

Não obstante, se faz necessário um remanejamento de ações estruturantes para o interior do Estado, de modo que seja possível um desenvolvimento esportivo mais equilibrado, que contemple a vocação desportiva regional.

Macro-objetivo

Dotar o Estado do Rio de Janeiro de condições de infra-estrutura e serviços para o êxito dos megaeventos já programados, maximizando oportunidades para torná-lo referência nacional e destino mundial do esporte, assim como formular e desenvolver políticas públicas, ações e parcerias voltadas para o incremento de atividades em todas as regiões do Estado, com ênfase na interiorização, e para a continuidade do fomento ao esporte e ao lazer em todas as suas potencialidades e perspectivas.

Objetivos Setoriais

- Promover estudos e levantamentos das necessidades dos equipamentos esportivos, de modo que estes possam receber, com qualidade, conforto e segurança, atividades vinculadas aos eventos esportivos e recreativos estadual e municipais, entre os quais, Copa das Confederações, Copa do Mundo FIFA, “Grand Slam” de Judô, Jogos Mundiais dos Trabalhadores e Jogos Olímpicos;
- Promover parcerias com a iniciativa privada e/ou outras instâncias de governo para desenvolver ações que contribuam para o êxito dos megaeventos, na perspectiva de capacitar todo o pessoal envolvido nos diversos segmentos da operação dos Jogos;
- Articular com outros segmentos dos universos esportivo e empresarial (federações, confederações, clubes, rede hoteleira, outras instâncias de governo, entre outros) a criação de um calendário esportivo de alto nível técnico, a formação de boas equipes técnicas e atletas de alta performance, bem como a permanência destes no Estado;
- Ampliar a captação de recursos públicos e privados (patrocínios, leis de incentivo, emendas parlamentares, reforço na dotação orçamentária, criação de um fundo de incentivo ao esporte, entre outros) para promoção de investimentos que viabilizem o Estado como referência nacional e destino mundial do esporte, tanto na capital quanto no interior;
- Construir e tornar pública a Política Estadual de Desporto do Estado do Rio de Janeiro;
- Criar o Fórum Estadual de Gestores Municipais de Esporte;
- Dotar o Estado de condições técnico-científicas para o desenvolvimento de ações voltadas para o esporte (comunitário, escolar e de rendimento), em parceria com universidades, instituições de pesquisa e/ou outras instâncias de governo, assim como promover intercâmbio com países, cidades ou regiões para trocas de experiência, tecnologias e boas práticas;
- Promover capacitação, treinamento e/ou atividades formativas para os gestores esportivos e demais profissionais envolvidos nas operações esportivas e recreativas do Estado;
- Potencializar as vocações esportivas regionais, por meio da proposição da criação de equipamentos esportivos e recreativos, da realização de competições locais e da implantação de programas esportivos tanto de alto rendimento quanto de iniciação ao esporte;

- Promover a integração entre programas, ações e projetos sócio-esportivos que estimulem e desenvolvam a prática desportiva no Estado, agregando iniciativas de base (Rio 2016, Programa de Iniciativa Desportiva, entre outros) com iniciativas de rendimento (JAI, JABs, Olimpíadas Escolares, Paraolimpíadas Escolares e Bolsa Atleta);
- Criar novos programas esportivos que otimizem a capacidade do Estado na oferta de políticas públicas esportivas, em parceria com outras secretarias de governo, em especial a de Educação, o Ministério dos Esportes e a sociedade civil organizada (entidades esportivas, organizações não-governamentais, conselhos, fóruns, entre outras instâncias de representação);
- Potencializar a cadeia produtiva vinculada ao esporte e ao lazer, de modo que novos negócios sejam gerados em torno desse universo, desenvolvendo a economia local, regional e estadual, principalmente nos segmentos de alimentos e bebidas, turismo, vestuário, transportes e serviços em geral.

Indicadores Setoriais

- Índice de Desenvolvimento do Esporte. Fonte: SEEL. Periodicidade Anual;
- Índice de Desenvolvimento do Esporte na dimensão 2 (Articulação Institucional). Fonte: SEEL. Periodicidade Anual;
- Índice de Desenvolvimento do Esporte nas dimensões 5 (Convênios e Parcerias), 6 – (Programas), 7 (Eventos) e 8 (Instalações e Equipamentos). Fonte: SEEL. Periodicidade Anual;
- Nº de atletas que permaneceram no Estado x Nº de Atletas que receberam algum tipo de incentivo. Fonte: SEEL. Periodicidade Trimestral;
- Nº de boas práticas apresentadas x Nº boas práticas implementadas em um dos parceiros. Fonte: SEEL. Periodicidade Semestral.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Programa: 0272 - FORTALECIMENTO DO ESPORTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Objetivo: Este programa destina-se ao fortalecimento do esporte como ferramenta de inclusão social e esportiva, assim como ao aproveitamento das oportunidades e legados a serem proporcionados pelos megaeventos.

Unidade Gestora: 1701 - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
312.027.700	182.745.708	-	494.773.408

1055 Desenvolvimento do Esporte de Alto Rendimento

FINALIDADE: Estimular a prática esportiva de alto rendimento em diferentes espaços, a partir do estabelecimento de parcerias com universidades e clubes sociais, entre outros potenciais parceiros. Suporte de natureza econômica aos atletas e para-atletas do Estado, tanto aqueles de alto rendimento e nível técnico, quanto potenciais atletas.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Benefício concedido	unidade	300,00	300,00	300,00	300,00	1.200,00	Estado
Pólo esportivo implantado	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00	Estado

1078 Desenvolvimento da Produção do Conhecimento e Articulação do Esporte

FINALIDADE: Promover integração on line entre os entes municipais para promoção do esporte por intermédio do mapeamento das instalações desportivas municipais. Espaço de referência para dar suporte à produção de conhecimento científico ou jornalístico nos universos esportivo e social. Promover articulação, intercâmbios, trocas de experiências e parcerias entre os entes governamentais para promoção e desenvolvimento do esporte.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

1078 Desenvolvimento da Produção do Conhecimento e Articulação do Esporte

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Centro de inteligência e produção do conhecimento implantado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
<i>Fórum realizado</i>	unidade	4,00	5,00	5,00	5,00	19,00	Estado
<i>Portal do esporte implantado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

1082 Reforma de Equipamentos Esportivos

FINALIDADE: Conservar o patrimônio do ERJ e oferecer à população equipamentos de qualidade.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SUDERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Equipamento esportivo reformado</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

1090 Construção de Equipamentos Esportivos

FINALIDADE: Atender a demanda de infraestrutura esportiva.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SUDERJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Programa: 0272 - FORTALECIMENTO DO ESPORTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1090 Construção de Equipamentos Esportivos

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Laboratório público de análise desportiva implantado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Quadra de aquecimento construída	unidade	1,00	-	-	-	1,00
Torre de partida construída	unidade	1,00	-	-	-	1,00

2085 Realização de Atividades Esportivas

FINALIDADE: Promover integração desportiva no Estado por intermédio da realização anual de competições. Tem ainda, por objetivo, a promoção regular de atividades esportivas, sociais e culturais.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Atividade esportiva realizada	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00
Evento esportivo apoiado/incentivado	unidade	40,00	40,00	40,00	45,00	165,00
Jogo esportivo realizado	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00

2678 Realização da RIO 2016

FINALIDADE: Promoção de esporte comunitário em locais diversos, espalhados por todo o Estado.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Programa: 0272 - FORTALECIMENTO DO ESPORTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2678 Realização da RIO 2016

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Evento esportivo Rio 2016 implantado</i>	unidade	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00	Estado

3516 Implantação da Praça da Juventude

FINALIDADE: Ofertar infraestrutura de esporte e lazer por intermédio da construção de novos equipamentos públicos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Praça da Juventude implantada</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Estado

3517 Criação do Centro de Formação e Qualificação Profissional

FINALIDADE: Desenvolver qualificação técnica tanto para o público interno da SEEL quanto para o público externo - cidadão comum, gestores municipais, atletas, ex-atletas, técnicos, entre outros profissionais, a fim de melhorar a qualidade do serviço esportivo, assim como aumentar o grau de empregabilidade destes em um mercado de trabalho em franca expansão, como é o caso da cadeia produtiva do esporte e lazer.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Programa: 0272 - FORTALECIMENTO DO ESPORTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3517 Criação do Centro de Formação e Qualificação Profissional

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Centro de formação e qualificação profissional implantado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
						Estado

4293 Atividades Operacionais dos Complexos Esportivos

FINALIDADE: Permitir o funcionamento operacional dos Complexos Esportivos sob a responsabilidade da SUDERJ.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SUDERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Complexo esportivo operacionalizado	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
						Estado

6113 FORTALECER A PARTICIPAÇÃO FEMININA

FINALIDADE: PROMOVER E AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS PROGRAMAS ESPORTIVOS, EM ATENÇÃO À LEI 5958/2011.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO ESPORTE AMPLIADA	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Programa: 0285 - COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

Objetivo: Promover todas as atividades ligadas à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016. É composto por ações que pretendem potencializar a ação governamental nos preparativos para estes megaeventos, no que tange a sua realização, bem como ao aproveitamento das oportunidades e legados a serem proporcionados, tornando o Estado do Rio de Janeiro referência nacional e mundial do esporte.

Unidade Gestora: 1701 - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de Estado de Obras, Secretaria de Estado de Transportes

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
34.330.000	-	34.330.000

2029 Acompanhamento das Inspeções da FIFA para a Copa do Mundo 2014

FINALIDADE: Oferecer apoio para o êxito das inspeções.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Relatório de acompanhamento da inspeção elaborado-Copa do Mundo 2014	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00	Estado

2035 Acompanhamento das Inspeções do COI para as Olimpíadas e Paraolimpíadas

FINALIDADE: Oferecer apoio para o êxito das inspeções.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Programa: 0285 - COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

2035 Acompanhamento das Inspeções do COI para as Olimpíadas e Paraolimpíadas

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Relatório de acompanhamento da inspeção elaborado-Olimpíadas/Paraolimpíadas	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00
						Estado

2047 Realização de Eventos Esportivos

FINALIDADE: Ofertar a organização para a realização de competições esportivas que consolidem o Rio de Janeiro como referência nacional e internacional do esporte.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Evento esportivo realizado	unidade	3,00	4,00	2,00	2,00	8,00
						Estado

2683 Interiorização da Copa e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos

FINALIDADE: Oferecer à população de todo o Estado oportunidade de negócio a partir dos impactos positivos produzidos pelos eventos.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Evento de interiorização realizado	unidade	1,00	2,00	2,00	-	5,00
						Estado

2684 Promoção da Copa Orgânica

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Programa: 0285 - COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

2684 Promoção da Copa Orgânica

FINALIDADE: Incluir os itens sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e qualidade de vida nas atividades vinculadas à Copa do Mundo 2014.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Curso de educação alimentar realizado	unidade	2,00	4,00	4,00	4,00	14,00
						Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEEDUC

Atribuições da Secretaria

A SEEDUC desempenha um papel relevante no cumprimento das políticas educacionais do Governo Federal, regido pela Lei nº. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Cabe à Secretaria executar a política estadual de educação, buscando elevar o patamar de cultura da sociedade e fazendo uma escola pública democrática e de qualidade.

A missão da Secretaria é assegurar uma educação que garanta o acesso, permanência e sucesso dos alunos dentro de sala de aula. Todo o trabalho dos profissionais que gerenciam a educação deve estar voltado para essa meta de não só garantir o acesso de crianças e jovens em idade escolar e de jovens e adultos, como também propiciar condições para o seu desenvolvimento integral.

Para isso, a Secretaria deve promover uma escola pública de qualidade. As ações que norteiam o trabalho dos profissionais da educação devem estar voltadas para o funcionamento eficaz das escolas, pelo estímulo ao aperfeiçoamento dos professores, os recursos materiais necessários ao dia a dia da comunidade escolar e a orientação de todo o processo pedagógico, incluindo a valorização do magistério.

Além disso, a SEEDUC possui como atribuições: determinar normas para o funcionamento do sistema educacional, bem como zelar pelo seu cumprimento e o da legislação pertinente; propor o Plano Estadual de Educação; manter permanente articulação com autoridades públicas de nível federal, estadual e municipal nos assuntos que lhe são afetos, e com entidades públicas e privadas que atuem no setor; manter intercâmbio e cooperação técnica e financeira com órgãos e entidades afins, nacionais e internacionais; promover o desenvolvimento do pessoal que direta ou indiretamente atua na área de educação e avaliar os resultados das políticas educacionais do Estado.

Diagnóstico da Área

O diagnóstico apresentado a seguir foi realizado para que, com base em sua análise, fossem conhecidos, compreendidos e identificados os pontos críticos a serem trabalhados visando ao alcance do macro-objetivo setorial.

SEEDUC em números

O diagnóstico setorial realizado revela que todos os números relativos à SEEDUC são superlativos e dinâmicos. A Secretaria atende mais alunos do que as populações dos Estados do Acre, Amapá e Roraima, e metade do Distrito Federal. O conjunto de professores em sala de aula é maior do que mais de 90% dos municípios brasileiros. A diversidade é a principal característica vista neste diagnóstico setorial.

Os números apresentados fornecem uma perspectiva da complexa organização que é a SEEDUC, devido a grandiosidade, complexidade e diversidade dos serviços oferecidos, do público a ser atendido e dos resultados a serem alcançados, tudo isso disseminado por território dividido em noventa e dois municípios.

Público atendido

A quantidade de matrículas reflete o tamanho da rede de alunos atendidos pelas escolas públicas estaduais no Rio de Janeiro. Para melhor análise desta população, segmentou-se em alunos do ensino regular, educação para jovens e adultos e outras modalidades de ensino oferecidas.

Gráfico 1

Outras modalidades - Quantidade de Alunos
(por segmento)

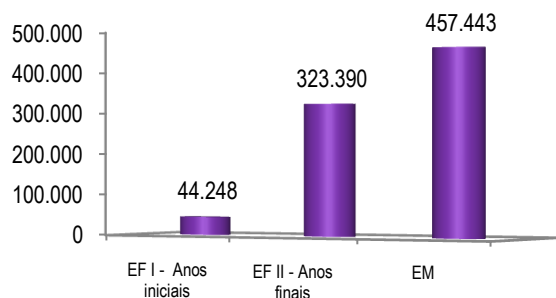


Gráfico 2

EJA- Quantidade de Alunos
Total EJA: 149.156

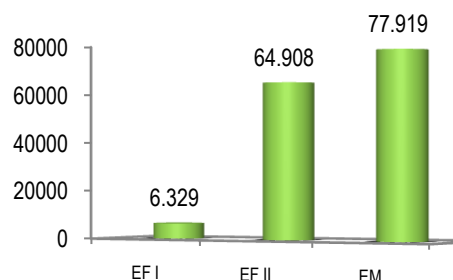
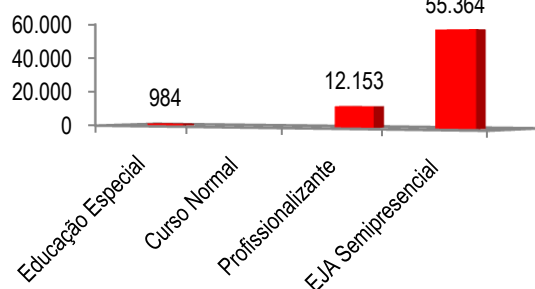


Gráfico 3

Outras modalidades - Quantidade de Alunos



EJA – Educação de Jovens e Adultos
EF I – Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano
EF II – Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano
EM – Ensino Médio

Posição em abril/2011 – Fonte: Conexão Educação

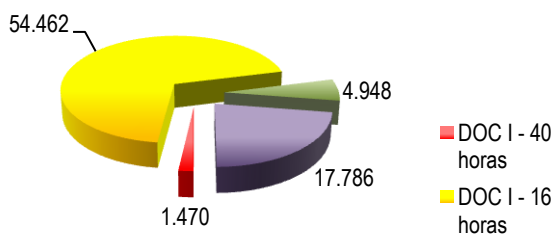
Servidores

Para atender à demanda dos alunos da rede estadual de ensino, a SEEDUC conta com um quadro de servidores preponderantemente composto por professores e, ainda, por cargos que atuam na área de gestão e administrativa.

Os professores são divididos em duas classes DOC I (Docente I) e DOC II (Docente II), conforme seja sua atuação nos segmentos Ensino Médio e Fundamental anos finais (DOC I) e anos iniciais (DOC II). Há, ainda, a diferenciação da carga horária entre estas classes, conforme demonstrado no gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4

Quantidade de professores da rede



DOC I – Docente I – Ensino Fundamental anos finais (6º a 9º ano) e Ensino Médio

DOC II – Docente II – Ensino Fundamental anos iniciais (1º a 5º ano)

Posição em abril/2011 – Fonte: Conexão

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O QUADRO DE PROFESSORES	
Gratificação por Lotação Prioritária (GLP)*	10.000**
Professores licenciados	7.231***
Professores cedidos a outros órgãos	1.564
Temporários	4

Posição em fevereiro/2011 – Fonte: SEPLAG e SUPGP/SEEDUC.

* A Gratificação por Lotação Prioritária (GLP) é um recurso utilizado para suprir carência temporária da rede por motivos diversos (licença médica, maternidade, afastamentos, entre outras).

** Limite máximo mensal autorizado pelo Poder Executivo.

*** em dez/2010

Unidades escolares

A rede SEEDUC possui 1454 unidades escolares distribuídas e localizadas em todo o Estado do Rio de Janeiro. Cada unidade oferece uma ou mais modalidades de ensino, em turnos variados, de acordo com suas características.

Gráfico 5

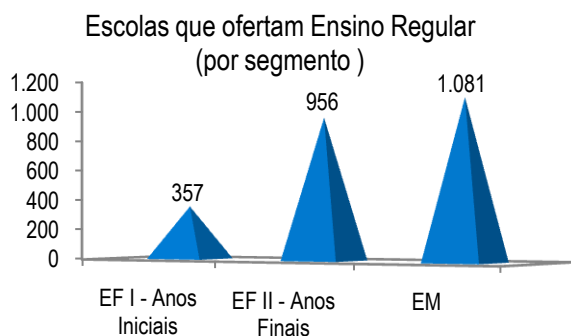


Gráfico 6

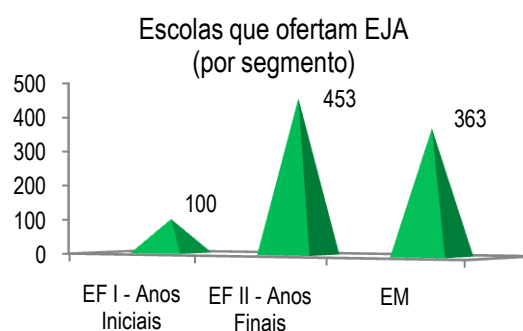
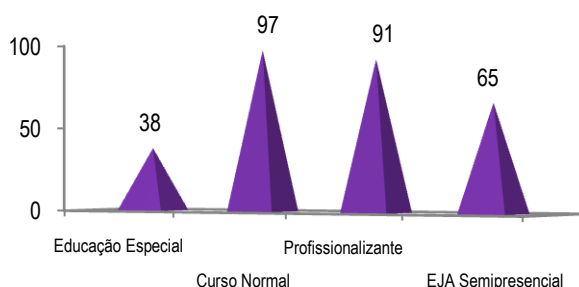


Gráfico 7

Escolas que ofertam outras modalidades de ensino



EF I – Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano
 EF II – Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano
 EM – Ensino Médio

Posição em abril/2011 – Fonte: Conexão Educação

Unidades escolares compartilhadas

Em algumas localidades, devido a diversos fatores que impedem o estabelecimento de unidade escolar para atender à necessidade de ensino da região, os entes federados utilizam do recurso de compartilhar imóveis, como mostram os dados da tabela a seguir.

DESCRIÇÃO	QTDE DE ESCOLAS
Imóveis do município do RJ compartilhados com o ERJ	269
Imóveis de outros municípios que compartilham com o ERJ	3
Imóveis do ERJ compartilhados com municípios do interior	41
Total de unidades escolares compartilhadas	313

Posição em abril/2011 – Fonte Suplan/Seeduc

Unidades escolares municipalizadas

Em atendimento ao que dispõe a Constituição Federal do Brasil, em 1988, sobre a competência dos municípios na oferta de ensino fundamental, o Estado do Rio de Janeiro vem, desde então, realizando o processo de municipalização das unidades escolares pertencentes a este segmento (anos iniciais e anos finais). Ressalta-se a grande dificuldade na realização deste processo devido à complexidade existente em transferir alunos para as redes municipais, como por exemplo, a capacidade dos municípios de absorver a rede de alunos do Ensino Fundamental local.

DESCRIÇÃO	QTDE DE ESCOLAS
Escolas municipalizadas em atividade	945
Escolas municipalizadas com atividades encerradas	608
Total de escolas municipalizadas	1553

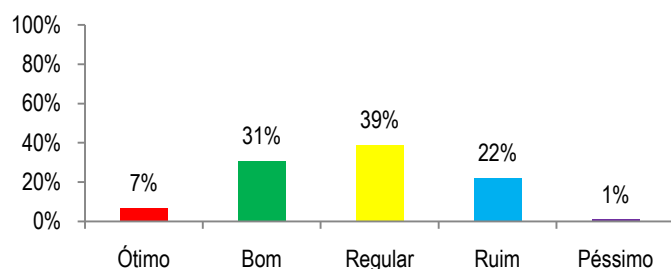
Período: fevereiro/1988 a março 2011 – Fonte: SUPLAN/SEEDUC

Infraestrutura física das unidades escolares

Cada unidade escolar da rede foi avaliada em 25 itens relacionados às condições da estrutura física. O resultado desta avaliação está demonstrado no gráfico 8, a seguir.

Gráfico 8

Diagnóstico da infraestrutura da rede de escolas*



Agrupamento das unidades escolares

As 1.454 unidades escolares da rede SEEDUC estão agrupadas em 14 Regionais Administrativas e 14 Regionais Pedagógicas, e, ainda, uma Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas, conforme demonstrado no mapa a seguir. Este agrupamento foi publicado no Diário Oficial do ERJ em 07 de fevereiro de 2011. Cada Regional Administrativa possui um Diretor Pedagógico, assim como, cada Regional Administrativa possui um Diretor Administrativo.

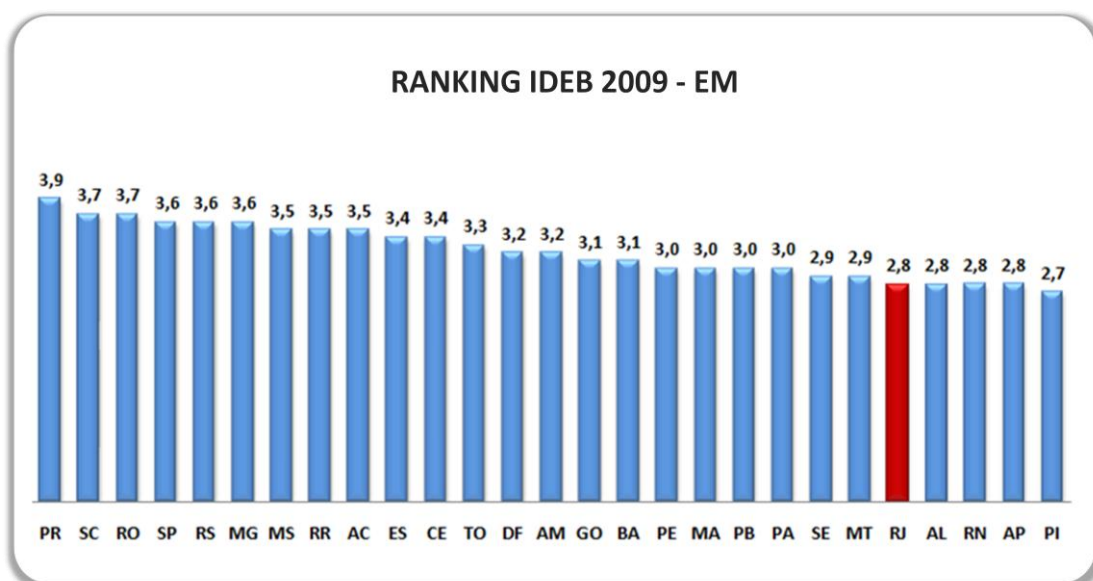
REGIONAIS	TOTAL
Diretores Regionais Pedagógicos	14
Diretores Regionais Administrativos	14
Total de diretores regionais	28

Fonte: MEC/INEP: IDEB

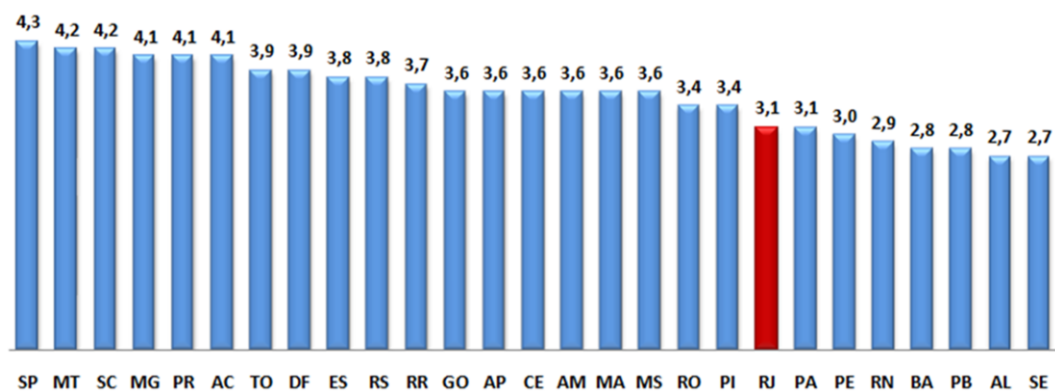
IDEB - Resultados da SEEDUC

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador criado, em 2007, pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que é composto por dois conceitos relacionados à educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

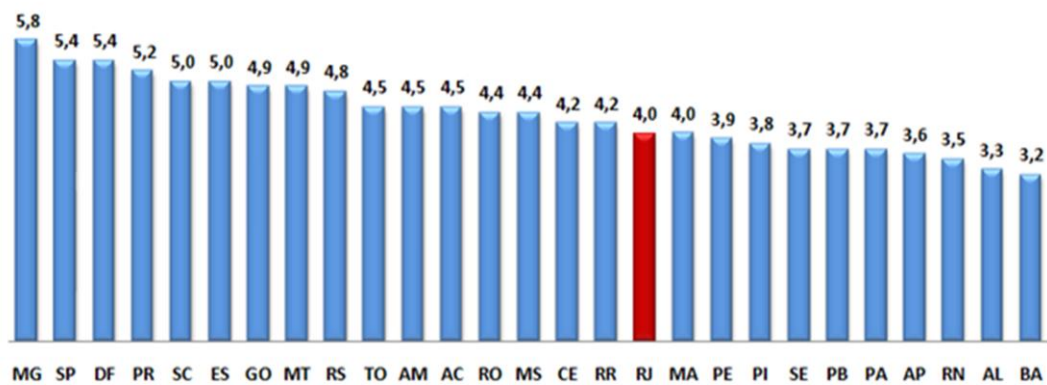
Atualmente, o IDEB é considerado a referência para aferição da qualidade educacional no país, tendo em vista a sua abrangência nacional. Os resultados do Estado do Rio de Janeiro na última avaliação estão apresentados a seguir.



RANKING IDEB 2009 – EF II



RANKING IDEB 2009 – EF I



Macro-objetivo

Estar entre os cinco melhores colocados no IDEB em quatro anos, tornando-se referência de bons resultados educacionais no cenário nacional.

Objetivos Setoriais

Com base no diagnóstico apresentado no item 2 e seus sub-itens e para atender ao macro-objetivo da SEEDUC, foram definidos objetivos setoriais que deverão ser executados pela SEEDUC ao longo do período de vigência deste PPA:

- Adequar a estrutura organizacional e física;
- Melhorar as condições do corpo docente;
- Melhorar a gestão escolar;
- Melhorar os resultados educacionais do ERJ.

Indicadores Setoriais

A SEEDUC utiliza alguns indicadores, gerados interna e externamente, para realizar a análise de aspectos relevantes para a gestão educacional do Estado do Rio de Janeiro. Essas análises são comparativas em relação a outras unidades da Federação. O monitoramento contínuo destes aspectos oferece uma série histórica que auxilia o entendimento de determinado fenômeno ao longo do tempo, dando aos gestores subsídios para ação e criação de políticas públicas adequadas.

Alguns dos indicadores monitorados são os Indicadores da Lei de Responsabilidade Educacional. A Lei 5.451/2009. Esta Lei dispõe sobre normas voltadas para responsabilidade educacional, estabelece os indicadores abaixo listados como sendo de observância obrigatória pela SEEDUC. Observa-se que os indicadores abaixo já estão abordados nos itens anteriores.

Indicadores Lei 5.451/09	
Alfabetização	a) Taxa de analfabetismo dos alunos com faixa etária entre 6 (seis) e 14 (quatorze) anos; b) Taxa de analfabetismo dos alunos com faixa etária entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos; c) Taxa de analfabetismo dos alunos com faixa etária a partir dos 19 (dezenove) anos.
Matrícula e evasão escolar	a) Número de alunos matriculados; b) Índice de evasão escolar; c) Número de vagas ociosas, por nível de escolaridade.
Taxa de distorção idade/ano	
Docentes	a) Número total de professores; b) Número de professores em contrato temporário; c) Número de professores com pós-graduação "lato sensu", em percentual; d) Número de professores com mestrado; e) Número de professores com doutorado; f) Remuneração modal, média, piso e teto salarial dos professores por nível de ensino;
Programas	a) Relacionar os programas de valorização e capacitação docente desenvolvidos para os professores da rede pública estadual.

Abaixo estão listados os demais indicadores setoriais acompanhados pela SEEDUC:

- Abandono: Quantidade de alunos que deixaram de freqüentar as aulas sem matrícula em outra instituição. Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- Absenteísmo de alunos: Faltas dos alunos durante o ano letivo. Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- Absenteísmo de professores: Faltas dos professores durante o ano letivo. Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- Analfabetismo: Taxa de analfabetismo com pessoas com mais de 15 anos. Percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Fonte: MEC/ IBGE. Periodicidade: Anual;
- Aprovação e Reprovação: Quantidade de alunos que alcançaram, ou não, as condições mínimas para cursar a próxima série. Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- Carência de Professor: Quantidade de tempos de aula sem professor (carência temporária ou permanente). Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- Distorção idade-série: Quantidade de alunos que possuem defasagem de, pelo menos, dois anos de idade em relação à série cursada. Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio. Proposta de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais como forma de democratizar o acesso às vagas federais de ensino

superior. Cada Universidade tem autonomia para escolher os critérios de utilização do exame como forma de admissão. Fonte: MEC. Periodicidade: Anual;

- IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Indicador que reúne os conceitos de fluxo escolar e de médias de desempenho nas avaliações. É calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar, e da média de desempenho nas avaliações do INEP, e do SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Fonte: INEP/MEC. Periodicidade: Anual;
- IDERJ: Índice formado entre o produto da nota do SAERJ e o fluxo de rendimento (criado em 2011, nos mesmos moldes do IDEB). Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- IDH Educação: Índice de Desenvolvimento Humano. Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Fonte: PNUD. Periodicidade: Anual;
- Reassunção de servidores: Quantidade de servidores ativos cedidos que retornaram ao exercício na SEEDUC. Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- Remoção de professores: Quantidade de professores demitidos, exonerados ou falecidos. Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- SAERJ: Avaliação anual nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática (EF II anos finais e Ensino Médio). Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- SAERJINHO: Avaliação bimestral nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática. Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Bimestral;
- Servidores Cedidos: Quantidade de servidores ativos que estão em exercício em outros órgãos. Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual;
- Servidores Licenciados: Quantidade de servidores ativos que estão em licença (médica e outras). Fonte: SEEDUC. Periodicidade: Anual.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo: Garantir os recursos necessários ao custeio dos meios administrativos com vistas à implementação e gestão dos programas do Governo Estadual.

Unidade Gestora: 1201 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Demais Órgãos participantes do programa: Defensoria Pública Geral do Estado, Encargos Gerais do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de
VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
588.257.394	-	-	-	588.257.394

2299 Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública em Unidades Educacionais

FINALIDADE: Apropriar as Despesas com Serviços de Utilidade Pública nas Unidades Educacionais.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Rede de ensino operacionalizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0150 - ESCOLA INCLUSIVA				
Objetivo:	Promover educação ambiental, educação inclusiva, educação de jovens e adultos, e capacitar professores para um ensino público de qualidade, proporcionando maior integração aluno, escola, comunidade.			
Unidade Gestora: 1801 - Secretaria de Estado de Educação				
VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)				
RECURSOS DO TESOURO		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
11.427.642		-	-	11.427.642

2313 Atendimento a Públicos Especiais

FINALIDADE: Proporcionar educação básica para públicos especiais que necessitam de atendimento diferenciado daquele ministrado aos demais alunos da Rede Pública de Ensino.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Material didático concedido a alunos especiais	unidade	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	4.400,00
Qualificação de professores para atender a público especial	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
						Estado
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0152 - OPERACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REDE DE ENSINO

Objetivo: Qualificar as unidades da Rede Estadual de Ensino, modernizando o atendimento socioeducativo e a manutenção das necessidades básicas dos professores e alunos.

Unidade Gestora: 1801 - Secretaria de Estado de Educação

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
928.164.215	-	-	928.164.215

2033 Operacionalização da Educação Básica

FINALIDADE: Garantir o pleno funcionamento das unidades de ensino básico dotando-as de infraestrutura operacional, proporcionando ao corpo docente destas unidades condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Rede de ensino operacionalizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Metropolitana
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Noroeste Fluminense
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Norte Fluminense
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Baixas Litorâneas

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Rede de ensino operacionalizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Baixas Litorâneas
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Serrana
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Médio Paraíba
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Centro-Sul Fluminense
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Costa Verde

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0153 - EDUCAÇÃO PARA INCLUSÃO SOCIAL

Objetivo: Prover o aluno com alimentação e capacitação básica para elevar sua autoestima e seu nível de aprendizagem, fortalecendo seu desempenho e facilitando sua inclusão social.

Unidade Gestora: 1802 - Departamento Geral de Ações Socio-Educativas - NOVO DEGASE

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURE	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
333.101.389	-	-	333.101.389

1196 Implantação, Reforma e Reequipamento das Unidades do Novo DEGASE

FINALIDADE: Construir unidades novas e manter física e operacionalmente as unidades que compõem o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – NOVO DEGASE, de maneira a facilitar e proporcionar o atendimento à execução das medidas socioeducativas.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO NOVO DEGASE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade de atendimento socioeducativo equipada	unidade	10,00	12,00	12,00	12,00	46,00	Estado
Unidade de atendimento socioeducativo implantada	unidade	38,00	40,00	40,00	42,00	160,00	Estado

1202 Construção e Implantação de Cinco CENSEs

FINALIDADE: Construir novas unidades de atendimento socioeducativo em internação provisória, internação e profissionalização. Desativar unidades com construção inadequada para o atendimento socioeducativo.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO NOVO DEGASE

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0153 - EDUCAÇÃO PARA INCLUSÃO SOCIAL

1202 Construção e Implantação de Cinco CENSEs

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
CENSE construído	unidade	1,00	1,00	1,00	2,00	5,00	Estado
CENSE implantado	unidade	1,00	1,00	1,00	2,00	5,00	Estado

1547 Equipamento de Cinco CENSEs

FINALIDADE: Equipar e manter física e operacionalmente as unidades que compõem os cinco novos Centros de Atendimento Intensivo do Departamento Geral de Ações Socioeducativas - NOVO DEGASE, de maneira a facilitar e proporcionar o atendimento à execução das medidas socioeducativas.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO NOVO DEGASE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
CENSE equipado	unidade	1,00	1,00	1,00	3,00	5,00	Estado

2701 Disponibilização de Refeição

FINALIDADE: Aquisição de refeição preparada.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO NOVO DEGASE

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0153 - EDUCAÇÃO PARA INCLUSÃO SOCIAL

2701 Disponibilização de Refeição

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Refeição disponibilizada	unidade	4.200.000,00	4.620.000,00	5.082.000,00	5.590.000,00	Estado
TOTAL DO PPA					19.492.000,00	

2702 Profissionalização de Adolescentes

FINALIDADE: Oferecer maior número de vagas e possibilitar um melhor desenvolvimento das atividades educacionais.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO NOVO DEGASE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Vaga disponibilizada em curso profissional para adolescente em conflito com a lei	unidade	4.200,00	4.600,00	4.800,00	5.200,00	Estado
TOTAL DO PPA					18.800,00	

2703 Operacionalização do Novo DEGASE

FINALIDADE: Manter física e operacionalmente as unidades que compõem o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – NOVO DEGASE, de maneira a facilitar e proporcionar o atendimento à execução das medidas socioeducativas.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO NOVO DEGASE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Unidade de atendimento socioeducativo operacionalizada	unidade	38,00	40,00	40,00	42,00	Estado
TOTAL DO PPA					42,00	

2707 Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0153 - EDUCAÇÃO PARA INCLUSÃO SOCIAL

2707 Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire

FINALIDADE: Capacitar de forma continuada os servidores responsáveis pelo atendimento direto e indireto ao adolescente em conflito com a lei, que cumpre medida socioeducativa por Determinação Judicial.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO NOVO DEGASE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Qualificação do servidor	unidade	1.800,00	2.100,00	2.800,00	3.200,00	9.900,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0300 - MAGISTÉRIO ATRATIVO, QUALIFICADO E VALORIZADO

Objetivo: Resgatar o interesse pelo magistério.

Unidade Gestora: 1801 - Secretaria de Estado de Educação

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
121.918.402	-	-	121.918.402

2687 Formação Continuada, Treinamento e Capacitação

FINALIDADE: Proporcionar a capacitação de servidores para que realizem suas atribuições de forma adequada e efetiva.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Capacitação concedida a servidor	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Noroeste Fluminense
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Norte Fluminense
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Baixas Litorâneas
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Serrana
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Médio Paraíba
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Centro-Sul Fluminense

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0300 - MAGISTÉRIO ATRATIVO, QUALIFICADO E VALORIZADO

2687 Formação Continuada, Treinamento e Capacitação

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Capacitação concedida a servidor	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Costa Verde
		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00	Metropolitana

2696 Desenvolvimento Profissional

FINALIDADE: Selecionar ocupantes com o perfil adequado de acordo com as funções e requisitos definidos para exercer as funções estratégicas na área pedagógica.**TIPO DE AÇÃO:** Atividade**UNIDADE DE PLANEJAMENTO** SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Mapeamento de competência implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Processo seletivo para funções estratégicas pedagógicas realizado	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Estado

A472 Ampliação do Quadro de Servidores da Rede Pública da Educação

FINALIDADE: Contratar professores para suprir carência real.**TIPO DE AÇÃO:** Ação sem custo específico associado**PARCEIRO:** Não existe parceiro**UNIDADE DE PLANEJAMENTO** SEEDUC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0300 - MAGISTÉRIO ATRATIVO, QUALIFICADO E VALORIZADO

A472 Ampliação do Quadro de Servidores da Rede Pública da Educação

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Concurso público realizado	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0301 - QUALIDADE NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Objetivo: Oferecer ensino de qualidade aos alunos da rede pública estadual do Estado do Rio de Janeiro.

Unidade Gestora: 1801 - Secretaria de Estado de Educação

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
861.634.146	1.042.219	-	862.676.365

2185 Educação para Jovens e Adultos

FINALIDADE: Ampliar o acesso de jovens e adultos à educação básica, possibilitando a conclusão de sua formação educacional e permitindo obter maior condição de inserção no mercado de trabalho.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Capacitação de professores da rede estadual para atender alunos do EJA	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Jovem/adulto alfabetizado	unidade	170.000,00	170.000,00	170.000,00	170.000,00	Estado
Jovem/adulto matriculado nas oito fases do EJA	unidade	170.000,00	170.000,00	170.000,00	170.000,00	Estado

2244 Incentivo à Conclusão do Ensino Médio - Renda Melhor Jovem

FINALIDADE: Incentivar à conclusão do Ensino Médio

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0301 - QUALIDADE NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

2244 Incentivo à Conclusão do Ensino Médio - Renda Melhor Jovem

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
<i>Aluno beneficiado com incentivos</i>	unidade	3.984,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	Metropolitana
		TOTAL DO PPA				27.984,00

2312 Realização de Atividades Extracurriculares

FINALIDADE: Desenvolver atividades extracurriculares no âmbito da saúde, cultura, educação ambiental, formação para a vida, além de atividades de lazer, promovendo maior integração entre colégio, aluno e comunidade.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto cultural realizado	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Noroeste Fluminense
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Norte Fluminense
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Baixas Litorâneas
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Serrana
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Médio Paraíba
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Centro-Sul Fluminense
		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Costa Verde

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0301 - QUALIDADE NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

2312 Realização de Atividades Extracurriculares

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Projeto cultural realizado</i>	unidade	8,00	8,00	8,00	8,00	32,00
<i>Projeto de educação ambiental realizado</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
<i>Projeto de estímulo à leitura realizado</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
<i>Unidade de ensino atendida com Programas de Orientação Vocacional</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Metropolitana
						Estado
						Estado
						Estado

2318 Aprimoramento e Efetividade do Ensino Público

FINALIDADE: Modernizar e aperfeiçoar o ensino público através da implementação de novas técnicas de ensino e aprendizagem, de modo a oferecer melhores condições de trabalho para o corpo docente, promovendo um maior interesse do aluno.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Curriculo Mínimo escolar redefinido e aplicado</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
<i>Unidade de ensino básico integrada à educação profissional</i>	unidade	1,00	2,00	1,00	1,00	5,00
						Estado
						Metropolitana

2339 Educação para Pessoas com Necessidades Especiais

FINALIDADE: Permitir que os portadores de necessidades especiais recebam educação básica de qualidade, oferecendo métodos modernos de ensino através de jogos, aparelhos, livros e etc.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0301 - QUALIDADE NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

2339 Educação para Pessoas com Necessidades Especiais

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Capacitação de prof da rede estad p atender pessoas c neces espec	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Material didático concedido a alunos com necessidades especiais	unidade	4.750,00	4.750,00	4.750,00	4.750,00	19.000,00
						Estado
						Estado

2691 Avaliação do Sistema Educacional do ERJ

FINALIDADE: Apurar o desempenho dos alunos da rede pública estadual.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Avaliação SAERJ aplicada	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00
Avaliação SAERJ/INHO aplicada	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00
						Estado
						Estado

2693 Correção do Fluxo Escolar

FINALIDADE: Auxiliar e reforçar o aprendizado do aluno visando à sua aprovação e evitar o aumento de alunos em situação de distorção idade-série.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0301 - QUALIDADE NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

2693 Correção do Fluxo Escolar

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto pedagógico para correção de distorção idade-série implantado	unidade	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	Estado

6114 EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE

FINALIDADE: DESENVOLVER ATIVIDADES QUE PROMOVAM A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS E UMA EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA, EM ATENÇÃO À LEI Nº 4904/2006, QUE INSTITUI NO CALENDÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O "DIA DA EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA".

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
PROJETO DE EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA REALIZADO	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0302 - EFETIVIDADE DA GESTÃO ESCOLAR									
Objetivo:		Promover a gestão eficiente da unidade escolar							
Unidade Gestora: 1801 - Secretaria de Estado de Educação		VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)							
		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS			RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS			TOTAL	
		RECURSOS DO TESOUREIRO			OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS				
		304.000.000			124.180.000			428.180.000	
					-				
2028 Autonomia Financeira e Administrativa das Escolas									
FINALIDADE:		Intensificar a gestão financeira autônoma nas escolas da Rede Estadual de Ensino Básico fortalecendo o binômio gastos / peculiaridades de cada escola.							
TIPO DE AÇÃO:		Atividade							
		UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC							
PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO		
			2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA		
Unidade de ensino operacionalizada com descentralização de recursos		unidade	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00		
			49,00	49,00	49,00	49,00	49,00		
			52,00	52,00	52,00	52,00	52,00		
			64,00	64,00	64,00	64,00	64,00		
			107,00	107,00	107,00	107,00	107,00		
			120,00	120,00	120,00	120,00	120,00		
							Costa Verde		
							Centro-Sul Fluminense		
							Baixadas Litorâneas		
							Noroeste Fluminense		
							Médio Paraíba		
							Norte Fluminense		

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0302 - EFETIVIDADE DA GESTÃO ESCOLAR

2028 Autonomia Financeira e Administrativa das Escolas

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Unidade de ensino operacionalizada com descentralização de recursos</i>	unidade	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00
		901,00	901,00	901,00	901,00	901,00
				Serrana		Metropolitana

7894 CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE ENSINO E DESPORTOS (CED/PMERJ)

FINALIDADE: CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE ENSINO E DESPORTOS (CED/PMERJ) NA FAZENDA DOS AFONSOS (CFAP0 PARA ATENDER POLICIAIS MILITARES, SEUS FAMILIARES E PENSIONISTA, DOTADO DE CRECHE E COM FORMAÇÃO EDUCACIONAL DESDE O ENSINO INFANTIL ATÉ O SUPERIOR.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
COMPLEXO DE ENSINO E DESPORTOS (CED/PMERJ)	unidade	1,00	-	-	-	1,00
						Estado

7895 CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE ENSINO E DESPORTOS (CED/CBMERJ)

FINALIDADE: CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE ENSINO E DESPORTOS (CED/CBMERJ) EM GUADALUPE (CFAP) PARA ATENDER BOMBEIROS MILITARES, SEUS FAMILIARES E PENSIONISTA, DOTADO DE CRECHE E COM FORMAÇÃO EDUCACIONAL DESDE O ENSINO INFANTIL ATÉ O SUPERIOR.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
COMPLEXO DE ENSINO E DESPORTOS (CED/CBMERJ)	unidade	1,00	-	-	-	1,00
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0303 - PADRÃO DE QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA REDE

Objetivo: Transformar o IGAJ de todas as unidades escolares para maior que três, uma vez que possuir IGAJ acima de três representa estar classificada como de infraestrutura "boa" ou "ótima", propiciando um ambiente adequado para a realização das atividades pedagógicas em todas as unidades escolares mediante recuperação, manutenção, reforma e ampliação da estrutura predial e patrimonial.

Unidade Gestora: 1801 - Secretaria de Estado de Educação

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
3.258.136.108	304.195.699	-	3.562.331.807

1546 Ampliação da Rede e Melhoria da Infraestrutura

FINALIDADE: Ampliar e melhorar a infraestrutura da rede de escolas públicas estaduais.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade da Escola SEEDUC inaugurada	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
Unidade de ensino atendida pelo pacote de Reformas Gerais	unidade	44,00	64,00	64,00	64,00	236,00	Metropolitana
Unidade de ensino atendida pelo pacote Demolição e Reconstrução	unidade	13,00	12,00	15,00	15,00	55,00	Metropolitana
Unidade de ensino atendida pelo programa de Intervenção na Escola	unidade	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00	Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0303 - PADRÃO DE QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA REDE

1546 Ampliação da Rede e Melhoria da Infraestrutura

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade de ensino atendida pelo programa Preservando Escolas	unidade	9,00	9,00	9,00	6,00	33,00	Costa Verde
		12,00	12,00	12,00	12,00	48,00	Centro-Sul Fluminense
		19,00	19,00	19,00	19,00	76,00	Noroeste Fluminense
		24,00	18,00	18,00	18,00	78,00	Baixas Litorâneas
		24,00	24,00	24,00	24,00	96,00	Serrana
		26,00	24,00	24,00	24,00	98,00	Norte Fluminense
		26,00	26,00	26,00	26,00	104,00	Médio Paraíba
		123,00	122,00	122,00	122,00	489,00	Metropolitana

1676 Reequipamento de Unidades Educacionais

FINALIDADE: Modernizar as unidades escolares através do reaparelhamento, possibilitando um melhor desenvolvimento das atividades educacionais.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0303 - PADRÃO DE QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA REDE

1676 Reequipamento de Unidades Educacionais

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Rede de ensino operacionalizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Metropolitana
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Noroeste Fluminense
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Norte Fluminense
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Baixas Litorâneas
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Serrana
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Médio Paraíba
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Centro-Sul Fluminense
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Costa Verde

2179 Aperfeiçoamento e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica

FINALIDADE: Modernizar a infraestrutura tecnológica da rede de escolas da SEEDUC.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Programa: 0303 - PADRÃO DE QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA REDE

2229 Transporte Escolar

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Aluno beneficiado pelo programa estadual de transporte escolar</i>	unidade	50.095,00	50.095,00	50.095,00	50.095,00	200.380,00
		271.193,00	271.193,00	271.193,00	271.193,00	1.084.772,00
						Serrana Metropolitana

2421 Nutrição Escolar

FINALIDADE: Suprir as necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência na escola, diminuir a evasão escolar, melhorar o rendimento e formar bons hábitos alimentares para a manutenção da saúde do aluno.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEEDUC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Merenda escolar fornecida a alunos da rede estadual de ensino</i>	unidade/ mês	17.335,00	17.335,00	17.335,00	17.335,00	69.340,00
		25.115,00	25.115,00	25.115,00	25.115,00	100.460,00
		28.401,00	28.401,00	28.401,00	28.401,00	113.604,00
		37.680,00	37.680,00	37.680,00	37.680,00	150.720,00
		66.811,00	66.811,00	66.811,00	66.811,00	267.244,00
		73.236,00	73.236,00	73.236,00	73.236,00	292.944,00
						Costa Verde Centro-Sul Fluminense Nordeste Fluminense Baixadas Litorâneas Serrana Norte Fluminense

2421 Nutrição Escolar

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Merenda escolar fornecida a alunos da rede estadual de ensino	unidade/ mês	83.202,00	83.202,00	83.202,00	83.202,00	332.808,00	Médio Paraíba
		717.220,00	717.220,00	717.220,00	717.220,00	2.868.880,00	Metropolitana

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO - SEH

Atribuições da Secretaria

A SEH, como órgão de planejamento, coordenação e integração da Política Estadual de Habitação, bem como as operações de assuntos pertinentes aos projetos e programas na área de regularização fundiária tem como principais atribuições:

- Interagir com outros órgãos do Estado e de outras esferas governamentais e não governamentais, visando ao desenvolvimento da política habitacional;
- Interagir com órgãos e entidades financiadoras de projetos habitacionais, visando ao desenvolvimento da política habitacional do Estado;
- Cooperar com entidades públicas e privadas que tenham interesse no desenvolvimento habitacional do Estado;
- Representar-se em conselhos, comissões, plenários, grupos de trabalho em articulação com as esferas federal, estadual, municipal, entidades públicas e privadas, entidades do terceiro setor e instituições nacionais e internacionais;
- O Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS, vinculado à SEH, criado pela Lei nº 4.962/2006 e regulamentado através do Decreto nº 40.064/2007, tem como objetivo principal garantir recursos permanentes para financiamento de programas e projetos habitacionais do Estado, priorizando o atendimento à população de baixa renda e visando erradicar moradias inadequadas em todo o Estado do Rio de Janeiro. Com a finalidade de melhor implementar a ação da política habitacional no Estado do Rio de Janeiro, foi definido que o percentual fixo de 10% do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e à Desigualdade Social - FECPS, seja aplicado, obrigatoriamente, no FEHIS, conforme Lei Complementar nº 122, de 12 de dezembro de 2008.

Diagnóstico da Área

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2007, o déficit de unidades habitacionais em todo o país foi calculado em 6273 milhões de domicílios e cerca de 478,9 mil unidades no Estado do Rio de Janeiro, sendo 378,80 mil na RMRJ e 100,10 mil no interior do Estado, o qual está concentrado nos extratos mais baixos de renda da população, ou seja, na faixa de renda até 3 salários mínimos. O déficit habitacional compreende moradias improvisadas ou com deficiências estruturais, e outras milhares de moradias consideradas inadequadas sob o ponto de vista habitacional por carência de infraestrutura, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária exclusiva, problemas de documentação ou adensamento excessivo, as quais deveriam ser objeto de um programa de melhorias habitacionais.

Este quadro deficitário de moradias adequadas resulta principalmente do processo de urbanização descontrolado, cujas consequências podem ser vistas sob os viadutos e pontes, nas encostas, nos vales de rios, nas construções de edificações de padrões subnormais, no processo de coabitação de mais de uma família na mesma moradia verifica-se, principalmente na RMRJ, mas já apresenta um crescimento nas cidades de médio e pequeno porte do interior do Estado.

Este cenário se agrava ao considerarmos os efeitos perversos causados pelas grandes mudanças climáticas que vem ocorrendo no mundo, na medida em que muitos domicílios quer pela precária estrutura, quer por estarem localizados em áreas de risco, são devastados. As recentes chuvas de expressiva intensidade que atingiram a Região Serrana deixaram marcas inesquecíveis, com centenas de mortos em cinco municípios. É evidente que o meio ambiente está dando sinais de exaustão frente à ousadia do homem em ocupar áreas que deveriam ser permanentemente preservadas.

A relação entre estas tragédias e o insucesso das políticas de acesso à moradia e controle no uso e ocupação do solo urbano no Estado do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, não deixam dúvidas. Certamente o novo quadro climático exigirá necessidade de adaptações.

Reverter este cenário é o desafio atual, onde o aumento da oferta de moradia à população de baixa renda pode ser materializado através de ações conjuntas dos governos federal, estadual e municipal. Assim, é fundamental que a questão habitacional seja tratada como política pública de interesse social, levando-se em conta a necessidade de se estabelecer o planejamento para o setor.

POLÍTICA ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Relação com a Política Nacional de Habitação e articulação com o Governo Federal

A Política Estadual de Habitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em perfeita consonância com os objetivos da Política Nacional de Habitação, formulada pelo Governo Federal, busca retomar o processo de planejamento do setor habitacional e promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população do Estado, sendo considerada como prioridade a habitação de interesse social.

Com a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado – PEHIS, o Governo do Estado articula-se com o Governo Federal, bem como com os municípios, visando formular as estratégias, diretrizes e ações a serem implementadas no Estado do Rio de Janeiro, que resultem no aumento da oferta de moradia à população de baixa renda, e modifiquem de forma decisiva o quadro do déficit e da inadequação habitacional no Estado.

Integração com a Política Habitacional do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, cujo Programa Minha Casa, Minha Vida prevê a construção no Estado do Rio de Janeiro de 74.657 unidades, sendo 40% destinadas aos extratos de renda até 3 salários mínimos.

O Estado do Rio de Janeiro, para viabilizar a implantação do programa, já disponibilizou para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, 5 áreas (Barros Filho, Cidade de Deus, Santa Cruz, Costa Barros e Palmares) onde está prevista a construção de 2.300 unidades habitacionais. Recentemente a área Frei Caneca foi doada ao FNHIS, onde está prevista a construção de 2.500 unidades.

Articulação com os Municípios

Com a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado – PEHIS, o governo do Estado articula-se com os municípios, visando formular as estratégias, diretrizes e ações a serem implementadas no Estado do Rio de Janeiro, que resultem no aumento da oferta de moradia à população de baixa renda, e modifiquem de forma decisiva o quadro do déficit e da inadequação habitacional no Estado.

A SEH vem promovendo oficinas de capacitação, em parceria com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal, visando dar assistência técnica aos municípios do Estado na formulação de seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

Articulação com outras políticas públicas: saneamento, transportes, energia, meio ambiente, saúde e ação social.

A Política Estadual de Habitação não está pautada tão somente na construção de novas unidades habitacionais. Tal instrumento, ora em elaboração, deverá incorporar uma ação articulada com as políticas urbana, fundiária, de saneamento, de transportes, energia, meio ambiente, saúde e ação social do Governo Federal, do Estado, bem como dos municípios, e assim, estabelecer estratégias de enfrentamento da questão habitacional, definindo programas, tipologias, prazos, processos de construção e recursos.

Macro-objetivo

Redução do déficit habitacional através da melhoria das condições de moradia, infraestrutura e regularização fundiária.

Objetivos Setoriais

- Construção de unidades habitacionais, incluindo o Projeto “Núcleos Habitacionais Integrados”;
- Melhorias habitacionais;
- Recuperação de conjuntos habitacionais;
- Urbanização de assentamentos precários;
- Regularização fundiária / titulação;
- Reabilitação de imóveis de propriedade do Estado na área central da Cidade do Rio de Janeiro.

Indicadores Setoriais

- Déficit Habitacional. Fonte: Fundação João Pinheiro / Ministério das Cidades / IBGE;
- Inadequação Habitacional. Fundação João Pinheiro / Ministério das Cidades / IBGE.

Ambos os indicadores podem ter como base o Censo ou a PNAD do IBGE. Com base na PNAD (bianual) não é possível, no entanto, o detalhamento do déficit habitacional para os municípios. Isso só pode ser feito a partir dos dados dos censos demográficos, realizados a cada dez anos.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0051 - PRODUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE HABITAÇÃO POPULAR

Objetivo: Melhorar as condições de salubridade e habitabilidade de conjuntos habitacionais e áreas favelizadas e diminuir o déficit habitacional, elevando o nível da qualidade de vida das famílias menos favorecidas e contribuindo para o resgate da sua dignidade e cidadania.

Unidade Gestora: 1971 - Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
83.399.485	8.282.444	-	91.681.929

1570 Projeto Habitacional a cargo do Fundo - FNHIS

FINALIDADE: Diminuir o déficit habitacional, ampliando a oferta de unidades habitacionais, e promover a regularização de ocupações irregulares, com a titulação de posseiros, o ordenamento espacial das áreas ocupadas e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade habitacional construída	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Serrana
		27,00	-	-	-	27,00	Centro-Sul Fluminense
		43,00	-	-	-	43,00	Norte Fluminense
		79,00	-	-	-	79,00	Metropolitana
		206,00	-	-	-	206,00	Médio Paraíba

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0051 - PRODUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE HABITAÇÃO POPULAR

5273 Recuperação e Melhorias em Conjuntos Habitacionais

FINALIDADE: Melhorar as condições de habitabilidade dos conjuntos habitacionais, recuperando-os e construindo equipamentos comunitários.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade habitacional recuperada	unidade	23,00	-	-	-	23,00	Serrana
		174,00	-	-	-	174,00	Norte Fluminense
		5.874,00	-	-	-	5.874,00	Metropolitana

5274 Construção de Unidades Habitacionais

FINALIDADE: Diminuir o déficit habitacional através da ampliação da oferta de unidades habitacionais e facilitação da obtenção de moradias populares.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade habitacional construída	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Noroeste Fluminense
		79,00	-	-	-	79,00	Médio Paraíba
		85,00	-	-	-	85,00	Centro-Sul Fluminense
		107,00	-	-	-	107,00	Serrana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0051 - PRODUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE HABITAÇÃO POPULAR

5274 Construção de Unidades Habitacionais

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Unidade habitacional construída</i>	unidade	119,00	-	-	-	119,00	Norte Fluminense
		2.163,00	-	-	-	2.163,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0052 - NOSSA TERRA

Objetivo: Democratizar o acesso ao solo urbano e rural através da regularização fundiária e urbanística promovendo a titulação dos posseiros, o ordenamento espacial das áreas e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade Gestora: 1931 - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
145.052.726	6.715.123	-		151.767.849

1557 Assentamento e Reassentamento de Famílias Assistidas pelo ITERJ

FINALIDADE: Suprir a insuficiência/inexistência de unidades habitacionais, através de método construtivo rápido, pré-moldados, de modo a suprir demandas constantes e também emergências causadas por eventuais fenômenos climáticos severos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO ITERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade habitacional instalada	unidade	200,00	300,00	300,00	300,00	1.100,00	Estado

2708 Fundo de Terras do Estado do Rio de Janeiro

FINALIDADE: Proporcionar recursos financeiros de natureza suplementar para o atendimento das demandas dos assentamentos urbanos e rurais inscritos no ITERJ.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO ITERJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0052 - NOSSA TERRA

2708 Fundo de Terras do Estado do Rio de Janeiro

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Assentamento urbano/rural atendido	unidade	14,00	2,00	2,00	2,00	20,00
						Estado

2709 Cooperação Técnica em Regularização Fundiária de Int Social junto aos Municípios

FINALIDADE: Promover a municipalização da regularização fundiária, permitindo o acesso à terra para os moradores dos assentamentos precários, ampliando a descentralização das intervenções mediante capacitação, apoio técnico e assessoramento necessárias à formação de Núcleos Municipais de Regularização Fundiária, prioritariamente na Região Metropolitana.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO ITERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Assistência técnica em regularização fundiária efetivada	unidade	31,00	17,00	21,00	23,00	92,00
						Estado

2710 Regularização Fundiária de Interesse Social

FINALIDADE: Garantir o acesso à terra urbana e rural através do reconhecimento do direito à moradia legalizada, mediante a outorga de instrumento específico de Regularização Fundiária de Interesse Social - RFIS que garanta a segurança jurídica da posse e da moradia formal e digna.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO ITERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Instrumento de regularização fundiária operacionalizado	unidade	10.600,00	11.000,00	13.000,00	15.000,00	49.600,00
						Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0052 - NOSSA TERRA

2711 Levantamento Físico e Socioeconômico para Efeito de RFIS

FINALIDADE: Identificar os dados e recolher os documentos pessoais dos moradores, com caracterização social, física e ambiental das comunidades com apresentação de demandas por infraestrutura, tal e erradicação das áreas de risco, bem como as diretrizes elaboradas e aprovadas pelas comunidades, a serem encaminhadas às Prefeituras Municipais, a fim de legalizá-las e inseri-las na cidade formal, com a análise do perfil socioeconômico dos moradores, serviços públicos, equipamentos comunitários, melhoria da qualidade ambiental.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO ITERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Cadastro/diagnóstico socioeconômico e físico ambiental realizado</i>	unidade	6.100,00	7.625,00	9.150,00	10.675,00	33.550,00
<i>Levantamento físico realizado</i>	unidade	6.100,00	7.625,00	9.150,00	10.675,00	33.550,00
						Estado
						Estado

2712 Consolidação dos Assentamentos Rurais e Urbanos

FINALIDADE: Garantir a consolidação dos assentamentos assistidos pelo ITERJ através do fortalecimento de ações e projetos estruturantes.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO ITERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Assentamento urbano/rural assistido</i>	unidade	10,00	14,00	19,00	21,00	64,00
						Estado

3525 Implantação de Portal de Comunicação

FINALIDADE: Implantar Portal de Comunicação, suprimindo a insuficiência/ inexistência de hardware e software de modo a possibilitar maior efetividade, eficiência e eficácia nas ações do ITERJ, bem como sua interface com os demais órgãos da Administração Estadual.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO ITERJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0052 - NOSSA TERRA
3525 Implantação de Portal de Comunicação

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Portal desenvolvido	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

A411 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos Rurais

FINALIDADE: Viabilizar a sustentabilidade produtiva e social dos assentamentos rurais assistidos pelo ITERJ.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: MDA / INCRA / EMATER E INEA

UNIDADE DE PLANEJAMENTO ITERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Apoio à produção e ao desenvolvimento social concedido	unidade	2.198,00	2.198,00	2.198,00	2.198,00	2.198,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0286 - GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL

Objetivo: Reduzir o déficit habitacional e a inadequação habitacional do Estado do Rio de Janeiro.

Unidade Gestora: 1901 - Secretaria de Estado de Habitação

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
220.090.352	1.896.047	-	221.986.399

3438 Realização de Estudos Técnicos

FINALIDADE: Desenvolver no âmbito da Secretaria de Estado de Habitação estudos técnicos relacionados ao desenvolvimento de novos projetos e novos marcos institucionais dentro da Política Habitacional do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEH

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Manual técnico elaborado	unidade	1,00	1,00	-	-	2,00	Estado
Modelo de gestão condominial desenvolvido	unidade	1,00	1,00	1,00	-	3,00	Estado
Programa habitacional desenvolvido	unidade	-	1,00	1,00	-	2,00	Estado
Projeto de reestruturação elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

3439 Elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social-PEHIS

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0286 - GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL

3439 Elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social-PEHIS

FINALIDADE: Formular a estratégia de identificação e enfrentamento das necessidades habitacionais do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEH

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Encontro técnico realizado	unidade	1,00	-	-	-	1,00
Plano elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00
						Estado
						Estado

3440 Acompanhamento da Execução do Plano Est. de Habitação de Interesse Social-PEHIS

FINALIDADE: Realizar avaliações anuais sobre o impacto das ações previstas no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social-PEHIS na redução do déficit habitacional e na inadequação social.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEH

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Relatório de acompanhamento elaborado	unidade	-	1,00	1,00	1,00	3,00
						Estado

3441 Capacitação de Representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada

FINALIDADE: Capacitar representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada para regularização fundiária e implantação dos programas habitacionais.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEH

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0286 - GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL

3441 Capacitação de Representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
<i>Encontro técnico realizado</i>	unidade	1,00	1,00	-	-	Estado
		TOTAL DO PPA				
		2,00				

3442 Banco de Terras

FINALIDADE: Adquirir áreas para compor Banco de Terras.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEH

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
<i>Imóvel adquirido</i>	m²	200.000,00	1.900.000,00	1.950.000,00	1.950.000,00	Estado
		TOTAL DO PPA				
		6.000.000,00				

3443 Relocação de Moradores de Assentamentos Populares em Áreas de Risco/Insalubres

FINALIDADE: Garantir a moradia temporária a famílias removidas de áreas de risco e insalubres, através de aluguel social ou, se for o caso, indenizações.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEH

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
<i>Aluguel social/ indenização concedido</i>	unidade	416,00	396,00	375,00	334,00	Estado
		TOTAL DO PPA				
		1.521,00				

3444 Reabilitação de Imóveis para Fins Habitacionais

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0286 - GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL

3444 Reabilitação de Imóveis para Fins Habitacionais

FINALIDADE: Utilizar socialmente os imóveis de propriedade do Estado localizados na área central da cidade do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEH

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
Unidade habitacional / reabilitada	unidade	20,00	80,00	80,00	80,00	260,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0287 - NÚCLEOS HABITACIONAIS INTEGRADOS

Objetivo: Redução do déficit habitacional no Estado do Rio de Janeiro e atendimento da demanda gerada pelos investimentos estratégicos em curso no Estado.

Unidade Gestora: 1901 - Secretaria de Estado de Habitação

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
13.100.000	-	-	13.100.000

3445 Desenvolvimento de Modelo de Projeto

FINALIDADE: Elaborar modelo de projeto para viabilizar a implantação do Programa Núcleos Habitacionais Integrados.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEH

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Modelo de projeto elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00
						Estado

3446 Realização de Estudos de Viabilidade Técnica

FINALIDADE: Desenvolver estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e oportunidade para o desenvolvimento do Programa Núcleos Habitacionais Integrados.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEH

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0287 - NÚCLEOS HABITACIONAIS INTEGRADOS

3446 Realização de Estudos de Viabilidade Técnica

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Estudo técnico realizado</i>	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0311 - PRODUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Objetivo: Diminuir o déficit habitacional do Estado.

Unidade Gestora: 1971 - Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
458.607.999	120.000.000	-	578.607.999

3526 Produção de Unidades Habitacionais

FINALIDADE: Reduzir o déficit habitacional através da ampliação da oferta de unidades habitacionais e facilitar a obtenção de moradias populares.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade habitacional construída	unidade	217,00	105,00	-	-	322,00	Noroeste Fluminense
		327,00	653,00	-	-	980,00	Baixadas Litorâneas
		74,00	43,00	705,00	600,00	1.422,00	Serrana
		3.892,00	7.884,00	300,00	200,00	12.276,00	Metropolitana

3527 Construção de Unidades Habitacionais em Polos de Desenvolvimento Econômico

FINALIDADE: Atender a demanda por habitação e infraestrutura de urbanização a ser gerada pelos grandes investimentos estratégicos no Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0311 - PRODUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

3527 Construção de Unidades Habitacionais em Polos de Desenvolvimento Econômico

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade habitacional construída	unidade	-	200,00	200,00	200,00	600,00	Costa Verde
		-	400,00	200,00	200,00	800,00	Médio Paraíba
		-	500,00	700,00	700,00	1.900,00	Norte Fluminense
		-	900,00	900,00	900,00	2.700,00	Metropolitana

3528 Aquisição de Unidades Habitacionais

FINALIDADE: Diminuir o déficit habitacional do Estado, ampliando a oferta de unidades habitacionais com mais agilidade, através da compra de empreendimentos prontos ou em construção, dotados de infraestrutura de urbanização.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade habitacional adquirida	unidade	50,00	50,00	-	-	100,00	Noroeste Fluminense
		-	-	50,00	50,00	100,00	Norte Fluminense
		50,00	50,00	50,00	50,00	200,00	Serrana
		200,00	200,00	200,00	200,00	800,00	Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0311 - PRODUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

6110 PROGRAMA HABITACIONAL ESPECIAL PARA POLICIAIS E BOMBEIROS

FINALIDADE: CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA HABITACIONAL COM LINHA DE CRÉDITO DIRETA PARA POLICIAIS E BOMBEIROS, PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL, COM DESCONTO DIRETO EM FOLHA.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
PROGRAMA HABITACIONAL ESPECIAL PARA POLICIAIS E BOMBEIROS	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0312 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E MELHORIAS EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES

Objetivo: Melhoria das condições de moradia e integração urbana para a população de baixa renda do Estado.

Unidade Gestora: 1971 - Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
994.918.037	47.511.515	-	1.042.429.552

3529 Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais

FINALIDADE: Melhorar as condições de habitabilidade dos conjuntos habitacionais, recuperando-os e construindo equipamentos comunitários.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade habitacional recuperada	unidade	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00	Médio Paraíba
		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00	Centro-Sul Fluminense
		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	Noroeste Fluminense
		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	Norte Fluminense
		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	Serrana
		16.273,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	64.273,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0312 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E MELHORIAS EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES

3531 Titulação de Assentamentos Irregulares

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Instrumento de regularização fundiária operacionalizado	unidade	-	-	13,00	-	13,00	Médio Paraíba
		-	-	30,00	-	30,00	Centro-Sul Fluminense
		-	-	36,00	-	36,00	Baixas Litorâneas
		-	-	107,00	52,00	159,00	Noroeste Fluminense
		76,00	76,00	22,00	12,00	186,00	Norte Fluminense
		267,00	267,00	-	62,00	596,00	Serrana
		2.245,00	2.245,00	2.245,00	2.245,00	8.980,00	Metropolitana

3532 Titulação de Imóveis Existentes

FINALIDADE: Proporcionar a entrega de títulos de regularização fundiária de imóveis da Cehab que se encontram irregulares.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Instrumento de regularização fundiária operacionalizado	unidade	-	159,00	-	-	159,00	Costa Verde

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0312 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E MELHORIAS EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES

3532 Titulação de Imóveis Existentes

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Instrumento de regularização fundiária operacionalizado	unidade	69,00	69,00	70,00	69,00	277,00	Baixas Litorâneas
		396,00	163,00	164,00	164,00	887,00	Noroeste Fluminense
		386,00	296,00	415,00	297,00	1.394,00	Norte Fluminense
		375,00	375,00	375,00	375,00	1.500,00	Serrana
		4.774,00	18.708,00	18.651,00	18.650,00	60.783,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0313 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE CONTRATOS

Objetivo: Preservar do acervo documental da CEHAB, informatizar todos os dados dos empreendimentos da CEHAB e ainda reverter recursos para o tesouro do estado através da recuperação do FCVS - Fundo de Compensação das Variações Salariais.

Unidade Gestora: 1971 - Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
10.118.520	-	-	-	10.118.520

3533 Recuperação de Receita Oriunda do FCVS

FINALIDADE: Habilitar os créditos dos contratos de financiamentos dos mutuários da Cehab-RJ junto à Caixa Econômica Federal, referente ao fundo de compensação das variações salariais - FCVS.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Contrato <i>habilitado</i>	unidade	20.000,00	20.000,00	20.000,00	-	60.000,00 Estado

3534 Preservação de Documentos - Digitalização

FINALIDADE: Digitalizar os documentos da Cehab-RJ objetivando a conservação dos mesmos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO

Programa: 0313 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE CONTRATOS

3534 Preservação de Documentos - Digitalização

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Acervo técnico digitalizado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado

3535 Sistema Integrado de Informações Cadastrais

FINALIDADE: Obter um banco de dados com informações digitalizadas de todos os empreendimentos da Cehab-RJ, inclusive relação de mutuários dos imóveis residenciais e comerciais com ênfase no controle dos créditos vencidos e vincendos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CEHAB-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema integrado de informações cadastrais implantado	unidade	0,73	0,27	-	-	1,00	Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ

Atribuições da Secretaria

A Secretaria de Estado de Fazenda – SEF tem por finalidade planejar e executar a organização tributária, fiscal e financeira do Estado.

Diagnóstico da Área

Findo os quatro anos do período 2007-2010, a Secretaria de Estado de Fazenda já apresenta avanços em relação à situação encontrada em 2007. À época, persistia um desequilíbrio das contas públicas, os processos da área tributária e os de gestão financeira necessitavam ser revistos, não havia fontes de dados seguros, ou sequer séries históricas que permitissem aquilatar as projeções ou necessidades dos diversos órgãos. A área de Tecnologia da Informação, ferramenta fundamental para administração pública, estava totalmente desestruturada.

Em que pese o esforço empreendido neste período, não se esgotam as demandas por melhorias. Para os próximos quatro anos serão necessários novos investimentos que garantam o contínuo aperfeiçoamento e a sustentabilidade dos avanços alcançados.

Na área da Administração Tributária, permanece a urgência em se criarem soluções estáveis para dois problemas principais:

- a) o baixo aproveitamento do potencial de arrecadação, que exige esforços para um aumento sustentável do patamar de cumprimento das obrigações legais dos contribuintes; e
- b) o elevado custo para o Estado e para os contribuintes no cumprimento das obrigações, o que reclama a simplificação e desburocratização dos serviços da Receita Estadual.

As soluções para ambos os problemas têm de ser sustentadas em novos métodos organizacionais, comprometidos com a melhoria contínua de seus procedimentos, e terão como resultados esperados, também, uma distribuição mais equitativa da carga tributária real e um ambiente de negócios mais equilibrado, transparente e atrativo para o investimento produtivo.

Com relação à Administração Orçamentária e Financeira é imperiosa a integração entre as diversas fases do processo orçamentário, minimizando deficiências e ampliando o nível de informações gerenciais confiáveis para a tomada de decisão. Aliado ao Controle Interno, o aprimoramento da metodologia de planejamento e execução de auditoria governamental é fundamental.

Na área de Tecnologia da Informação, identifica-se a necessidade de sistemas que façam mais do que as funções básicas: que apoiem as áreas de negócio nas suas iniciativas, na tomada de decisões e nas oportunidades de fiscalização; que tragam automatismo às ações manuais apoiando processos de trabalho mais eficientes. Para que isso se torne realidade investimentos nas áreas de sistemas, infra-estrutura, segurança da Informação e Inteligência de Negócio (BI) serão fundamentais.

A partir de 2009, a regulamentação do Fundo Especial de Administração Fazendária- FAF, veio assegurar recursos para realização de despesas voltadas para a gestão e a perene modernização das atividades da Administração Fazendária.

A Escola Fazendária vem implementando programas educacionais para atender às necessidades da SEFAZ, em especial para a administração tributária. Na coordenação das ações para disseminação do Programa de Educação Fiscal, identifica a necessidade de implementação, com ampliação, do Programa alinhado com o Plano Nacional, contemplando ações passíveis de serem monitoradas, e a criação de sistema para acompanhamento dos resultados. Pretende-se desenvolver programas de orientação as demais Secretarias de Estado e Prefeituras.

Macro-objetivo

Prover e gerir os recursos financeiros do Estado com excelência, maximizando o cumprimento de obrigações tributárias, garantindo o aumento sustentável da arrecadação e promovendo a gestão fiscal responsável.

Objetivos Setoriais

- Administração Financeira, Patrimonial e Controle Interno
 - Aprimorar mecanismos de controle e gestão fiscal garantindo a solvência do Estado para a sustentabilidade dos programas de Governo;
 - Desenvolver ações de transparência fiscal com foco no cidadão, produzindo informações de fácil compreensão, desvinculadas de atributos técnicos, facilitando o controle social dos gastos públicos;
 - Revisar os procedimentos internos de forma contínua garantindo a Gestão pela Qualidade, mantendo o nível de informações gerenciais confiáveis para a tomada de decisão;
 - Fortalecer o Sistema de Controle Interno visando o aprimoramento dos instrumentos de *accountability*.
- Administração Tributária e Contencioso Fiscal
 - Implantar o “e-PAT”: promover o redesenho geral dos processos da Administração Tributária, adotando a automação do Processo Administrativo Tributário - PAT, em busca da padronização e da melhoria contínua dos procedimentos organizacionais, com foco nas metas e objetivos institucionais;
 - Implantar a “SEFAZ FÁCIL”: reestruturação do Atendimento ao Contribuinte, com ampliação acentuada do Atendimento à Distância (internet + callcenter) e a racionalização do Atendimento Presencial, para reduzir os custos do cumprimento de obrigações tributárias para o contribuinte e para o estado e aumentar a transparência da Administração Tributária;
 - Reestruturar a gestão, os sistemas e os modelos de dados de cadastro e informações econômico-fiscais, com foco no aumento da eficácia e da eficiência de fiscalização;
 - Implantar a “Fiscalização Integrada Digital”: novo modelo e sistemas de planejamento, execução, controle e acompanhamento da fiscalização, inclusive de mercadorias em trânsito, visando ao aumento sustentável da arrecadação através do combate planejado, integrado e inteligente à sonegação, elisão e evasão fiscais;
 - Promover a reestruturação organizacional da Administração Tributária, e adequar seus equipamentos e instalações físicas, com vistas às metas e resultados esperados;
 - Promover o aumento da motivação, satisfação e comprometimento dos servidores da Administração Tributária em relação às metas e objetivos organizacionais.

- Tecnologia da Informação

- Propiciar à SEFAZ um novo patamar tecnológico, através da implantação de sistemas informatizados que façam mais do que as funções básicas: que apoiem as áreas de negócio nas suas iniciativas, na tomada de decisões e nas oportunidades de fiscalização; que tragam automatismo às ações manuais apoiando processos de trabalho mais eficientes.

- Educação Fazendária

- Planejar, propor e implementar programas educacionais alinhados às políticas e que objetivem o atendimento dos resultados da SEFAZ, voltados para a Administração Tributária, Finanças, Política Fiscal e demais áreas técnicas e administrativas.

- Coordenar as ações do Programa de Educação Fiscal no Estado.

- Fundo de Administração Fazendária

- Assegurar recursos à realização de despesas com a gestão e a perene modernização das atividades da Administração Fazendária.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Programa: 0054 - MODERNIZAÇÃO DA ADMIN. DAS RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Objetivo: Dar continuidade à superação de desequilíbrios estruturais entre receita e despesa através do aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização, buscando a racionalização dos gastos e o equilíbrio das contas públicas estaduais, através da modernização dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças e gestão.

Unidade Gestora: 2001 - Secretaria de Estado de Fazenda

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
245.289.730	-	-	-	245.289.730

1003 Construção, Reforma e Reaparelhamento de Unidades da SEFAZ

FINALIDADE: Proporcionar melhor ambiente de trabalho e atendimento ao contribuinte.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEFAZ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Centro de atendimento presencial implantado	unidade	1,00	2,00	2,00	3,00	8,00	Estado
Centro de operações de fiscalização de mercadorias em trânsito implantado	unidade	-	0,50	0,50	-	1,00	Estado
Equipamento disponibilizado	unidade	50,00	100,00	100,00	150,00	400,00	Estado
Instalação reformada	unidade	2,00	3,00	3,00	3,00	11,00	Estado
Posto fiscal eletrônico implantado	unidade	-	1,00	1,00	1,00	3,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Programa: 0054 - MODERNIZAÇÃO DA ADMIN. DAS RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1038 Modernização da Estrutura de Arrecadação e Fiscalização do Estado-PMAE

FINALIDADE: Reduzir a evasão fiscal, modernizando as áreas de fiscalização do Estado e aprimorando os mecanismos de arrecadação.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEFAZ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Sistema público de escrituração digital implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00
						Estado

1645 Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAP

FINALIDADE: Racionalizar e modernizar a gestão fazendária: mapeando processos, reduzindo custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias, reduzindo a evasão fiscal por meio do fortalecimento do planejamento, controle e fiscalização, e consequentemente aumentando a arrecadação e controlando o gasto.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEFAZ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Administração Financeira Modernizada	unidade	0,20	0,25	0,45	-	0,90
Administração Tributária Modernizada	unidade	0,15	0,20	0,30	-	0,65
Gestão de Recursos Estratégicos Modernizada	unidade	0,05	0,10	0,10	-	0,25
Gestão Estratégica Integrada Modernizada	unidade	0,20	0,20	0,40	-	0,80
						Estado
						Estado
						Estado
						Estado

2045 Cupom Mania

FINALIDADE: Promover as iniciativas de disseminação das políticas de educação fiscal com vistas ao incremento da arrecadação tributária.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Programa: 0054 - MODERNIZAÇÃO DA ADMIN. DAS RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2045 Cupom Mania

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEFAZ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Prêmio Cupom Mania concedido	unidade	450,00	450,00	450,00	450,00	1.800,00
						Estado

2051 Gestão e Modernização da Administração Fazendária

FINALIDADE: Modernizar a administração e as áreas de fiscalização fazendária, visando o equilíbrio das contas públicas e o aumento da arrecadação.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEFAZ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Equipamento disponibilizado	unidade	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Instalação reformada	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00
Servidor público estadual treinado/qualificado	unidade	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Sistema desenvolvido e implantado	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00
						Estado
						Estado
						Estado
						Estado

2252 Escola de Educação Fazendária

FINALIDADE: Capacitação e desenvolvimento de competências dos servidores fazendários, visando atingir os objetivos da SEFAZ, e ampliação do programa de Educação Fiscal junto à sociedade

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEFAZ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Programa: 0054 - MODERNIZAÇÃO DA ADMIN. DAS RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2252 Escola de Educação Fazendária

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Biblioteca Virtual implantada</i>	unidade	0,10	0,20	0,50	0,20	1,00
<i>Plano de Capacitação e Educação Continuada elaborado</i>	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
<i>Plano de Capacitação e Educação Continuada implantado</i>	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
<i>Programa de Educação Fiscal monitorado e ampliado</i>	unidade	0,10	0,15	0,20	0,30	0,75

2713 Administração Fazendária

FINALIDADE: Ampliação e processamento de informações econômico-financeiras para incremento da arrecadação tributária.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEFAZ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Parceria/estudo realizado</i>	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00
<i>Pesquisa de preços realizada</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
<i>Tabela para cobrança do IPVA elaborada</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

3539 Receita Nova

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Programa: 0054 - MODERNIZAÇÃO DA ADMIN. DAS RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

3539 Receita Nova

FINALIDADE: Dotar a Administração Tributária do RJ de métodos e sistemas capazes de promover o aumento sustentável da arrecadação.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEFAZ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Barreira Eletrônica - sistema de fiscalização de mercadorias definido	unidade	-	3,00	0,40	0,30	1,00	Estado
e-PAT - Processo Administrativo Tributário eletrônico implantado	unidade	-	0,30	0,40	0,30	1,00	Estado
Modelo de dados Business Intelligence da Receita Estadual implantado	unidade	-	0,30	0,40	0,30	1,00	Estado
Processo da Administração Tributária redesenhado	unidade	0,04	0,46	0,25	0,25	1,00	Estado
SEFAZ Fácil - atendimento ao contribuinte realizado à distância	unidade	-	0,30	0,40	0,30	1,00	Estado
Sistema de Fiscalização Digital implantado	unidade	-	0,30	0,40	0,30	1,00	Estado
Sistema de Gestão do Crédito Tributário (GCT) implantado	unidade	-	0,30	0,40	0,30	1,00	Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL – CASA CIVIL

Atribuições da Secretaria

- Promover relações governamentais com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autoridades civis, entidades políticas, religiosas, classistas e o público em geral;
- Transmitir aos demais Secretários de Estado e outras autoridades estaduais diretrizes fixadas pelo Governador;
- Supervisionar a gestão administrativa, financeira e orçamentária da Casa Civil;
- Analisar e proferir pareceres jurídicos nos processos administrativos que tenham por objeto decisão do Governador;
- Desenvolver trabalho de análise e elaboração de mensagens e respectivos anteprojeto de lei, bem como dos Decretos;
- Proceder análise de minutas de decretos, portarias, deliberações, estruturas organizacionais, regimentos internos e outros expedientes de diversos órgãos do poder executivo, em sua maioria para fins de publicação, além de outros assuntos encaminhados para despacho do Governador, do Secretário da Casa Civil ou dos titulares dos diversos órgãos que compõem a estrutura do Poder Executivo;
- Analisar as minutas dos editais de licitações, bem como dos contratos, convênios ou ajustes a serem celebrados no âmbito da Casa Civil e da Governadoria do Estado;
- Coordenar a elaboração dos atos de exoneração e nomeação de cargos em comissão das estruturas dos órgãos do Poder Executivo estadual;
- Articular-se com as empresas estatais e com os setores competentes da administração estadual direta e indireta para pleno cumprimento, nos atos de controle acionário dos objetivos programáticos, administrativos e operacionais fixados pelo governo e pelas empresas vinculadas à estrutura organizacional do poder executivo;
- Controlar e executar as atividades remanescentes das empresas do estado em liquidação, especialmente pela gestão dos seus ativos e pelo cumprimento das obrigações pendentes, inclusive os direitos dos empregados e créditos de acionistas;
- Prestar assistência ao Governador do Estado no desempenho de suas missões, incumbindo-se, inclusive, da promoção de sua segurança pessoal e de outros dignitários por ele determinados;
- Coordenar a política do sistema de telecomunicações do Governo do Estado;
- Planejar, coordenar, executar e controlar as atividades referentes ao emprego operacional das aeronaves do Estado;
- Planejar, controlar e executar todos os atos necessários para programação, agendamento e execução dos eventos e solenidades com a participação do Governador do Estado;
- Articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo Federal e governo do Distrito Federal no sentido de agilizar a solução dos assuntos de interesse do Estado;
- Prestar assistência às autoridades estaduais, quando do exercício de suas atividades na capital federal;
- Promover os estudos dos problemas internacionais que afetam o Estado do Rio de Janeiro propondo normas e políticas do seu interesse e medidas tendentes a facilitar o relacionamento do Estado com as entidades internacionais, as representações consulares e as comunidades internacionais estabelecidas no Estado;
- Incentivar e executar parcerias entre órgãos públicos e a sociedade, visando promover programas na área social, especialmente no combate à pobreza e à fome;
- Assistir o Governador do Estado, direta e imediatamente, nos assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social do governo e de implantação de programas informativos;
- Coordenar a supervisão e o controle da publicidade dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta e indireta.

Diagnóstico da Área

A CASA CIVIL é órgão integrante da estrutura da Administração Direta Estadual. Sua finalidade é assistir ao Governador do Estado no desempenho das suas atribuições e nos assuntos alusivos à coordenação administrativa, aos atos de gestão da Chefia do Poder Executivo, às relações governamentais com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades internacionais, autoridades civis, entidades políticas, religiosas, classistas e o público em geral.

Buscando alcançar de modo eficiente seus objetivos, estão sendo desenvolvidos programas que visam a melhoria na execução de suas funções, com destaque para o Desenvolvimento de Sistema de Informação e Gestão Documental Estadual, promovendo eficiência na administração pública e garantindo o acesso rápido às informações. Está prevista também a continuação do Programa de Restauração e Operacionalização dos Palácios, mantendo os prédios públicos em condições adequadas de funcionamento e preservando o patrimônio. Além disto, está sendo criado o Programa Implantação de Sistemas e Procedimentos de Gestão Predial, visando estabelecer um modelo de gestão predial terceirizado.

Na área de atuação do Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro – EGP - RIO, o Programa de Gestão de Convênios e Projetos Estruturantes busca garantir a plena e correta execução dos convênios celebrados com os governos Federal e Municipal, além de assegurar a adimplência do ERJ, de modo a garantir a captação de novos recursos.

Ainda na área de atuação do EGP - RIO, foi criado o Programa Coordenação do Trabalho Social para a População em Áreas Carentes e de Risco, que implementará ações sociais preventivas e corretivas aos impactos gerados pelas obras nos territórios beneficiados por programas do Governo Federal e nas áreas afetadas por calamidades, promovendo o desenvolvimento social das mesmas.

Diante dos grandes eventos que estão previstos para acontecer no Estado, a Casa Civil integrará o Programa Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, buscando gerenciar os projetos que estão sendo desenvolvidos, de forma a assegurar o sucesso de sua realização.

Na área da Subsecretaria de Comunicação Social, o Programa Divulgação das Ações de Governo terá como meta dar transparência e agilidade na obtenção de informações, pela população, junto ao Governo Estadual.

No tocante à Subsecretaria Militar, a continuidade do Programa Desenvolvimento das Atividades de Segurança Oficial garantirá a assistência ao Governador do Estado no desempenho de suas missões, incumbindo-se de sua segurança pessoal e de outros por ele determinados.

Os Órgãos vinculados à Secretaria possuem relevante papel no planejamento, controle, e gerenciamento em áreas de grande importância na coordenação administrativa. Neste sentido, várias ações estão sendo desenvolvidas para aperfeiçoamento dos seus objetivos, destacando-se, entre outras:

A Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON - RJ, através do Programa Estruturação do Novo PROCON, buscará ampliar o atendimento às reclamações formalizadas, via telefone e internet, promover campanhas de conscientização dos direitos do consumidor, além de melhorar a quantidade de postos de atendimento nos municípios do Estado. Está prevista, ainda, a realização de concurso público e implantação da nova sede visando ao fortalecimento da Autarquia.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSP e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, dando continuidade ao Programa de Regulação de Serviços Públicos Concedidos, buscam o aprimoramento na fiscalização das concessões e permissões, garantindo a eficiência nos serviços prestados à população.

O Programa de Modernização dos Serviços Operacionais do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN desenvolverá ações que propiciem o atendimento adequado e de excelência aos usuários

dos serviços de habilitação, licenciamento de veículos e identificação civil, desenvolvendo, ainda campanhas de conscientização e educação no trânsito.

Na área pertinente à Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ, com o Programa Gestão dos Serviços de Loteria do Estado do Rio de Janeiro, a Autarquia irá aperfeiçoar a gestão dos serviços de loteria em todo o Estado, buscando incrementar a receita estadual.

Com relação ao Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, o Programa de Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Administração Pública Estadual buscará aumentar a eficiência e a agilidade da gestão pública, através da modernização da rede de comunicação e transmissão de dados do Governo do Estado, do parque computacional, do acervo de sistemas e bases de dados, e de armazenamento de informações. Por outro lado, com a continuidade do Programa de Inclusão Digital, o Estado irá incrementar a disseminação da tecnologia de informática e de internet, especialmente para os segmentos menos favorecidos e socialmente excluídos da população fluminense, possibilitando o acesso aos serviços eletrônicos oferecidos pelo Governo. Além destas ações, a criação do Programa Desenvolvimento de Políticas Públicas de Governança em Tecnologia de Informação e Comunicação propiciará a implementação da governança eletrônica, levando à eficiência da gestão pública.

Na área da Imprensa Oficial - IO, o fortalecimento do Programa Divulgação dos Atos Oficiais e Particulares, com a implementação do sistema de gerenciamento de publicações oficiais (e-dofs), propicia agilidade, economia e segurança na publicação dos atos oficiais. Além disto, pretende-se modernizar e reaparelhar a IO visando o aumento da capacidade e da qualidade dos impressos gráficos, bem como informatizar o Diário Oficial.

Macro-objetivo

Gestão e articulação das ações de governo para suporte às decisões do Chefe do Executivo.

Objetivos Setoriais

- Aprimorar a gestão e articulação das ações de Governo, através da modernização da rede de comunicação e transmissão de dados do Governo do Estado;
- Fortalecimento dos programas de divulgação dos atos oficiais e particulares;
- Gerenciar os projetos relativos à Copa do Mundo 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, de forma a garantir o seu sucesso;
- Promover maior transparência e agilidade na obtenção de informações, pela população, junto ao Governo Estadual;
- Aprimorar mecanismos de gerenciamento de convênios e projetos estruturantes;
- Garantir assistência ao Governador do Estado no desempenho de suas missões, incumbindo-se de sua segurança pessoal;
- Aperfeiçoar o atendimento ao cidadão e promover campanhas de conscientização dos direitos do consumidor;
- Aperfeiçoar a fiscalização das concessões e permissões de serviços públicos, garantindo a qualidade do serviço prestado ao cidadão;
- Aprimorar a gestão dos serviços de loteria do Estado, visando incrementar a receita estadual;
- Modernizar os serviços de atendimento ao cidadão e promover campanhas de conscientização de educação no trânsito.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0055 - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL ESTADUAL

Objetivo: Implantar política de gestão de documentos no âmbito do Poder Executivo, promovendo eficiência na administração pública e atendendo o direito à informação do cidadão com agilidade e garantindo a transparência da Administração Pública.

Unidade Gestora: 2101 - Secretaria de Estado da Casa Civil

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
30.136.102	237.000	-	-	30.373.102

1077 Implantação de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos

FINALIDADE: Transformar os atuais processos administrativos em digitais, por meio de uma solução de gestão de processos integrada com gestão de documentos, garantindo rápido acesso às informações, controle do fluxo de documentos, liberação de espaço físico, redução do manuseio e acompanhamento automático das ações executadas em cada momento.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CASA CIVIL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Instrumento de gestão de documento aprovado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Sistema informatizado ampliado	unidade	0,13	0,33	0,30	0,24	1,00	Estado
Treinamento / capacitação realizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

1133 Modernização e Divulgação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

FINALIDADE: Desenvolver e fortalecer o programa de gestão documental do Estado, com instalação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em uma nova sede adequada e definitiva e com a informatização, digitalização e divulgação do seu acervo documental.

Programa: 0055 - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL ESTADUAL

1133 Modernização e Divulgação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CASA CIVIL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Acervo público recuperado/digitalizado</i>	unidade	0,40	-	-	-	0,40	Estado
<i>Concurso público realizado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
<i>Nova sede implantada e equipada</i>	unidade	0,40	0,40	0,20	-	1,00	Metropolitana
<i>Processo de seleção de documentos realizado</i>	unidade	0,30	0,70	-	-	1,00	Estado
<i>Recuperação da atual sede realizada</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0056 - GESTÃO DO DEPÓSITO PÚBLICO

Objetivo: Tornar eficiente a gestão dos bens acautelados com melhorias físicas dos Depósitos Públicos do RJ.

Unidade Gestora: 2101 - Secretaria de Estado da Casa Civil

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
-	100.000	-	100.000

1192 Implementação das Ações do Fundo Especial do Depósito Público

FINALIDADE: Captar recursos para o financiamento das ações na área do Depósito Público

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CASA CIVIL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto de melhoria operacional do Depósito Público elaborado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0057 - RESTAURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS PALÁCIOS

Objetivo: Manter os palácios em condições adequadas de funcionamento propiciando o desempenho das suas atividades e preservação de seu patrimônio.

Unidade Gestora: 2101 - Secretaria de Estado da Casa Civil

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
29.532.308	-	-	29.532.308

1520 Reforma e Reequipamento dos Palácios Oficiais

FINALIDADE: Dotar os palácios oficiais de instalações apropriadas ao uso a que se destinam.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CASA CIVIL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Palácio conservado/ recuperado</i>	unidade	0,65	0,35	-	-	1,00	Estado
<i>Palácio equipado</i>	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Estado

3631 Implantação de Sistemas e Procedimentos de Gestão Predial

FINALIDADE: Desenvolver sistema e procedimentos de gestão predial, permitindo melhor monitoramento das estruturas físicas sob a responsabilidade da Casa Civil.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CASA CIVIL

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0057 - RESTAURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS PALÁCIOS

3631 Implantação de Sistemas e Procedimentos de Gestão Predial

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema e procedimento implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0059 - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA OFICIAL

Objetivo: Prover de forma velada e eficiente a integridade física dos integrantes da Chefia do Poder Executivo, seus familiares e demais autoridades que lhe forem determinadas, bem como exercer o controle de público nos Palácios.

Unidade Gestora: 2106 - Subsecretaria Militar

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
100.945.218	-	-	100.945.218

2039 Operação Aérea da SSMCC

FINALIDADE: Manter e suprir com equipamentos complementares as aeronaves que servem ao Governo do Estado e realizar treinamento com o pessoal envolvido nas atividades aéreas a fim de melhor atender à população do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SSMCC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Aeronave atendida com serviços necessários à sua operacionalização	unidade	13,00	15,00	16,00	17,00	17,00	Estado

2281 Atividade de Segurança da SSMCC

FINALIDADE: Desenvolver, em todo o Estado, ações voltadas para a segurança pessoal do Governador e familiares, bem como planejar a segurança dos Palácios e residências oficiais.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SSMCC

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0059 - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA OFICIAL

2281 Atividade de Segurança da SSMCC

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Aeronave/ embarcação adquirida</i>	unidade	2,00	1,00	1,00	-	4,00	Estado
<i>Segurança garantida ao Governador e familiares</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0061 - DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO

Objetivo: Dar transparência e agilidade na obtenção de informações, pela população, junto ao Governo Estadual.

Unidade Gestora: 2102 - Subsecretaria de Comunicação Social

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOURE	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
915.500.000	-	-	915.500.000

2040 Operação e Manutenção do Sistema de Radiofusão

FINALIDADE: Divulgar, incentivar e realizar eventos musicais e culturais, além de prestar serviços de informação às comunidades.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SSCS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Programação da Rádio Roquete Pinto realizada	unidade	150,00	150,00	150,00	150,00	600,00	Estado
Rádio Roquete Pinto dotada de equipamento	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Estado

2355 Serviço de Comunicação e Divulgação

FINALIDADE: Aumentar o espaço das ações do Governo na mídia e dar transparência sobre as principais ações da administração estadual à população.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SSCS

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0061 - DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO

2355 Serviço de Comunicação e Divulgação

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Campanha publicitária realizada</i>	unidade	20,00	20,00	20,00	20,00	80,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0062 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS

Objetivo: Exercer o poder regulador, acompanhando, controlando e fiscalizando as concessões e permissões de serviços públicos nas quais o Estado do Rio de Janeiro figure, por disposição legal ou pactual, como poder concedente ou permitente, nos termos das normas legais.

Unidade Gestora: 2101 - Secretaria de Estado da Casa Civil

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
-	38.254.733	-	-	38.254.733

2005 Acompanhamento dos Serviços Públicos Concedidos de Energia e Saneamento

FINALIDADE: Executar ações de acompanhamento e regulamentação dos serviços de energia e saneamento concedidos pelo Governo do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO AGENERSA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Contr. concessão dos serv. públ. de energia e saneamento acompanhado/fiscalizado	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	Estado

2080 Acompanhamento dos Serviços Públicos Concedidos de Transportes

FINALIDADE: Executar ações de acompanhamento e regulação dos serviços concedidos pelo Estado do Rio de Janeiro na área de transportes aquaviários, ferroviários, metroviários e serviços de exploração de rodovias.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO AGETRANSP

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0062 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS

2080 Acompanhamento dos Serviços Públicos Concedidos de Transportes

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Acompanhamento/fiscalização de serv. concedido de transp. e rodovia realizado</i>	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	Estado
<i>Concurso público realizado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
<i>Nova sede implantada</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0064 - MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS DO DETRAN

Objetivo: Prover atendimento adequado e de excelência aos usuários dos serviços de habilitação, licenciamento de veículos e identificação civil.

Unidade Gestora: 2133 - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURE	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
-	2.939.464.217	-	2.939.464.217

3010 Educação no Trânsito

FINALIDADE: Realizar campanhas de conscientização e promover ações educativas para professores da rede pública, tornando-os agentes multiplicadores da educação para o trânsito.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DETRAN-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Campanha de conscientização e educação no trânsito realizada</i>	unidade	36,00	43,00	52,00	63,00	194,00
						Estado

3836 Modernização e Reequipamento das Unidades Operacionais do DETRAN

FINALIDADE: Proporcionar instalações adequadas para a melhoria contínua, integrada e padronizada dos serviços prestados pelo Detran/RJ.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DETRAN-RJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0064 - MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS DO DETRAN

3836 Modernização e Reequipamento das Unidades Operacionais do DETRAN

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
CIRETRAN conservado/ recuperado	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00	Estado
Concurso público realizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Estado
Nova sede implantada	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Estado
Posto de habilitação e identificação civil reformado	unidade	14,00	14,00	14,00	14,00	56,00	Estado
Posto de vistoria do DETRAN reequipado/ reformado	unidade	7,00	7,00	7,00	7,00	28,00	Estado

4087 Apoio às Ações de Segurança

FINALIDADE: Financiar projetos voltados para o aprimoramento dos recursos operacionais da área de segurança pública.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DETRAN-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto da área de segurança apoiado financeiramente	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado

4111 Atividades Operacionais de Registro de Veículos

FINALIDADE: Assegurar o bom atendimento ao cidadão nos processos de registro, licenciamento e emplacamento de veículos.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0064 - MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS DO DETRAN

4111 Atividades Operacionais de Registro de Veículos

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DETRAN-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Vistoria para licenciamento de veículos realizada</i>	unidade	2.830,00	2.980,00	3.130,00	3.280,00	12.220,00
						Estado

4119 Identificação Civil

FINALIDADE: Garantir a eficácia do processo de identificação civil e criminal, buscando sempre aprimorar e ampliar a prestação destes serviços.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DETRAN-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Documento de identificação concedido</i>	unidade	1.490,00	1.714,00	1.971,00	2.266,00	7.441,00
						Estado

4120 Habilitação de Motoristas

FINALIDADE: Garantir a eficácia do processo de habilitação de condutores.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DETRAN-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Documento de habilitação concedido</i>	unidade	1.063,00	1.105,00	1.150,00	1.196,00	4.514,00
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0066 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Objetivo: Promover a gestão dos serviços de loteria através de diversas modalidades de jogos para exploração no mercado lotérico em todo o Estado.

Unidade Gestora: 2134 - Loteria do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
-	592.611.534	-	592.611.534

4028 Pagamento de Prêmios

FINALIDADE: Criar e manter modalidades de Jogos no mercado lotérico em todo o Estado resultando em suporte financeiros aos programas e projetos sociais, relacionados à segurança pública, à educação, cultura e esportes, à seguridade social e saúde.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO LOTERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Premiação concedida	unidade	12.527.338,00	12.527.338,00	12.527.338,00	12.527.338,00	50.109.352,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0132 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Objetivo: Imprimir à gestão pública estadual maior eficiência e agilidade através da modernização da infraestrutura tecnológica do Governo do Estado, que compreende a rede de comunicação de dados, o parque computacional e o acervo de sistemas e bases de dados, tornando-a capaz de atender a demanda crescente, tanto no que diz respeito à transmissão de dados quanto ao armazenamento e gestão de informações.

Unidade Gestora: 2135 - Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
309.475.610	31.405.819	-	340.881.429

1293 Atualização Tecnológica do Parque Computacional

FINALIDADE: Atualizar constantemente o parque computacional do PRODERJ de forma a atender a demanda crescente para transmissão de dados entre Secretarias e Órgãos do governo, para o armazenamento e gestão dos dados sob a responsabilidade do PRODERJ e para o desenvolvimento, manutenção e integração dos sistemas de informação.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PRODERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Centro de operações da Rede Governo/Infovia RJ operacionalizado/atualizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Centro de operações do ambiente de grande porte operacionalizado/atualizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Rede Governo/Infovia RJ ampliada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

1294 Atualização Tecnológica dos Sistemas de Informações

FINALIDADE: Desenvolver, atualizar e integrar sistemas corporativos, desenvolver soluções a nível estratégico, como um portal de informações gerenciais para a alta administração do governo do estado através da integração de bases de dados, utilização de BI (Business Intelligence), de ferramentas de apoio à decisão e de certificação digital.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0132 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

1294 Atualização Tecnológica dos Sistemas de Informações

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PRODERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Portal Intragov RJ operacionalizado/atualizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Sistema modernizado/integrado	unidade	6,00	4,00	3,00	3,00	16,00
						Estado
						Estado

4133 Gerenciamento de Processamento de Dados

FINALIDADE: Manter e otimizar a prestação dos serviços na área de tecnologia da informação e comunicação oferecidos pelo PRODERJ às Secretarias e Órgãos do Governo do Estado e ao cidadão.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PRODERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Centro de operações da Rede Governo operacionalizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Sistema Computacional gerenciado/desenvolvido	unidade	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
						Estado
						Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0133 - INCLUSÃO DIGITAL

Objetivo: Disseminar conhecimentos básicos de tecnologia de informática e de internet, especialmente aos segmentos menos favorecidos da população do Estado do Rio de Janeiro e ampliar cada vez mais a gama de informações e serviços eletrônicos oferecidos pelo Governo do Estado ao cidadão.

Unidade Gestora: 2135 - Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
800.000	-	-	-	800.000

1295 Internet Comunitária

FINALIDADE: Promover a Inclusão Digital da população de comunidades carentes e digitalmente excluídas, contribuindo para proporcionar novas perspectivas de ascensão social e reduzir as diferenças.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PRODERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Centro de internet comunitária implantado	unidade	10,00	10,00	15,00	5,00	40,00	Estado

7900 PROJETO UM COMPUTADOR POR ALUNO

FINALIDADE: IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO UM COMPUTADOR POR ALUNO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PRODERJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0133 - INCLUSÃO DIGITAL

7900 PROJETO UM COMPUTADOR POR ALUNO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
PROJETO UM COMPUTADOR POR ALUNO	unidade/ano	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Estado
		TOTAL DO PPA				
		600.000,00				

7906 AMPLIAÇÃO PROGRAMA RIO ESTADO DIGITAL

FINALIDADE: AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA RIO ESTADO DIGITAL COM O INTUITO DE PROMOVER A INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PRODERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Projeto de Tecnologia da Informação implantado	unidade	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	Estado
		TOTAL DO PPA				
		6.000.000,00				

A322 Expansão do Governo Eletrônico

FINALIDADE: Contribuir para a desburocratização e proporcionar economia de tempo e maior facilidade para a população através da disponibilização de novas informações e serviços públicos prestados pelo governo estadual através da internet, melhorando assim a relação do governo com o cidadão.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PRODERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Portal do cidadão via web atualizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
		TOTAL DO PPA				
		1,00				

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0285 - COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

Objetivo: Promover todas as atividades ligadas à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016. É composto por ações que pretendem potencializar a ação governamental nos preparativos para estes megaeventos, no que tange a sua realização, bem como ao aproveitamento das oportunidades e legados a serem proporcionados, tornando o Estado do Rio de Janeiro referência nacional e mundial do esporte.

Unidade Gestora: 1701 - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, Secretaria de Estado de Obras, Secretaria de Estado de Transportes

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
200.000	-	200.000
		400.000

1148 Autoridade Pública Olímpica - APO

FINALIDADE: Coordenar as ações governamentais para o planejamento e a entrega das obras e dos serviços necessários à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CASA CIVIL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade implantada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

A430 Gerenciamento dos Projetos Olímpicos, Paraolímpicos e Copa do Mundo 2014

FINALIDADE: Garantir a plena e correta execução dos projetos Olímpicos, Paraolímpicos de 2016 e da Copa do Mundo 2014, potencializando a taxa de sucesso da execução dos projetos.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CASA CIVIL

PARCEIRO: SEOBRA, SEEL

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0285 - COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

A430 Gerenciamento dos Projetos Olímpicos, Paraolímpicos e Copa do Mundo 2014

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto gerenciado	unidade	32,00	32,00	30,00	30,00	124,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0387 - GESTÃO DE CONVÊNIOS E PROJETOS ESTRUTURANTES

Objetivo: Promover a prática de gerenciamento para se alcançar a plena e correta execução dos projetos e dos convênios celebrados, bem como a garantia da adimplência do estado proporcionando a captação de novos recursos e eficiência de sua aplicabilidade.

Unidade Gestora: 2101 - Secretaria de Estado da Casa Civil

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
5.000.000	-	-	5.000.000

3632 Implantação da Sistematização de Controle de Convênios e Projetos Estruturantes

FINALIDADE: Monitorar todos os convênios celebrados e as certidões negativas a fim de garantir adimplência do Estado, potencializando sua capacidade de investimento e disseminando melhores práticas para aplicação de recursos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CASA CIVIL

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Certidão monitorada</i>	unidade	198,00	198,00	198,00	198,00	792,00	Estado
<i>Convênio com o governo federal gerenciado</i>	unidade	198,00	198,00	198,00	198,00	792,00	Estado
<i>Melhoria operacional implantada</i>	unidade	60,00	66,00	70,00	80,00	276,00	Estado
<i>Projeto estruturante monitorado</i>	unidade	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0387 - GESTÃO DE CONVÊNIOS E PROJETOS ESTRUTURANTES

3632 Implantação da Sistematização de Controle de Convênios e Projetos Estruturantes

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Secretaria estadual adimplente	unidade	38,00	38,00	38,00	-	114,00	Estado
Sistema de gestão de convênio implantado	unidade	0,60	0,40	-	-	1,00	Estado
Treinamento / capacitação realizado	unidade	12,00	12,00	12,00	12,00	48,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0388 - COORDENAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO EM ÁREAS CARENTES E DE RISCO

Objetivo: Implementar ações sociais preventivas e corretivas aos impactos gerados pela obra nos territórios beneficiados por programas do Governo Federal e nas áreas afetadas por calamidades, bem como promover o desenvolvimento sustentável das mesmas.

Unidade Gestora: 2101 - Secretaria de Estado da Casa Civil

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	
-	-	250.000	250.000

A429 Gerenciamento e Apoio Social em Assentamentos Precários e Áreas de Risco

FINALIDADE: Realizar o trabalho social nas favelas através dos eixos de Gestão de Impactos e Desenvolvimento Territorial, compreendendo: realocação de famílias, educação ambiental e sanitária, implantação de ações de trabalho e renda, e incentivo à participação comunitária, além de gerenciar o processo de realocação dos moradores e apoiar a reconstrução das áreas afetadas.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CASA CIVIL

PARCEIRO: SEASDH

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Gerenciamento e desenvolvimento do trabalho social realizado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado
Realocação realizada	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Serrana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0389 - ESTRUTURAÇÃO DO NOVO PROCON

Objetivo: Ampliar e aperfeiçoar o atendimento a demanda das reclamações formalizadas e fortalecer a Autarquia com vistas a fornecer condições adequadas ao seu funcionamento.

Unidade Gestora: 2136 - Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
4.570.622	12.609.056	-	17.179.678

1093 Implementação das Ações do FEPROCON

FINALIDADE: Ampliar e descentralizar as atividades do PROCON.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PROCON-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

3633 Modernização do Sistema de Atendimento ao Público

FINALIDADE: Apilimorar e aperfeiçoar o atendimento ao Consumidor

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PROCON-RJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0389 - ESTRUTURAÇÃO DO NOVO PROCON

3633 Modernização do Sistema de Atendimento ao Público

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Atendimento ao público via telefone e internet ampliado	unidade	24.000,00	28.000,00	30.000,00	32.000,00	114.000,00	Estado
Campanha para conscientização dos direitos do consumidor realizada	unidade	20,00	24,00	24,00	24,00	92,00	Estado
Concurso público realizado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Municipalização da defesa do consumidor implantada	unidade	0,05	0,25	0,30	0,40	1,00	Estado
Nova sede implantada	unidade	0,80	0,20	-	-	1,00	Estado
Sistema de Administração de Multa implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0397 - ATENDIMENTO AO CIDADÃO E AO EMPREENDEDOR - RIO POUPA TEMPO

Objetivo: Disponibilizar aos cidadãos e empreendedores do RJ um espaço que concentre, de modo articulado, ágil e eficiente, a oferta de serviços públicos e/ou de utilidade pública.

Unidade Gestora: 2232 - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
-	53.474.844	53.474.844
RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		-

2065 Apoio às Ações do Programa Rio Poupa Tempo - DETRAN

FINALIDADE: Apoiar as ações que viabilizem a centralização dos serviços prestados ao cidadão e ao empreendedor fluminense nas unidades do Rio Poupa Tempo, zelando por princípios de respeito e de valorização da cidadania.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DETRAN-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0416 - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNANÇA EM TIC

Objetivo: Desenvolver e implementar o projeto das iniciativas ligadas ao uso estratégico de TIC, Tecnologia da Informação e Comunicação, como elemento de modernização.

Unidade Gestora: 2135 - Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOURE	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
2.400.000	-	-	2.400.000

1020 Implementação da Política de Governança em TIC

FINALIDADE: Desenvolver e implementar um conjunto de recomendações e ações ligadas ao uso de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhadas aos objetivos estratégicos do Governo do Estado, como elemento de modernização para atingir alto desempenho na Gestão e na operação dos serviços prestados aos cidadãos, bem como na racionalização na alocação de recursos para TIC.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PRODERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Modelo de governança eletrônica formulado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

6120 APOIO AO MOVIMENTO

FINALIDADE: APOIAR O MOVIMENTO

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PRODERJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Programa: 0416 - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNANÇA EM TIC

6120 APOIO AO MOVIMENTO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
MOVIMENTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO APOIADO	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS - SEDEIS

Atribuições da Secretaria

Sua principal atribuição é promover o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), instituindo políticas e programas destinados à atração de investimentos e ao fomento de setores econômicos considerados de importância social ou de interesse estratégico, levando em conta as vocações, potencialidades e necessidades de cada região do Estado.

Considerando uma abrangência ainda mais ampla, a SEDEIS desempenha um papel agregador no Governo e tem pautado suas ações segundo as estratégias apresentadas a seguir, cuja abrangência vai além do seu âmbito de atuação:

- Aumento da capacidade de investimento e da qualidade do gasto público;
- Melhoria do ambiente de negócios;
- Capacitação e qualificação profissional;
- Capacitação e qualificação de empresas;
- Articulação do poder de compra;
- Desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Revitalização da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro - RMRJ;
- Desenvolvimento regional;
- Desenvolvimento de arranjos produtivos locais e cadeias produtivas;
- Incentivos financeiros e tributários;
- Sustentabilidade ambiental.

Diagnóstico da Área

A economia fluminense encontra-se em plena reestruturação e em ritmo acelerado de expansão. O momento econômico do país, os alinhamentos políticos entre as três esferas de governo e a nova forma de gestão do Estado têm possibilitado um forte ciclo de novos investimentos.

De acordo com estudo recente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior o ERJ atraiu, entre 2007 e 2010, cerca de US\$ 60 bilhões, sendo o segundo Estado em volume de recursos produtivos, com tendência de aumento para os próximos anos.

O Estado tem apresentado aumento crescente de abertura de empresas, chegando a 8,7% em 2010, com mais de 40.000 empresas abertas. Foram registradas desde o início do governo até o final de 2010, mais de 140.000 empresas abertas, cerca de 35% mais que o total registrado nos quatro anos anteriores, o que tem sido facilitado pela utilização, via internet, do sistema Registro Mercantil Integrado – REGIN, em implantação nos municípios fluminenses.

Pode-se destacar como principais fatores responsáveis pela forte tendência de crescimento, a descoberta de petróleo na camada do pré-sal, a preparação para sediar a Copa em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, a retomada de favelas controladas pelo crime organizado, através das UPPs, e uma intensa política de atração de investimentos.

Além dos investimentos relacionados aos jogos olímpicos, os empreendimentos previstos nos diversos setores para os próximos 10 anos, somam cerca de R\$ 213,8 bilhões, com expectativa de geração de 104 mil novos empregos, colocando o Estado numa situação excepcional, ainda mais considerando o reduzido tamanho do território fluminense. O grande desafio é transformar todo esse investimento em qualidade de vida e inclusão social.

O setor mais expressivo nesse cenário é o de petróleo e gás, uma vez que o ERJ é atualmente responsável pela produção de mais de 80% do óleo e 40% do gás natural do país. As novas descobertas na camada do pré-sal representam imensas oportunidades de investimento nesse setor para o país e, sobretudo, para o Estado, tendo em vista que 60% dessas novas áreas estão em território fluminense. A grande disponibilidade de gás natural no Estado é também fator estratégico, tornando-o altamente atraente para as empresas que dele se utilizam como insumo ou energético.

Os investimentos neste setor propiciarão também o desenvolvimento na área de tecnologia e inovação, com destaque para a implantação do Parque Tecnológico do Rio de Janeiro, o maior campo de pesquisa em petróleo e gás do mundo. Entre as empresas em construção e as já confirmadas, são dez unidades a instalar centros de pesquisa, com previsão de investir mais de US\$ 350 milhões e de gerar mais de 2.000 empregos para mestres e doutores.

Nas áreas de refino e petroquímica, a Petrobras está fazendo o maior investimento individual da sua história, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, que está sendo construído numa área de 45 milhões de m², em Itaboraí. Será investido um total de aproximadamente US\$ 20 bilhões até 2017, chegando à capacidade para processamento de cerca de 300.000 barris de petróleo por dia.

Ainda como consequência dos investimentos na área do petróleo e com a política do Governo Federal e da Petrobras de induzir o conteúdo local, há uma relevante demanda no Brasil na área da construção naval. O Estado do Rio de Janeiro é o que possui a maior capacidade nesse setor industrial, com mais de 70% dos empregos. Em Itaguaí está sendo implantado um novo estaleiro, que tem como um dos parceiros a marinha brasileira, destinado à construção de submarinos, incluindo nucleares, com uma carteira que monta a cerca de US\$ 5 bilhões.

O ciclo de grande demanda de *commodities* no Brasil vem propiciando inúmeros investimentos em portos no Estado. A expansão dos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, dois dos principais portos brasileiros, duplicará a capacidade de manuseio de contêineres. Um dos maiores empreendimentos no setor é o Complexo Portuário do Açú, em implantação em São João da Barra, no Norte Fluminense, que propiciará no seu entorno o estabelecimento de siderúrgicas, montadoras de automóveis, termelétricas, entre outros tipos de indústrias. O Complexo é estratégico porque muda a estrutura logística do Estado, disponibilizando uma nova alternativa para escoamento da produção de estados do Centro-Oeste e do Sudeste, com uma saída importante pelo Norte e Noroeste Fluminense. Destaca-se ainda, na região de Itaguaí, a construção do Porto do Sudeste, com capacidade para manuseio de 120 milhões de toneladas por ano de grãos sólidos.

Na área da siderurgia, o país vive um ciclo importante, já que exporta 30% do minério de ferro comercializado no mundo e produz apenas 3% do aço, apresentando-se aí um espaço significativo para atração de siderúrgicas. O ERJ tem atualmente uma capacidade de produção de aço de cerca de 15 milhões de toneladas, sediando empresas nacionais e internacionais. A expectativa é de que a capacidade de produção de aço no Estado seja duplicada nos próximos 5 anos através da expansão das siderúrgicas existentes e da implantação de outras, como a Ternium, que tem investimento previsto de US\$ 5 bilhões.

O ERJ possui o maior parque térmico de geração de energia elétrica do país, com capacidade total instalada de cerca de 8100 MW, incluindo as únicas duas centrais nucleares brasileiras. Está sendo construída uma nova usina nuclear, Angra III, com investimentos de US\$ 4 bilhões e capacidade de 1300 MW, e planejadas duas novas térmicas no Complexo Portuário do Açú, uma a gás e outra a carvão, com capacidade total de 5.400 MW. Vale observar que a capacidade instalada de geração de energia elétrica é maior que o consumo no Estado, e

está sendo discutido ainda um plano para aumentar a sua capacidade energética, através do estímulo a formas alternativas de energia e construção de novas térmicas a gás.

Do ponto de vista regional, pode-se observar que no interior fluminense, até período recente, somente as regiões das Baixadas Litorâneas e do Norte Fluminense apresentavam uma maior expressão econômica, em função da extração de petróleo na Bacia de Campos e o efeito renda gerado pelos royalties. Em 2010, no entanto, pode-se observar um crescimento mais significativo em outros municípios, como Três Rios, Resende e Saquarema.

Em Três Rios, no Centro-Sul Fluminense, tem ocorrido uma significativa dinamização, cujo principal responsável é a política de incentivos fiscais voltada para a atração de indústrias. Em Saquarema, na Região das Baixadas Litorâneas, a política de incentivos fiscais para o setor industrial também parece estar gerando resultados, refletidos no crescimento do emprego formal, de 12% entre dezembro de 2009 e novembro de 2010, especialmente na indústria de transformação, que foi de 43%, segundo dados do CAGED. No caso de Resende, no Médio Paraíba, o crescimento decorrente do ganho de escala alcançado recentemente pela indústria automobilística na região aumentou a atratividade para a instalação de fornecedores nas proximidades, propiciando o adensamento da cadeia produtiva.

Cabe ressaltar ainda a mudança que começa a ser percebida na Região Norte Fluminense, com novas perspectivas de desenvolvimento real, devido principalmente à instalação do Complexo Portuário do Açú em São João da Barra.

No caso do Noroeste Fluminense, uma reversão no cenário histórico de baixo dinamismo econômico poderá ser viabilizada com a retomada da atividade agrícola, que é uma vocação natural, e com a ampliação da extração de minerais abundantes na região, mais precisamente rochas ornamentais, além da influência do Complexo Portuário do Açú.

No âmbito da RMRJ merece atenção especial a situação dos municípios no entorno da capital, que têm sofrido uma forte degradação nos seus indicadores socioeconômicos e onde as condições de vida da população, em itens como infraestrutura urbana e saneamento básico, são extremamente precárias. Esses dados indicam a necessidade de políticas públicas voltadas para a apropriação social dos grandes empreendimentos existentes e previstos, através de investimentos em infra-estrutura, saneamento, telecomunicações e logística, entre outras, que, além de melhorar a vida da população, facilitarão a abertura de micro e pequenos estabelecimentos.

Com essa visão e sempre na busca de melhorar o ambiente de negócios no Estado, a SEDEIS atua articulando, apoiando e induzindo as iniciativas públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento econômico fluminense e conseqüente geração de empregos.

Sua principal atribuição é promover o desenvolvimento econômico do ERJ, instituindo políticas e programas destinados à atração de investimentos e ao fomento de setores econômicos considerados de importância social ou de interesse estratégico, levando em conta as vocações, potencialidades e necessidades de cada região do Estado.

A estrutura operacional da SEDEIS conta com cinco entidades vinculadas, com áreas de atuação específicas e complementares: a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, que é a porta de entrada para o investidor no Estado; a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – Investe Rio, atuando na concessão de financiamentos, com foco nas micro, pequenas e médias empresas; o Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – DRM-RJ, cuja função é gerenciar e promover o uso sustentável dos recursos minerais, hídricos subterrâneos e do petróleo, além de apoiar as prefeituras na prevenção de riscos naturais, através do mapeamento geológico; o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro – IPEM-RJ, que desempenha as atribuições definidas pelo INMETRO no campo da metrologia legal e qualidade industrial; e a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, responsável pela execução e administração dos serviços de registro empresarial e suas alterações no Estado.

Considerando uma abrangência ainda mais ampla, a SEDEIS desempenha um papel agregador no Governo e tem pautado suas ações segundo as estratégias apresentadas a seguir, cuja abrangência vai além do seu âmbito de atuação:

- Aumento da capacidade de investimento e da qualidade do gasto público;
- Melhoria do ambiente de negócios;
- Capacitação e qualificação profissional;
- Capacitação e qualificação de empresas;
- Articulação do poder de compra;
- Desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Revitalização da RMRJ;
- Desenvolvimento regional;
- Desenvolvimento de arranjos produtivos locais e cadeias produtivas;
- Incentivos financeiros e tributários;
- Sustentabilidade ambiental.

Macro-objetivo

Criar ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento da atividade produtiva no Estado do Rio de Janeiro.

Objetivos Setoriais

- Articular, coordenar e apoiar a execução de programas e projetos que promovam o desenvolvimento das potencialidades regionais e fortaleçam as micro e pequenas empresas;
- Articular e induzir as iniciativas voltadas para o desenvolvimento econômico fluminense apoiando projetos instalados ou em instalação no Estado e o crescimento de setores economicamente estratégicos;
- Estimular o adensamento das cadeias produtivas, com foco no atendimento das demandas decorrentes de novos empreendimentos;
- Fortalecer a atuação do governo estadual no apoio aos investidores interessados em se estabelecer no Estado, às empresas existentes e aos municípios fluminenses que queiram atrair novos investimentos;
- Melhorar o desempenho para realização de análise técnica de benefícios fiscais e financeiros;
- Melhorar a taxa de ocupação e atuação dos Distritos Industriais da CODIN;
- Aumentar o capital social da Agência de Fomento Investe Rio, elevando a sua disponibilidade de recursos próprios e sua capacidade de alavancar recursos de terceiros, para financiar os investimentos produtivos no Estado, com foco nas micro e pequenas empresas;
- Apoiar financeiramente os municípios em seus projetos de investimentos em modernização institucional, obras de infra-estrutura urbana e rural e saneamento básico;
- Apoiar financeiramente as atividades produtivas, beneficiando setores estratégicos e empresas de diversos portes, com especial atenção às micro e pequenas empresas e às áreas carentes, através de micro-crédito;
- Subsidiar as políticas públicas de geologia e mineração com informações e definição de estratégias, consolidando o DRM-RJ como instituição responsável pela geração, preservação e disseminação do conhecimento geológico e do acervo técnico-científico sobre o território nas áreas de mineração, risco geológico, petróleo&gás, geoturismo&patrimônio geológico, meio ambiente, hidrogeologia e geologia;
- Fomentar as atividades minerais no Estado, com foco na promoção de novos investimentos, em ações públicas que assegurem a sua sustentabilidade e na ampliação do emprego e renda, de modo a garantir o fornecimento de matérias primas essenciais ao desenvolvimento do Estado e o incremento das receitas provenientes do setor;

- Apoiar as ações de planejamento dos governos municipais e estadual, através da geração e difusão de informações qualificadas e estratégicas sobre a produção de petróleo e gás natural, a arrecadação de royalties e as oportunidades e ameaças do setor;
- Apoiar as ações dos governos estadual e municipais para redução do risco associado a escorregamentos nas encostas, através da elaboração e divulgação de cartas de risco e relatórios técnicos, subsidiando a formulação, aplicação e manutenção de políticas públicas na área de risco geológico, em acordo com as prioridades do Governo do Estado;
- Garantir, no âmbito da competência estadual, a qualidade dos produtos industriais, especialmente quanto à segurança e saúde dos usuários, através de ações de fiscalização e certificação, atuando no apoio às empresas e defesa do consumidor;
- Aprimorar as atividades de registro dos atos relativos às empresas, reduzindo os prazos para o seu estabelecimento e viabilizando o recebimento da documentação e concessão das certidões necessárias via internet, com certificação digital.

Indicadores Setoriais

- Número de empresas abertas por ano no ERJ. Fonte: JUCERJA;
- Investimento público estadual per capita, por ano e por estado do Sudeste. Fonte: Ministério da Fazenda / STN e IBGE;
- Investimentos públicos e privados previstos para o ERJ. Fonte: Firjan /Decisão Rio;
- Taxa de desemprego estadual, por ano e por estado do Sudeste. Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da PNAD;
- Saldo de empregos formais no ERJ, por ano. Fonte: CAGED / TEM;
- Receita pública municipal per capita no ERJ, por Região de Governo e Município do Rio de Janeiro. Fonte: Ministério da Fazenda / STN, Aequus Consultoria/IBGE e CEPERJ.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0068 - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO E ATIVIDADE PRODUTIVA

Objetivo: Atrair novos investimentos e desenvolver instrumentos e mecanismos para incrementar a atividade produtiva.

Unidade Gestora: 2271 - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
60.000	-	-	60.000

1048 FUNDES - Programas e Projetos Prioritários

FINALIDADE: Conceder incentivo financeiro para empresas implantarem ou expandirem seus projetos industriais no Estado do Rio de Janeiro, gerando renda e empregos para a população fluminense.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0072 - RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE MUNICÍPIOS FLUMINENSES

Objetivo: Fomentar a recuperação econômica de municípios fluminenses, através do financiamento de empreendimentos geradores de emprego e renda nos setores da indústria, agroindústria, agricultura familiar, serviços e comércio atacadista.

Unidade Gestora: 2261 - Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
	OUTROS REC.	ORÇAMENTÁRIOS			
-	407.145.004	-	-	-	407.145.004

1136 Financiamento a Empresas

FINALIDADE: Financiar a implantação, realocização, expansão e modernização de empresas geradoras de emprego e renda com potencial de desenvolvimento na região.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FREMF

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Estado

2324 Financiamento aos Agricultores Familiares

FINALIDADE: Financiar os agricultores familiares individuais e coletivos.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FREMF

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0072 - RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE MUNICÍPIOS FLUMINENSES

2324 Financiamento aos Agricultores Familiares

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0277 - SERVIÇO METROLÓGICO, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E FISCALIZAÇÃO

Objetivo: Garantir à sociedade fluminense produtos e serviços que atendam às normas de segurança em vigor e contribuir com o Governo do Estado na inibição da comercialização de produtos sem controle de procedência ou garantia

Unidade Gestora: 2233 - Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	
-	87.644.000	-	87.644.000

3015 Serviço Metrológico e Controle da Qualidade Industrial

FINALIDADE: Melhorar a qualidade do atendimento e aprimorar as atividades de fiscalização permanente do comércio e indústria.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO IPÊM-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Instrumento de medição verificado</i>	unidade	230,00	242,00	255,00	270,00	Estado
<i>Produto pré-mediado analisado</i>	unidade	60.000,00	72.000,00	86.000,00	100.000,00	Estado

3643 Implementação do Modelo de Gestão por Resultados

FINALIDADE: Implementar novo modelo de gestão orientado para resultados, transformando o IPÊM/RJ em referência na área de planejamento estratégico no âmbito do Governo Estadual.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO IPÊM-RJ

3643 Implementação do Modelo de Gestão por Resultados

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Curso de capacitação realizado	unidade	3,00	3,00	2,00	2,00	10,00	Estado
Modelo de Gestão implantado	unidade	0,40	0,30	0,20	0,10	1,00	Estado

4142 Normas de Qualidade e Fiscalização

FINALIDADE: Garantir a segurança e a confiabilidade dos serviços e produtos oferecidos à população fluminense.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO IPÊM-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Produto fiscalizado	unidade	7.000,00	7.800,00	8.600,00	9.000,00	9.000,00	Estado
Serviço fiscalizado	unidade	44.000,00	50.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0390 - DESENVOLVIMENTO PELA INOVAÇÃO E QUALIDADE DA GESTÃO

Objetivo: Ampliar a competitividade e a capacidade de inovação tecnológica do setor produtivo fluminense.

Unidade Gestora: 2201 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
268.200	-	720.000	988.200

3634 Observatório de Inovação do Estado do Rio de Janeiro

FINALIDADE: Disponibilizar informações, em articulação com o Sistema Estadual de Inovação - SEI-RJ, com criação de canais de comunicação ágeis, concentrando dados estatísticos e estudos que contribuam para o desenvolvimento econômico e para o compartilhamento de conhecimentos nas áreas de tecnologia de informação e comunicação - TIC, biotecnologia, agronegócios, energia, produção de bens, serviços e saúde.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema de informações implantado	unidade	0,20	0,50	0,30	-	1,00	Estado

A465 Melhoria da Gestão Empresarial - Programa Qualidade Rio

FINALIDADE: Estimular a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços e bens produzidos no Estado e a competitividade das entidades governamentais e das empresas privadas, atuando como elemento indutor da melhoria da qualidade e gestão.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0390 - DESENVOLVIMENTO PELA INOVAÇÃO E QUALIDADE DA GESTÃO

A465 Melhoria da Gestão Empresarial - Programa Qualidade Rio

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Curso/ Oficina para capacitação em gestão realizado	unidade	80,00	85,00	90,00	90,00	345,00	Estado
Empresa/ Instituição inscrita em Prêmio de Qualidade	unidade	205,00	205,00	230,00	230,00	870,00	Estado

A466 Apoio aos Atores Industriais do Sistema Estadual de Inovação – SEI-RJ

FINALIDADE: Adensar o conhecimento e informações econômicas relativas aos segmentos de biotecnologia, energia, tecnologia de informação e comunicação - TIC e indústria criativa e subsidiar a tomada de decisões dos diversos atores envolvidos nas políticas públicas.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Estudo setorial elaborado	unidade	2,00	3,00	3,00	3,00	11,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0391 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SETOR ENERGÉTICO

Objetivo: Estimular a expansão da capacidade de geração de energia no Estado, com a utilização crescente de fontes alternativas renováveis e limpas e medidas de combate ao desperdício e de otimização do uso da capacidade instalada.

Unidade Gestora: 2201 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
527.200	-	-	527.200

2844 Racionalização, Inovação e Sustentabilidade – Rio Capital da Energia

FINALIDADE: Dotar o estado de um programa de mobilização da sociedade e de focalização de recursos em torno do uso racional e baixo consumo de energia e da economia limpa, fazendo do Rio um centro de referência mundial em racionalização, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental na área energética.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Evento para difusão do conceito Rio Capital da Energia realizado	unidade	2,00	1,00	1,00	1,00	5,00	Estado
Projeto estruturado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

A431 Apoio à Implantação de Projetos de Geração de Energia

FINALIDADE: Viabilizar e apoiar os projetos previstos para o setor de energia, de todos os portes, com especial atenção aos projetos de energias alternativas.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0391 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SETOR ENERGÉTICO

A431 Apoio à Implantação de Projetos de Geração de Energia

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Empreendimento do setor de energia apoiado</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Médio Paraíba
		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	Metropolitana
<i>Projeto de energia alternativa apoiado</i>	unidade	1,00	1,00	2,00	2,00	2,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0392 - FORTALECIMENTO DA ECONOMIA NO TERRITÓRIO

Objetivo: Identificar demandas e definir estratégias e ações que estruturam e fortaleçam o desenvolvimento das atividades produtivas no território em consonância com as potencialidades regionais e sustentabilidade ambiental.

Unidade Gestora: 2201 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
1.093.925	-	-	-	1.093.925

2845 Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Local

FINALIDADE: Elaborar planos e assessorar entidades locais para o desenvolvimento econômico dos municípios de acordo com as vocações, tendências e demandas identificadas.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Entidade local atendida com apoio técnico / institucional	unidade	7,00	7,00	7,00	7,00	28,00
Plano de Desenvolvimento elaborado	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
						Estado
						Estado

2846 Fomento aos Arranjos Produtivos Locais - APLs

FINALIDADE: Fomentar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas através do estímulo à formação e desenvolvimento de arranjos produtivos locais, aproveitando vantagens econômicas geradas pela interação de empresas num mesmo território.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0392 - FORTALECIMENTO DA ECONOMIA NO TERRITÓRIO

2846 Fomento aos Arranjos Produtivos Locais - APLs

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>APL apoiado</i>	unidade	20,00	23,00	26,00	28,00	28,00	Estado
<i>APL estruturado</i>	unidade	3,00	3,00	2,00	2,00	10,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0393 - APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Objetivo: Ampliar a base de negócios, interna e externa, dos produtos fluminenses agregando-lhes valor e qualidade, como elementos diferenciais de competitividade, no sentido de criar maiores oportunidades de comercialização e conquista de novos mercados.

Unidade Gestora: 2201 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
949.008	-	80.000		1.029.008

2847 Fortalecimento do Design Fluminense - Rio é Design

FINALIDADE: Disseminar a utilização do design como elemento diferencial de competitividade, agregando valor, qualidade e inovação aos produtos e serviços fluminenses e fortalecer um dos setores estratégicos da economia do estado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Evento de disseminação da utilização do Design fluminense por empresas realizado	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado
Evento de divulgação e promoção do Design fluminense realizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Estado

2848 Fomento ao Segmento Artesanal Fluminense

FINALIDADE: Apoiar os artesãos e os grupos produtivos de artesanato, articular ações para o adensamento de sua cadeia produtiva, elaborar diagnóstico do setor, em correspondência com as potencialidades regionais, ampliando o acesso ao mercado e gerando oportunidades de trabalho, com a qualificação de artesãos.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Curso de qualificação e/ou gestão para artesãos realizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Encontro regional de artesanato realizado	unidade	8,00	8,00	8,00	8,00	32,00
Evento de promoção do artesanato realizado	unidade	9,00	10,00	14,00	11,00	44,00

A432 Incremento da Propriedade Intelectual

FINALIDADE: Estimular o registro de marcas e patentes como reconhecimento de propriedade intelectual, junto às micro, pequenas empresas e empreendedor individual.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Seminário realizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

A464 Fomento à Comercialização do Produto Fluminense

FINALIDADE: Incrementar o volume de compra e venda, interno e externo, dos produtos e serviços do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0393 - APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A464 Fomento à Comercialização do Produto Fluminense

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Empresa capacitada para exportação</i>	unidade	20,00	30,00	40,00	40,00	130,00	Estado
<i>Rodada / Encontro de Negócio realizado</i>	unidade	14,00	15,00	16,00	16,00	61,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0394 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Objetivo: Fomentar as atividades minerais no Estado, com foco na promoção de novos investimentos, em ações públicas que assegurem a sua sustentabilidade e na ampliação do emprego e renda, de modo a garantir o fornecimento de matérias primas essenciais ao desenvolvimento do Estado e o incremento das receitas provenientes do setor.

Unidade Gestora: 2231 - Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
935.800	-	582.960	1.518.760

2850 Regularização da Atividade Mineral

FINALIDADE: Regularizar as atividades minerárias com a implementação de ações de fiscalização e de Registro Mineral, em cumprimento à legislação vigente.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Certificado de Registro Mineral emitido/renovado	unidade	642,00	655,00	668,00	681,00	2.646,00	Estado
Fiscalização mineral realizada	unidade	300,00	300,00	300,00	300,00	1.200,00	Estado

2851 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Mineral

FINALIDADE: Promover o desenvolvimento do setor mineral, com foco na ampliação da produção e nas cadeias produtivas dos minerais de uso na construção civil e obras públicas, das rochas ornamentais e do setor de águas minerais, priorizando o apoio aos Arranjos Produtivos Locais – APLs e os polos produtivos.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0394 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2851 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Mineral

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Área com oportunidade mineral identificada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Arranjo Produtivo apoiado	unidade	4,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Arranjo Produtivo estruturado	unidade	1,00	-	-	-	1,00

3636 Implantação da Política Estadual de Geologia e Mineração

FINALIDADE: Implantar a Política Estadual de Geologia e Mineração, alicerçada nos pilares: Conselho Estadual de Geologia e Mineração, para traçar a política estadual e representar o setor em âmbito nacional, Fundo Estadual de Geologia e Mineração, para gerenciamento das receitas provenientes do setor, e Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro, como órgão executor dessa política pública

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Conselho Estadual de Geologia e Mineração implantado	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00
Fundo Estadual de Geologia e Mineração implantado	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00
Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro implantado	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00

3637 Adequação das Instalações do DRM-RJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0394 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3637 Adequação das Instalações do DRM-RJ

FINALIDADE: Adequar as instalações e a infra-estrutura do DRM-RJ ao uso como Serviço Geológico do Rio de Janeiro, em atendimento às demandas decorrentes da modernização dos processos internos e da necessária atualização tecnológica, solucionando, também, problemas as associados às condições ambientais como infiltrações, umidade e mofo, que vem provocando sérios danos ao acervo de informações da instituição.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Instalação predial reformada	unidade	0,20	0,80	-	-	Metropolitana
		TOTAL DO PPA				1,00

A433 Difusão de Informações do Setor Mineral

FINALIDADE: Promover o incremento do setor mineral, com foco na atração de novos investimentos, por meio da divulgação das oportunidades do setor, além de dados e indicadores econômicos, financeiros e sociais.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: a definir

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Anuário Mineral do Estado do Rio de Janeiro publicado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	Metropolitana
		TOTAL DO PPA				4,00

A434 Reestruturação da Tecnologia da Informação

FINALIDADE: Dotar o DRM de uma infra-estrutura de Tecnologia da Informação que atenda as demandas decorrentes da modernização dos processos internos, das inovações tecnológicas e da implantação do Serviço Geológico do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: a definir

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0394 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A434 Reestruturação da Tecnologia da Informação

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Tecnologia da Informação reestruturada</i>	unidade	0,40	0,20	0,20	0,20	1,00	Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0395 - ESTUDOS E PESQUISAS EM GEOLOGIA, RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E RISCOS NATURAIS

Objetivo: Subsidiar as políticas públicas de geologia e mineração com informações e definição de estratégias, consolidando o DRM-RJ como instituição responsável pela geração, preservação e o território nas áreas de mineração, risco geológico, petróleo&gás, geoturismo&patrimônio geológico, meio ambiente, hidrogeologia e geologia. disseminação do conhecimento geológico e do acervo técnico-científico sobre

Unidade Gestora: 2231 - Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
1.158.394	18.920	540.000	1.717.314

2852 Manutenção do Centro de Informações de Petróleo e Gás - CIPEG

FINALIDADE: Apoiar as ações de planejamento dos governos municipais e estadual, através da geração e difusão de informações qualificadas e estratégicas sobre a produção de petróleo e gás natural, a arrecadação de royalties e as oportunidades e ameaças do setor.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Banco de Dados mantido	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Metropolitana

2853 Prevenção e Análise de Desastres Geológicos

FINALIDADE: Apoiar as ações dos governos estadual e municipais, para redução do risco associado a escorregamentos nas encostas, subsidiando a formulação, aplicação e manutenção de políticas públicas na área de risco geológico, em acordo com as prioridades definidas pelo Governo do Estado, em especial o Programa Morar Seguro.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0395 - ESTUDOS E PESQUISAS EM GEOLOGIA, RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E RISCOS NATURAIS

2853 Prevenção e Análise de Desastres Geológicos

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Campanha comunitária para prevenção de risco geológico realizada</i>	unidade	90,00	90,00	90,00	90,00	360,00
<i>Município com área de risco iminente mapeado</i>	unidade	30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
<i>Treinamento em prevenção de risco realizado</i>	unidade	150,00	150,00	150,00	150,00	600,00

2854 Ampliação de Informações Geológicas

FINALIDADE: Coletar, tratar dados e gerar informações que viabilizem estudos e projetos relacionados à identificação de novas oportunidades minerais, ao desenvolvimento econômico sustentável, aos diagnósticos do meio físico, em apoio ao planejamento urbano e territorial; à prevenção e remediação dos riscos ambientais, e à difusão do conhecimento geológico à sociedade.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Mapeamento geológico e do meio físico realizado</i>	unidade	1,00	2,00	2,00	2,00	7,00

2855 Difusão de Informações Geológicas

FINALIDADE: Disseminar o conhecimento da geologia, aplicada as áreas de atuação do DRM-RJ.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0395 - ESTUDOS E PESQUISAS EM GEOLOGIA, RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E RISCOS NATURAIS

2855 Difusão de Informações Geológicas

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Documento Técnico publicado</i>	unidade	30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
<i>Palestra sobre geologia realizada</i>	unidade	30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
<i>Placa do Projeto Caminhos Geológicos visitada</i>	unidade	115,00	125,00	135,00	145,00	520,00
						Estado
						Estado
						Estado

A435 Reestruturação do Centro de Informações de Petróleo e Gás - CIPEG

FINALIDADE: Restabelecer e ampliar as funcionalidades do banco de dados e do site do Centro de Informações de Petróleo e Gás-CIPEG, de modo a viabilizar o tratamento de dados e geração de informações qualificadas sobre a produção de petróleo e gás natural, a arrecadação de royalties e as oportunidades e ameaças do setor.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: a definir

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Banco de Dados reestruturado</i>	unidade	0,20	0,80	-	-	1,00
						Estado

A436 Disseminação do Conhecimento Geológico

FINALIDADE: Coletar, tratar dados e gerar informações que viabilizem estudos e projetos relacionados à identificação de novas oportunidades minerais, ao desenvolvimento econômico sustentável, aos diagnósticos do meio físico, em apoio ao planejamento urbano e territorial: à prevenção e remediação dos riscos ambientais, e à difusão do conhecimento geológico à sociedade.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: a definir

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0395 - ESTUDOS E PESQUISAS EM GEOLOGIA, RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E RISCOS NATURAIS

A436 Disseminação do Conhecimento Geológico

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
<i>Acervo de informações técnicas estruturado</i>	unidade	0,20	0,40	0,40	-	1,00
						Metropolitana

A437 Divulgação do Patrimônio Geológico do ERJ

FINALIDADE: Levar a geologia aos cidadãos comuns, auxiliando no desenvolvimento turístico de regiões e levando a cultura geológica para áreas carentes deste tipo de informação.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: a definir

UNIDADE DE PLANEJAMENTO DRM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
<i>Placa do Projeto Caminhos Geológicos implantada</i>	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0396 - CONTROLE DE REGISTRO EMPRESARIAL

Objetivo: Aprimorar e agilizar os serviços do registro empresarial, que propicia personalidade jurídica às atividades empresariais, dando existência legal às empresas e capacitando-as a exercerem seus direitos e contrair em obrigações.

Unidade Gestora: 2232 - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
-	62.000.000	-	62.000.000

2856 Serviço de Registro Empresarial

FINALIDADE: Oferecer o serviço de registro empresarial, presencial e via web, com vistas à redução da informalidade, buscando uma integração entre governo federal, estados e municípios e maior eficiência e segurança no armazenamento e prestação das informações no Cadastro Nacional de Empresa-CNE

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO JUCERJA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Cadastro de empreendedor individual – El realizado	unidade	50.000,00	58.000,00	67.000,00	77.000,00	252.000,00	Estado
Cadastro de empresa realizado	unidade	55.000,00	59.000,00	63.000,00	67.500,00	244.500,00	Estado

3638 Modernização e Reestruturação da Nova JUCERJA

FINALIDADE: Melhorar o atendimento ao Público, aprimorando e agilizando os serviços dos registros empresariais e concluindo a melhoria da infra-estrutura física.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO JUCERJA

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0396 - CONTROLE DE REGISTRO EMPRESARIAL

3638 Modernização e Reestruturação da Nova JUCERJA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Novo CPD Implantado	unidade	0,40	0,40	0,20	-	1,00	Metropolitana
Site de contingenciamento implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
Unidade administrativa reestruturada / restaurada	unidade	0,55	-	-	-	0,55	Metropolitana

3639 Implantação do Sistema de Registro de Comércio - SRC via WEB

FINALIDADE: Oferecer os serviços de registros empresariais via internet através do portal JUCERJA.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO JUCERJA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema de Registro de Comércio via WEB implantado	unidade	0,60	0,20	0,20	-	1,00	Estado

A438 Implementação do Sistema REGIN-RJ nos Municípios

FINALIDADE: Dar continuidade à modernização e à simplificação do processo de abertura e fechamento de empresas nos municípios, com considerável redução do prazo de tramitação, centralizando na JUCERJA a entrada da documentação das informações cadastrais das empresas nas três esferas de governo.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

UNIDADE DE PLANEJAMENTO JUCERJA

PARCEIRO: Não existe parceiro

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0396 - CONTROLE DE REGISTRO EMPRESARIAL

A438 Implementação do Sistema REGIN-RJ nos Municípios

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Município com REGIN-RJ implementado	unidade	89,00	-	-	-	89,00	Estado

A439 Implantação e Operacionalização das Delegacias Regionais

FINALIDADE: Descentralizar e agilizar o processo de abertura e registro de empresas, prestando atendimento rápido a empreendedores e contadores das localidades e proporcionando comodidade aos empresários locais.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO JUCERJA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Delegacia Regional da JUCERJA implantada	unidade	5,00	5,00	6,00	6,00	22,00	Estado
Delegacia Regional da JUCERJA operacionalizada	unidade	23,00	28,00	33,00	39,00	39,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0397 - ATENDIMENTO AO CIDADÃO E AO EMPREENDEDOR - RIO POUPA TEMPO

Objetivo: Disponibilizar aos cidadãos e empreendedores do RJ um espaço que concentre, de modo articulado, agíl e eficiente, a oferta de serviços públicos e/ou de utilidade pública.

Unidade Gestora: 2232 - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado da Casa Civil

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
-	187.084.800	172.800.000	359.884.800

2857 Operacionalização das Unidades de Atendimento do Rio Poupa Tempo

FINALIDADE: Operacionalizar e viabilizar a centralização dos serviços prestados ao cidadão e ao empreendedor fluminense nas unidades do Rio Poupa Tempo, zelando por princípios de respeito e de valorização da cidadania.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO JUCERJA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade do Rio Poupa Tempo operacionalizada	unidade	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00
						Metropolitana

3640 Implantação das Unidades de Atendimento do Rio Poupa Tempo

FINALIDADE: Ampliar os serviços do Rio Poupa Tempo aos cidadãos e empreendedores do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO JUCERJA

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0397 - ATENDIMENTO AO CIDADÃO E AO EMPREENDEDOR - RIO POUPA TEMPO

3640 Implantação das Unidades de Atendimento do Rio Poupa Tempo

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade do Rio Poupa Tempo implantada	unidade	1,00	-	-	-	1,00
						Metropolitana

6124 UNIDADE DO RIO POUPA TEMPO IMPLANTADA

FINALIDADE: AMPLIAR OS SERVIÇOS DO RIO POUPA TEMPO AOS CIDADÃOS E EMPREENDEDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS(PPPS).

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO JUCERJA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade do Rio Poupa Tempo implantada	unidade	1,00	1,00	1,00	-	3,00
						Costa Verde

A440 Implantação das Unidades de Atendimento do Rio Poupa Tempo por PPP

FINALIDADE: Ampliar os serviços do Rio Poupa Tempo aos cidadãos e empreendedores do Estado do Rio de Janeiro através de Parcerias Público-Privadas(PPPs).

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: PPP

UNIDADE DE PLANEJAMENTO JUCERJA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade do Rio Poupa Tempo implantada	unidade	6,00	-	-	-	6,00
						Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0397 - ATENDIMENTO AO CIDADÃO E AO EMPREENDEDOR - RIO POUPA TEMPO

A441 PPP para Operacionalização das Unidades de Atendimento do Rio Poupa Tempo

FINALIDADE: Operacionalizar e viabilizar a centralização dos serviços prestados ao cidadão e ao empreendedor fluminense nas unidades do Rio Poupa Tempo, zelando por princípios de respeito e de valorização da cidadania.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: PPP

UNIDADE DE PLANEJAMENTO JUCERJA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade do Rio Poupa Tempo operacionalizada	unidade	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0398 - AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Objetivo: Ampliar a oferta de serviços de verificação de instrumentos de medição e atender às demandas de avaliação da conformidade dos produtos e serviços certificados, com prestação e confiabilidade.

Unidade Gestora: 2233 - Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
-	7.906.000	-	-	7.906.000

2858 Manutenção, Criação e Acreditação de Laboratórios

FINALIDADE: Ampliar a carteira de serviços e ações das atividades da instituição para atender a verificação de instrumentos de medição, produtos e serviços demandados pela sociedade e/ou Governo, balizando a qualidade e confiabilidade dos produtos em circulação no estado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO IPEM-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Laboratório acreditado	unidade	-	1,00	2,00	3,00	6,00	Estado
Laboratório implantado	unidade	1,00	3,00	2,00	2,00	8,00	Estado
Laboratório operacionalizado	unidade	11,00	12,00	15,00	17,00	17,00	Estado

3641 Reforma e Adequação Operacional das Unidades Regionais

FINALIDADE: Adequar as instalações físicas e padronizar procedimentos, descentralizando as atividades para as regiões administrativas do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO IPEM-RJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0398 - AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

3641 Reforma e Adequação Operacional das Unidades Regionais

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
<i>Unidade Regional com padronização de procedimentos implantada</i>	unidade	2,00	2,00	2,00	-	6,00	Estado
<i>Unidade Regional reformada</i>	unidade	-	2,00	2,00	-	4,00	Estado

3642 Reforma da Sede do IPEM/RJ

FINALIDADE: Adequar e ampliar o imóvel sede do IPEM/RJ, com o desenvolvimento do parque tecnológico e laboratorial.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO IPEM-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
<i>Sede do IPEM/RJ ampliada</i>	unidade	0,80	0,20	-	-	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0399 - EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO E PARA A PRODUÇÃO

Objetivo: Disseminar conhecimento sobre direitos e deveres dos cidadãos na área de metrologia legal e conformidade de produtos e serviços.

Unidade Gestora: 2233 - Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
-	1.600.000	-	1.600.000

2859 Educação para o Consumo

FINALIDADE: Disseminar conhecimento aos cidadãos sobre os cuidados necessários na aquisição de produtos e de serviços, de acordo com os padrões de medidas especificação.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO IPEM-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Visita guiada realizada	unidade	20,00	30,00	40,00	50,00	50,00
						Estado

2860 Alinhamento Produtivo à Legislação

FINALIDADE: Apoiar a instalação de novas empresas, a adequação das existentes e as inovações tecnológicas, em alinhamento com a legislação vigente.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO IPEM-RJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0399 - EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO E PARA A PRODUÇÃO

2860 Alinhamento Produtivo à Legislação

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Evento realizado para divulgação de normas e legislação</i>	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0400 - APOIO À ATIVIDADE PRODUTIVA E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Objetivo: Induzir e apoiar ações voltadas para o desenvolvimento econômico do estado, atuando como facilitador nas relações entre as diferentes esferas de governo e as empresas, na busca de um ambiente institucional adequado ao bom desenvolvimento dos negócios e identificando oportunidades para atrair novos empreendimentos com potencial estruturante.

Unidade Gestora: 2201 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
26.519.921	-	-	26.519.921

2002 Atração e Apoio a Projetos Estruturantes e Estratégicos

FINALIDADE: Atrair, induzir, articular e facilitar a implantação de projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do estado, com foco em empreendimentos estruturantes ou setores estratégicos.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Empreendimento estruturante apoiado	unidade	4,00	4,00	4,00	3,00	4,00
						Estado

2861 Desenvolvimento dos Distritos Industriais e Logísticos da CODIN

FINALIDADE: Melhorar a taxa de ocupação e monitorar a atuação das empresas nos Distritos Industriais e Logísticos da CODIN.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CODIN

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0400 - APOIO À ATIVIDADE PRODUTIVA E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

2861 Desenvolvimento dos Distritos Industriais e Logísticos da CODIN

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Área industrial e logística com empresas instaladas em operação	unidade	0,60	0,05	0,05	-	0,70
						Estado

2862 Atração de Investimentos para os Municípios Fluminenses

FINALIDADE: Promover o desenvolvimento econômico fluminense, atraindo investimentos ambientalmente adequados, que gerem renda e emprego para a sua população.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CODIN

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Empreendimento atraído	unidade	15,00	20,00	25,00	30,00	90,00
Município beneficiado	unidade	8,00	12,00	15,00	20,00	55,00
						Estado
						Estado

2863 Apoio ao Investidor na identificação de Benefícios Fiscais e Tributários

FINALIDADE: Oferecer ao empresário o incentivo fiscal e tributário mais adequado e vantajoso para o seu investimento e para a economia do estado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CODIN

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0400 - APOIO À ATIVIDADE PRODUTIVA E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

2863 Apoio ao Investidor na identificação de Benefícios Fiscais e Tributários

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Pedido de benefício encaminhado para aprovação	unidade	50,00	60,00	65,00	70,00	245,00
						Estado

3644 Modernização da CODIN

FINALIDADE: Fortalecer a atuação da administração estadual no apoio aos investidores e aos municípios fluminenses para atração de novos investimentos, com a implementação de instrumentos e mecanismos que facilitem a gestão operacional e de atendimento aos clientes.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO CODIN

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Plano de modernização implementado	unidade	0,60	0,15	0,15	0,10	1,00
						Estado

A448 Definição de Agendas Setoriais Estratégicas

FINALIDADE: Discutir e elaborar uma agenda para o desenvolvimento de setores específicos, considerados estratégicos para a economia do Estado do Rio de Janeiro, com vistas ao direcionamento das políticas públicas e das articulações necessárias à sua implementação.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEDEIS

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0400 - APOIO À ATIVIDADE PRODUTIVA E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A448 Definição de Agendas Setoriais Estratégicas

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Agenda setorial definida	unidade	3,00	2,00	2,00	-	7,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0401 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Objetivo: Proporcionar linhas de financiamento competitivas ao setor privado, para projetos de implantação, realocização, modernização e expansão, e aos municípios para projetos de modernização e de infraestrutura.

Unidade Gestora: 2272 - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A.

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
-	1.244.000.000	1.244.000.000

A442 Financiamento às Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas

FINALIDADE: Viabilizar os projetos de investimento fixo e/ou capital de giro das empresas fluminenses.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: A própria Agência de Fomento

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INVESTERIO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Empresa beneficiada	unidade	20,00	40,00	60,00	80,00	Estado

A443 Financiamento aos Microempreendedores

FINALIDADE: Viabilizar os projetos de investimento fixo e/ou capital de giro das empresas fluminenses.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: A própria Agência de Fomento

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INVESTERIO

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0401 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A443 Financiamento aos Microempreendedores

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Microempreendedor beneficiado</i>	unidade	300,00	500,00	700,00	1.000,00	2.500,00
						Estado

A444 Financiamento aos Municípios Fluminenses

FINALIDADE: Viabilizar os projetos de modernização e de infraestrutura das prefeituras municipais.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: A própria Agência de Fomento

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INVESTERIO

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Município beneficiado</i>	unidade	2,00	3,00	4,00	4,00	13,00
						Estado

A445 Aumento do Capital Social da Investe Rio

FINALIDADE: Elevar a disponibilidade de recursos próprios e a capacidade de alavancar recursos de terceiros para financiar os investimentos produtivos e os municípios fluminenses.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: Governo do Estado do Rio de Janeiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INVESTERIO

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Programa: 0401 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A445 Aumento do Capital Social da Investe Rio

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Agência de Fomento Investe Rio capitalizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA

Atribuições da Secretaria

A SEA tem como missão formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro.

A gestão ambiental pública no Estado do Rio de Janeiro apóia-se no sistema estadual de meio ambiente, coordenado por esta Secretaria da qual faz parte o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, instalado em 12 de janeiro de 2009, que unificou e ampliou a ação de três órgãos ambientais extintos: a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente - FEEMA, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA e o Instituto Estadual de Florestas - IEF.

À Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, órgão colegiado diretamente vinculado ao Secretário, compete, entre outras atribuições, baixar as normas ambientais e outros atos complementares necessários ao funcionamento do licenciamento ambiental; aplicar as penalidades cabíveis aos infratores da legislação de controle ambiental, mediante apreciação dos autos de constatação lavrados pelos órgãos fiscalizadores; e dar solução final aos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de grande porte, sujeitos aos estudos de impacto ambiental.

Ao Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONEMA, órgão deliberativo e normativo, cabe o estabelecimento das diretrizes da Política Estadual de Controle Ambiental.

O Fundo Estadual de Controle Ambiental - FECAM é um fundo de natureza contábil que tem por objetivo financiar projetos de apoio à execução da Política Estadual de Meio Ambiente. Os recursos são provenientes, principalmente, da arrecadação de multas e indenizações por infração à legislação ambiental estadual e de royalties de petróleo.

Diagnóstico da Área

O quadro ambiental do Estado do Rio de Janeiro se destaca no cenário nacional pela sua diversificação e riqueza tanto do ponto de vista físico-biótico, quanto econômico e cultural.

No momento atual, o Estado passa por um surto de crescimento econômico impulsionado, principalmente, pela indústria do petróleo e pela atração de empreendimentos de grande porte do ramo siderúrgico, portuário e turístico. Tal cenário vem exercendo grande pressão sobre os recursos naturais, demandando respostas do poder público no que concerne ao controle da poluição, à adoção de tecnologia limpa e ao ordenamento do uso dos recursos ambientais.

Diante deste forte crescimento econômico, torna-se oportuna a adoção de medidas de realinhamento de seu modelo de crescimento, dentro do paradigma da Economia Verde, incentivando o crescimento econômico focado no aumento do PIB verde, geração de empregos verdes, promoção de uma economia de baixo carbono através de compensação e redução das emissões e uso eficiente de recursos naturais.

Na área do saneamento básico, especialmente nos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e manejo e disposição final de resíduos sólidos, a despeito de esforços recentes, ainda se verifica o índice de 30% de esgotos coletados e tratados, o que implica permanente degradação dos recursos hídricos (mar, rios e lagoas), com fortes prejuízos à saúde da população, ao patrimônio natural e, também, à imagem dos principais ativos para o turismo.

Os quase 16 milhões de habitantes do estado geram aproximadamente 17,5 mil ton/dia de resíduos sólidos urbanos, dos quais perto de 86% são efetivamente coletados. Na maioria dos 92 municípios, esses resíduos são depositados em lixões, já que se identificam apenas 7 aterros sanitários adequadamente operados, frente a 62 lixões e aterros controlados, o que configura um cenário extremamente negativo para a saúde pública e para o meio ambiente.

O Estado do Rio de Janeiro possui hoje cerca de 28% de seu território coberto por florestas. Destes, cerca de 17,55% (773.675 ha) estão protegidos por Unidades de Conservação - UCs Federais e Estaduais. Para efetividade da conservação, o Estado deve ter um planejamento próprio para Conservação da Biodiversidade e de Paisagens Cênicas, que oriente as prioridades em relação às propostas de criação de UC, de modo a atender as peculiaridades da sua conformação física, da relevância de seus recursos naturais e do seu planejamento econômico. Este planejamento elaborado com critérios e com integração das outras esferas de governo garante a participação na conservação, especialmente com as UCs, no ordenamento do território estadual, amortecendo as tensões próprias dos vetores de expansão econômicos e garantindo os recursos naturais necessários ao equilíbrio dinâmico dos territórios regionais e de suas populações.

Para tanto, a conservação de áreas naturais deve se atrelar aos interesses sociais, não apenas no que tange à proteção de recursos naturais, justificativa suficiente para a definição de áreas a serem conservadas, mas, especialmente, ao promover a participação direta em “economias verdes”. Essa participação pode ser na prestação de serviços especializados, como guarda-parques, administrativos e pesquisas, entre outros, como ainda na adoção de práticas agrosilvopastoris e extrativistas sustentáveis, e também no desenvolvimento do pagamento por serviços ambientais e do turismo. As UCs devem servir como atrativos destas economias, de acordo com o contexto econômico de cada região.

As condições de adensamentos urbanos acentuam a busca por soluções e remediação dos problemas. A ocupação das margens dos rios por moradias de baixa renda se configura como um dos agravantes para o problema das enchentes. Sem rede de esgotamento sanitário, nem de coleta de lixo adequada, os resíduos são lançados diretamente nos corpos hídricos, provocando o assoreamento que compromete o sistema de vazão das águas.

Neste contexto, a disponibilização de informação sobre diversos temas por parte das instituições públicas é um dever que proporciona a conscientização dos cidadãos e estimula a sua participação como aliados estratégicos na resolução de problemas, sejam eles sociais, políticos ou ambientais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 tratou de recepcionar o direito à informação ambiental que já constava, desde 1981, como um dos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente. Em abril de 2003, foi sancionada a Lei n.º 10.650 – Lei do Direito à Informação Ambiental – que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

Assim sendo, o monitoramento é uma ferramenta indispensável à constituição de uma base de dados sólida, que garanta o conhecimento sobre o que se gerenciar. O controle deve assegurar os objetivos formulados para o planejamento e a gestão ambiental. Para tanto, além da elaboração e execução de um plano de monitoramento adequado aos objetivos da gestão ambiental do Estado do Rio, que deve ser rigorosamente cumprido de modo a atender a premissa básica do monitoramento que alia constância, regularidade e coerência, é de fundamental importância disponibilizar a informação produzida, finalidade maior do monitoramento.

Para responder ao quadro ambiental atual e tendencial do Estado do Rio de Janeiro, faz-se necessária a implementação de políticas ambientais que contribuam para a sustentabilidade ambiental no desenvolvimento econômico, compreendendo: o fomento e assistência às ações de ampliação da infraestrutura de tratamento de esgoto e de disposição de resíduos sólidos; a prevenção e controle de inundações; a revitalização e conservação de lagoas e baías; a preservação da biodiversidade; a promoção de tecnologias inovadoras de baixo carbono e de instrumentos de suporte à economia verde; a modernização do licenciamento e da fiscalização ambiental, além do fomento a informação, a educação ambiental e a gestão participativa dos recursos ambientais.

Tais objetivos estratégicos se agrupam em três agendas prioritárias da SEA/INEA, para o setor ambiental, compreendendo: a Agenda Marrom, que incorpora os compromissos voltados para o controle da poluição, envolvendo, dentre outros, o licenciamento, a fiscalização e o monitoramento da qualidade do ambiente; a Agenda Azul, que representa os compromissos relacionados à gestão das águas, compreendendo os recursos hídricos e os ambientes lacustres e marinhos; e a Agenda Verde, que compreende as ações voltadas para a conservação e recuperação dos recursos florestais, incluindo a flora e a fauna.

Macro-objetivo

Implementar as políticas ambientais promovendo a sustentabilidade ambiental no desenvolvimento econômico por meio da consolidação das agendas Azul, Verde e Marrom.

Objetivos Setoriais

Universalização do Saneamento Básico

- Ampliar para 60% o tratamento do esgoto coletado em áreas urbanas até 2015;
- Fomentar a ampliação da oferta de água potável;
- Implementar o Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PEGIRS até 2015, eliminando 100% dos lixões, ampliando a coleta seletiva e reciclagem e estimulando a geração de energia;
- Ampliar o nº de municípios atendidos pelo programa Coleta Seletiva Solidária.

Prevenção e controle de cheias e inundações

- Dragar 100 km de rios e canais;
- Remanejar e reassentar 5.000 famílias de faixa marginal de proteção de rios e canais;
- Recuperar os cursos d'água da Região Serrana modificados pelas enchentes de 2011;
- Implantar 100 km de Parques Fluviais.

Revitalização e conservação de lagoas e baías

- Desassorear áreas críticas do Sistema Lagunar de Jacarepaguá;
- Concluir a restauração do arco da praia de Sepetiba;
- Desassorear áreas críticas da Baía de Guanabara, nomeadamente Canal do Fundão, Áreas Portuárias do Rio, Niterói e São Gonçalo;
- Manter as condições hidrodinâmicas das Lagoas de Piratininga, Itaipu, Maricá, Saquarema, Araruama, Imboassica e Rodrigo de Freitas.

Preservação da biodiversidade e recuperação dos sistemas florestais

- Ampliar em 15% as áreas cobertas por Unidades de Conservação;
- Ampliar em 10 mil hectares as áreas de cobertura florestal até 2015;
- Quadruplicar a visitação nos parques estaduais (200 mil/ano – 800 mil/ano).

Promoção de economia sustentável e de baixo carbono

Formular e implementar uma política abrangente na direção de uma economia sustentável contemplando os principais setores da economia fluminense que induza ao mercado e as oportunidades de investimento, geração de emprego e renda a partir de critérios socioambientais, compreendendo as seguintes metas até 2015:

- Implantar o Plano Estadual de Economia Verde e o Plano Estadual de Mudanças Climáticas;
- Promover as ações necessárias ao alcance das metas previstas no Plano Clima;
- Desenvolver e implementar, os instrumentos técnicos, jurídicos, fiscais e institucionais com vista a consolidação de uma economia sustentável no Estado;
- Reduzir os níveis per capita de emissão de carbono por resíduos sólidos e esgoto.

Modernização do licenciamento e da fiscalização ambiental

- Redução em 50% do tempo médio de tramitação do processo de licenciamento até 2015;
- Implantar sistema de cadastramento e requerimentos online de licenciamento ambiental;
- Estender a descentralização do licenciamento ambiental 80 % dos municípios até 2015;
- Ampliar a fiscalização contra crimes ambientais e irregularidades nos cumprimentos das licenças ambientais concedidas.

Fomento a informação, a educação ambiental e a gestão participativa dos recursos ambientais

- Ampliar e modernizar os sistemas de coleta e tratamento de informações ambientais;
- Disponibilizar, por vias diversificadas, informações de interesse ambiental a todos os segmentos sociais, priorizando aquelas dirigidas a populações em situação de risco ambiental;
- Fomentar a política de formação em educação ambiental no processo de gestão ambiental participativa;
- Implementar o Programa Estadual de Educação Ambiental;
- Fomentar e apoiar os fóruns de gestão participativa compreendendo os comitês, os consórcios e os conselhos, dentre outros.

Indicadores Setoriais

- População servida por sistema de coleta e tratamento de esgoto. Fonte: SEA (ICMS Ecológico e Pacto pelo Saneamento) e Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE;
- Lixões desativados e remediados. Fonte: SEA - CEPERJ (ICMS Ecológico e Pacto pelo Saneamento);
- Aterros Sanitários construídos. Fonte: SEA - CEPERJ (ICMS Ecológico e Pacto pelo Saneamento);
- Índice de Qualidade da Água. Fonte: INEA – Gerência de Qualidade da Água;
- Área do Estado com cobertura florestal. Fonte: INEA – Gerência de Geoprocessamento;
- Áreas abrangidas por Unidades de Conservação. Fonte: INEA – Gerência de Geoprocessamento;
- Índice de Qualidade do Ar. Fonte: INEA – Gerência de Qualidade do Ar;
- Níveis per capita de emissão de carbono. Fonte: SEA – Subsecretaria de Economia Verde;
- Tempo médio de emissão de licenças. Fonte: INEA – Diretoria de Licenciamento Ambiental;
- População removida de áreas de risco ambiental. Fonte: INEA – Diretoria de Recuperação Ambiental;
- Corpos d'água desassoreados e recuperados – Fonte SEA/INEA.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0156 - PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR - RIO DE JANEIRO

Objetivo: Consolidar a atividade turística no ERJ com base no potencial de seus recursos naturais e culturais, contribuindo para geração de novas oportunidades de emprego e renda.

Unidade Gestora: 4301 - Secretaria de Estado de Turismo

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Obras, Secretaria de Estado de Transportes, Secretaria de Estado de Turismo

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
3.200.000	-	-	3.200.000

1668 Gestão Ambiental de Interesse Turístico - PRODETUR - RJ

FINALIDADE: Garantir a preservação dos recursos naturais e culturais, base da atividade turística, assim como prevenir e atenuar os possíveis impactos ambientais e sociais.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade de Conservação – UC - implantada	unidade	-	1,00	-	-	1,00	Metropolitana
		-	-	1,00	-	1,00	Baixas Litorâneas
		1,00	-	-	-	1,00	Serrana
		-	-	-	1,00	1,00	Costa Verde
		-	1,00	-	-	1,00	Metropolitana
Unidade de Conservação - UC - recuperada	unidade	-	-	-	-	-	-

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0156 - PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR - RIO DE JANEIRO

1668 Gestão Ambiental de Interesse Turístico - PRODETUR - RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Unidade de Conservação - UC - recuperada</i>	unidade	-	-	1,00	-	1,00	Baixas Litorâneas
		1,00	-	-	-	1,00	Serrana
		-	-	-	1,00	1,00	Costa Verde

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0162 - PACTO PELO SANEAMENTO

Objetivo: Reduzir o passivo ambiental do Estado decorrente da disposição inadequados resíduos sólidos com encerramento e remediação (erradicação) de lixões e vazadouros, promovendo a inclusão sócio-produtiva dos catadores e o incentivo aos municípios para destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos. Ampliar o acesso da população aos serviços de esgotamento sanitário e revitalizar as bacias hidrográficas do Estado através da implantação de melhorias nos Sistemas de Esgotamento Sanitário.

Unidade Gestora: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
1.594.890.000	422.645.228	-	2.017.535.228

1000 Rio Mais Limpo

FINALIDADE: Dotar os municípios e o estado de instrumentos de planejamento capazes de orientar a ação dos dirigentes públicos na implementação de uma política de saneamento e implantar Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgoto - Rede e ETE promovendo a melhoria dos índices de cobertura de coleta e tratamento do esgoto sanitário no Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE - implantada	unidade	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00	Estado
Município apoiado na elaboração de seu Plano Municipal de Saneamento Básico	unidade	76,00	-	-	-	76,00	Estado
Município apoiado na implementação dos Planos de Gestão de Sistemas de Saneament	unidade	19,00	19,00	19,00	19,00	76,00	Estado
Plano Estadual de Saneamento Básico elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0162 - PACTO PELO SANEAMENTO

1000 Rio Mais Limpo

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Rede coletora de esgoto implantada	Km	4,00	6,00	6,00	6,00	22,00
						Estado

1009 Lixo Zero - FECAM

FINALIDADE: Erradicar lixões e vazadouros clandestinos, promover a remediação de áreas degradadas e contaminadas., promover a criação de consórcios intermunicipais para implantação de aterros sanitários e atualizar o inventário de resíduos industriais no estado identificando a fonte e a tipologia dos resíduos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FECAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Estado

1030 Lixo Zero

FINALIDADE: Dotar o Estado de um instrumento de gestão de seus resíduos, que considere a gestão regionalizada dos resíduos sólidos urbanos e os fluxos dos diferentes tipos de resíduos de modo a atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Erradicar lixões e vazadouros com a inclusão sócio-produtiva de catadores, criar incentivos ao municípios para adoção de destinações adequadas de resíduos, implantar a logística reversa, reaproveitar os resíduos da construção civil e eliminar os pontos de "bota-fora".

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Ecoponto implantado - Entulho Limpo	unidade	12,00	28,00	40,00	30,00	110,00
						Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0162 - PACTO PELO SANEAMENTO

1030 Lixo Zero

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Estação de Transferência ou Aterro Sanitário construído</i>	unidade	12,00	10,00	8,00	6,00	36,00
<i>Lixão ou vazadouro erradicado</i>	unidade	20,00	26,00	-	-	46,00
<i>Município com logística reversa de embalagens implementada - Recicla-Rio</i>	unidade	44,00	22,00	18,00	8,00	92,00
<i>Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos elaborado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00

1102 Saneamento Ambiental nos Municípios do entorno da Baía de Guanabara

FINALIDADE: Contribuir para a despoluição da Baía de Guanabara e dos municípios de seu entorno, através da implantação de projetos de esgotamento sanitário e projetos visando a sustentabilidade do programa (Fortalecimento institucional e políticas de saneamento) com recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

TIPO DE AÇÃO: Projeto **UNIDADE DE PLANEJAMENTO** 2402 - UEPSAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Município atendido com Prog. de Melhorias das Políticas Municipais de Saneamento</i>	unidade	-	7,00	7,00	-	14,00
<i>Obra de esgotamento sanitário - Cidade Nova e Alcântara - executada - FASE 1</i>	unidade	0,25	0,38	0,19	0,16	0,98
<i>Obra de esgotamento sanitário executada - FASE 2</i>	unidade	0,02	0,28	0,40	0,25	0,95

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0162 - PACTO PELO SANEAMENTO

1102 Saneamento Ambiental nos Municípios do entorno da Baía de Guanabara

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto de fortalecimento institucional elaborado	unidade	-	3,00	1,00	1,00	5,00	Metropolitana

1540 Saneamento Ambiental da Bacia da Baía de Sepetiba

FINALIDADE: Contribuir para despoluição da baía de Sepetiba e dos municípios de seu entorno, por meio da implantação de projetos de esgotamento sanitário e projetos que visem a sustentabilidade ambiental da região.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE - implantada	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00	Estado
Rede coletora de esgoto implantada	Km	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00	Estado

1541 Saneamento Ambiental da Bacia da Baía de Sepetiba-FECAM

FINALIDADE: Contribuir para despoluição da baía de Sepetiba e dos municípios de seu entorno, por meio do apoio à implantação de projetos de esgotamento sanitário e projetos que visem a sustentabilidade ambiental da região.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FECAM

Programa: 0162 - PACTO PELO SANEAMENTO

1541 Saneamento Ambiental da Bacia da Baía de Sepetiba-FECAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Metropolitana

1554 Projeto Saneamento PAC/RJ - FECAM

FINALIDADE: Apoiar a coleta e o tratamento de esgoto nos municípios onde não há o devido tratamento.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FECAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

1642 Projeto de Saneamento Ambiental

FINALIDADE: Melhorar o abastecimento de água potável, o manejo de água pluvial, a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE - implantada	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0162 - PACTO PELO SANEAMENTO

1642 Projeto de Saneamento Ambiental

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Rede coletora de esgoto implantada	Km	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Estado

3537 Projeto Saneamento - PAC-RJ

FINALIDADE: Promover coleta e tratamento de esgoto nos municípios onde não há o devido tratamento.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE - implantada	unidade	1,00	2,00	1,00	1,00	5,00	Estado
Obra de saneamento realizada	Km	45,00	30,00	95,00	95,00	265,00	Estado
Projeto de apoio às intervenções de saneamento realizado	unidade	6,00	3,00	3,00	3,00	15,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0275 - PACTO PELA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Objetivo: Conservar a biodiversidade articulando políticas públicas que antecipem, previnam e combatam, na origem, as causas da sensível redução ou perda da diversidade biológica.

Unidade Gestora: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
791.550.000	13.827.856	7.459.908	812.837.764

1044 Desenv. e Implem. de Instrumentos de Conserv. da Biodiversidade e das Florestas

FINALIDADE: Apoiar a elaboração e implementação dos Planos Municipais de Conservação e Restauração da Mata Atlântica, a fim de preservar os remanescentes do bioma do Estado e aprimorar o status de conservação das espécies priorizando as 10 espécies da fauna, selecionadas pela SEA, Promover a ampliação das áreas sob proteção de Unidades Municipais de Conservação Ambiental e implementar as existentes, fomentar a cadeia produtiva de restauração florestal e garantir o conhecimento atualizado do status de conservação.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Município apoiado em seus Planos de Conservação e Restauração da Mata Atlântica	unidade	15,00	20,00	25,00	32,00	92,00	Estado
Parque fluvial implantado	unidade	2,00	2,00	2,00	1,00	7,00	Estado
Progr de proteção espécies ameaçadas extinção da Mata Atlântica implementado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
ProUC nas áreas prioritárias para conservação da biodiversidade implementada	unidade	16,00	20,00	25,00	31,00	92,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0275 - PACTO PELA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
1044 Desenv. e Implem. de Instrumentos de Conserv. da Biodiversidade e das Florestas

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Sistema de informações florestais elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

1572 Gestão e Controle Florestal

FINALIDADE: Contribuir para o aumento do índice de cobertura florestal.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Empresa Madeireira fiscalizada	unidade	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00	Estado
Mata ciliar recuperada	hectare	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00	Estado
Matriz de mudas cadastrada	unidade	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00	Estado
Muda produzida	unidade	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	Estado
Processo de Reserva Legal analisado	unidade	150,00	150,00	150,00	150,00	600,00	Estado
Projeto de recuperação analisado	unidade	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0275 - PACTO PELA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

1572 Gestão e Controle Florestal

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Semente produzida através do Banco de Sementes Florestais	Kg/ano	500,00	600,00	800,00	1.000,00	2.900,00
						Estado

1575 Programa de Proteção da Mata Atlântica - PPMA

FINALIDADE: Diminuir a taxa de redução do bioma Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade de Conservação implementada	unidade	3,00	-	-	-	3,00
						Estado

2117 Preservação da Biodiversidade

FINALIDADE: Contribuir para a manutenção da biodiversidade do Bioma Mata Atlântica.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Brigada treinada em prevenção de incêndios florestais	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Guarda-parque contratado	unidade	280,00	-	70,00	-	350,00
						Estado
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0275 - PACTO PELA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

2117 Preservação da Biodiversidade

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Projeto Conservacionista do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro apoiado	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado
Sistema Estadual de Unidade de Conservação - SEUC consolidado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado

A314 Regularização Fundiária

FINALIDADE: Promover as medidas administrativas necessárias à transferência da posse e domínio das terras particulares inseridas em unidades de conservação de proteção integral estaduais ao patrimônio do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: CSA

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Terra transferida	hectare	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00	Estado

A315 Criação e Implementação de Reserva de Proteção Particular da Natureza - RPPN

FINALIDADE: Conduzir e instruir o procedimento para criação de RPPN, no âmbito estadual.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: Proprietários Particulares

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
RPPN criada	hectare	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0278 - REVITALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LAGOAS E BAÍAS

Objetivo: Melhorar as condições da hidrodinâmica, da qualidade da água e dos ecossistemas.

Unidade Gestora: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
-	-	333.750.000	333.750.000

A337 Dragagem dos Canais do Cunha e Fundão

FINALIDADE: Revitalizar e conservar o meio ambiente com consequente melhoria da qualidade da água da Baía de Guanabara.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: PETROBRÁS

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Dragagem com disposição em geotextil executada	m³	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00 Metropolitana

A446 Recuperação dos Manguezais da B. de Guanabara e do Compl Lagunar de Jacarepaguá

FINALIDADE: Revitalizar e conservar o meio ambiente com consequente melhoria da qualidade da água da Baía de Guanabara e do Complexo Lagunar de Jacarepaguá.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: a realizar

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0278 - REVITALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LAGOAS E BAÍAS

A446 Recuperação dos Manguezais da B. de Guanabara e do Compl Lagunar de Jacarepaguá

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Manguezal da Baía de Guanabara recuperado	hectare	50,00	75,00	75,00	-	Metropolitana
Manguezal do Complexo Lagunar de Jacarepaguá recuperado	hectare	50,00	75,00	75,00	-	Metropolitana
		TOTAL DO PPA				
		200,00				
		200,00				

A447 Recup das Lagoas da Tijuca, Camorim, Jacarepaguá, Marapendi e Canal da Joatinga

FINALIDADE: Revitalizar e conservar o meio ambiente com consequente recuperação hídrica das lagoas da Tijuca, Camorim, Marapendi e Canal do Joatinga.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: a realizar

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Dragagem com disposição em geotextil executada	m³	1.500.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00	-	Metropolitana
Projeto de ampliação do molhe elaborado e executado	unidade	1,00	-	-	-	Metropolitana
		TOTAL DO PPA				
		6.000.000,00				
		1,00				

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0290 - SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo: Promover ações que visem à universalização do abastecimento de água potável no Estado do Rio de Janeiro. Ampliar o transporte e tratamento de esgotos coletados na região metropolitana do Estado, consolidando as ações de despoluição da Baía de Guanabara, complexo lagunar da Barra da Tijuca e Lagoa Rodrigo de Freitas. Implantar rede de saneamento básico dos demais municípios, promovendo a melhoria dos indicadores de saúde , além de garantir a sustentabilidade dos corpos hídricos do Estado.

Unidade Gestora: 0701 - Secretaria de Estado de Obras

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Obras

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURE	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
52.800.000	-	52.800.000

1518 Abastecimento de Água - PAC/FECAM

FINALIDADE: Ampliar, implantar e recuperar adutoras, redes de distribuição, elevatórias, reservatórios, ligações, estações de tratamento ou quaisquer outros elementos que pertençam ao sistema de água potável na Região Metropolitana e Interior do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FECAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

1522 Esgotamento Sanitário - PAC/FECAM

FINALIDADE: Apoiar por contrapartida a ação de ampliar, implantar e recuperar, redes coletoras, elevatórias, ligações, estações de tratamento ou quaisquer outros elementos que pertençam ao sistema de esgotamento sanitário na região metropolitana e interior do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FECAM

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0290 - SANEAMENTO BÁSICO

1522 Esgotamento Sanitário - PAC/FECAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0409 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Objetivo: Buscar maior eficiência, transparência e agilidade na preservação e conservação dos recursos naturais do Estado e no incentivo ao desenvolvimento sustentável.

Unidade Gestora: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
-	4.800.000	-	4.800.000

1095 Fortalecimento Institucional

FINALIDADE: Buscar maior eficiência, transparência e agilidade na preservação e conservação dos recursos naturais do Estado e no incentivo ao desenvolvimento sustentável.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Nova sede do INEA/SEA construída	unidade	0,70	0,20	0,10	-	1,00	Metropolitana
Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) implantado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0410 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo: Compatibilizar e permitir a gestão dos recursos hídricos, a partir da elaboração de estudos técnicos, projetos de barragens ou soluções alternativas que possibilitem a universalização dos recursos hídricos para abastecimento de água, irrigações e controle de cheias.

Unidade Gestora: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
-	35.800.000	35.800.000
		285.800.000

1097 Gestão de Bacias Hidrográficas

FINALIDADE: Assegurar água em quantidade e qualidade suficientes para as atuais e futuras gerações.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Campanha de uso racional da água realizada	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00	Estado
Capacitação em Gestão das Águas realizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Estado
Contrato de Gestão com Entidades Delegatárias de Comitês de Bacias celebrado	unidade	2,00	1,00	1,00	-	4,00	Estado
Estudo de Enquadramento dos Corpos D'água por Região Hidrográfica elaborado	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Estado
Plano de Recursos Hídricos elaborado	unidade	-	2,00	-	-	2,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0410 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

1097 Gestão de Bacias Hidrográficas

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Secretaria executiva implementada	unidade	2,00	2,00	-	-	4,00
Sistema Estadual de Informação de Recursos Hídricos implementado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00
						Estado
						Estado

4042 Operação e Análise Dados da Rede Hidrometeorológica

FINALIDADE: Monitorar os níveis d'água e de vazão de rios e sistemas lagunares, as alturas pluviométricas e as informações climatológicas em todo o Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Estudo hidrogeológico elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00
Rede hidrometeorológica implementada	unidade	20,00	20,00	20,00	20,00	80,00
Sistema de alerta de cheias ampliado	unidade	0,30	0,30	0,20	0,20	1,00
						Estado
						Estado
						Estado

A463 Construção da Barragem de Guapiaçu

FINALIDADE: Fortalecer o abastecimento de água das cidades beneficiadas pelo Sistema Imunana Laranjal que atende os municípios de Itaboraí, Niterói, São Gonçalo, Magé e outros.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

PARCEIRO: PETROBRÁS

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0410 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A463 Construção da Barragem de Guapiaçu

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Obra da barragem executada	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0411 - ECONOMIA VERDE E BAIXO CARBONO

Objetivo: Formular e implementar uma política focada nos princípios da economia verde, que contemple setores chave da economia fluminense que induza o crescimento econômico, novas oportunidades de investimento, geração de emprego e renda.

Unidade Gestora: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
19.550.000	4.000.000	-	23.550.000

2865 Programa de Reaproveitamento de Óleo Vegetal do ERJ - PROVE

FINALIDADE: Estimular a coleta de óleo de cozinha usado e a sua reutilização na produção de sabão e de fontes alternativas de energia, como o biodiesel.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Coleta de óleo realizada	litro	5.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00	8.000.000,00	26.000.000,00
Cooperativa formada	unidade	40,00	20,00	20,00	20,00	100,00
						Metropolitana
						Metropolitana

3667 Implementação do Plano Mudança do Clima

FINALIDADE: Promover as ações necessárias ao alcance das metas de mitigação e adaptação previstas no Plano Mudança do Clima, desenvolvendo e implementando os instrumentos técnicos, jurídicos e institucionais com vista à consolidação do Plano, reduzindo também os níveis per capita de emissão de carbono por resíduos sólidos e esgoto.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0411 - ECONOMIA VERDE E BAIXO CARBONO

3667 Implementação do Plano Mudança do Clima

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Estratégia estadual de eficiência energética elaborada</i>	unidade	-	1,00	-	-	1,00	Estado
<i>Inventário de emissões poluentes veiculares realizado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
<i>Mercado de Carbono Estadual estruturado e monitorado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
<i>NAMA de Transportes elaborada</i>	unidade	-	1,00	-	-	1,00	Estado
<i>Programa Indústrias de Baixo Carbono estruturado</i>	unidade	-	-	1,00	1,00	2,00	Estado

3668 Implementação do Plano de Economia Verde

FINALIDADE: Promover as ações necessárias ao alcance das metas previstas no Plano, desenvolvendo e implementando os instrumentos técnicos, jurídicos e institucionais com vista à consolidação de uma economia verde no Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Metodologia de Indicadores de Economia Verde e contabilidade ambiental elaborada</i>	unidade	2,00	-	-	-	2,00	Estado
<i>Plano Estadual de Economia Verde elaborado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0411 - ECONOMIA VERDE E BAIXO CARBONO

3668 Implementação do Plano de Economia Verde

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Programa de Capacitação de Empregos Verdes elaborado	unidade	-	-	1,00	-	1,00
Programa de Estratégia Tributária Verde elaborado	unidade	0,75	0,25	-	-	1,00
Programa Estadual de Construção Verde e Código de Obras Verdes elaborado	unidade	-	1,00	-	-	1,00
Projeto de Estruturação do Mercado de Ativos Ambientais elaborado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

3669 Geração de emprego e renda em comunidades assistidas por UPPs - Comunidade Verde

FINALIDADE: Implantar projetos com foco na geração de emprego e renda nas comunidades pacificadas no Rio de Janeiro. O Objetivo é o de fomentar uma política de empreendedorismo com foco na sustentabilidade, com qualificações em montagem e manutenção de micro-computadores, produção de plantas ornamentais e técnicas de jardinagem, como também a criação dos núcleos de qualificação em eco-moda, Gerar emprego e renda nas comunidades pacificadas do Rio de Janeiro através da qualificação em produção de sabão ecológico.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Capacitação de pessoal para reutilização de óleo vegetal realizada	unidade	120,00	240,00	360,00	480,00	1.200,00
Capacitação de pessoal para uso de insumo reciclado	unidade	1.160,00	2.020,00	2.880,00	3.740,00	9.800,00

3676 Jogos Limpos 2016

FINALIDADE: Neutralizar as emissões de carbono e outros gases de efeito estufa, resultantes da realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016.

Programa: 0411 - ECONOMIA VERDE E BAIXO CARBONO

3676 Jogos Limpos 2016

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Árvore plantada</i>	unidade	1.800.000,00	7.400.000,00	7.400.000,00	7.400.000,00	24.000.000,00	Estado
<i>Mão-de-obra qualificada</i>	unidade	150,00	150,00	150,00	150,00	600,00	Estado
<i>Viveiro cadastrado</i>	unidade	1,00	1,00	2,00	2,00	6,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0413 - CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Objetivo: Prevenir e controlar as inundações principalmente causadas pela degradação dos corpos hídricos, nas épocas de cheias e recuperar as áreas atingidas pelas inundações.

Unidade Gestora: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
300.800.000	1.202.832.260	-	1.503.632.260

1010 Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM

FINALIDADE: Minimizar os efeitos causados por fortes chuvas na Baixada Fluminense, melhorando as condições de infraestrutura e habitabilidade das áreas afetadas por enchentes nas bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí e recuperando as áreas marginais dos cursos d'água e suas nascentes.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FECAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Metropolitana

1067 Recuperação de Infraestrutura Hidráulica da Baixada Campista - PAC-RJ/FECAM

FINALIDADE: Minimizar os efeitos causados por fortes chuvas na Baixada Campista, melhorando as condições de infraestrutura dos corpos hídricos da região.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FECAM

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0413 - CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

1067 Recuperação de Infraestrutura Hidráulica da Baixada Campista - PAC-RJ/FECAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Norte Fluminense

1070 Recuperação de Infraestrutura Hidráulica da Baixada Campista - PAC-RJ

FINALIDADE: Minimizar os efeitos causados por fortes chuvas na Baixada Campista, melhorando as condições de infraestrutura hidráulica dos corpos hídricos da região.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Infraestrutura hidráulica recuperada	unidade	0,40	0,20	0,20	0,20	1,00
						Estado

1534 Projeto Iguaçu - PAC-RJ

FINALIDADE: Minimizar os efeitos causados por fortes chuvas na Baixada Fluminense, melhorando as condições de infraestrutura hidráulica dos corpos hídricos da região.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Asfalto/ciclovias Recuperado	Km	2,00	2,00	1,00	-	5,00
Família atendida no Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí	unidade	700,00	700,00	700,00	-	2.100,00
						Metropolitana
						Metropolitana

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0413 - CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

1534 Projeto Iguaçu - PAC-RJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Margem de rio recuperada/ urbanizada e reflorestada	Km	2,50	2,50	2,50	-	7,50
Parque fluvial implantado	unidade	2,00	2,00	1,00	-	5,00
Volume de sedimentos retirado	m³	330.000,00	330.000,00	330.000,00	-	990.000,00

1539 Prevenção e Controle Ambiental de Inundações

FINALIDADE: Reduzir os prejuízos e as perdas de vida nas cheias e minimizar os problemas decorrentes das inundações que atingem as comunidades residentes nas bacias hidrográficas.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Barragem/ Dique construído	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Barragem/ Dique recuperado	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Contenção em margem de corpo d'água realizada	Km	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Ecobarreira para retenção de lixo flutuante implantada	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00

Programa: 0413 - CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

1539 Prevenção e Controle Ambiental de Inundações

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Faixa marginal de proteção dos cursos d'água implantada</i>	Km	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	Estado
<i>Limpeza manual e mecânica em cursos d'água realizada - Limpa Rio</i>	Km	60,00	60,00	60,00	60,00	240,00	Estado
<i>Plano de combate às inundações elaborado</i>	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado
<i>Programa de recuperação e gestão dos Canais de Campos elaborado</i>	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Norte Fluminense
<i>Projeto de recuperação ambiental dos municípios da Região Serrana elaborado</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Serrana

1555 Projeto de Macro drenagem PAC - RJ - FECAM

FINALIDADE: Apoiar as ações de intervenção hidráulica nas bacias hidrográficas para controle de cheias numa vazão superior a 16m3/seg, bem como as ações para controle do efeito das chuvas, fazendo com que o rio Imboaqu suporte um pico de chuva no tempo de recorrência de 50 anos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FECAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Ação apoiada</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

3536 Projeto Macro drenagem - PAC-RJ

FINALIDADE: Intervenção hidráulica nas bacias hidrográficas para controle de cheias numa vazão superior a 16m3/seg.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0413 - CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

3536 Projeto Macro drenagem - PAC-RJ

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Família reassentada	unidade	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Obra de macro drenagem realizada	Km	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Parque fluvial implantado	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00
Projeto de apoio às intervenções de macro drenagem realizado	unidade	6,00	3,00	3,00	3,00	15,00
						Estado
						Estado
						Estado
						Estado

3672 Drenagem da Bacia do Rio Imboapu - PAC - RJ

FINALIDADE: Controlar o efeito das chuvas, fazendo com que o rio Imboapu suporte um pico de chuva no tempo de recorrência de 50 anos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Asfalto/ciclovia Recuperado	Km	1,00	1,00	-	-	2,00
Margem de rio recuperada/ urbanizada e reflorestada	Km	1,50	1,50	-	-	3,00
Volume de sedimentos retirado	m³	100.000,00	100.000,00	-	-	200.000,00
						Metropolitana
						Metropolitana
						Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0414 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: Desenvolver e implantar estratégias de gestão integrando o setor público e a sociedade civil, que auxiliem o desenvolvimento sustentável.

Unidade Gestora: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOURE	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
3.750.000	2.400.000	-	6.150.000

1089 Fortalecimento dos Mecanismos de Articulação Institucional

FINALIDADE: Fortalecer a participação dos diversos atores sociais (interno e externo) no processo de consolidação de políticas públicas sustentáveis, face aos novos desafios da relação governo-sociedade civil.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO	
		2012	2013	2014	2015		TOTAL DO PPA
Conferência municipal/ regional/ estadual apoiada	unidade	20,00	-	20,00	20,00	60,00	Estado
Fórum e Seminário para a gestão integrada e comunicação participativa promovido	unidade	24,00	24,00	24,00	24,00	96,00	Estado
Ouvindoria do Ambiente fortalecida	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

2132 Articulação Institucional para o Desenvolvimento Sustentável

FINALIDADE: Contruir políticas de desenvolvimento sustentável.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0414 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

2132 Articulação Institucional para o Desenvolvimento Sustentável

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Encontro da Agenda 21 local realizado	unidade	1,00	1,00	-	-	2,00	Estado
Informativo sobre Agenda 21 publicado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
Município apoiado em gestão ambiental	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	Estado

3665 Plano de Comunicação Ambiental para o Rio+20, Copa 2014 e Olimpíadas 2016

FINALIDADE: Orientar as múltiplas ações de comunicação social previstas para atender a demanda de divulgação das ações da SEA em três grandes eventos: Rio + 20 (2012), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016).

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Curso de monitores socioambientais realizado	unidade	1,00	-	2,00	3,00	6,00	Metropolitana
Material bilingüe publicado	unidade	1,00	1,00	-	1,00	3,00	Estado
Plano Estratégico de Comunicação criado	unidade	1,00	1,00	-	1,00	3,00	Estado
Quiosque multimídia construído	unidade	2,00	4,00	-	4,00	10,00	Metropolitana

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0415 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO PARTICIPATIVA

Objetivo: Apoiar a política de descentralização da gestão ambiental sensibilizando, mobilizando, organizando e capacitando diferentes atores sociais para a participação na vida pública e uso dos instrumentos de gestão ambiental.

Unidade Gestora: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	
24.800.000	2.800.000	
	-	27.600.000

1058 Implementação de Educação Ambiental

FINALIDADE: Capacitar professores e alunos de escolas públicas em Educação Ambiental e em processos de gestão ambiental participativa, incluindo a gestão participativa das águas, disponibilizar informações de interesse socioambiental a todos os segmentos da sociedade, formar técnicos e gestores municipais, apoiar os fóruns de gestão participativa compreendendo os comitês, os consórcios e os conselhos. Capacitar professores e alunos para o uso racional das águas estimulando a preservação e conservação das estruturas físicas.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Centro de Educação Ambiental criado	unidade	-	4,00	4,00	4,00	12,00	Estado
Certificação em Educomunicação Socioambiental realizada	unidade	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	Estado
Projeto Agenda Água na Escola e Olimpíadas Rio 2016 implantado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

1063 Capacitação em Gestão Participativa

FINALIDADE: Fomentar e apoiar os fóruns de gestão participativa compreendendo os comitês, os consórcios e os conselhos, entre outros.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0415 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO PARTICIPATIVA

1063 Capacitação em Gestão Participativa

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Membro de conselho e comitê capacitado	unidade	150,00	150,00	150,00	150,00	600,00
						Metropolitana

1529 Educação Ambiental para Condutores de Veículos Automotores

FINALIDADE: Conscientizar a população sobre as questões de segurança de trânsito, envolvendo cidadania, meio ambiente e manutenção adequada dos veículos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Campanha para condutores e usuários de veículos automotores realizada	unidade	2,00	1,00	-	-	3,00
						Estado

2872 Educação Ambiental no Estado

FINALIDADE: Estimular a formação crítica do cidadão voltada para a garantia de seus direitos constitucionais a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Campanha de educação ambiental realizada	unidade	7,00	7,00	7,00	7,00	28,00
						Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0415 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO PARTICIPATIVA

2872 Educação Ambiental no Estado

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Curso de capacitação em educação ambiental realizado	unidade	15,00	15,00	15,00	15,00	60,00	Estado
Município assessorado com o Programa Coleta Seletiva Solidária	unidade	15,00	15,00	16,00	16,00	62,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0417 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Objetivo: Fortalecer o sistema estadual de meio ambiente por meio do aprimoramento e modernização dos instrumentos de gestão existentes e da criação de novos instrumentos necessários ao atendimento dos desafios do desenvolvimento sustentável. Dotar o estado de uma base cartográfica atualizada, detalhada e uniforme que permita maior precisão nas análises espaciais necessárias ao planejamento e implantação de empreendimentos públicos e privados e conhecer as áreas protegidas por Unidades de Conservação Municipais.

Unidade Gestora: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente

Demais Órgãos participantes do programa: Assembleia Legislativa

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	
77.055.844	29.110.000	172.398.932

1057 Aprimoramento de Informação e de Instrumentos de Planejamento e Gestão Ambiental

FINALIDADE: Instrumentalizar o Estado por meio da delimitação de unidades espaciais com potencial de exploração econômica do território e do estabelecimento de diretrizes e de normas legais que assegurem o uso sustentável dos recursos ambientais. Orientar a tomada de decisão na implementação das ações de desenvolvimento socioeconômico regional, levando em conta as potencialidades, as fragilidades e os usos múltiplos dos recursos ambientais da região, Atualizar bases cartográficas, detalhadas e uniformes, na escala 1.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Base cartográfica do ERJ - Carta elaborada	unidade	159,00	-	-	-	159,00	Estado
Plano Municipal de Proteção e Remediação de Linha de Costa elaborado	unidade	3,00	5,00	5,00	3,00	16,00	Estado
Programa Estadual de Pagam por Serviços Ambientais - PRO-PSA elab. e implantado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado
Sist de Informação Mun para Gerenciamento do ICMS Ecológico elab. e implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0417 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

1057 Aprimoramento de Informação e de Instrumentos de Planejamento e Gestão Ambiental

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Zoneamento ecológico-econômico - ZEE - elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00
						Estado

1101 Aprimoramento dos Sistemas de Gestão Ambiental

FINALIDADE: Conceber e implementar a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e seus instrumentos de gestão, como parte integrante da Política e do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, coordenando programas e projetos vinculados ao gerenciamento costeiro e implementando o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla – e suas atividades correlatas, nos municípios litorâneos do Estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Área potencial para o programa "Minha Casa Minha Vida" identificada	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00
Estudo estratégico para ordenamento ambiental do território elaborado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Município atendido pelo Projeto Orla.	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00
Projeto de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande elaborado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00
Proposta de criação de APA elaborada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
						Estado
						Estado
						Estado
						Metropolitana
						Costa Verde
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0417 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

1526 Monitoramento da Qualidade Ambiental

FINALIDADE: Desenvolver de forma eficaz o monitoramento da qualidade do ar, da água, dos sedimentos, do solo, da flora, da fauna, dos ruídos e dos recursos hídricos e florestais.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
Análise laboratorial para controle da poluição realizada	unidade	81.100,00	85.155,00	89.413,00	93.883,00	349.551,00	Estado
Estação automática de monitoramento da qualidade do ar adquirida	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Metropolitana
Medição da qualidade do ar realizada	hora	302.400,00	542.400,00	782.400,00	1.022.400,00	2.649.600,00	Metropolitana
Medição de nível de pressão sonora realizada	unidade	65,00	70,00	75,00	80,00	290,00	Estado
Plano de monitoram de qualid de água e efluentes industr e não industr elaborado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado
Sistema de integração do Centro de Controle Operacional implantado	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Estado

1532 Acreditação Internacional e Auto-Sustentabilidade dos Laboratórios do INEA

FINALIDADE: Tornar o complexo laboratorial da INEA em laboratório ambiental de excelência e prepará-lo para obter a acreditação NBR ISO/IEC 17025 e o credenciamento na Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios RBLE e da REBLAS/GGLAS/ANVISA.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0417 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

1532 Acreditação Internacional e Auto-Sustentabilidade dos Laboratórios do INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Complexo Laboratorial certificado e auto-sustentável com acreditação	unidade	0,50	0,50	-	-	1,00	Metropolitana
Laboratório operacionalizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Metropolitana

1533 Implantação do Centro de Referência Veicular

FINALIDADE: Será utilizado para treinamento de todos os operadores do Detran. Serão realizadas análises de ruídos nos veículos. Serão realizados testes de emissão com combustíveis diversos.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO INEA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Centro de Referência de inspeção veicular implantado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Metropolitana
Centro de Referência de inspeção veicular operacionalizado	unidade	-	1,00	1,00	1,00	3,00	Metropolitana

1551 Projetos a Cargo do FECAM

FINALIDADE: Financiar iniciativas governamentais e não governamentais e projetos de proteção e recuperação do meio ambiente e de saneamento ambiental.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FECAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Constatação dos níveis de radiação emitidas pelas ERB's realizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Estudo de impacto ambiental - EIA/RIMA - RAS analisado	unidade	30,00	30,00	30,00	30,00	120,00	Estado
Faixa marginal de proteção dos cursos d'água implantada	Km	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	Estado
Inspeção/vistoria para controle ambiental/atendimento ao Min. Púb. realizada	unidade	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00	Estado
Levantamento de seções topobatimétricas nas bacias hidrográficas realizado	unidade	-	1,00	1,00	1,00	3,00	Estado
Licenciamento ambiental concedido	unidade	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0417 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

2277 Controle Ambiental

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Medição de vazão nas bacias hidrográficas realizada</i>	unidade	-	1,00	1,00	1,00	3,00
<i>Plano de alinhamento da orla das lagoas e lagoas mapeado</i>	Km²	-	200,00	200,00	200,00	600,00
<i>Região hidrográfica atendida pela metodel de outorga de lançamentos de efluentes</i>	unidade	-	1,00	1,00	1,00	3,00
<i>Sistema aquífero das Bacias contrib ao Complexo Lagunar de Jacarepaguá mapeado</i>	Km²	-	94,00	94,00	94,00	282,00
						Estado
						Estado
						Estado
						Estado

A471 Ações Complementares aos Instrumentos de Planejamento e Gestão Ambiental

FINALIDADE: Instrumentalizar o Estado por meio da delimitação de unidades espaciais com potencial de exploração econômica do território e do estabelecimento de diretrizes e de normas legais que assegurem o uso sustentável dos recursos ambientais. Orientar a tomada de decisão na implementação das ações de desenvolvimento socioeconômico regional, levando em conta as potencialidades, as fragilidades e os usos múltiplos dos recursos ambientais da região, Elaborar bases cartográficas atualizadas, detalhadas e uniformes.

TIPO DE AÇÃO: Não orçamentária

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEA

PARCEIRO: PETROBRÁS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
<i>Base cartográfica do ERJ - Carta elaborada</i>	unidade	150,00	-	-	-	150,00
<i>Plano Municipal de Proteção e Remediação da Linha de Costa elaborado</i>	unidade	3,00	5,00	5,00	4,00	17,00
						Estado
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0417 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

A471 Ações Complementares aos Instrumentos de Planejamento e Gestão Ambiental

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Programa Estadual de Pagam por Serviços Ambientais - PRO-PSA elab. e implantado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado
Zoneamento ecológico-econômico - ZEE - elaborado	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Programa: 0421 - PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DOS MUNIC DO ENTORNO DA BAÍA DE GUANABARA-PSAM

Objetivo: Revitalizar a Baía de Guanabara por meio da implantação e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário beneficiando a população residente nos municípios do seu entorno.

Unidade Gestora: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS	ORÇAMENTÁRIOS	
167.640.000	-	-	167.640.000

3651 Saneamento Ambiental nos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - FECAM

FINALIDADE: Contribuir para a despoluição da Baía de Guanabara e dos municípios de seu entorno, através da implantação de projetos de esgotamento sanitário e projetos visando a sustentabilidade do programa (Fortalecimento Institucional e Políticas de Saneamento) com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FECAM

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

Atribuições da Secretaria

São atribuições da SEAP, planejar, desenvolver, coordenar e acompanhar as atividades pertinentes à administração do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, no que concerne à custódia de suspeitos e presos em flagrante, reeducação e reintegração do apenado ao convívio da sociedade.

Manter relacionamento permanente e integrado com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, e demais instituições afins, com objetivo de melhor alcançar as metas impostas pela política criminal e penitenciária.

Por meio da Fundação Santa Cabrini a SEAP organiza e promove, em bases racionais e produtivas, o trabalho remunerado dos apenados do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

Diagnóstico da Área

O Estado do Rio de Janeiro, possuidor de características únicas dentro do cenário criminológico brasileiro, necessita de investimentos em segurança pública, visando o contínuo aprimoramento de seu sistema prisional e a ressocialização do indivíduo apenado.

Com as prisões, processos judiciais e penas restritivas de liberdade para um número cada vez maior de homens e mulheres, gera-se uma demanda maior de número de vagas para o cumprimento de pena.

Com a criação da SEAP, outro “status” foi dado ao sistema prisional, culminando com mais recursos para fazer face ao necessário investimento na estrutura geral.

Busca-se dar ênfase na segurança, disciplina e tratamento penitenciário, como previsto na Lei de Execuções Penais, sem esquecer-se do aperfeiçoamento e melhorias para os inspetores de segurança e técnicos administrativos por meio da modernização da Escola de Gestão Penitenciária.

Desde 2007, o Governo Estadual vem investindo no programa de gestão que busca, por meio de recursos próprios do Tesouro Estadual e parcerias, por meio de Convênios com a União ou com os municípios, desenvolver programas de atendimento de demandas necessárias à segurança, à reeducação, à reinserção social e à busca incessante da formação profissionalizante, através do incentivo do apenado ao trabalho. Exemplos são as ações como: Unidade do Programa Criando Liberdade e o Projeto de Unidade Produtora de Tijolos.

Nesse contexto, a SEAP vem desenvolvendo uma gestão integrada entre seus componentes orgânicos de modo a trazer equilíbrio ao sistema, o que é facilmente observável, dada a harmonia pela qual atravessa o Sistema Prisional, livrando assim a sociedade de ameaças, rebeliões e fugas.

O processo de gestão vem permitindo à SEAP desenvolver a ampliação da sua atuação. Em 2007 foi firmada parceria com a Secretaria de Segurança Pública para a custódia de indivíduos presos em flagrante delito e prisão preventiva e que ainda não tenham tido julgamento. Tal iniciativa tem alterado significativamente a oferta de vagas, podendo acarretar, no futuro, déficit no sistema penitenciário.

Ao assumir a custódia dos presos em flagrante delito e prisão preventiva, a SEAP atendeu às diretrizes da política estadual de segurança pública, que previa a desativação das cadeias que funcionavam nas delegacias e das casas de custódia.

Vinculada à SEAP, a Fundação Santa Cabrini tem também como objetivo organizar atividades culturais, educacionais e artísticas, incentivando a ocupação criativa de detentos, seus familiares, dos presos em regime de livramento condicional e de egressos do sistema penitenciário.

Atendendo ao disposto na Lei de Execuções Penais - LEP, os detentos que trabalham têm direito a uma remuneração e à remição de pena, reduzida em um dia a cada três dias trabalhados. Cabe à Fundação Santa Cabrini gerenciar o pagamento dessas remunerações e garantir o direito de remição através do controle de frequência.

O trabalho desenvolvido pela Fundação Santa Cabrini é um passo essencial para a redução das dificuldades do preso e do egresso na reintegração social através de ações de promoção de atividades educacionais e culturais e de qualificação profissional. Como promotora da cidadania, a Santa Cabrini tem como meta dar os meios necessários para que os internos e egressos tenham acesso à profissionalização, à educação e ao exercício profissional através de atividades laborativas realizadas dentro e fora das unidades carcerárias.

Assim, dada a política de integração levada a efeito pelo Estado do Rio de Janeiro no momento atual, propicia que novos investimentos sejam feitos para dar suporte à demanda na segurança pública fluminense, o que proporcionará "renovação do Sistema Penitenciário do Estado e ressocialização com inclusão positiva para os apenados.

Macro-objetivo

Renovação do sistema e ressocialização com inclusão positiva.

Objetivos Setoriais

- Desenvolver a excelência do Sistema Prisional Fluminense;
- Buscar a otimização das ações de ressocialização do apenado;
- Facilitar a profissionalização do apenado visando à reinserção no meio social;
- Integrar a iniciativa público-privada para criação de vagas de aproveitamento profissional;
- Fomentar a melhoria da integração entre os entes da União e os municípios por meio de Termos de Cooperação Técnicas e Convênios;
- Adequar permanentemente, a dinâmica do Sistema Penal ao ordenamento legal e Jurídico;
- Promover sistematicamente a modernização tecnológica do sistema prisional;
- Capacitar, qualificar e especializar profissionalmente os operadores do sistema prisional;
- Promover o aumento de vagas para apenados;
- Criar mecanismos tecnológicos que aumentem a qualidade da segurança do Sistema e a rápida resposta às situações de emergência.

Indicador Setorial

Presos por vagas existentes no Sistema Prisional do ERJ, por ano. Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Programa: 0089 - SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTRUTURADO

Objetivo: Reformar e redefinir a estrutura física e logística do sistema penitenciário, com ênfase na qualificação de seus profissionais, viabilizando condições para o alcance efetivo nas ações pertinentes à área de custódia e ressocialização dos apenados.

Unidade Gestora: 2501 - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

Demais Órgãos participantes do programa: Secretaria de Estado de Saúde

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
458.606.908	396.905.103	-		855.512.011

1106 Criação e Melhoria de Oficinas do Sistema Penal

FINALIDADE: Ampliar e adaptar a infraestrutura das unidades prisionais de produção e oficinas às demandas do mercado de trabalho.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FSCABRINI

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade laborativa implantada/operacionalizada	unidade	4,00	5,00	5,00	5,00	5,00
						Metropolitana

1581 Construção, Implantação e Reforma de Unidades do Sistema Penitenciário

FINALIDADE: Expandir e reformar o sistema penitenciário em atendimento à demanda da segurança pública/sociedade.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAP

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Programa: 0089 - SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTRUTURADO

1581 Construção, Implantação e Reforma de Unidades do Sistema Penitenciário

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Hospital penitenciário construído/implantado	unidade	-	-	1,00	-	1,00
Unidade prisional equipada	unidade	40,00	40,00	40,00	40,00	160,00
Unidade prisional reformada	unidade	30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
Veículo para uso operacional adquirido	unidade	20,00	20,00	20,00	20,00	80,00

1582 Centro de Observação Criminológica

FINALIDADE: Implantar uma unidade operacional para centralizar a entrada dos apenados no sistema penitenciário, com o objetivo de diagnosticá-los através de serviços médicos, jurídicos e sociais, visando aperfeiçoar sua distribuição nas unidades prisionais e melhorar a qualificação da custódia no âmbito da administração penitenciária.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAP

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade operacional do sistema penitenciário implantada	unidade	0,20	0,30	0,30	0,20	1,00

1585 Supervisão e Coordenação do Sistema Penitenciário

FINALIDADE: Garantir a execução das atividades operacionais relativas à guarda e custódia dos apenados do sistema penitenciário

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAP

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Programa: 0089 - SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTRUTURADO

1585 Supervisão e Coordenação do Sistema Penitenciário

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Gestão orçamentária e processo licitatório qualificado implantado</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
<i>Helicóptero para traslado de agentes adquirido</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

2169 Atendimento à Saúde dos Internos do Sistema Penitenciário

FINALIDADE: Viabilizar esforços e recursos na área médica do sistema penitenciário visando prover a população carcerária fluminense com a plenitude de serviços relacionados com a assistência médico-psicológica no cumprimento da pena.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAP

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Ação de assistência médica realizada</i>	unidade	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	28.000,00	Estado

2218 Apoio aos Hospitais do Sistema Penitenciário

FINALIDADE: Assegurar aos hospitais prisionais condições adequadas de funcionamento, para que os internos tenham atendimento compatível com as suas necessidades.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAP

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Programa: 0089 - SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTRUTURADO

2218 Apoio aos Hospitais do Sistema Penitenciário

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Ação apoiada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

2487 Alimentação dos Apenados e Custodiados

FINALIDADE: Fornecer alimentação aos detentos das unidades penitenciárias.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAP

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Alimentação fornecida nas unidades do sistema penitenciário e casas de custódia	unidade	51.100.000,00	51.100.000,00	51.100.000,00	51.100.000,00	204.400.000,00	Estado

3540 Implantação de Presídio de Segurança Máxima

FINALIDADE: Visando atender o aumento do número de vagas para apenados que ofereçam maior perigo social, a demanda cada vez maior, buscando o equilíbrio do Sistema Penal fluminense e nacional.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAP

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Presídio de segurança máxima implantado	unidade	0,20	0,20	0,30	0,30	1,00	Estado

3541 Implantação da Escola de Gestão Penitenciária

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Programa: 0089 - SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTRUTURADO

3541 Implantação da Escola de Gestão Penitenciária

FINALIDADE: Visa a formação, qualificação e especialização técnica dos profissionais na gestão penitenciária, atendendo o que prescreve a Norma Constitucional e Penal, no trato dos apenados e sua relação com a sociedade.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SEAP

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Escola de Gestão Penitenciária implantada	unidade	0,20	0,20	0,30	0,30	1,00	Estado

4106 Qualificação Profissional e Diversificação de Oportunidade de Trabalho

FINALIDADE: Proporcionar formação profissional ao apenado, ampliando a possibilidade de sua reinserção social através do ingresso no mercado de trabalho, atuando de forma preventiva em relação à reincidência no delito.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO FSCABRINI

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Curso/ treinamento profissionalizante realizado	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00	Metropolitana
Projeto de unidade produtora de tijolos implantado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Metropolitana

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG

Atribuições da Secretaria

- Planejar, supervisionar, coordenar e dirigir as atividades relacionadas com a segurança pública;
- Dirigir e coordenar as atividades da Polícia Judiciária e a apuração das infrações penais;
- Exercer as atividades de segurança interna de sua competência;
- Apurar as infrações penais contra o consumidor e a saúde pública quando disserem respeito às relações de consumo e à economia popular;
- Desenvolver as atividades de Polícia Ostensiva e a preservação da Ordem Pública.

Diagnóstico da Área

O estado do Rio de Janeiro tem vivenciado, nos últimos quatro anos, um momento único na área da Segurança Pública: o alinhamento entre as esferas governamentais, a realização de grandes eventos com a vinda de grandes investimentos, a maior integração das instituições que compõem o sistema de Segurança Pública do estado - Secretaria de Estado de Segurança, Polícia Militar e Polícia Civil - e a implementação de uma gestão focada em metas e resultados.

Os esforços empreendidos na Segurança Pública têm permitido e implicado no desenvolvimento do estado como um todo, considerando que não é possível haver desenvolvimento sem segurança. Os resultados são transparentes e estão na ordem do dia.

Desde julho de 2009, a Secretaria implantou um novo Sistema de Gestão, contendo um conjunto de procedimentos e rotinas gerenciais para identificação de problemas, análises do fenômeno criminal, identificação de causas, além de ter elaborado Planos de Ação Integrados para o alcance de metas de redução de Indicadores Estratégicos de Criminalidade (Homicídio Doloso, Latrocínio, Roubos de Veículos e Roubos de Rua), visando a redução dos mesmos através de metas definidas e mensalmente acompanhadas com previsões até 2014.

Para dar suporte ao Sistema de Gestão, foram feitas mudanças estruturais de compatibilização territorial entre Polícia Civil e Polícia Militar, visando aumentar a cooperação e a integração entre elas. A primeira dessas mudanças foi a criação de uma nova divisão geográfica de atuação das polícias, chamada de RISP (Regiões Integradas de Segurança Pública), que se tornou uma instância de articulação regional da PMERJ e PCERJ, no nível tático, com os demais atores que possuem interface com a segurança pública em suas respectivas áreas de atuação, buscando:

- Mais eficiência no monitoramento de metas e ações planejadas;
- Mais sinergia entre as ações da Polícia Civil e Militar;
- Maior compartilhamento de informações.

As RISP fortaleceram, também, as AISP (Áreas Integradas de Segurança Pública) e o conceito de CISP (Circunscrição Integrada de Segurança Pública), subdivisão geográfica das atuais AISP. Toda essa compatibilização territorial objetivou:

- Integração geográfica e operacional das Unidades de Polícias Militar e Civil em todo Estado no nível operacional;
- Maior controle sobre as atividades planejadas e ação sobre as manchas criminais;
- Mais proximidade do fenômeno criminal local;

- Individualização da responsabilidade e do mérito a partir de metas desdobradas para os indicadores de criminalidade.

Esse sistema de metas e acompanhamento de resultados trouxe reduções significativas na criminalidade do Estado, já em 2009, que impactaram positivamente na sensação de segurança da população. De acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP), os índices de criminalidade entre 2006 e 2010 reduziram significativamente, tanto em termos percentuais quanto absolutos. Indicadores e relatórios da área permitiram a criação de um suporte para a avaliação das políticas desenvolvidas, além de apontar novos caminhos a serem traçados até 2016.

O indicador de Homicídio Doloso fechou o ano de 2010 com uma redução de 17,7% sobre o ano de 2009. Em termos de taxas (Homicídio Doloso/100 mil hab.), 2010 foi o primeiro ano, desde 1991, a encerrar com uma taxa abaixo de 30 homicídios por 100 mil hab. Em 2010, com relação ao final de 2006, a taxa de Homicídio Doloso caiu 27%.

No que se refere ao Latrocínio, 2010 encerrou com 156 casos: o menor número desde 1999. Em termos percentuais, tal redução de 2010 em relação à 2009 foi de 29%. Já, entre 2006 e 2010, o delito apresentou uma redução de 25%.

Roubo de Veículos foi o indicador que apresentou a maior queda em 2010, frente a 2009. Foram 20.052 ocorrências do delito, ou seja, uma redução de 19,9% em relação ao ano anterior. O ano de 2010 fechou com uma redução de 42% das ocorrências em relação ao final de 2006.

Por fim, no que se refere aos Roubos de Rua (Roubo a Transeuntes, Roubo de Celular e Roubo em Coletivo), 2010 apresentou uma redução de 11,3% frente ao ano anterior e, foi o primeiro ano, desde 2003, a apresentar queda nesse indicador. Isso significou um número de 78.546 ocorrências do delito, sendo que a taxa de crescimento do mesmo, em anos anteriores, era próxima de 25%.

Esse balanço positivo também é resultado de uma série de estratégias que perpassam pela retomada do território com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e, acima de tudo, por um processo de reorganização, reestruturação e revitalização da execução da política de Segurança Pública do estado.

As Unidades de Polícia Pacificadora, responsáveis por consolidar o controle estatal sobre áreas sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada e, por devolver à população local a paz e a tranquilidade pública necessárias ao exercício da cidadania plena, que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico, são ações estratégicas que começaram em dezembro de 2008 com planos de implementação que vão para além das Olimpíadas Rio 2016.

Elas foram criadas para garantir a presença diuturna do Estado e a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à preservação da ordem pública, aplicando a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação. Atualmente, existem 17 UPPs em áreas compreendidas por comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, onde a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afrontavam o Estado Democrático de Direito. Com esta mesma filosofia de execução, estão previstas para 2014, um total de 45 unidades, abrangendo 165 comunidades com aproximadamente 860.000 pessoas. Também é estimado o emprego de aproximadamente 12.500 policiais militares para tal programação.

Outro foco estratégico desta gestão é o cumprimento dos acordos internacionais para o bom funcionamento da Copa 2014 e Jogos Olímpicos 2016. O Governo Federal do Brasil e os Governos Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro estão totalmente comprometidos em garantir a segurança de todos os clientes dos Jogos, da população local e dos visitantes, antes, durante e depois dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e da Copa do Mundo Brasil 2014.

Os Governos trabalharão de forma integrada com o objetivo de garantir um ambiente seguro e agradável para estes grandes eventos. E, é dentro desta perspectiva, que a Segurança Pública continuará seus esforços de

reforma e transformação, inclusive com a dotação orçamentária de porte, significativa e sem interrupções e quebras de provimento no futuro.

Com a criação da Comissão Especial de Segurança do Estado para Grandes Eventos (CESEGE), Resolução SESEG nº 314 de 25 de fevereiro de 2010, ficou estabelecido o objetivo de determinar, aprovar e acompanhar estudos, diagnósticos, pareceres e planejamentos para o desenvolvimento de ações policiais voltadas para a segurança das atividades excepcionais, de grande complexidade a se desenvolverem no estado do Rio de Janeiro.

Para tanto, a Secretaria de Segurança começou desenvolver um Plano de Investimentos voltado para o fortalecimento das Polícias Civil e Militar, bem como para áreas de modernização tecnológica e valorização profissional.

O Plano de Investimentos para as instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública está de acordo com o Dossiê de Responsabilidades do Governo do Rio com o COI e com a FIFA e, envolve um montante de aproximadamente 3 bilhões de reais com projetos estruturantes para a Segurança Pública do estado.

O Centro Integrado de Comando e Controle, o Sistema de Identificação Automática de Veículos em Movimento, o Controle Integrado de Material Bélico, Equipamentos de Proteção Individual, Escalas e Pessoal, as Delegacia de Dedicção Integral ao Cidadão, a Cidade da Polícia, o novo ICCE, o Batalhão Padrão e entre tantos outros, compõem a carteira de projetos da SESEG para o fortalecimento da segurança no estado e, foram construídos com o apoio do Escritório de Gestão de Projetos da Casa Civil, que já começou a fazer o acompanhamento dos mesmos.

Os recursos serão provenientes de diversas fontes, como: Orçamento Geral da União, Tesouro Estadual, financiamentos e setor privado. Desse modo, o estado do Rio de Janeiro capitaneia e é capitaneado por um momento cheio de oportunidades para o desenvolvimento social e econômico, que está atrelado, intrinsecamente, ao sucesso da gestão da Segurança Pública fluminense, garantindo tranquilidade e segurança necessárias ao bom funcionamento da vida em sociedade.

Macro-objetivo

Pacificação das comunidades, otimização das atividades policiais, redução dos índices de criminalidade, aumento da sensação de segurança, modernização tecnológica e segurança dos grandes eventos.

Objetivos Setoriais

- Articular, coordenar e apoiar a execução de programas e projetos que promovam o desenvolvimento da política de Segurança Pública e fortaleçam suas instituições;
- Estimular a integração das instituições que compõem o sistema de Segurança Pública;
- Reduzir os índices de criminalidade, em especial, os considerados estratégicos;
- Aprimorar o Portal de Segurança através de novas bases de dados;
- Prover, articular e induzir a modernização tecnológica da Secretaria de Segurança e das Polícias Civil e Militar;
- Planejar, integrar e acompanhar a implementação e o desenvolvimento dos programas e projetos de modernização tecnológica da Secretaria de Estado de Segurança;
- Coordenar e apoiar programas e projetos para a modernização tecnológica das Polícias Militar e Civil;
- Aumentar a capacidade de comando e controle e a integração entre os órgãos de atendimento a emergências do estado do Rio de Janeiro;
- Manter e melhorar o sistema de rádio comunicações críticas do estado do Rio de Janeiro;

- Estimular a produção de um plano de recrutamento, seleção e formação (núcleo comum no currículo de formação policial, elaboração de projetos de gestão de recursos, formação continuada e polícia de proximidade);
- Contribuir e fomentar programas de prevenção à criminalidade e violência;
- Reestruturar a Secretaria de Estado de Segurança, implementando ferramentas de gestão de processos e metas, de avaliação de políticas públicas, em especial da política de pacificação, e de gestão de projetos por meio do Escritório de Gerenciamento de Projetos setorial e das polícias;
- Aumentar a eficácia, eficiência e efetividade das investigações e reduzir o tempo de atendimento ao cidadão;
- Estimular pesquisas aplicadas e valorizar as já realizadas, na área de Segurança Pública;
- Fortalecer a funcionalidade do Gabinete de Gestão Integrada, das Corregedorias, da Ouvidoria e a atuação da Polícia Técnico-científica;
- Promover o desenvolvimento e a aplicação de um Plano de Comunicação da SESEG (interno e externo);
- Promover a cidadania, os direitos humanos e a educação para a paz como diretrizes para a atuação das polícias;
- Articular o conhecimento prático das polícias, adquirido no dia-a-dia profissional, com os conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico;
- Difundir e reforçar a construção de uma cultura de segurança pública fundada nos paradigmas da contemporaneidade, da inteligência – nas diversas dimensões, da informação e do exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas.

Indicadores Setoriais

- Letalidades Violentas (Homicídio Doloso, Latrocínio, Lesão Corporal Dolosa Seguida de Morte e Auto de Resistência) por 100 mil habitantes, por mês. Fonte: Instituto de Segurança Pública - ISP. Periodicidade Mensal;
- Roubos de Rua (Roubo a Transeuntes, Roubo de Celular e Roubo em Coletivo) por 100 mil habitantes, por mês. Fonte: Instituto de Segurança Pública - ISP. Periodicidade Mensal;
- Roubo de Veículos, por mês. Fonte: Instituto de Segurança Pública - ISP. Periodicidade Mensal.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo: Garantir os recursos necessários ao custeio dos meios administrativos com vistas à implementação e gestão dos programas do Governo Estadual.

Unidade Gestora: 1201 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Demais Órgãos participantes do programa: Defensoria Pública Geral do Estado, Encargos Gerais do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de
VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
-	-	-	-	0

6111 PLANO DE REENQUADRAMENTO DE CARGOS, CLASSES E INDICES DA PCERJ

FINALIDADE: VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO QUADRO PERMANENTE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PCERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
PLANO DE CARGOS, CLASSES E INDICES DA POLÍCIA CIVIL	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo: Otimizar as ações policiais através de uma orientação integrada, objetivando a redução dos índices de violência em função de estratégias e resultados aplicáveis na área de segurança pública.

Unidade Gestora: 2601 - Secretaria de Estado de Segurança

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS			
970.827.521	935.256.838	-		1.906.084.359

1031 Apoio à Capacitação e Treinamento em Recursos Humanos

FINALIDADE: Promover a capacitação de policiais civis em cursos não regulares através da Academia de Polícia Civil Sílvio Terra .

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PCERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Policia1 treinado/qualificado	unidade	10.098,00	10.098,00	13.000,00	13.000,00	46.196,00
						Estado

1047 Fazendo a Melhor Polícia

FINALIDADE: Melhorar a investigação com foco em homicídios, promover o aperfeiçoamento técnico contínuo do corpo policial e melhorar a qualidade de atendimento ao público.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PCERJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

1047 Fazendo a Melhor Polícia

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Armamento adquirido	unidade	1.725,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.725,00	Estado
Equipamento específico para a área de segurança pública adquirido	unidade	1.000,00	1.200,00	1.000,00	221,00	3.421,00	Estado
Manual Oráculo de procedimentos elaborado	unidade	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00	Estado
Sistema de avaliação e monitoramento do desempenho funcional implantado	unidade	0,90	1,00	-	-	1,00	Estado
Sistema de informatização dos processos administrativos da Polícia Civil implant	unidade	0,50	0,65	0,90	1,00	1,00	Estado
Sistema de Teleconferência implantado	unidade	0,90	1,00	-	-	1,00	Estado
Veículo para uso operacional adquirido	unidade	300,00	50,00	50,00	50,00	450,00	Estado

1139 Implantação da Nova Sede da SESEG

FINALIDADE: Implantar a nova sede da SESEG com vistas a fornecer condições adequadas ao seu funcionamento.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

1139 Implantação da Nova Sede da SESEG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Sede implantada	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00
						Estado

1144 Ampliação da Atividade Aeropolicial e Marítima

FINALIDADE: Reaparelhar, modernizar e reequipar o Grupamento Aéreo Marítimo da PMERJ, visando às ações de Rádio-patrolhamento cujo rol de possibilidades de atuação é amplo e diversificado, conferindo ao sistema de segurança pública a capacidade de intervenção em situações relevantes para as pessoas, o meio ambiente, as instituições e autoridades constituídas do Estado.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PMERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Aeronave/ embarcação adquirida	unidade	-	2,00	2,00	-	4,00
Aeronave/ embarcação operacionalizada	unidade	25,00	25,00	25,00	25,00	100,00
Equipamento de proteção individual para pilotos, tripulantes e mecânicos adquir	unidade	150,00	150,00	-	-	300,00
						Estado
						Estado
						Estado

1154 Comando de Operações Especiais - COE

FINALIDADE: Alavancar o processo de pacificação dos complexos de favelas da Maré e do conjunto de favelas contínuos à beira da faixa da praia de Ramos, bem como viabilizar o estabelecimento de um corredor seguro ligando o centro da cidade a acessos à zona norte e sul e ao Aeroporto Internacional Tom Jobim.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

1154 Comando de Operações Especiais - COE

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Comando de Operações Especiais - COE implantado	unidade	0,60	0,40	-	-	Estado
		TOTAL DO PPA				1,00

1230 Modernização da Polícia Militar

FINALIDADE: Ampliar, reequipar e modernizar as unidades da Polícia Militar.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PMERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Centro de Controle Operacional - CCO implantado	unidade	-	-	1,00	1,00	Estado
Organização Policial Militar conservada/ recuperada/ ampliada/ modernizada	unidade	20,00	20,00	20,00	20,00	Estado
Organização Policial Militar implantada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Policial Militar treinado/qualificado em segurança pública	unidade	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	Estado
Sistema de comunicação e T.I. da PMERJ ampliado/modernizado	unidade	-	1,00	1,00	1,00	Estado
Sistema integrado de gestão administrativa da PMERJ implantado	unidade	1,00	-	1,00	-	Estado
		TOTAL DO PPA				1,00

1382 Apoio ao Policiamento Civil

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

1382 Apoio ao Policiamento Civil

FINALIDADE: Dotar a Polícia Civil de equipamentos necessários à sua operacionalização.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PCERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Equipamento específico para a área de segurança pública adquirido	unidade	60,00	69,00	79,00	91,00	Estado
TOTAL DO PPA					299,00	

1452 Apoio aos Órgãos de Segurança Pública

FINALIDADE: Aparelhar, modernizar e acompanhar a evolução tecnológica das atividades dos órgãos operacionais da segurança pública.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Equipamento específico para a área de segurança pública adquirido	unidade	40,00	40,00	35,00	35,00	Estado
TOTAL DO PPA					150,00	

1589 Polícia Integrada - C4IVR

FINALIDADE: O C4IVR: Comando, Controle, Comunicação, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento tem por finalidade integrar as unidades de polícia e as agências de investigação, aperfeiçoando e agilizando as tarefas operacionais executadas e melhorando o patrulhamento ostensivo e as investigações.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

1589 Polícia Integrada - C4IVR

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Centro Integrado de Comando e Controle - CICC operacionalizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Equipamento/ serviço/ sistema de TI operacionalizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Sistema de radiocomunicação crítica - SIRCE operacionalizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

2001 Modernização do Sistema de Saúde da PCERJ

FINALIDADE: Dotar as unidades hospitalares da Polícia Civil de condições adequadas ao seu funcionamento, através do reaparelhamento e da reestruturação física.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PCERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Unidade hospitalar/ambulatorial atendida com medicamentos/material hospitalar	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Unidade hospitalar/ambulatorial equipada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Unidade hospitalar/ambulatorial reformada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

2055 Atividade Operacional da Polícia Civil

FINALIDADE: Dotar a PCERJ de meios necessários para que se consolidem ações policiais eficientes e eficazes.

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

2055 Atividade Operacional da Polícia Civil

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PCERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Delegacia policial operacionalizada</i>	unidade	233,00	233,00	233,00	233,00	233,00	Estado
<i>Instituto de Criminalística Carlos Éboli modernizado e operacionalizado</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
<i>Instituto de Identificação Félix Pacheco modernizado e operacionalizado</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
<i>Instituto de Pesquisa em Genética Forense modernizado e operacionalizado</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
<i>Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto modernizado e operacionalizado</i>	unidade	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	Estado
<i>Laboratório de Lavagem de Dinheiro operacionalizado</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
<i>Pessoa custodiada atendida com alimentação</i>	unidade	1.827,00	1.371,00	1.029,00	772,00	1.827,00	Estado
<i>Posto regional de polícia técnico-científica modernizado e operacionalizado</i>	unidade	18,00	18,00	18,00	18,00	18,00	Estado
<i>Veículo blindado operacionalizado</i>	unidade	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	Estado
<i>Viatura operacionalizada</i>	unidade	3.000,00	3.600,00	4.320,00	5.584,00	5.584,00	Estado

2087 Modernização do Sistema de Saúde da PMERJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

2087 Modernização do Sistema de Saúde da PMERJ

FINALIDADE: Dotar as unidades hospitalares da Polícia Militar de condições adequadas ao seu funcionamento, através do reaparelhamento e da reestruturação física.**TIPO DE AÇÃO:** Atividade**UNIDADE DE PLANEJAMENTO** PMERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Unidade hospitalar/ambulatorial atendida com medicamentos/material hospitalar	unidade	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Unidade hospitalar/ambulatorial equipada	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Unidade hospitalar/ambulatorial reformada	unidade	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00

2325 Gerenciamento das Instituições Policiais

FINALIDADE: Acompanhar as atividades desempenhadas pelos órgãos da estrutura da Secretaria de Segurança e capacitar seus profissionais para atender ao Estado do RJ com mais eficiência e eficácia.**TIPO DE AÇÃO:** Atividade**UNIDADE DE PLANEJAMENTO** SESEG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Equipamento específico para a área de segurança pública adquirido	unidade	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
Unidade de segurança conservada/recuperada/operacionalizada	unidade	10,00	10,00	10,00	5,00	35,00
Veículo adquirido / mantido	unidade	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

2673 Atividade Operacional da Polícia Militar

FINALIDADE: Propiciar condições operacionais adequadas ao pleno funcionamento das unidades da Polícia Militar na execução do policiamento ostensivo.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PMERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
Animal para uso operacional adquirido	unidade	40,00	40,00	40,00	40,00	160,00	Estado
Animal para uso operacional mantido	unidade	296,00	296,00	296,00	296,00	296,00	Estado
Veículo blindado operacionalizado	unidade	18,00	18,00	18,00	18,00	18,00	Estado
Veículo operacionalizado	unidade	6.300,00	6.500,00	6.800,00	7.100,00	20.000,00	Estado

2874 Sistema de Videomonitoramento

FINALIDADE: Aumentar visão no controle das áreas de policiamento, propiciando maior rapidez no atendimento das ocorrências.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
Sistema de Detecção de Disparos de Arma de Fogo implantado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado
Sistema de Leitura de Placas de Veículos implantado	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

2874 Sistema de Videomonitoramento

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Sistema de videomonitoramento urbano operacionalizado	unidade	0,30	0,40	0,15	0,15	1,00
						Estado

2875 Ampliação do Sistema de Atendimento à Emergências - 190

FINALIDADE: Melhorar o atendimento à emergências.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Modernização do Sistema de Atendimento a Emergências - 190 realizada	unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00
						Estado

2878 Gestão da Frota da PMERJ

FINALIDADE: Melhorar e renovar a frota de viaturas da PMERJ, proporcionando assim condições operacionais adequadas na execução do policiamento ostensivo.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PMERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Veículo adquirido / mantido	unidade	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	10.800,00
						Estado

4338 Melhoria da Qualidade na Segurança Pública

FINALIDADE: Dar continuidade ao processo de restabelecimento da credibilidade da sociedade na atuação do policial, renovando e motivando as polícias, bem como democratizando a discussão das

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

4338 Melhoria da Qualidade na Segurança Pública

questões de segurança pública e dotar o setor de inteligência de dados e informações qualificadas para o planejamento, operação e avaliação das polícias.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOSEGURANCA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Mobiliário/Equipamento para modernização tecnológica adquirido	unidade	20,00	20,00	20,00	20,00	80,00	Estado
Reembolso por arma de fogo apreendida realizado	unidade	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00	Estado
Revista Eletrônica editada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Estado

7898 AMPLIAÇÃO DAS DEAMS

FINALIDADE: AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE DELEGACIAS DE ATENDIMENTO À MULHER.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PCERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER AMPLIADA	unidade	-	-	-	1,00	1,00	Estado

A455 Gestão do Núcleo de Pesquisa em Segurança Pública e Justiça Criminal

FINALIDADE: Desenvolver a produção de diagnóstico estatístico e elaboração de relatórios sobre análise criminal e segurança pública, consolidando os dados oficiais do Estado do Rio de Janeiro, sobre os registros de ocorrências policiais, a fim de subsidiar as ações dos órgãos relacionados à Segurança Pública.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOSEGURANCA

PARCEIRO: Não existe parceiro

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A455 Gestão do Núcleo de Pesquisa em Segurança Pública e Justiça Criminal

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				TOTAL DO PPA	LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015		
Dossiê Mulher/ Dossiê Idoso/ Dossiê Criança realizado	unidade	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00	Estado
Relat com indicadores relac à Segur Pública nas áreas ocupadas por UPP produzido	unidade	12,00	12,00	12,00	12,00	48,00	Estado
Relat Estat de ocorrências policiais do Est do Rio de Janeiro produzido (DOERJ)	unidade	12,00	12,00	12,00	12,00	48,00	Estado
Relatório Estatístico comparativo de ocorrências policiais produzido	unidade	12,00	12,00	12,00	12,00	48,00	Estado
Relatório mensal com indicadores relac à Segurança Pública no Est RJ produzido	unidade	12,00	12,00	12,00	12,00	48,00	Estado
Relatório sobre drogas realizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	Estado
Relatório Temático de Bala perdida produzido	unidade	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00	Estado

A456 Observatório de Análise Criminal

FINALIDADE: Desenvolver a análise de dados pertinentes à segurança pública, com ênfase na utilização de geoprocessamento e métodos quantitativos, utilizando dados de diversas fontes como os registros de ocorrência da Polícia Civil e os comunicados feitos ao Serviço 190 (atendimentos da Polícia Militar), bem como manter atualizada bases cartográficas com delimitações específicas da SESEG.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOSEGURANCA

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A456 Observatório de Análise Criminal

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Georeferenciamento (Mapas) de dados de incidência criminal produzido	unidade	1.440,00	1.440,00	1.440,00	1.440,00	5.760,00
Software de Georeferenciamento mantido	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Estado
						Estado

A457 Gestão da Coordenadoria de Projetos

FINALIDADE: Desenvolver pesquisas, diagnósticos e análises, visando a elaboração e implementação de políticas públicas de segurança e prevenção à violência, bem como a capacitação específica dos profissionais de segurança pública para a complementação de sua qualificação.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOSEGURANCA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Pesquisa de Análise da Segurança Pública no entorno do Maracanã realizada	unidade	1,00	-	-	-	1,00
Pesquisa de Avaliação dos Conselhos de Segurança Pública realizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Pesquisa de Avaliação e Monit Sistem das UPP's realizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Pesquisa de impacto de Mega empreendimentos na Segurança Pública realizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
						Metropolitana
						Estado
						Estado
						Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0147 - GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A457 Gestão da Coordenadoria de Projetos

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Pesquisa de impacto do COMPERJ na Segurança Pública realizada - 2ª fase	unidade	1,00	-	-	-	Estado
Pesquisa sobre atendimentos pela PMERJ realizada.	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
		TOTAL DO PPA				
		1,00				
		4,00				

A458 Gestão dos Conselhos de Segurança Pública

FINALIDADE: Promover programas de instrução e divulgação de ações de autodefesa, às comunidades, estabelecendo parcerias, objetivando projetos e campanhas educativas, para a redução da violência interpessoal e realização de eventos comunitários que fortaleçam os vínculos da comunidade com as organizações policiais, e demais instituições, públicas e privadas, cujas atividades tenham influência na segurança pública, destacando a integração de esforços no desenvolvimento de ações preventivas.

TIPO DE AÇÃO: Ação sem custo específico associado

PARCEIRO: Não existe parceiro

UNIDADE DE PLANEJAMENTO RIOSEGURANÇA

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Conselho de Segurança Pública Implantado	unidade	7,00	7,00	7,00	7,00	Estado
Curso de capacitação realizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Fórum Anual dos Conselhos Comunitários realizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Material informativo/preventivo de Segurança Pública confeccionado	unidade	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	Estado
		TOTAL DO PPA				
		28,00				
		4,00				
		4,00				
		60.000,00				

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0263 - PROGRAMA DEDICAÇÃO INTEGRAL AO CIDADÃO - DEDIC

Objetivo: Promover a aproximação dos policiais civis com a população

Unidade Gestora: 2604 - Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURE	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
32.792.360	-	-	32.792.360

1112 Cidade da Polícia

FINALIDADE: Reunir todas as delegacias especializadas da polícia, com vistas à interação entre elas.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PCERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Cidade da Polícia operacionalizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
Divisão de Homicídios - DH ampliada / modernizada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado

2046 Inteligência e Segurança da Informação

FINALIDADE: Melhorar a eficiência da Polícia Civil modernizando os sistemas administrativos e tecnológicos da polícia.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PCERJ

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0263 - PROGRAMA DEDICAÇÃO INTEGRAL AO CIDADÃO - DEDIC

2046 Inteligência e Segurança da Informação

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Corregedoria no Rumo Certo modernizada e operacionalizada</i>	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Estado
<i>Dedicação Integral ao Cidadão - DEDIC implantado e operacionalizado</i>	unidade	17,00	17,00	17,00	18,00	69,00	Estado
<i>Inteligência Investigativa modernizada e operacionalizada</i>	unidade	0,30	0,60	0,90	1,00	1,00	Estado
<i>Segurança da Informação modernizada e operacionalizada</i>	unidade	0,30	0,60	0,90	1,00	1,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0264 - PROGRAMA POLÍCIA PACIFICADORA

Objetivo: Combater e reduzir os fatores de marginalização em comunidades conflagradas no Estado do Rio de Janeiro com vistas à manutenção da ordem pública, à segurança e ao acesso e liberdade nos espaços territoriais de modo a viabilizar a integração social.

Unidade Gestora: 2601 - Secretaria de Estado de Segurança

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
542.900.000	6.000.000	-	548.900.000

1124 Batalhão Padrão

FINALIDADE: Adequar as edificações aos novos conceitos de sustentabilidade econômica, social e ambiental, permitir flexibilidade arquitetônica, adaptação à essência institucional da polícia do século XXI, além da criação de ambiente profissional de altíssima qualidade para os policiais e para o público que o acessar.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PMERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	
Batalhão Padrão implantado	unidade	2,00	2,00	-	-	Estado
		TOTAL DO PPA				4,00

1142 Polícia Pacificadora

FINALIDADE: Implantar e equipar as bases operacionais das Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs e criar a Escola de Polícia Pacificadora - EPP destinada a preparar os policiais militares para atuação nas UPPs.

TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0264 - PROGRAMA POLÍCIA PACIFICADORA

1142 Polícia Pacificadora

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Escola de Polícia Pacificadora - EPP implantada	unidade	1,00	-	-	-	1,00
						Estado

2061 Operação Especial da PMERJ

FINALIDADE: Promover o adequado aparelhamento do BOPE e do BPCChq com armamentos e equipamentos de última geração, a fim de conferir às Unidades de Operações Especiais da PMERJ ferramental adequado para atuar em conflitos urbanos armados de alto risco, resgate de reféns, ações contra terrorismo, controle de distúrbios civis, etc, com vistas ao atendimento das demandas de segurança advindas dos Jogos Olímpicos de 2016.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PMERJ

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Batalhão de Operações Especiais - BOPE modernizado/operacionalizado	unidade	1,00	1,00	-	-	1,00
Batalhão de Polícia de Choque - BPCCHOQUE modernizado/operacionalizado	unidade	1,00	1,00	-	-	1,00
						Estado
						Estado

2062 Atividade de Polícia Pacificadora - UPP

FINALIDADE: Custear novas Unidades de Polícia Pacificadora em comunidades carentes do Estado com ênfase na manutenção de serviços básicos de sustentação administrativa para a Polícia Militar, visando melhor desempenho nas funções policiais e na prestação do serviço de segurança pública aos cidadãos.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO PMERJ

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0264 - PROGRAMA POLÍCIA PACIFICADORA

2062 Atividade de Polícia Pacificadora - UPP

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
<i>Escola de Polícia Pacificadora - EPP operacionalizada</i>	unidade	1,00	-	-	-	1,00	Estado
<i>Unidade de Polícia Pacificadora - UPP operacionalizada</i>	unidade	18,00	18,00	18,00	18,00	18,00	Estado

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0265 - PROGRAMA INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo: Otimizar recursos, compartilhar informações, desencadear ações integradas de prevenção e controle qualificado do crime nas suas respectivas regiões e estabelecer estratégias de integração e cooperações regionais em um nível mais tático, visando o estabelecimento de metas anuais para redução de índices de criminalidade.

Unidade Gestora: 2601 - Secretaria de Estado de Segurança

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS DO TESOURO		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL
		OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS				
22.922.000		22.300.000		-		45.222.000

2059 Gestão da Região Integrada de Segurança Pública

FINALIDADE: Permitir o acompanhamento gerencial dos resultados obtidos, tendo em vista os indicadores estratégicos de criminalidade estabelecidos pelo Estado: homicídio doloso, roubo de veículos e roubos de rua (transeuntes, coletivo e celular).

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Companhia Integrada de Segurança Pública - CISP implantada	unidade	15,00	15,00	10,00	10,00	50,00	Estado
Companhia Integrada de Segurança Pública - CISP operacionalizada	unidade	15,00	15,00	10,00	10,00	50,00	Estado
Região Integrada de Segurança Pública - RISP operacionalizada	unidade	3,00	3,00	1,00	-	7,00	Estado
Região Integrada de Segurança Pública - RISP implantada	unidade	3,00	3,00	1,00	-	7,00	Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0265 - PROGRAMA INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

2059 Gestão da Região Integrada de Segurança Pública

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Sistema Integrado de Metas - SIM operacionalizado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
						Estado

2876 Implantação do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional

FINALIDADE: Planejar, pactuar, implementar, coordenar e acompanhar as atividades de educação dos policiais, em cooperação com as Instituições de Ensino das Polícias. Identificar e propor novas metodologias e técnicas de educação voltadas ao aprimoramento das atividades de Segurança Pública, e órgãos periciais.- Apoiar e Promover educação qualificada e continuada dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. Identificar e propor mecanismos de valorização do policial.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Sistema de Educação e Valorização implantado	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
						Estado

2877 Implementação de Ação de Prevenção à Violência

FINALIDADE: Reduzir a violência, por meio do apoio ao desenvolvimento de ações preventivas junto às Instituições Policiais que atendam à população em situação de vulnerabilidade, desenvolvendo estratégias interdisciplinares e intersetoriais que propiciem a construção de ambientes seguros para o desenvolvimento humano.

TIPO DE AÇÃO: Atividade

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA				LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA
Ação de prevenção à violência implementada	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
						Estado

ELABORAÇÃO - PLANO PLURIANUAL 2012/2015
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA

Programa: 0266 - GRANDES EVENTOS

Objetivo: Concretizar a realização de eventos de grande porte.

Unidade Gestora: 2601 - Secretaria de Estado de Segurança

VALOR TOTAL PARA O PROGRAMA NO QUADRIÊNIO (Em R\$ médios de 2012)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
RECURSOS DO TESOIRO	OUTROS REC. ORÇAMENTÁRIOS		
-	600.000	-	600.000

1122 Implantação de Ações de Apoio aos Grandes Eventos - SESEG

FINALIDADE: Conferir apoio à realização de eventos como Copa das Confederações, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016.

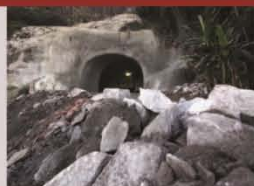
TIPO DE AÇÃO: Projeto

UNIDADE DE PLANEJAMENTO SESEG

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA					LOCALIZAÇÃO/REGIÃO
		2012	2013	2014	2015	TOTAL DO PPA	
Evento com apoio de segurança realizado	unidade	1,00	1,00	1,00	-	3,00	Estado



www.rj.gov.br/web/seplag



Volume 1

PPA

2012-2015

PLANO PLURIANUAL

